ieb-usp

almanack braziliense

revista eletrônica semestral

issn 1808-8139

número 11
maio 10

e-a

fórum

Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América
Wilma Peres Costa

Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem
Temístocles Cezar

Mediações em tempos híbridos: entre pátrias e revoluções
Marco Morel

artigos

Entre "letras & armas", a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII
Fernando Nicolazzi

A Invenção do Sete de Setembro, 1822-1831
Hendrik Kraay

La revolución de la Nueva Granada: su historia y su actualidad
Isidro Vanegas

De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da idéia de emancipação da América e sua leitura no Brasil
João Paulo Garrido Pimenta

Os conceitos de Povo e Plebe no Mundo Luso-Brasileiro Setecentista
Luisa Rauter Pereira

Zefferino Vitor de Meireles: impressão e civilidade na Corte do Rio de Janeiro (1808-1822)
Myriam Paula Barbosa Pires

informes de pesquisa

resenhas

periódicos em revista

Programa de Apoio às Publicações Científicas Periódicas da USP
Comissão de Credenciamento

Almanack Braziliense [recurso eletrônico] .- São Paulo : Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 2005-

Semestral
ISSN 1808-8139 = Almanack Braziliense

1. Brasil 2. História

sumário

table of contents

e-a

fórum/forum

"Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América" / "Between Times and Worlds: Chateaubriand and the other America"
Wilma Peres Costa 5

"Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem" / "Between Ancient and Modern: the Writing of History in Chateaubriand. Essay on Historiography and Travel Reports"
Temístocles Cezar 26

"Mediações em tempos híbridos: entre pátrias e revoluções" / "Mediations in Hybrid Times: between Homelands and Revolutions"
Marco Morel 34

artigos/articles

"Entre 'letras & armas', a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII" / "Between 'letras & armas', History as Dispute. Considerations on Luso-Brazilian Historiography in the 18th century"
Fernando Nicolazzi 40

"A Invenção do *Sete de Setembro*, 1822-1831"
Hendrik Kraay 52

"The Invention of *Sete de Setembro*, 1822-1831"
Hendrik Kraay 62

"La revolución de la Nueva Granada: su historia y su actualidad" / "A revolução de Nova Granada: sua História e sua atualidade" / "Nueva Granada's revolution: its History and its actuality"
Isidro Vanegas 72

"De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da idéia de emancipação da América e sua leitura no Brasil" / "From Raynal to De Pradt: Notes for a Study of the Idea of emancipation of America and its presence in Brazil"
João Paulo Garrido Pimenta 88

"Os conceitos de Povo e Plebe no Mundo Luso-Brasileiro Setecentista" / "The concepts of People and Plebs in Brazilian Old Regime (Eighteenth Century)"
Luisa Rauter Pereira 100

"Zefferino Vitor de Meireles: impressão e civilidade na Corte do Rio de Janeiro (1808-1822)" / "Zefferino Vitor de Meireles: Printing and Civility in the Court of Rio de Janeiro (1808-1822)"
Myriam Paula Barbosa Pires 115

informes de pesquisa/ research reports

"Alphonse de Beauchamp e a história do Brasil: escrita da história, querelas historiográficas e leituras do passado no oitocentos" / "Alphonse de Beauchamp and the History of Brazil: Writing of History, Historiographic Quarrels and Readings of the Past in the nineteenth century"
Bruno Franco Medeiros 131

resenhas/ book reviews

BARATA, Cipriano. *Sentinela da liberdade e outros escritos (1821-1835*).
Por Luiz Geraldo Santos Silva 140

CHIARAMONTE, José Carlos. *Cidades, Províncias, Estados*. Origens da Nação Argentina (1800-1846).
Por Ana Rosa Cloclet da Silva 144

FRANCO, Stella Maris Scatena. *Peregrinas de outrora*. Viajantes latino-americanas no século XIX.
Por Maria Verónica Secreto 150

COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai*. Centralização e federalismo no Brasil, 1823-1866.
Por Pedro Gustavo Aubert 153

periódicos em revista/ journals in review 158

envie seu texto / submission guidelines 175

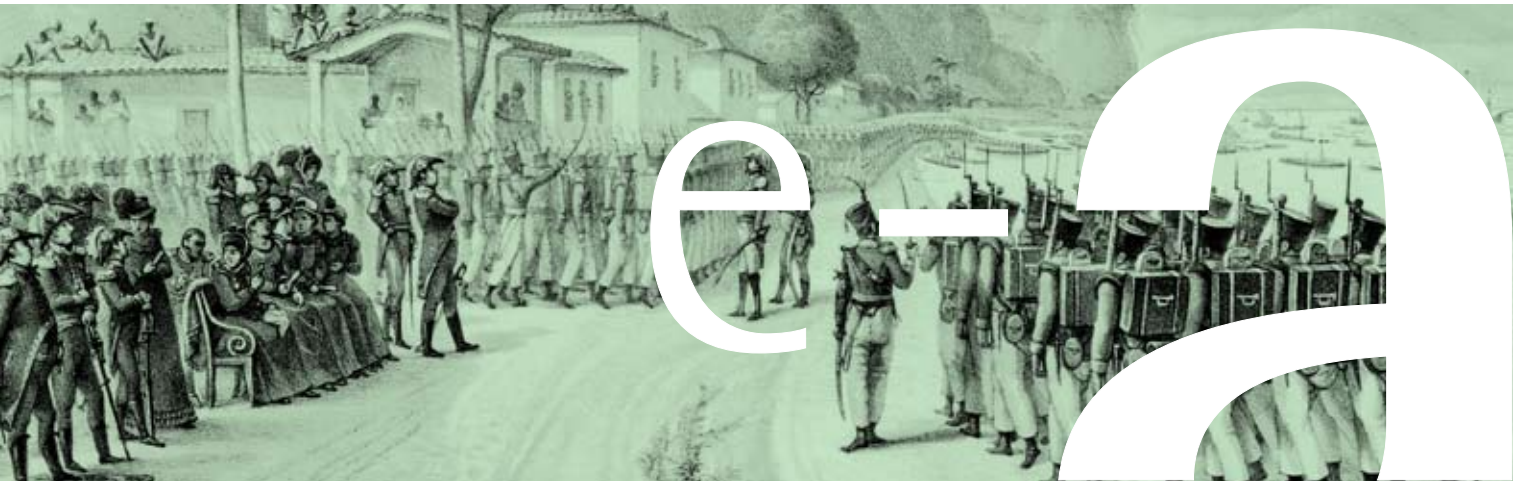
normas de citação / referencing system 179

direitos de publicação / copyright agreement 181

expediente (conselhos e equipe técnica) / editors, boards and staff 182

almanack braziliense

fórum



Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América
Wilma Peres Costa

Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem
Temístocles Cezar

Mediações em tempos híbridos: entre pátrias e revoluções
Marco Morel

Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América

Between Times and Worlds:
Chateaubriand and the other America

Wilma Peres Costa
Livre Docente de História do Brasil na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp - Guarulhos)
e-mail: wilma_peres@uol.com.br

Resumo
Buscando refletir a partir dos ensinamentos do historiador francês François Hartog, o trabalho aborda as relações entre a Europa e as Américas na Era das Revoluções, através dos escritos produzidos por René de Chateaubriand, sobre o Congresso de Verona (1822) e a intervenção militar francesa na crise espanhola (1823). Ao estudar o modo como a emergência das novas nações americanas aparece nos escritos e na ação política de Chateaubriand, buscamos compreender o modo pelo qual aquela experiência incidiu sobre suas concepções em relação ao tempo, às revoluções antigas e modernas e a própria história.

Abstract
The article deals with the relations between Europe and America in the Age of Revolutions, through the writings of René de Chateaubriand on the Congress of Verona (1822) and the French military intervention in Spanish crisis (1823), inspired by the teachings of the French historian François Hartog. By means of the study of the way the new American nations appear in Chateaubriand's writings and political action, we try to explore the role played by that experience in his conceptions of time, of the ancient and modern revolutions and History itself.

Palavras-chave
Europa, América, revolução, monarquia, república / republicanismo

Keywords
Europe, America, revolution, monarchy, republic / republicanism

L'époque où nous vivons est essentiellement propre à l'histoire : placés entre deux empires dont l'un finit et dont l'autre commence, nous pouvons porter également nos regards sur le passé et dans l'avenir. Il reste encore assez de monuments de l'ancienne monarchie pour la bien connaître, tandis que les monuments de la monarchie qui s'élève nous offrent au milieu des ruines le spectacle d'un nouvel univers. Nous-mêmes, avec nos malheurs et nos crimes, nous venons nous placer dans ce tableau ; du moins, si notre siècle est peu fécond en grands hommes et en grands exemples, il est fertile en grands événements et en grandes leçons.

(René de Chateaubriand, *Le Conservateur*, 8 janvier 1819)

Apresentação

As reflexões presentes nesse ensaio, extraídas de pesquisa em andamento, inserem-se no extenso debate sobre a articulação entre a Europa e as Américas na grande travessia que faz emergir o mundo contemporâneo, entre a última década do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. O tema, caro a uma fecunda linhagem de historiadores, engendrou na década de 1970, uma influente intepretação que conectava a crise do Antigo Regime europeu àquela do Antigo Sistema Colonial referida principalmente aos fundamentos econômicos – a ascensão do industrialismo inglês e seus efeitos inexoráveis na reorganização da economia-mundo. Ancorada principalmente no campo teórico do debate marxista, essa interpretação tem recebido fortes reparos, acompanhando de certo modo, a fortuna crítica da matriz teórica em que se assenta. A acerba polêmica que essa interpretação suscitou nas duas últimas décadas tem produzido um grande enriquecimento ao campo historiográfico, onde se destacam dois efeitos principais, geradores cada um deles, de linhagens interpretativas distintas, mas nem sempre opostas. O primeiro efeito tem sido o de propiciar novos e promissores caminhos para o entendimento dos fluxos econômicos no interior da América Portuguesa e entre as diversas partes do Império, bem como sobre as estratégias de inserção de Portugal e seu Império no interior da economia-mundo, a partir da segunda metade do século XVIII.[1] Nessa linhagem, com múltiplas ramificações, tem se contestado a aplicabilidade da própria idéia de *crise*, para pensar os enlaces entre Portugal e suas possessões americanas. O segundo efeito, inversamente, atém-se com firmeza à idéia de « crise » e à sua pertinência heurística para compreender o enlace entre acontecimentos do velho e do novo mundo no nascimento da contemporaneidade. Deslocando, porém, o foco, do debate econômico, os historiadores têm procurado re-significar a noção de crise valendo-se dos procedimentos da história cultural e da nova história política, produzindo novas e sugestivas sínteses interpretativas.

Essa viragem tem feito reverter o olhar dos historiadores sobre as dimensões políticas e culturais da crise do Antigo Regime e suas conexões reversivas no Antigo e no Novo Mundo. Ela tem também engendrado uma atenção redobrada sobre os discursos e vocabulários políticos, como indícios da volatilidade própria das situações de crise e como trilhas abertas para a compreensão de sua complexidade. Caudatários de espaços de experiência em vertiginosa mutação e da práxis políticas de atores que a vivenciam em diferentes posições e perspectivas, os termos adquirem novos significados, que substituem usos antigos, ou, outras vezes, sobrepõem-se a eles, compondo sínteses desafiadoras para o trabalho do historiador. [2]

1

A grande referência na historiografia brasileira é NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1974. Outra perspectiva do enlace entre a crise do Antigo Regime e a do Antigo Sistema Colonial teve um tratamento aprofundado em Jacques Godechot, que celebrizou o termo "revolução atlântica". Ver: GODECHOT, Jacques. *As Revoluções:* 1770-1799. Trad. Port. São Paulo: Pioneira, 1976; Idem. *Europa e América no tempo de Napoleão, (1800/1815)*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1984. Dentre os múltiplos interlocutores críticos indico alguns trabalhos referenciais, cada um deles com múltiplos desdobramentos historiográficos: ver ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império*. Porto: Afrontamento, 1993; e PEDREIRA, Jorge V. *Estrutura Industrial e Mercado Colonial*. Portugal e Brasil (1780-1930*)*. Lisboa: DIFEL, 1994. No Brasil, ver FRAGOSO, João L.R. e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 e também FRAGOSO, João L.R. e GOUVEIA, Maria de Fátima (Eds.). *Antigo Regime nos Trópicos* - A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

2

A resignificação da discussão em termos atuais é devedora da incorporação de KOSELLECK, R., especialmente *L'Experience de l'Histoire*. Paris: Gallimard Le Seuil, 1997 (*Futuro Passado*, 1a. ed. brasileira S.P., Ed. Contraponto, 2006). Resignificando a discussão, em termos atuais ver JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo Garrido. "Peças de um mosaico (apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)". In: *Viagem Incompleta.* A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: SENAC São Paulo Ed., 2000, Vol.1. p.127-176. Um panorama da discussão que se irradia a partir dessa linhagem interpretativa pode ser visto nos vários capítulos de JANCSÓ, István (org.). *Brasil:* formação do estado e da nação. São Paulo: Hucitec, 2003.

A compreensão dessa mudança pressupõe a incorporação de duas ordens de reflexões. Em primeiro lugar, devemos ter em conta as mutações que se operavam, ao longo da crise, naquilo que se entendia como "nação", dentre elas a sobreposição de um conteúdo "cívico" (vale dizer político) a uma concepção etno-cultural da nacionalidade. Embora não seja possível desenvolver aqui as múltiplas implicações desse tema, deve-se enfatizar que essa viragem, vivida em condições específicas, ocorreu simultaneamente no velho e no novo continente, articulando a emergência dos estados nacionais na Europa e na América, em um movimento de olhares cruzados, de experiências mutuamente referidas e de avaliações reciprocamente refletidas. Vale dizer, essa quadra história se conecta à emergência de paradigmas comparatistas de toda ordem, que impregnam as visões de mundo, espraiando-se do plano das ciências da natureza à escrita da história, movimento dialético que faz derivar os continentes, ao mesmo tempo em que conecta e aproxima os destinos políticos das nações nas várias partes do mundo em um sistema internacional de estados. Tal afirmação não sugere, evidentemente, um sistema equitativo de experiências trocadas, pois o mundo que se reordenava no movimento que se consolidava entre o Congresso de Viena (1815) e o Congresso de Verona (1822) estruturava-se como profundamente hierárquico e controlado por um rígido sistema de potências. Por outro lado, ele era também um mundo furiosamente competitivo, fato que uma visão economicista da hegemonia inglesa tende freqüentemente a obscurecer[3].

Expressão privilegiada da sobreposição de sentidos referida acima, essa ordem imporia outra transformação fundamental nas práticas políticas referidas à idéia de nação: tornar-se "nação" e ter a soberania aceita como sistema internacional passou a implicar a conferência de um estatuto, um processo de *reconhecimento* no interior de um sistema internacional de estados, controlado pelas potências européias. O fenômeno afetava tanto as antigas nações do velho mundo (algumas das quais surgiram e desapareceram na Era dos Congressos e nos anos subseqüentes) como aquelas que emergiam no Novo Mundo, a partir da ruptura com suas metrópoles, fazendo com que o processo de construção nacional nos dois continentes se fizesse em concomitância e complexa reversividade ao longo do século XIX. No contexto europeu, o movimento resultou na periferização das antigas metrópoles ibéricas, mas também no surgimento de novas nações, como a Bélgica e a Grécia, bem como na exacerbação da rivalidade anglo francesa. Todorov, analisando essa metamorfose no plano da rivalidade européia, nos fala do deslizamento da idéia de nação de um sentido "interno" para um sentido "externo". A nação serve também de mediadora entre os diferentes povos, marcando assim menos a idéia de *similitude* do que a de *diferença*.

> É preciso agora introduzir uma outra distinção entre dois sentidos da palavra « nação », ambos de natureza política. Podemos designar um como « interno » e outro como « externo ». O primeiro sentido é aquele que iria assumir uma importância considerável às vésperas da Revolução Francesa e durante os seus primeiros anos. A nação é um espaço de legitimação e se opõe, enquanto fonte de poder, ao direito real ou divino ; executam-se ações em nome da nação, no lugar de se referir a Deus ou ao rei ; grita-se 'Viva a nação!' no lugar de 'Viva o rei' !. Este espaço é agora percebido como o espaço da igualdade (...) ; recorre-se à 'nação' para combater os privilégios sociais ou os particularismos regionais. O segundo sentido, o sentido 'externo' da palavra nação, é completamente diferente: uma nação se opõe desta feita à uma outra, não mais ao rei, ou à aristocracia, ou às regiões : os franceses são uma nação, os ingleses são outra.[4]

3
Cf. WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System.* Vol. III: The Second Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840's. San Diego: Academic Press. 1989

4
TODOROV, Tzvetan. *Nous et les autres, La réflexion française sur la diversité humaine*. Paris : Seuil, 1989. p.241. Tradução livre, da autora.

Não por acaso, a resignificação que se operava nas primeiras décadas do século XIX sobre o conceito de nação, operava igualmente sobre as idéias referidas à colonização, articulando todo um gradiente de composições possíveis entre os significados dos termos « nação » e « colônia », nos dois mundos. Nas emergentes nações americanas os termos passam a operar em registros opostos – a afirmação da condição nacional emergindo do rompimento com a condição de colônia, suplantando significados anteriormente vigentes que incorporavam possibilidades de composição entre identidades nacionais e o sistema imperial ibérico. No mundo europeu, especialmente no campo da rivalidade anglo-francesa, um intenso debate se processa sobre o significado passado e futuro dos processos de colonização. Eles se nutriam, em grande parte, das experiências nacionais que se processavam nas duas américas e iriam desembocar, a partir da década de 1830, na retomada da expansão colonial européia. No campo dos ideários, os grandes marcos do debate podem ser localizados a partir da publicação da obra seminal do Abade Raynal, contundente libelo contra o antigo colonialismo, espraiando-se em rica e diversificada polêmica sobre a experiência colonial do velho mundo, suas lições e perspectivas para as emergentes potências européias. O passado da colonização, sua crise e superação, vieram, assim, a alimentar os novos projetos de colonização e emigração dos europeus, criando um enquadramento peculiar para a compreensão das experiências nacionais americanas. Estas, por sua vez, fariam suas própria leituras do debate, introjetando em seus territórios lições específicas sobre a articulação interna entre imigração e colonização vistas agora como políticas dos novos estados independentes na conformação das novas nações americanas. A transformação que se opera então, entre a visão do passado, o presente e o futuro, entre antigos e modernos articula também a relação entre velho mundo e novo mundo, criando uma ponte entre as antigas e as novas teorias da colonização. Transitando entre os dois mundos, viajantes e seus relatos são vetores privilegiados na construção desses olhares cruzados e das metamorfoses semânticas antes referidas. No campo intelectual francês, invertendo a direção das severas reflexões do Abade Raynal, as visões da América demarcadas a partir da *Voyage en Amérique* de Renée de Chateaubriand (1827) e *La Démocratie en Amérique* de Alexis de Tocqueville (1835-1840) estabeleceram algumas das balizas dessa discussão e seriam apropriadas em diversas chaves nos dois continentes[5].

Este é tema vasto, para longo e demorado esforço de pesquisa. Menciono-o aqui para indicar o contexto das indagações que suscitaram esse trabalho, que tem objetivos bem mais modestos. Ele é um exercício de reflexão a partir das sugestões contidas nos trabalhos do historiador francês François Hartog sobre a Teoria da História e o lugar nelas atribuído à viagem como processo de construção do conhecimento, focalizando particularmente a viragem produzida pela escrita de René de Chateaubriand.[6]

Neles, a articulação entre os continentes aqui mencionada aparece cristalizada nessa escrita, como momento chave na elaboração de uma nova percepção do tempo e do devir histórico própria da contemporaneidade (o novo regime de historicidade) e que esta é caudatária não apenas da vertiginosa aceleração do tempo gerada pela Revolução Francesa, mas também da alteridade propiciada pela viagem à América e expressa na narrativa feita por Chateaubriand dessa experiência. Alargando e aprofundando uma sugestão oferecida por Koselleck, essa rica e complexa

5
A viagem de Chateaubriand realizou-se em 1792, mas o relato, sob o título, *Voyage en Amérique* veio a luz na edição de suas "obras completas" em 1827 assim como *Les Natchez*., epopéia romântica sobre o destino trágico dos indígenas americanos frente à conquista européia. A América é presença constante em suas reflexões, acentuando-se, depois de 1826, a preocupação com a dimensão de seu papel na rivalidade anglo-francesa. O outro marco referencial da reflexão política suscitado pela experiência americana foi sem dúvida Alexis Tocqueville, em *La Democratie en Amérique*, (publicado entre 1835 e 1840) a partir da viagem realizada em 1830. Ver : RÉMOND, René. *Les Etats-Unis devant l'opinion française 1815-1852*. Paris: Armand Collin, 1962. O movimento de idéias que começa a tomar forma nas décadas de 1820 e 1830, a partir dos escritos de Chateaubriand e Tocqueville, ganha visibilidade maior em BEAULIEU, P. Leroy. *De la colonisation chez les peuples modernes*. Paris: Guillaumin, 1874.

6
HARTOG, François. *Régimes d'historicité* – présentisme et expérience du temps. Paris: Seuil, 2003, especialmente cap. 3. Ver também Idem. *Anciens, Modernes, Sauvages*. Gallade Éditions, 2005.

interpretação institui o grande literato como expressão privilegiada do movimento de viagens que atraiu de forma singular em toda a Europa uma camada de jovens letrados, parte significativa deles era composta de *vencidos da revolução*,[7] figuras de procedência nobre e variada condição de fortuna, que buscaram nas viagens ao Novo Mundo, um modo de evitar os efeitos mais desafiadores da tormenta revolucionária. A experiência do *dépaysement* e da alteridade converge aí com a do alargamento da percepção do devir histórico, visto como travessia entre tempos que não mais retornam, liberta da repetição do passado e aberta ao desconhecido. Em erudita e fascinante exploração dos escritos de Chateaubriand, François nos mostra especialmente o efeito da inquietante percepção da convivência, na América, de distintas temporalidades históricas, experimentada ao longo de sua curta estadia no continente americano. A busca pela liberdade primitiva, encontrada e perdida no convívio com os indígenas norte-americanos, terminava pela descoberta da importância da *constituição* e da "liberdade dos modernos", estabelecendo uma *démarche* fundamental para a transição entre a concepção antiga e a moderna de história que Hartog sugestivamente denomina como passagem de um paradigma interpretativo fundado no *paralelo* entre os acontecimentos do presente e os do passado, para um outro, em que a *comparação* adquire papel central, aproximando a disciplina histórica do grande movimento científico do século XIX. O passado próximo e as dinâmicas sincrônicas ganham aí precedência sobre as lições extraídas dos tempos remotos e das narrativas da história antiga.

Acolhemos este caráter paradigmático da contribuição de Chateaubriand como "pensador do tempo", condição que se afirma, sem prejuízo do fato de que ele não fosse, no rigor do termo, um historiador, mas um talentoso homem de letras, um fecundo pensador político e, por um curto e intenso período de sua vida atribulada, um homem de ação. Enfatizando este último aspecto, o diálogo que aqui se propõe, foi nos sugerido pelos escritos de Chateaubriand sobre a América, produzidos durante e após a sua mais importante experiência como estadista, a condição de plenipotenciário francês no Congresso de Verona (1822), momento em que se decidiu a invasão francesa da Espanha e ato final da independência das colônias espanholas da América[8].

A breve e intensa carreira política de Chateaubriand havia se iniciado timidamente sob Napoleão, mas veio a florescer plenamente com a Restauração. Sob Luis XVIII, ele ocupou sucessivamente as embaixadas de Berlim e Londres (1821), foi Ministro Plenipotenciário no Congresso de Verona (1822) e Ministro dos Negócios Estrangeiros (1823). Afastado dos cargos governamentais desde então, manteve sempre a lealdade expressa aos Bourbons, levando-o à oposição a partir da Monarquia de Julho, e até mesmo a uma relativa aproximação com os círculos republicanos. Sua trajetória permite visualizar a significação de novos caminhos de peregrinação que levavam os homens de letras para postos elevados do poder político na nova ordem, atendendo exigências que operavam tanto no interior da vida interna dos estados, como nos cenários da diplomacia.[9]

Entre 1822 e 1823, momento final da grande crise que envolvia a Espanha e suas colonias na América, Chateaubriand foi personagem chave na decisão da intervenção armada na Espanha (para restabelecer o poder de Fernando VII, ameaçado pela rebelião das Cortes). Intervenção que se propunha em abragência nos dois continentes, a situação possibilitou também ao grande escritor registrar suas impressões sobre o continente

7
Ver KOSELLECK, Reinhardt. *L'Experience de l'Histoire*. Paris : Gallimard Le Seuil, 1997. p.239. (*Futuro Passado*, 1a. ed. brasileira S.P., Ed. Contraponto, 2006).

8
Os escritos sobre o Congresso de Verona vieram à luz, pela primeira vez, em 1838. Ver CHATEAUBRIAND, François-René de. *Congrès de Vérone. Guerre d'Espagne. Négociations. Colonies espagnoles*. Edition originale, Leipzig. Paris: Brockhaus, Avenarius, 1838. Uma primeira edição das Memórias foi publicada em 1841. A edição utilizada aqui é a das *Oeuvres complètes*, vol. 12, *Le congrès de Vérone; Guerre d'Espagne* Fac-sim. de l'éd. de Paris : Garnier, [s.d.], (prob. 1861). Para um profundo e erudito estudo sobre a obra política de Chateaubriand ver a Introdução do especialista CLÉMENT, Jean Paul em *Chateaubriand politique* - François-René de Chateaubriand De l'Ancien Régime au Nouveau Monde- Ecrits politiques. Paris: Hachette, 1997. Do mesmo especialista, ver a introdução de *François-René de Chateaubriand, Grands écrits politiques*. Paris: Imprimerie National, 2005.

9
Sobre as relações entre letrados e política no período ver BÉNICHOU, Paul. *Le sacre de l'écrivain 1750-1830, Essai sur l'avènement d'un pouvoir spirituel laïque dans la France moderne*. Paris: Librairie José Corti, 1973. Especificamente sobre Chateaubriand ver BERGER, Guy. Chateaubriand et la politique. Numéro Hors-Serie, "Politique et Littérature". *La revue des Anciens Élèves de l'Ecole Nationale d'Administration*, Décembre 2003, publicação disponível em http://www.karimbitar.org/chateaubriand_guyberger, acessado em 03 de janeiro de 2010.

americano em grande abrangência, focalizando os movimentos de rebeldia dos colonos da América Espanhola, sua relação com as potências européias e com a já consolidada República dos Estados Unidos da América.

O protagonismo assumido por Chateaubriand na crise espanhola e seus efeitos sobre o conjunto da América que mais tarde seria denominada de "latina" sugerem a relevância de indagar sobre as percepções por ele registradas sobre essa "outra América". Assim, perseguindo na senda aberta por François Hartog e permanecendo no território da rica obra de François Chateaubriand, incorporamos esse espaço de experiência representado pelo Congresso de Verona e pelas decisões referidas à Guerra de Espanha (e seus efeitos), e nos perguntamos como ele foi traduzido em sua escrita, suscitando outras dimensões à sua percepção do tempo histórico, sobre a natureza das revoluções e principalmente, sobre os modos pelos quais *o comparatismo* aqui se exercita.

Tal recurso nos parece produtivo para pensar o modo como a ação e o pensamento convergiram na vida dessa personagem singular, condensando a contundência e a natureza contraditória das transformações em curso. Assim nos pareceu, inicialmente necessário reconstituir o lugar da fala de Chateaubriand sobre a "outra América", lugar que nos parecia evidentemente distinto daquele onde ele se colocara para falar da América do Norte. Buscávamos distinguir o jovem e inquieto viajante de 1791, do ressentido e torturado polemista de 1826, que se recolhia de volta ao mundo das letras, decepcionado com a perda do seu breve e intenso protagonismo político, como Ministro Plenipotenciário da França no Congresso de Verona (1822). Focalizando os escritos que Chateaubriand nos deixou sobre a intervenção francesa na crise espanhola (e sobre sua articulação com a emergência dos novos estados nações da América) procuramos compreender como eles também se mesclaram na cristalização do novo regime de historicidade – a vigência do *tempo das comparações*.

A evidência que perseguimos aqui provém também de outra constatação. O grande movimento empreendido por Chateaubriand no sentido de afastar-se da vida pública e empreender a publicação de sua obra parece ter se dado precisamente como resultante dessa grande decepção política que foi a sua passagem pelo Ministério entre 1822 e 1823, após a emergência da « outra » América no sistema internacional. A convergência entre a escrita da memória, reflexão sobre a praxis política, e reinvenção da vida que encontramos nesses trabalhos nos convencem de que eles tem um peso excepcional na configuração de seu pensamento, tendo em conta que a decisão de sua publicação pertence a essa mesma viragem que, afastando Chateaubriand da política institucional, levou-o à revisão explícita de algumas de suas posições e ao início da escrita de sua auto-biografia, da qual a *Guerra de Espanha* forma uma espécie de intróito.

Repensando o tempo e as revoluções antigas e modernas

É relevante ressaltar aqui a distância entre a experiência da viagem à América (1792) e a publicação de seu relato (1827), e apontar sua proximidade com um outro escrito, também ele paradigmático na reflexão sobre o tempo na obra de Chateaubriand. Refiro-me ao *Ensaio sobre as Revoluções Antigas e Modernas*, curioso trabalho escrito logo após seu retorno da América, demarcado pela tentativa fracassada de envolver-se na defesa da monarquia e pela perda da maior parte da sua família durante os anos mais férvidos da Revolução. A primeira versão do Ensaio sobre as

Revoluções, iniciada em 1794, no exílio, na Inglaterra, e publicada em 1797, era uma espécie de recorrido das revoluções da antiguidade clássica postas em paralelo com a revolução que presentemente se desenrolava na Europa, a partir da França. Esta aparecia, assim, desprovida de qualquer originalidade histórica, inserida naqueles movimentos cíclicos que de tempos em tempos assolavam a história humana. Um gesto significativo desponta, nesse particular, característico do método peculiar construído por Chateaubriand para inventar a si mesmo e narrar sua trajetória. Em 1826, ele decidiu publicar o Ensaio sobre as Revoluções na maneira original como o concebera, embora afirmasse discordar inteiramente de seu conteúdo. A idéia (e da sua narrativa) perpassa o texto do ensaio, comparado a um diário de viagem onde fosse registrada não a descoberta de novas paisagens e povos, mas uma transmutação interna, fruto da solidão e do infortúnio. Por outro lado, na comparação entre o prólogo de 1794 e o prefácio à edição de 1826, ele nos oferece o testemunho do vertiginoso sentimento de aceleração do tempo que acompanhara aquela primeira escrita. No prólogo original, ele dizia dessa aceleração em sua percepção de si, demarcando o uso pronominal do "eu", como marca da viagem interior e expressão da solidão e da amargura.

> Quando eu deixei a França, eu era jovem: quatro anos de sofrimento me envelheceram. Depois de quatro anos, vivendo em retiro no campo, sem um amigo com quem me consultar, sem ninguém que pudesse me ouvir, trabalhando para viver durante o dia e escrevendo, durante a noite, o que me ditavam a tristeza e o pensamento, acabei por esboçar este ensaio. Eu não ignoro os seus defeitos: se o "eu" aí reaparece tantas vezes, é que esta obra foi, desde o início, empreendida por mim, e apenas por mim. Vê-se, ao longo dela, um infeliz que conversa consigo mesmo; cujo espírito vaga de tema em tema, de lembrança em lembrança; um espírito que não tem a intenção de escrever um livro, mas mantém uma espécie de diário regular de suas excursões mentais, um registro de seus sentimentos, de suas idéias. O eu, se faz presente em todos os autores que, perseguidos pelos homens, passaram sua vida distantes deles. Os solitários vivem da lembrança e seu coração, como essas espécies de animais que, na falta de alimentos vindos do exterior, se nutrem de sua própria substância. [10]

Em 1826, o torvelinho do tempo se passa fora, no campo dos acontecimentos fugidios, que o escritor se esforça por apreender e aprisionar

> Eu comecei a escrever o Ensaio em 1794, ele veio à luz em 1797. Muitas vezes era necessário apagar à noite o quadro que eu havia traçado durante o dia: os acontecimentos corriam mais rápidos do que minha pena: sobrevinha uma revolução que colocava por terra todas as minhas comparações; eu escrevia sobre um barco durante uma tempestade, e pretendia pintar como se fossem objetos fixos as margens fugidias que passavam e se desfaziam à sua passagem[11]

Mantendo sempre o contraponto entre seus comentários de 1826 e o texto de 1794, ele optou por pontilhá-lo com extensas notas, em que critica suas posições anteriores. Nelas, apresenta sua convicção sobre o caráter falacioso dos paralelos e afirma sua crença no papel irredutível da dimensão temporal para a compreensão das distintas sociedades e processos históricos. É lapidar, nesse sentido, a retratação colocada em nota.

> O vício radical de todos estes paralelos, sem falar das esquisitices que eles produzem, é o de supor que a sociedade na época da revolução republicana da Grécia era semelhante à sociedade tal qual ela existe hoje : ora, nada pode haver

10
« Lorsque je quittai la France j'étais jeune : quatre ans de malheur m'ont vieilli. Depuis quatre ans, retiré à la campagne, sans un ami à consulter, sans personne qui pût m'entendre, le jour travaillant pour vivre, la nuit écrivant ce que le chagrin et la pensée me dictaient, je suis parvenu à crayonner cet Essai. Je n'en ignore pas les défauts ; si le moi y revient souvent,c'est que cet ouvrage a d'abord été entrepris pour moi, et pour moi seul. On y voit presque partout un malheureux qui cause avec lui-même; dont l'esprit erre de sujet en sujet, de souvenir en souvenir ; qui n'a point l'intention de faire un livre, mais tient une espèce de journal régulier de ses excursions mentales, un registre de ses sentiments, de ses idées. Le moi se fait remarquer chez tous les auteurs qui, persécutés des hommes, ont passé leur vie loin d'eux. Les solitaires vivent de leur coeur, comme ces sortes d'animaux qui, faute d'aliments extérieurs, se nourrissent de leur propre substance. CHATEAUBRIAND, François-René de. Essai historique, politique et moral sur les révolutions anciennes et modernes, considerées dans leurs rapports avec le révolution françoise. ed. 1826. In : *Oeuvres Completes* (Garnier, 1861), doravante citado como *Essai sur les Révolutions*, p.266

11
« Je commençai à écrire l'Essai en 1794, et il parut en 1797. Souvent il fallait effacer la nuit le tableau que j'avais esquissé le jour : les événements couraient plus vite que ma plume : Il survenait une révolution qui mettait toutes mes comparaisons en défaut ; j'écrivais sur um vaisseau pendant une tempête, et je prétendais peindre comme des objets fixes les rives fugitives qui passaient et s'abîmaient le long du bord ! ».CHATEAUBRIAND, François-René de. *Essai sur les Révolutions*, p.249.

de mais diferente. Os homens mantinham pouco ou nenhuma relação entre eles; faltavam estradas, o mar era desconhecido ; viajava-se raramente e com grande dificuldade ; a imprensa, este meio extraordinário de intercâmbio e veiculação de idéias, não havia sido inventada ; cada povo, vivendo isolado, ignorava o que se passava com o povo vizinho. Comparar a queda de Pisistratides em Atenas (...)(que, de resto não eram mais do que usurpadores das autoridades populares) à queda dos Bourbons na França; pesquisar laboriosamente qual foi a influência republicana sobre o Egito, sobre Cartago, sobre a Ibéria, sobre a Cítia, sobre a Grande Grécia, encontrar relações entre esta influência e a influência de nossa revolução sobre os diversos governos da Europa (... isto é um completo esquecimento, ou mais ainda, é uma falsificação completa da história. (...) Tudo é então falso nesses paralelos que eu pretendi estabelecer.[12]

Data de 1827, a primeira publicação do relato da viagem de Chateaubriand à América do Norte, juntamente com sua monumental "epopéia do homem primitivo", *Les Natchez*, embora este livro, fonte que irrigou todas as suas obras de ficção americana, tenha sido originalmente escrito em 1802. Nele, nosso autor viria a retomar a questão dos paralelismos, e o modo como estes transitavam entre antigos e modernos. Mas, agora, o tema vem executado em outra tonalidade, travejado pelas relações impressas pelo Velho Mundo sobre o Novo, através da colonização européia da época moderna. Diferentes metrópoles constituem diferentes culturas cívicas em suas colônias. A comparação coeva traveja-se com a explicação histórica, estabelecendo, desse modo, a partir do paralelo, um paradigma comparativo.

Um exemplo importante desse mecanismo encontra-se no fragmento que ele denominou "Repúblicas Espanholas"[13] e que foi por ele acrescentado ao relato da viagem à América do Norte. Que ele fosse publicado em 1827, logo depois do reconhecimento da independência das nações da América Espanhola e Portuguesa e como avaliação política e memorialística de sua vida pública, diz muito sobre a fecunda efervescência desses anos na construção do pensamento de Chateaubriand e de sua viragem na consideração das diferentes texturas do tempo e do devir histórico.

A comparação se estabelece aqui entre República e Monarquia, clivada pelos destinos distintos das duas porções da América. Esta diferença se fundava na própria experiência da colonização, tendo os colonos da América do Norte, egressos das lutas pelas liberdades na mãe-pátria, trazido para o solo americano as sementes de uma fecunda cultura cívica, apta a formatar instituições livres e republicanas. Assim, "como ingleses, os colonos dos Estados Unidos estavam já habituados à uma discussão pública dos interesses do povo, aos direitos do cidadão, à linguagem e à forma do governo constitucional. Eles eram instruídos nas artes, nas letras e nas ciências; eles compartilhavam de todas as luzes de sua mãe pátria. Eles desfrutavam da instituição do júri, eles tinham, além disso, em cada um de seus estabelecimentos, cartas em virtude das quais eles se administravam e se governavam"[14]. Estas "cartas" foram as bases constitucionais dos Estados que depois se constituíram sob o laço federativo.

Nas colônias espanholas, outro foi o legado dos séculos de colonização, pois a Espanha também transmitiu às suas colônias a sua religião, seus hábitos, costumes e preconceitos, que não incluíam, como na América do Norte, a experiência das liberdades públicas. Assim, perguntava Chateaubriand, puderam ser, os colonos "das velhas Espanhas, educados na escola da liberdade? Encontraram eles, em seu país de origem, as instituições, os ensinamentos, os exemplos, as luzes que formam um povo para o governo constitucional?".[15]

12
« Le vice radical de tous ces parallèles, sans parler des bizarreries qu'ils produisent, est de supposer que la société à l'époque de la révolution républicaine de la Grèce était semblable à la société telle qu'elle existe aujourd'hui : or, rien n'était plus différent. Les hommes avaient peu ou point de relations entre eux ; les chemins manquaient, la mer était inconnue ; on voyageait rarement et difficilement ; la presse, ce moyen extraordinaire d'échange et de communication d'idées, n'était point inventée ; chaque peuple, vivant isolé ignorait ce qui se passait chez le peuple voisin. Comparer la chute des Pisistratides à Athènes (qui d'ailleurs n'étaient que des usurpateurs de l'autorité populaire) à la chute des Bourbons en France ; rechercher laborieusement quelle fut l'influence républicaine de la Grèce sur l'Egypte, sur Carthage, sur l'Ibérie, sur la Scythie, sur la Grande-Grèce, trouver des rapports entre cette influence et l'influence de notre révolution sur les divers gouvernements de l'Europe, c'est un complet oubli, ou plutôt une falsification manifeste de l'histoire. (...)Tout est donc faux dans les parallèles que j'ai prétendu établir ». CHATEAUBRIAND, François-René de. Essai historique, politique et moral sur les révolutions anciennes et modernes, considerées dans leurs rapports avec le révolution françoise. ed. 1826. In : *Oeuvres Completes* (Garnier, 1861), p.379.

13
CHATEAUBRIAND, François-René de. « Républiques Espagnoles ». In : *Voyage en Amérique*. Vol.VI de *Oeuvres Complètes* (Garnier, 1861), p.212-221.

14
« Comme Anglois, les colons des Etats-Unis étoiente déjà accoutumés à une discussion pulique des intérêts du peupele, aux droit du citoyen ; au langage et à la forme du gouvernement constitutionnel. Ils étoient instruits dans les arts, les lettres et les sciences ; ils partageoient toutes les lumières de leur mère-patrie. Ils jouissoient de l'institution du jury ; ils avoient de plus, dans chacun de leurs établissements, des Chartes en vertu desquelles ils s'administroient et se gouvernoient ». CHATEAUBRIAND, François-René de. « Républiques Espagnoles ». Op.Cit., p.212.

15
"Ont-ils été, dans les vieilles Espagnes, élevés à l'école de la liberté? Ont-ils trouvé dans leur ancien pays les institutions, les enseignements, les exemples, les lumières qui forment um peuple au gouvernement constitutionnel? ». CHATEAUBRIAND, François-René de. « Républiques Espagnoles ». Op.Cit., p.213.

A resposta era sem dúvida pela negativa, fazendo os descendentes de Cortez e Pizarro, muito diferentes e muito menos preparados para o autogoverno do que os colonos ingleses da América do Norte, por que a Espanha havia transportado ao Novo Mundo sua religião, costumes, idéias e preconceitos. Por isso, eles formavam "uma população católica submissa a um clero numeroso, rico e poderoso; uma população mestiça de dois milhões novecentos e trinta e sete mil brancos; de cinco milhões, quinhentos e dezoito mil negros e mulatos livres ou escravos; de sete milhões quinhentos e trinta mil índios; uma população dividida em classe nobre e plebéia, disseminada por florestas imensas, em uma variedade infinita de climas, ao longo de dois continentes e dois oceanos; uma população quase sem laços nacionais e sem interesses comuns (...)".[16]

Pelas evidências anteriores, parece-nos legítimo supor que as indicações que demarcaram a mudança das concepções de Chateaubriand sobre o tempo foram todas elas explicitadas nessa mesma conjuntura crítica de sua vida. Foram elas: a decisão de anotar extensamente o *Ensaio sobre as Revoluções*, deixando o testemunho sobre a radical novidade da Revolução Francesa sobre todas as que a precederam; a publicação do relato de sua *Viagem à América*, também perpassado de extensas anotações sobre o tempo presente, (inclusive comparações entre as duas Américas) e a escrita do texto sobre o *Congresso de Verona-Guerra de Espanha*, em tom que fazia convergir o testemunho político e o tom memorialístico. Na etapa que então se encerrava, cumpria-se, para usar uma metáfora tão cara a ele, *uma longa travessia*. Parece-nos que o desdobramento da crise espanhola desempenhava nela uma paragem essencial, não apenas entre duas concepções do tempo, mas também no estabelecimento de uma relação característica entre "escrita de si" e "escrita da história" que fez dele uma referência fundamental para o vertiginoso movimento memorialístico que nele se espelhou.[17] Isso por que os escritos de Chateaubriand, o Congresso de Verona e a Guerra de Espanha tratam em profundidade da crise espanhola, da situação das Américas, e evidentemente, dos interesses geo-políticos e diplomáticos da França. Fazem-no, entretanto, na chave testemunhal que caracterizará a re-fundação do gênero auto-biográfico em sua interface com a escrita da história : o compromisso com a « veracidade », o fornecimento de abundante base documental, a preocupação com o julgamento dos pósteros, a colocação em evidência do papel do indivíduo e de suas escolhas no devir histórico.

É assim que, já na apresentação do relato sobre o Congresso de Verona, ele introduz o leitor a esta tensão entre história e memória, ao dizer que, embora versando sobre fatos vividos, o texto difere das Memórias, por ser publicado ainda em vida, sugerindo uma maior parcimônia em suas revelações: «parecem ter, erroneamene, confundido com as Memórias que não devem ser publicadas antes da minha morte, este relato sobre o Congresso de Verona e a Guerra de Espanha; eu não digo hoje mais do que posso dizer em vida; à tumba deixo o resto."[18] Embora escrevendo sobre fatos vividos por ele, ele afirma buscar a "imparcialidade do historiador", disposição que não elimina a tensão entre as duas facetas (o memorialista e o historiador), como se percebe no enigma semântico que ele se propôs.

> Vale a pena dizer que ao falar de mim, eu me servi alternadamente dos pronomes "eu" e "nós": "nós", como representante de uma opinião; "eu" quando acontece de eu estar pessoalmente em cena ou de exprimir um sentimento individual. O "eu »

16
« (...)Une population catholique, soumise à um clergé nombreux, riche et puissant; une population mêlée de deux millions neuf cent trent-sept mille blancs, de cinq millions cinq cent dix-huit mille nègres et mulâtres livres ou esclaves, de sept millions cinq cent trente mille Indiens; une population divisée en classe noble et roturière, une population disséminée dans d'immenses forêts, dans une variété infinie de climats, sur deux Amériques et le long des côtes de deux oceans; une population presque sans liens nationaux et ans intérêts communs (...)».CHATEAUBRIAND, François-René de. « Républiques Espagnoles ». In : *Voyage en Amérique*. Vol.VI de *Oeuvres Complètes* (Garnier, 1861), p.213

17
A idéia de que a Guerra de Espanha é o início de seu trabalho memorialístico é do próprio Chateaubriand.. Os escritos sobre o Congresso de Verona vieram à luz, pela primeira vez, em 1838. Ver CHATEAUBRIAND, François-René de. *Congrès de Vérone. Guerre d'Espagne. Négociations. Colonies espagnoles*. Edition originale. Leipzig ; Paris : Brockhaus : Avenarius, 1838. Uma primeira edição das Memórias foi publicada em 1841. A edição utilizada aqui é, *Oeuvres complètes*, vol. 12, *Le congrès de Vérone ; Guerre d'Espagne* Fac-sim. de l'éd. de, Paris : Garnier, 1861). Para um profundo e erudito estudo sobre a obra política de Chateaubriand ver a Introdução do especialista CLÉMENT, Jean Paul em *Chateaubriand politique* - François-René de Chateaubriand De l'Ancien Régime au Nouveau Monde- Ecrits politiques. Paris: Hachette, 1997. Do mesmo especialista, ver a introdução de *François-René de Chateaubriand, Grands écrits politiques*. Paris: Imprimerie National, 2005.

18
« On paraît avoir, mal à propos, confondu avec les Mémoires qui ne doivent paraître qu'après ma mort, ce récit du congrès de Vérone et de la guerre d'Espagne ; je ne dis aujourd'hui que ce que je puis dire de mon vivant ; à la tombe le reste. ». CHATEAUBRIAND, François-René. *Le congrès de Vérone; Guerre d'Espagne*. Op.Cit. p.3

choca por seu orgulho, o « nós » é um pouco jansenista e real. É suficiente que se esteja prevenido por esta mistura de pronomes: eles provavelmente se corrigirão um ao outro.[19]

O convívio tenso entre as duas dimensões e o resultado admirável que daí decorrer prefiguram já a maestria daquele que seria um dos fundadores da forma moderna de autobiografia. Nela, a história é vista como um palco em que a ação humana se submete ao julgamento dos pósteros.

> Nós não acreditamos pertencer a essa pequena classe de homens que, segundo Sêneca, bóiam e se debatem na espuma dos séculos; nós não acreditamos, tampouco, que as coisas da terra interessem aos mortos, além túmulo; mas, por uma ilusão de nossa existência atual, nós estamos mais presos à nossa memória do que ao momento presente, já que nossa memória, se ela durar, deve ser mais longa que nossa vida. Ora, como nós não estamos lá para protegê-la, é preciso que ela seja dotada de meios de se defender.[20]

As análises e justificativas deixadas por Chateaubriand sobre a intervenção francesa na Espanha parecem representar um ponto de inflexão no seu pensamento sobre a revolução, desdobrando de certa forma a cesura explícita em suas notas de 1826 ao *Ensaio sobre as Revoluções Antigas e Modernas*. Dentre os múltiplos e contraditórios sentidos que o termo assumiu no pensamento de Chateaubriand, a crise revolucionária na Espanha aparece freqüentemente em sua escrita sob o signo de sua semelhança com a Revolução Francesa. Tal semelhança adquire, entretanto, a tintura da imitação, da repetição farsesca. Os acontecimentos da Espanha apareciam como uma cópia servil dos eventos da Revolução Francesa: lá havia também os clubes, as moções, os assassinatos, as grandes proclamações. Ele assinalava, porém, uma diferença importante – "na França, tudo se fazia em nome do povo, na Espanha, tudo se fazia por intermédio do exército (...) A Península é uma espécie de Império Romano : as revoluções aí se reduzem a perturbações pretorianas e eleições legionárias (...)[21]. Este caráter, entretanto, não isentava a Revolução Espanhola de seu caráter intrinsecamente contagioso, pois era capaz de animar as forças da soberania do poço em diversos pontos da Europa, como o demonstravam os levantes recentes nos estados italianos, os de Portugal e as conspirações de que se tinha noticia na própria França. Suas reverberações eram já sentidas em todo o continente, onde "o Piemonte e Portugal, imitando assim como Nápoles, proclamaram a constituição de Cádis. Grenoble e Lyon se agitaram, as cortes aplaudiram. Toreno nos ataca em termos violentos; Alpuente propõe intervir nos negócios da Itália; Moreno Guerra quer romper com a Europa e expulsar de Madri os Ministros da Aliança. Os vencidos de todos os países se refugiam na Espanha, onde recebem encorajamento e abrigo".[22]

Em outro ponto, enfatizando o mimetismo da rebelião espanhola em relação aos acontecimentos revolucionários da França, ele apontava: "(...) Imitadores também do Império, os espanhóis emprestaram a expressão batalhão sagrado da retirada de Moscou, assim como parodiaram a Marselhesa, o *sanculotismo*, as proposições de Marat, as diatribes do Velho Jacobino, sempre tornando as ações mais vis e a linguagem mais baixa. Eles não produziram nada, porque eles não agiam pelo impulso do gênio nacional: eles traduziam e representavam perpetuamente nossa revolução em cena espanhola."[23]

19
« Vaut-il la peine que je dise qu'en parlant de moi je me suis tour à tour servi des pronoms nous et je : nous comme représentant d'une opinion, je quand il m'arrive d'être personnellement en scène ou d'exprimer un sentiment individuel. Le moi choque par son orgueil ; le nous est un peu janséniste et royal. Il suffit qu'on soit prévenu de ce mélange de pronoms : ils se corrigeront peut-être l'un par l'autre». CHATEAUBRIAND, François-René. *Le congrès de Vérone; Guerre d'Espagne. Négociations. Colonies espagnoles*. Edition originale. Leipzig; Paris : Brockhaus : Avenarius, 1838. p.4

20
« Nous ne croyons pas être de cette petite classe d'hommes qui, selon Sénèque, surnagent et se débattent parmi les flots des siècles ; nous ne croyons pas non plus que les choses de la terre intéressent les morts au delà de la tombe ; mais, par une illusion de notre existence actuelle, nous tenons plus à notre mémoire qu'au jour où nous vivons, notre mémoire, si elle dure, devant être plus longue que notre vie : or, comme nous ne serons pas auprès d'elle pour la protéger, il faut qu'elle porte en soi le moyen de se défendre ». CHATEAUBRIAND, François-René. *Le congrès de Vérone; Guerre d'Espagne*, p.37.

21
« (...) en France, tout s'était fait par le peuple ; en Espagne, tout se faisait par l'armée (...). La Péninsule est une espèce d'empire romain ; les révolutions s'y réduisent à des troubles prétoriens et à des élections légionnaires». CHATEAUBRIAND, François-René. *Le congrès de Vérone; Guerre d'Espagne*, p.19.

22
« Le Piémont et le Portugal, imitant Naples, proclamèrent la constitution de Cadix. Grenoble et Lyon s'émurent ; les cortès applaudirent. Toreno nous attaque en termes violents ; Alpuente propose d'intervenir dans les affaires d'Italie ; Moreno Guerra veut rompre avec l'Europe et chasser de Madrid les ministres de l'Alliance. Les vaincus de tous les pays se réfugient en Espagne ; ils y reçoivent encouragement et secours ». CHATEAUBRIAND, François-René. *Le congrès de Vérone; Guerre d'Espagne*. Op.Cit. p.23

23
« Plagiaires aussi de l'empire, les Espagnols empruntèrent le nom de bataillon sacré à la retraite de Moscou, ainsi qu'ils étaient bouffonesques de la Marseillaise , des sanculotides , des propos de Marat, des diatribes du Vieux Cordelier, toujours rendant les actions plus viles, le langage plus bas. Ils ne produisaient rien, parce qu'ils n'agissaient point par l'impulsion du génie national : ils traduisaient et jouaient perpétuellement notre révolution sur le théâtre espagnol ». CHATEAUBRIAND, François-René. *Le congrès de Vérone; Guerre d'Espagne*, p.31

A revolução espanhola, ao parodiar a revolução francesa, representava para ele, na verdade, uma dramática (e malograda) tentativa de acompanhar a marcha do século, que retirava dos espanhóis o melhor de suas glórias passadas, sem nada lhes oferecer no presente. Reforçando, com sarcasmo, a idéia de paródia, dizia ele: "nossas cabeças sem corpos e nossas carcaças sem cabeças, quando não podíamos mais distinguir seu horror, ofereciam ao menos, pelo arranjo simétrico do imenso ossuário, algo de assustador e de gigantesco. Não era assim, na Península [...] : os homens desta Península haviam transposto dois séculos em um salto, para vir ao encontro da nossa história – de um lado, Voltaire; de outro, a Convenção; mas estes séculos suprimidos retornavam, retomavam seu império e perturbavam a ordem violentamente estabelecida".[24]

Embora essa estratégia narrativa possa soar às vezes como uma reciclagem do "paradigma dos paralelos", torna-se logo evidente que, neste caso, o recurso é apenas uma tênue roupagem para sublinhar exatamente a idéia oposta: a de que a história não se repete e as revoluções tampouco. O ponto importante não é a similaridade, mas a afirmação da diferença, muito embora exista um nexo visível entre os distintos episódios da maré revolucionária, levando-o a focalizar o contato e a reversividade desses processos históricos. As revoluções modernas não apenas são diferentes das revoluções antigas; esta diferença se funda em algo que é intrínseco da modernidade e que estabelece o seu caráter "contagioso": ela não vem dos paralelismos da história, mas da capacidade de propagação das idéias. Assim, afirmava ele "...antes, as revoluções eram reprimidas por que, em geral, elas provinham das paixões, não das idéias: a paixão morre, como o corpo, a idéia vive, como a inteligência. Pode-se refrear uma paixão, não se pode prender uma idéia. A idéia revolucionária emitida por nós em 1789, depois de haver percorrido a Europa e a América, retornava a nós a partir da Espanha"[25].

A circulação das idéias e das pessoas fermentava os ideários políticos de forma incontrolável. Discursando na Câmara dos Pares no final de 1826, ele dizia, "(...) por acaso a natureza se detém? As idéias permanecem estacionárias? Os povos se calam? (...) Não, na Europa as velhas gerações estão prestes a desaparecer. Na América, nações novas se formam, e esta América, que recebeu de nós as constituições, no-las reenvia. O movimento está dado e não será suspenso; nós seremos surpreendidos (...) por revoluções que serão as últimas da antiga ordem. Estas revoluções se aproximam. Elas estão às nossas portas (....) nós não quisemos conduzir os acontecimentos, nós seremos conduzidos por eles"[26]

Em sua vertente americana, a ameaça revolucionária trazia consigo a forma republicana, o que vinha a representar uma frontal ameaça às monarquias restauradas. Enlaçavam-se, para ele, os destinos da monarquia européia, com aqueles dos regimes que seriam instaurados nas nações americanas. Assim sendo, perguntava ele, "(...)o que seria necessário fazer para não ser invadido na Europa pela soberania do povo, para evitar a luta repúblicas na força da idade e monarquias enfraquecidas pelo tempo e pelas revoluções?". Para responder com veemência: "(...) nós o repetiremos até a saciedade por que a questão reside inteiramente nisso: é preciso favorecer tanto quanto possível o estabelecimento de monarquias constitucionais na América e manter francamente aquelas que existem na Europa" [27]

Agir nesse sentido era também essencial para, utilizando a oportunidade de intervenção na Espanha em 1822, trazer de volta a França ao cenário político e militar europeu. Concentrando-nos inicialmente nesse *espaço de*

24
« Nos têtes sans corps et nos carcasses sans têtes, vues à distance, lorsqu'on ne pouvait plus distinguer leur horreur, offraient du moins, par l'arrangement symétrique de l'immense ossuaire, de l'effrayant et du gigantesque ; il n'en était pas ainsi dans la Péninsule (...): les hommes de cette Péninsule avaient franchi deux de leurs siècles d'un plein saut, pour rejoindre notre histoire, d'un côté à Voltaire, de l'autre à la Convention ; mais ces siècles supprimés revenaient, reprenaient leur empire et troublaient l'ordre violemment établi ». CHATEAUBRIAND, François-René. *Le congrès de Vérone; Guerre d'Espagne. Négociations. Colonies espagnoles*. Edition originale. Leipzig ; Paris : Brockhaus : Avenarius, 1838. p.31.

25
« Jadis les révolutions ont été réprimées, parce qu'en général elles procédaient des passions, non des idées : la passion meurt comme le corps, l'idée vit comme l'intelligence ; ainsi on retient une passion, on n'arrête pas une idée. L'idée révolutionnaire émise par nous en 1789, après avoir parcouru l'Europe et l'Amérique, nous revenait d'Espagne ». CHATEAUBRIAND, François-René. *Le congrès de Vérone; Guerre d'Espagne*. Op.Cit. p.19

26
« Mais la nature s'arrete-t-elle ? Mais le idées restent-elles stationnaires ? Mais les peuples se taisent-ils ? (...) Non : en Europe, les vieilles générations sont prêtes à disparoître ; en Amérique,, des nations nouvelles se forment, et cette Amérique, qui a reçu de nous des constituions, nous les renvoie. Le mouvement est donné, et ne sera point suspendu ; nous serons surpris (...) par des révolutions qui seront les denières de l'ancien ordre de choses. Ces révolutons arrivent ; elles sont à notre porte. (...) nous n'avons pas voulu conduire les événements, nous serons conduits para eux ».CHATEAUBRIAND, François-René, 19 de julho 1825. Fechamento da sessão da Câmara dos Pares, *Polémique (fin) Opinions et discours politiques; Fragments divers*. In : *Oeuvres complètes de Chateaubriand*. Paris :Garnier, [s.d.], vol.8. p.150.

27
« Que falloit-il faire pour ne pas être envahi en Europe para le souveraineté dupeuple, pour éviter la lutte entre des républiques dans la force de l'âge et des monarchies affoiblies par le temps et le révolutions ? Nous le répéterons jusqu'à satiété, parce que la question étoit là tout entière : il falloit favoriser autant que psosible l'établissement des monarchies constitutionnelles en Amérqie et maintenir franchement celles qui existent en Europe. CHATEAUBRIAND, François-René, 28 de outubro de 1825. *Polémique (fin) Opinions et discours politiques; Fragments divers*. Op.Cit. p.130.

experiência, propiciado pela crise espanhola e pela possibilidade de intervenção política em seu decurso, sumarizemos, brevemente, os principais pontos da estratégia desenvolvida por Chateaubriand na crise espanhola.

Um exército para a monarquia

Vista em seus múltiplos planos, a estratégia de Chateaubriand partia de uma avaliação da conjuntura internacional em que a defesa da monarquia constitucional nos dois mundos era o fundamento da recuperação de seu prestígio político no concerto europeu. A monarquia não devia ser apenas restaurada, no sentido da elevação ao poder dos reis legítimos, mas reinventada sob uma forma de constitucionalismo mitigado, que mantivesse a câmara dupla e uma grande parcela de poder real.

A intervenção na Espanha aparecia, inicialmente, como uma hábil maneira de alinhar uma forte corrente de opinião publica a favor da monarquia, dando a Luis XVIII um exército e à França uma vitória militar, no território onde Napoleão tivera uma de suas mais importantes derrotas políticas. É assim que, ao defender o direito de intervenção e a sua oportunidade, diante daqueles que temiam os riscos de uma derrota francesa ele argumentava: "não vos esqueçais jamais que, se a guerra com a Espanha, tem, como todas as guerras, seus inconvenientes e perigos, ela terá para nós uma vantagem imensa: ela nos criará um exército. Faltava, talvez, ainda, alguma coisa para a reconciliação completa dos franceses: ela se cumprirá na frente de batalha". E ainda « (...) Os companheiros de armas tornam-se rapidamente amigos ... O rei, com generosa confiança, confiou a bandeira branca aos capitães que haviam feito triunfar outras cores ; eles lhe ensinarão o caminho da vitória, pois jamais esqueceram o caminho da honra »[28] No mesmo sentido, ao defender a intervenção, em carta a George Canning de 1823, ele afirmava: "a guerra, dizeis , poderá subverter nossas instituições ainda mal consolidadas? Pode ser que sim, mas há duas maneiras de fazer perecer um governo: uma pelos reveses militares, a outra pela desonra. Se a Espanha revolucionária puder se gabar de ter feito tremer a França monárquica, se o *cocard* branco se retirar diante dos *descamisados*, ficará a recordação da potência do Império e dos triunfos *cocard* tricolor ; ora, calculai o efeito que terá esta recordação para os Bourbons. (...) Um sucesso ligará para sempre o exército ao rei e fará com que toda a França acorra ao chamado das armas ».[29] Concentrado em tirar o melhor partido desse efeito, Chateaubriand, na qualidade de Ministro de Estado ocupou-se pessoalmente de alguns detalhes do preparo militar, incluindo-se aí a escolha dos comandos, para que se mesclassem na frente de batalha, em torno do rei, as várias clivagens políticas que recortavam o exército.

Se a guerra da Espanha era vista como uma oportunidade para congregar o exército em torno de Luis XVIII, Chateaubriand insiste que ela não deveria ser identificada com a restauração do absolutismo monárquico nos moldes do Antigo Regime. A restauração da legitimidade monárquica espanhola em torno de Fernando VII era um passo que deveria ser completado pela criação de uma fórmula constitucional aceitável para a Espanha continental e pela mediação da Independência das Colônias.

Havia, entretanto, uma peça importante a ser movida no tabuleiro das negociações em Verona, e esta também se referia a interesses disseminados nos dois mundos: a questão do tráfico africano.

28
Cf. Intervenções de Chateaubriand em MAUROIS, André. *René ou la vie de Chateaubriand.* Paris: Bernard Gasset, 1938, p.336-361.

29
Canning 14 janvier 1823, citado em MAUROIS, André. Op.Cit. p.343.

A pressão britânica em Verona: o tráfico africano

Na reconstituição feita por Chateaubriand, a insistência da Inglaterra em introduzir a questão do tráfico negreiro em todos os encontros internacionais, desde Viena, fazia deste um dos temas mais espinhosos na relação entre as potências européias, que possuíam interesses divergentes nesse tema.

O tema chegou ao Congresso de Verona em 24 de novembro de 1822, através de duas memórias redigidas pelo Duque de Wellington. A primeira relacionava-se à abolição do tráfico africano e a segunda tratava do combate à pirataria nos mares da América, forçando habilmente uma aproximação entre as duas práticas – o tráfico negreiro e a pirataria. [30]

A investida britânica desdobrava-se em três pontos : a proposta de impor um direito de visita sobre as embarcações suspeitas de estarem engajadas no tráfico, a equalização do crime de tráfico negreiro ao crime de pirataria, com as puniçoes correspondentes (inclusive a pena de morte) e a imposição de embargo contra mercadorias provenientes de países que mantivessem o tráfico.

Se ativar a pressão contra o tráfico negreiro nos congressos intra-europeus constituia um elemento essencial da política externa britânica, a resistência contra essa pressão fez-se também peça-chave da política francesa defendida por Chateaubriand em Verona, não apenas por que ela incorporava interesses vitais dos grupos que pretendiam reativar a exploração das "ilhas de açúcar" no Caribe francês, mas porque ela representava também um ponto de convergência a ser explorado no interior do Império Espanhol, facilitando a aproximação entre os dois ramos da monarquia bourbônica e os interesses coloniais ligados ao tráfico.

Assim, aceitando o princípio geral proposto (a condenação moral do tráfico) a França opôs-se decididamente às pressões inglesas, tanto no que se referia ao direito de visita, como à assimilação do crime de tráfico ao da pirataria. Sobre o tema, Chateaubriand afirmava ironicamente que "a Inglaterra temia que o comércio ao qual ela havia renunciado com tanto pesar, caísse nas mãos de outras nações" [e que ela ansiava por] "forçar a França, a Espanha, Portugal e a Holanda a mudar subitamente o regime de suas colônias, sem se preocupar se estes estados haviam alcançado o grau de preparo moral onde se pudesse dar a liberdade aos negros, abandonando à graça de Deus a propriedade e a vida dos brancos" [31]. A Inglaterrra valia-se de sua superioridade econômica e de sua presença no mundo colonial, pretendendo que os franceses pudessem "jogar ao mar Pondichery, a Ilha de Bourbon, Caiena, a Martinica e Guadalupe, [...] estes miseráveis pontos esparsos de nosso solo na superfície de globo. »[32]

Analisando o caráter político das motivações inglesas, Chateaubriand procurava explorar as incoerências das suas lideranças políticas, particularmente dos *tories*, inimigos das liberdades políticas internamente e defensores hipócritas das liberdades na política internacional. Assim eram o « Marquês de Londonderry, o Duque de Wellington, inimigos das franquias em seu país, M. Canning, discípulo de William Pitt e opositor da reforma parlamentar, todos esses *tories* adversos durante trinta anos às moções de Wilberforce, haviam se tornado apaixonados pela liberdade dos negros, amaldiçoando a liberdade dos brancos : os ingleses, os ingleses brancos eram vendidos como escravos na América num tempo tão próximo de nós quanto o de Cromwell. O segredo dessas contradições está nos interesses privados e no gênio mercantil da Inglaterra, é isto que é preciso

30
CHATEAUBRIAND, François-René. *Le congrès de Vérone; Guerre d'Espagne. Négociations. Colonies espagnoles*. Edition originale. Leipzig ; Paris : Brockhaus : Avenarius, 1838. p.36-48.

31
« L'Angleterre avait peur que le commerce auquel elle avait renoncé à regret ne tombât entre les mains d'une autre nation ; elle voulait forcer la France, l'Espagne, le Portugal, la Hollande à changer subitement le régime de leurs colonies, sans s'embarrasser si ces Etats étaient arrivés au degré de préparation morale où l'on pouvait donner la liberté aux nègres, en abandonnant à la grâce de Dieu la propriété et la vie des blancs. » CHATEAUBRIAND, François-René. *Le congrès de Vérone; Guerre d'Espagne*. p.39.

32
« (...) il fallait que nous eussions jeté vite dans la mer Pondichery, l'île de Bourbon, Cayenne, la Martinique et la Guadeloupe, nous qui n'occupions que ces misérables points disjoints de notre sol, sur la surface du globe ». CHATEAUBRIAND, François-René. *Le congrès de Vérone; Guerre d'Espagne*. p.39.

compreender para não ser enganado por uma filantropia tão ardente quanto tardia: a filantropia é a moeda falsa da caridade ».[33]

Em uma memória onde a linguagem irônica se mesclava à grande contundência pela qual a França, liderando as demais potências, se opunha às medidas preconizadas pela Inglaterra, Chateaubriand mencionava a impopularidade dessas medidas junto à opinião francesa, ainda chocada com os acontecimentos de São Domingos. A opinião pública francesa, dizia Chateaubriand , supõe que, « no fundo dessa questão existem pontos de vista mercantis e um desígnio hostil ao comércio francês. [...] não se pode acreditar racionalmente que as poucas colônias que a guerra deixou à França sejam objeto de ciúme para uma potência que possui ilhas florescentes em todos os mares, vastos territórios na África e na América e um continente inteiro na Ásia »[34]. Se o povo francês parecia menos sensível à questão da escravidão, dizia ele, a explicação talvez estivesse em que « o massacre dos colonos em São Domingos e o incêndio de suas casas deixaram lembranças dolorosas nas famílias que perderam parentes e fortunas nessas sangrentas revoluções. Permita-nos lembrar esses infortúnios dos brancos, quando a memória inglesa rememora com tanta veracidade os sofrimentos dos negros, para que se possa compreender o modo pelo qual tudo aquilo que apela à piedade exerce um poder natural sobre a opinião. É evidente que a abolição do tráfico dos negros teria sido menos popular na Inglaterra se ela tivesse sido precedida pela ruína e pela mortandade dos ingleses nas Antilhas »[35].

A equalização do crime de tráfico ao da pirataria, dizia a memória, era também inadequada, dado que tal fato implicaria na aplicação da pena de morte, medida restrita ao sistema jurídico de cada estado em particular e que não poderia ser objeto de um fórum internacional.

Quanto ao direito de visita sobre as embarcações suspeitas de tráfico, possivelmente o ponto mais sensível da reivindicaçao britânica, a memória de Chateaubriand não deixava dúvidas de que ela poderia colocar ingleses e franceses diante da possibilidade de guerra, pois, «bastaria relembrar que neste ano mesmo, em plena paz, correu sangue francês nas costas da África. A França reconhece a liberdade dos mares para todos as bandeiras estrangeiras (...) ela não reclama para si senão a independência que ela respeita nos outros, e que convém à sua dignidade. »[36]

Desse modo, procurando ambiciosamente colocar-se nos dois mundos, entre os múltiplos significados da revolução, Chateaubriand procurava interpretar, em favor do interesse francês, as possibilidades abertas pelo legitimismo monárquico na Era dos Congressos. Temperá-lo com constituições outorgadas e fazê-lo expandir-se, na Europa e na América, sob a proteção francesa, foi um modo de posicionar-se entre Áustria e Rússia de um lado e a Inglaterra de outro, impondo-se sobre uma Espanha que se tornava periférica na política européia, em um modo perverso de interpretar a polissemia da nação na era das potências. Em outra frente, a oposição às pressões inglesas para a extinção do tráfico, assumia o papel de importante moeda de troca junto aos colonos americanos, ao mesmo tempo em que agradava a uma parte da opinião pública francesa. A libertação de Fernando VII e a restauraçao de seu poder é parte de uma elaborada estratégia mirando a recuperaçao do espaço político da França no contexto europeu e, ao mesmo tempo, buscando retomar, no panorama internacional, os três grandes eixos da politica francesa: Inglaterra, Estados Unidos e Caribe.

33
« Le marquis de Londonderry et le duc de Wellington, ennemis des franchises de leur pays, M. Canning, élève de William Pitt et opposé à la réforme parlementaire, tous ces tories adverses pendant trente ans à la motion de Wilberforce, étaient devenus passionnés pour la liberté des nègres, tout en maudissant la liberté des blancs : des Anglais, des blancs ont été vendus pour esclaves en Amérique dans un temps aussi rapproché de nous que le temps de Cromwell. Le secret de ces contradictions est dans les intérêts privés et le génie mercantile de l'Angleterre ; c'est ce qu'il faut comprendre afin de n'être pas dupe d'une philanthropie si ardente et pourtant venue si tard : la philanthropie est la fausse monnaie de la charité ». CHATEAUBRIAND, François-René. *Le congrès de Vérone; Guerre d'Espagne. Négociations. Colonies espagnoles*. Edition originale. Leipzig; Paris : Brockhaus : Avenarius, 1838. p.40.

34
« ce public suppose au fond de la question des vues mercantiles et un dessein hostile contre le commerce français. (...) on ne peut croire raisonnablement que le peu de colonies que la guerre a laissé à la France soit un objet de jalousie pour une puissance européenne qui possède des îles florissantes dans toutes les mers, de vastes territoires en Afrique et en Amérique et un continent tout entier en Asie». CHATEAUBRIAND, François-René. *Le congrès de Vérone; Guerre d'Espagne*. p.42.

35
« Le massacre des colons à Saint-Domingue et l'incendie de leurs habitations ont d'abord laissé des souvenirs douloureux parmi les familles qui ont perdu parents et fortune dans ces sanglantes révolutions. Il doit être permis de rappeler ces malheurs des blancs, quand le mémoire anglais retrace avec tant de vérité les souffrances des nègres, afin de faire comprendre comment tout ce qui excite la pitié exerce une puissance naturelle sur l'opinion. Il est évident que l'abolition de la traite des nègres eût été moins populaire en Angleterre si elle eût été précédée de la ruine et du meurtre des Anglais dans les Antilles». CHATEAUBRIAND, François-René. *Le congrès de Vérone; Guerre d'Espagne*. p.42.

36
« (...) il suffirait de rappeler que cette année même, en pleine paix, le sang français a coulé sur les rivages de l'Afrique. La France reconnaît la liberté des mers pour tous les pavillons étrangers, à quelque puissance légitime qu'ils appartiennent ; elle ne réclame pour elle que l'indépendance qu'elle respecte dans les autres, et qui convient à sa dignité ». CHATEAUBRIAND, François-René. *Le congrès de Vérone; Guerre d'Espagne*. p.44.

A monarquia constitucional: uma estratégia para os dois mundos

Em longos e reiterados trechos de seus escritos políticos, Chateaubriand enfatizou o enlace entre o destino das monarquias constitucionais na Europa e a possibilidade do enraizamento da instituição monárquica no Novo Mundo. Nesse sentido, a intervenção na Espanha não se confundia, para ele, com a restauração do absolutismo, mas pretendia o estabelecimento de um pacto constitucional que devia completar-se com a implantação de monarquias também constitucionais, encabeçadas por príncipes da Casa de Bourbon, no governo dos novos estados americanos tornados independentes.

A defesa da monarquia como forma adequada às formações ibéricas no Novo Mundo advinha de toda uma complexa avaliação do legado da colonização ibérica (como distinto daquele da colonização britânica), além das peculiaridades das formações sociais americanas.

A revolução e a república não eram formas nascidas no interior da cultura das novas nações da América, do mesmo modo que o foram nos Estados Unidos. Ela foi uma decorrência dos conflitos metropolitanos. Assim, segundo ele, "As colônias espanholas não foram, como os Estados Unidos, conduzidas para a emancipação por um princípio natural de liberdade; que este princípio não teve, na origem dos acontecimentos, esta vitalidade, esta força que anuncia a firme vontade das nações. Um impulso vindo de fora, de interesses políticos e de eventos extremamente complicados, é isto que podemos notar ao primeiro golpe de vista. As colônias se separaram da Espanha por que a Espanha foi invadida por Bonaparte; em seguida, elas deram a si mesmas constituições, como as Cortes fizeram com a mãe pátria; por fim, como nada de razoável lhes foi proposto, elas não quiseram retomar seu jugo »[37]. Desse modo, sem raízes profundas em suas próprias organizações sociais, as novas situações republicanas passaram a se assentar sobre os interesses das novas camarilhas de poder, criadas nas lutas pela independência.

Se o Velho Mundo imprimira sua forma ao novo, no decurso da colonização, cabia a ele também fomentar, nas novas entidades políticas nascentes, a monarquia constitucional. Esta parecia para ele uma etapa necessária da educação cívica, dessas formações sociais intrinsecamente clivadas pelas desigualdades étnicas e sociais, em muitas das quais persistia a escravidão.

Retomando, de certo modo, o plano dos paralelos, tanto a desordem revolucionária, como a ordem que deve superá-la partem ambas do Velho Mundo, e a monarquia constitucional deve ser seu instrumento. O paralelo não deve obscurecer, porém, os processos novos que a crise revolucionária favorecera. A América, atravessada pela crise revolucionária, havia se tornado campo aberto para o engrandecimento do poderio inglês. Entre 1822 e 1826, dez empréstimos haviam sido concedidos pelos bancos ingleses às novas nações, todos eles em condições vis. Dessa conta, Chateaubriand concluía que, a Inglaterra havia desembolsado a soma de 7 000 000 de libras esterlinas, para deixar uma dívida de 20 978 000. A estes empréstimos, juntava-se a sanha das companhias "empenhadas em explorar as minas, pescar as pérolas, cavar os canais, abrir caminhos, desbravar as terras do novo mundo que parecia estar de novo sendo descoberto (...) a Inglaterra tem vice cônsules nos pequenos portos, cônsules nos portos importantes, cônsules generais, ministros plenipotenciários na Colômbia e no México. Todo o país está recoberto de casas de comércio inglesas, de

37

« On voit donc que les colonies espagnoles n'ont pont été, comme les États-Unis, poussées à l'émancipation par um principe puissant de liberté ; que ce principe n'a pas eu, à l'origine des troubles, cette vitalité, cette force qui annonce la ferme volonté des nations. Une impulsion venue du dehors, des intérêts politique et des événements extrêmement compliqués, voilà ce qu'on aperçoit au premier coup d'oeil. Les colonies se détachoient de l'Espagne parce que l'Espagne étoit envahie ; ensuite elles se donnoient des constitutions, comme les cortès en donnoient à la mère patrie ; enfin on ne leur proposoit rien de raisonnable, et elles ne voulurent pas reprendre le joug ». CHATEAUBRIAND, François-René. *Voyage en Amérique*. In: Oeuvres complètes (GARNIER, 1861). p.216.

comissários de viagens ingleses, de agentes de companhias inglesas para a exploração das minas, de mineralogistas ingleses, de militares ingleses, de fornecedores ingleses, de colonos ingleses (...). O pavilhão inglês flutua em todas as costas do Atlântico e dos mares do Sul (...) As antigas colônias da Espanha, no momento de sua emancipação, tornaram-se uma espécie de colônias inglesas." [38]

Desse modo, a intervenção legitimista e constitucional na Espanha e o estabelecimento de monarquias constitucionais na América eram faces da mesma moeda, onde se buscava uma espécie de ponte entre dois tempos e entre dois mundos, conformando o modo peculiar de Chateaubriand interpretar o interesse nacional da França no panorama mundial em que a hegemonia inglesa se estabelecia de modo ameaçador. Se a liberdade do homem primitivo americano havia sido o sonho da sua juventude, trazer para a América a liberdade dos modernos na forma da monarquia constitucional seria o grande sonho de sua idade madura.

A impossibilidade da consecução desse objetivo viria a se traduzir em outras variações, sombrias e melancólicas, do tema do tempo e das revoluções.

38
« (...) compagnies destinées à exploiter les mines, pêcher des perles, creuser les canaux, ouvir les chemins, défricher les terres de ce nouveau monde qui sembloit découvert pour la première fois. (...)L'Angleterre a des vice-consuls dans les plus petites baies, des consuls dans les ports de quelque importance, des consuls gééraux, des ministres plénipotentiaires à la Colombie et au Mexique. Tout le pays est couvert de maisons de commerce angloises, de commis-voyageurs anglois, agents de compagnies angloises por l'explortation des mines, de mineralogistes anglois, de militares anglois, de fournisseurs anglois, de colons anglois (...) Le pavillon anglois flotte sur toutes les côtes de l'Atlantique et de la mer du Sud (...) Il résulte de ces faits que les anciennes colonies de l'Espagne, au moment de leur émancipatin, sont devenues des pespèces de colonies angloises. » CHATEAUBRIAND, François-René. *Voyage en Amérique*. In: Oeuvres complètes (GARNIER, 1861). p.216-217.

De tempos e revoluções

Em 1826, René de Chateaubriand (1768-1848) traduzia a amargura do malogro dessa iniciativa, tratando em tom sombrio a Europa e a América. Não mais era o Velho Mundo que se renovava fazendo florescer a cepa monárquica no continente americano. Ao contrário, as novas repúblicas revertiam sobre a Europa provocando temores e deslocando o lugar do velho continente como protagonista da história.

> A criação de novos povos diminui a importância relativa dos povos antigos. Antes, não havia no mundo civilizado senão a Europa; nesta Europa, não havia senão cinco ou seis grandes potências, cujas colônias não eram senão apêndices mais ou menos úteis. Hoje, existe uma América independente e civilizada; nesta América existem seis grandes Estados republicanos, dois ou três menores e uma grande monarquia constitucional. Estas nove ou dez nações, lançadas de um só golpe em um dos pratos da balança política, reduzem comparativamente o peso das monarquias européias. Não é mais uma querela entre a França, a Áustria, a Prússia, a Rússia e a Inglaterra, que modificará o destino da sociedade cristã. A diplomacia, o princípio dos tratados de comércio e de aliança, o direito político, vão se recompor sobre novas bases. Os velhos nomes, as velhas lembranças perdem muito de (...) sua autoridade em meio às recentes gerações (...) [e] em meio a jovens esperanças de um universo que se forma de outras idéias. [39]

39
« La création des nouveaux peuples diminue aussi l'importance relative des anciens peuples. Autrefois il n'y avait dans le monde civilisé que l'Europe ; dans cette Europe, il n'y avait que cinq ou six grandes puissances, dont les colonies n'étaient que des appendices plus ou moins utiles. Aujourd'hui il y a une Amérique indépendante et civilisée ; dans cette Amérique il y a six grands Etats républicains, deux ou trois plus petits, et une monarchie constitutionnelle. Ces neuf ou dix nations, jetées tout à coup dans un des bassins de la balance politique, rendent comparativement le poids des monarchies européennes plus léger. Ce n'est plus une querelle entre la France, l'Autriche, la Prusse, la Russie et l'Angleterre, qui fera le destin de la société chrétienne. La diplomatie, le principe des traités de commerce et d'alliance, le droit politique, vont se recomposer sur des bases nouvelles. Les vieux noms, les vieux souvenirs perdent aussi de leur autorité au milieu des récentes générations, au milieu des jeunes espérances d'un univers qui se forme dans d'autres idées ». CHATEAUBRIAND, François-René de. Polémique. In : *Oeuvres complètes*. Tomo VIII. (GARNIER, 1861). p.129.

É a melancolia e o sentimento da perda que tinge agora a avaliação das relações entre os dois continentes, revestindo-a de cores sombrias. À ampliação do número de nações independentes no Novo Mundo, desligando-se de suas antigas metrópoles, correspondia não mais o avanço das luzes e da civilização, mas uma redução do prestígio e da autoridade do velho continente. A inexorabilidade do tempo e a inevitabilidade das mudanças são aqui em um emaranhado de paradoxos: a Europa, centro irradiador das idéias que formavam o mundo civilizado, enfraquecia-se, perdia energias, precisamente em razão da expansão daquelas idéias e sua materialização em uma "América independente e civilizada". Desse modo, a reflexão sobre a dinâmica do tempo articula o velho e o novo, o antigo e o moderno, em peculiar e contraditória sincronia

É notório que um dos temas centrais da reflexão é o temor da expansão da forma republicana no continente americano, temor que

assume reverberações ainda mais ameaçadoras, quando associado aos ainda recentes e assustadores acontecimentos de São Domingos, onde a República emergira de uma revolução escrava. A ameaça republicana aparecia potenciada pela "republica negra", novidade assustadora que poderia contaminar com seu exemplo largas porções do continente.

> De um ponto de vista político mais elevado, pode-se predizer que a República de São Domingos terá, cedo ou tarde, irmãs nas Antilhas e no Oceano Índico. É necessário que os cabinetes se ocupem de tomar medidas mais eficazes para a segurança dos colonos. Deve-se também esperar novidades singulares nas relações diplomáticas. (...) Por tudo isso, precisamos nos convencer de que nós alcançaremos uma mudança capital na política européia. A criação das repúblicas do Novo Mundo, fortalecida pelo reconhecimento de um estado negro independente introduzirá, necessariamente, na diplomacia, princípios e homens cuja influência se fará sentir dentro de poucos anos sobre as velhas monarquias.[40]

Prosseguindo na reflexão proposta por Chateaubriand percebemos que, para ele, a extensão do regime republicano pelo continente americano ecoava como ameaça, sobretudo por que favorecia a preeminência inglesa no novo continente. Esta preeminência era assegurada, por um lado, porque a Inglaterra, se colocava na dianteira de um movimento de transformação econômica e também por que soubera ter uma sábia inserção política na crise do sistema colonial ibérico. Por outro, ao longo das guerras da revolução e do Império, a Inglaterra conservara e ampliara seu império colonial.

> A Inglaterra sofrerá menos por conta destas mudanças do que as potências da Europa continental, em razão de sua liberdade, de sua indústria, de seu comércio e de suas diversas possessões. Ela descortina as duas costas da América sobre os dois oceanos, ele conta, na Índia, com mais de oitenta milhões de súditos, ela estende suas colônias sobre as costas da África, [...]. O quinto continente está sendo povoado por ela; no Oceano Pacifico, ela criou pequenos reinos defendidos por uma marinha, canhões e fortalezas (...)ela as criou nas mesmas margens habitadas, há menos de cinqüenta anos, pelos selvagens que mataram o grande navegador que primeiro nos revelou sua existência. [41]

Os elementos aqui colocados em relevo sugerem a permanência da centralidade do espaço americano na reflexão francesa, na longa travessia revolucionária e na sua difícil reinserção no panorama internacional após a Restauração Bourbônica, lugar de onde são emitidas as melancólicas reflexões de Chateaubriand. Mas eles permitem observar uma rotação importante no modo como apareciam, depois da independência das colônias ibéricas, as articulações entre os dois mundos. Emergia daí uma multiplicidade de significados para a idéia de revolução, que abandona aí o *campo dos paralelos* (Ensaio sobre as Revoluções) e o exercício de paradoxos apresentado em Guerre d'Espagne (as revoluções se imitam?; de que modo elas se propagam?) para chegar à concepção de uma revolução dupla: a do passado, que se devia conjurar e a que se projetava de agora para o futuro, com a qual era preciso lidar inexoravelmente.

A travessia em que ele se empenhou com tanto afinco esteve assim travejada não apenas pelas metamorfoses do sentimento do tempo e das complexas relações entre os mundos nessas distintas temporalidades, como também por uma concepção polissêmica da idéia de revolução.

Esta idéia teve, ao longo de seus escritos, múltiplos avatares, partindo das reflexões que haviam sido suscitadas pelo espaço de experiência

40
« Sous un point de vue politique plus élevé, on peut prédire que la république de Saint-Domingue aura tôt ou tard des soeurs dans les Antilles et dans la mer des Indes. Les cabinets feront bien de se hâter de prendre les mesures les plus efficaces pour le salut des colons. On doit aussi s'attendre à des nouveautés singulières dans les relations diplomatiques. (...) De tout ceci, il faut bien se persuader que nous arriverons à un changement capital dans la police européenne. La création des républiques du Nouveau Monde, fortifiée par la reconnaissance d'un Etat nègre indépendant, introduira nécessairement dans la diplomatie des principes et des hommes dont les vieilles monarchies sentiront en peu d'années l'influence. ». CHATEAUBRIAND, François-René de. Polémique. In : *Oeuvres complètes.* Tomo VIII. (GARNIER, 1861). p.161.

41
« L'Angleterre souffrira moins que les puissances continentales européennes de cette création nouvelle, en raison de sa liberté, de son industrie, de son commerce et de ses diverses possessions. Elle regarde des deux côtés les Amériques sur les deux Océans ; elle compte dans l'Inde plus de 80 millions de sujets ; elle étend ses colonies sur les côtes de l'Afrique (...) Le cinquième continent se peuple par elle ; dans l'océan Pacifique elle a créé de plus petits royaumes, défendus par une marine, du canon et des forteresses;(...) elle les a créés sur ces mêmes rives habitées il n'y a pas encore cinquante ans par les sauvages meurtriers du grand navigateur qui le premier nous révéla leur existence. » CHATEAUBRIAND, François-René de. Op.Cit. p.92.

propiciado pela Revolução Francesa e tornando-se cada vez mais diversas, a partir da emergência dos acontecimentos políticos que se sucederam na década de 1820. Nesses textos, em particular nas polêmicas desenvolvidas na imprensa, quando aplicado à revolução francesa, o termo invoca sempre um cortejo de violências, de esmagamento das liberdades antigas, força cega e destruidora que devia ser conjurada. A revolução viera despertar a França e "empurrando o francês fora de seu leito, lançou-o ao túmulo", pois, durante o regime do terror "o crime operava livremente. As orgias no meio do sangue, os escândalos que, de tão horríveis, deixavam de escandalizar; (...) As mulheres do povo vinham executar seus trabalhos caseiros em torno da máquina de morte [a guilhotina] como se estivessem em seus lares; o cadafalso substituía os costumes públicos e a morte era a base do governo. [...] Dizia-se a um homem: 'tu és cristão, rico, nobre: morra (...)', e ele morria".[42]

Distinguindo as correntes democráticas das liberais, e opondo-as radicalmente, Chateaubriand atribuía às primeiras essa força cega e destruidora, associando-a ao princípio da igualdade, oposto ao princípio da liberdade. A igualdade absoluta constituía, segundo ele, "o verdadeiro caráter da Revolução Francesa".[43] Mesmo depois da Restauração, o ameaçador sentimento da igualdade grassava ainda na sociedade francesa, rondando a monarquia constitucional e impedindo que ela se consolidasse, pois « a igualdade absoluta se acomoda ao despotismo, que tudo nivela, mas não pode se coadunar com uma monarquia (...) A liberdade é o sentimento das almas elevadas : ela produz as grandes ações, cria as grandes pátrias e funda as instituições duráveis; ela se compraz da ordem e da majestade (...) A igualdade absoluta é a paixão das almas pequenas, ela se origina no amor-próprio e na inveja (...) e tende sem cessar à desordem (...)[44].

Carregado de outra carga de significações, que vai se tornar cada vez mais freqüente após 1822, a revolução aparece como um processo em curso, inarredável (não necessariamente auspicioso), para o qual seria preciso preparar-se para não ser atropelado por ele. Ela fazia parte de um "espírito geral do século", sobre o qual ele se empenha em alertar seus contemporâneos. Essa revolução não está no passado, ela conecta o presente ao futuro e é preciso se preparar para ela. Nessa dimensão, a revolução é quase um sinônimo da modernidade, fruto da perda do papel da religião como fundamento da monarquia, do desenvolvimento da indústria e da difusão das luzes entre as classes inferiores, tornando-as infensas a todo poder que não se fundamente sobre a razão. Ela é obra das grandes transformações econômicas e sociais do capitalismo e prefigura o que mais tarde seria chamado de sociedade de massas. Nessa qualidade, ela se encarna no poderio econômico da Inglaterra e nas instituições dos Estados Unidos da América, ressoando ameaçadora na possibilidade de sua extensão ao resto do continente.

> Hoje, tendes diante de vós uma vasta república cada vez mais florescente: sua população aumenta a cada dia, ela já avança sobre o Oceano Pacífico e vai encontrar a Rússia, sob as geleiras polares. Lá reina o princípio da soberania do povo. O espírito democrático da Europa não ganha força a partir dessa fonte sempre aberta? (...) Que as colônias espanholas passem ao estado republicano, não significa que o princípio monárquico na Europa seja cada vez mais atacado? (...).[45]

Fracassada a alternativa de extensão do princípio monárquico às antigas colônias espanholas, a revolução que se avizinhava e que se

42
« La révolution vint nous réveiller : en poussant le Français hors de son lit, elle le jeta dans la tombe. (...) le crime paraissait dans sa franchise. Des orgies au milieu du sang, des scandales qui n'en étaient plus à force d'être horribles ; voilà tout. Les femmes du peuple venaient travailler à leurs ouvrages domestiques autour de la machine à meurtre comme à leurs foyers ; les échafauds étaient les moeurs publiques et la mort le fond du gouvernement. (...) On disait à un homme : " Tu es chrétien, noble, riche : meurs ; " et il mourait. ». CHATEAUBRIAND, François-René de. Paris, 5 de dezembro de 1818. Polémique. In : *Oeuvres complètes*. Tomo VII. Paris: Garnier, s.d.,[prob. 1861]. p.549.

43
« Voici la verité : ce n'est oint la liberté, c'est l'égalité absolue qui a été le principe réel et qui forme encore le vrai caractére de la révolution françoise ». CHATEAUBRIAND, François-René de. Polémique. Op.Cit. p.18.

44
« L'egalité absolue s'accommode du despotisme qui nivelle tout mais ne peut s'arranger d'une monarchie (...) la liberté est le sentiment des âmes elévées : elle produit les grands actions, crée les grandes patries et fonde des institutions durables ; elle se plaït dans l'ordre et la majesté (...) L' égalité absolue ets la passion des petites âmes : elle prend sa source dans l'amour propre et l'envie (...) et tend sans cesse au désordre (...) . CHATEAUBRIAND, François-René de. Polémique. Op.Cit. p.23.

45
« Aujourd'hui vous avez devant vous une vaste république de plus en plus florissante : sa population augmente chaque jour ; déjà elle s'avance vers l'océan Pacifique et va chercher la Russie sous les glaces du pôle. Là règne le principe de la souveraineté du peuple. L'esprit démocratique de l'Europe ne puise-t-il pas à cette source toujours ouverte ? (...) Que les colonies espagnoles passent à l'état républicain, le principe monarchique en Europe n'en sera-t-il pas de plus en plus attaqué ? Chateaubriand ». Paris, 15 de agosto de 1819. CHATEAUBRIAND, François-René de. Polémique. Op.Cit. p.24.

confundia com a própria consolidação do poderio inglês, assentava-se após 1822, também naquela outra América, onde se expandia a forma republicana.

> Lançai um olhar sobre o mundo e vede o espetáculo que se vos apresenta. As repúblicas ocupam uma arte imensa da terra, nas margens dos dois oceanos ; nestes povos que dispõem de todo o vigor da juventude, nesses países ainda virgens, a civilização aperfeiçoada da velha Europa irá prestar seu socorro à uma natureza potente e enérgica. As máquinas da Inglaterra explorarão as minas da América, que serão, por assim dizer, descobertas por uma segunda vez. Os navios à vapor subirão todos esses rios destinados a facilitar as comunicações, depois de terem sido obstáculos invencíveis. As margens desses rios se cobrirão de cidades e aldeias (...) Nessas florestas, consideradas até então impenetráveis, passarão brevemente os caminhos de ferro (...) esta espécie de carruagens encantadas andando sem cavalos, transportando de cada vez, com uma rapidez extraordinária, cargas enormes e quinhentos ou seiscentos viajantes (...) e o istmo que uniu uma América à outra romperá sua barreira para dar passagem aos navios de um oceano a outro.[46]

Essa revolução, processando-se sob o regime político republicano, dava a este uma força inaudita, desconhecida das repúblicas antigas como aquelas das cidades italianas ou da Holanda. A extensão dessa potência às novas nações da América, tal era o risco que cabia às monarquias constitucionais da Europa conjurar.

Colocada entre as duas acepções de revolução – o desejo de igualdade, emprestado à revolução francesa e a força incontida do capital, representada pelo poderio britânico e pelos Estados Unidos da América – a penetração da idéia republicana nas Américas carregava também esta carga de incendiaria reversividade, fazendo com que a ameaça revolucionária transitasse entre os dois mundos.

Essa concepção virá a ganhar sua plenitude nas suas monumentais memórias, cuja escrita ganhou ritmo precisamente após o encerramento de sua carreira política e dos escritos analisados neste ensaio. As memórias são, na verdade, um grande tratado sobre o enlace entre o tempo da vida individual e o tempo da história. Apesar das tinturas sombrias, esses escritos estão perpassados pelo sentimento de que se vive um tempo novo, em que o futuro resulta de um movimento inexorável e de desfecho desconhecido. A reflexão sobre o passado forma o substrato da identidade humana e de sua orientação diante dos acontecimentos. Ela é necessária para informar a ação dos homens, não para repeti-la em um movimento cíclico ou para compreender seus curiosos paralelismos. Ela se presta a explorar a possibilidade de modificar o ritmo e a direção dos acontecimentos, *fazendo a história.* A expressão notória dessa idéia é a metáfora recorrente onde o tempo é comparado, de diferentes maneiras, ao curso dos rios.

Explorando essa imagem sempre reiterada, *o rio do tempo*, ele não falava de um espaço contemplativo, mas da perspectiva da ação. Na formulação que se tornou lapidar, o tempo é um rio, mas o olhar não se demora sobre a turbulência das águas. Ele pousa sobre os movimentos do nadador, que deixa a margem e mergulha, vencendo a turbulência da corrente, fazendo a travessia entre tempos e mundos.

> Eu me encontrei entre dois séculos, como na confluência de dois rios; eu mergulhei em suas águas turbulentas, afastando-me a contragosto da velha margem onde eu nasci, nadando com esperança em direção à margem desconhecida.[47]

46
« Jetez un regard sur le monde, et voyez le spectacle qu'il vous présente. Des républiques occupent une immense partie de la terre sur les rivages des deux Océans ; chez ces peuples, qui ont toute la vigueur de la jeunesse, dans ces pays vierges encore, la civilisation perfectionnée de l'ancienne Europe va prêter ses secours à une nature puissante et énergique. Les machines de l'Angleterre exploiteront les mines de l'Amérique, découverte pour ainsi dire une seconde fois. Des bateaux à vapeur remonteront tous ces fleuves destinés à devenir des communications faciles, après avoir été d'invincibles obstacles. Les bords de ces fleuves se couvriront en peu de temps de villes et de villages, (...). Dans ces forêts, réputées impénétrables, bientôt passeront, sur des chemins de fer,(...) ces espèces de chariots enchantés marchant sans chevaux, transportant à la fois, avec une vitesse extraordinaire, des poids énormes et cinq à six cents voyageurs. (...) et l'isthme qui unit l'une et l'autre Amérique rompra sa barrière pour donner passage à ces vaisseaux dans l'un et l'autre Océan. ». Paris, 24 de outubro de 1825. CHATEAUBRIAND, François-René de. Polémique. In : *Oeuvres complètes.* Tomo VIII. Paris: Garnier, s.d.,[prob. 1861]. p.121.

47
« Je me suis rencontré entre les deux siècles comme au confluent de deux fleuves ; j'ai plongé dans leurs eaux troublées, m'éloignant à regret du vieux rivage où j'étais né, et nageant avec espérance vers la rive inconnue (...) ». CHATEAUBRIAND, François-René de. *Mémoires d'outre-tombe* (1848). Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, II, 1952. p.933-934. Ver também CLÉMENT, Jean Paul. « Présentation » de Chateaubriand. *Grands écrits politiques.* Paris: Imprimerie nationale, 1993.

Considerações finais

No plano da ação, é preciso ressaltar, em primeiro lugar, que a intervenção na questão espanhola foi um retumbante sucesso militar. Armado de um exército de 100.000 homens (os cem mil cavaleiros de São Luis) sob o estandarte monárquico dos Bourbons, a França invadiu a Espanha, colocou fim à experiência constitucional das cortes e restaurou o poder de Fernando VII. Mesclando habilmente comandos que haviam lutado sob Napoleão e comandos realistas, o próprio Chateaubriand se empenhou para que a Europa visse, pela primeira vez em 34 anos, o exército francês marchar sob a flor de lis da monarquia. Os temidos descontentamentos e motins não se manifestaram. O exército foi parado na passagem de Bidassoa por cento e cinqüenta militantes franceses e italianos que gritavam palavras de ordem aos soldados, incitando-os a não participarem de uma operação destinada a "recolocar um déspota no trono". A manifestação foi recebida com uma canhonada e dispersa. O governo constitucional recuou para Sevilha em março de 1823 e para Cádis, em junho, onde, depois de um mês de resistência dos constitucionais, o forte de Trocadero foi rendido, dando o seu nome a uma batalha e a uma das célebres praças de Paris.

Na Espanha, a despeito das declaradas intenções de Luis XVIII em favorecer uma ordem constitucional moderada, nenhuma força se interpôs de maneira eficaz ao fortalecimento de uma ordem tirânica e ao desenvolvimento de uma onda de perseguições e arbitrariedades. Chateaubriand, que nunca o teve em boa conta, trata Fernando VII como um tirano obtuso, incapaz de compreender os desafios de seu tempo.[48] Comprometida com o desenrolar dos acontecimentos, a França deixou na Espanha cerca de 45.000 homens, a pedido do Fernando VII, força de ocupação que lá permaneceu até 1828.

Na América, o processo acabou por afastar as províncias que ainda mantinham lealdade a Coroa Espanhola, na expectativa de uma ordem constitucional que fosse capaz de construir a unidade da nação mantendo as autonomias provinciais em um plano aceitável para as províncias dos dois continentes. A idéia de extensão de monarquias bourbônicas no continente, tinha contra ela oposições de grande monta (embora despertasse também grandes simpatias), a começar pelas soluções republicanas já consolidadas e a concluir pela falta de monarcas legítimos, embora a vaidade extremada de Chateaubriand gostasse de atribuir o fracasso dessa alternativa apenas a sua queda[49].

A ação significou, na verdade, o fim da concepção que a Santa Aliança havia buscado impor de uma força de contenção contra a França, que emerge do Congresso restaurada em seu prestígio militar, que seria usado diversas outras vezes ate 1871, em defesa do principio monárquico e da religião católica. A questão espanhola ajudou a catapultar a França de volta para o cenário das decisões européias, rompendo o dique de contenção que contra ela se organizara em 1815.

É preciso, finalmente, mencionar o Império brasileiro, personagem pouco citado nas reflexões de Chateaubriand sobre a Espanha, mas a quem, além de sua influência literária, se ligariam também aspectos importantes de sua artesania política. A reinvenção da monarquia, com legitimidade dinástica em um único país da América, fez do Império do Brasil um aliado importante da França no continente, aliado do qual muitas vezes o Império brasileiro pode se valer para contrabalançar o poderio britânico, principalmente na questão do tráfico. Por outro lado, vale lembrar que o

48
Ver evolução dos acontecimentos e comentários de Chateaubriand em MAUROIS, André. *René ou la vie de Chateaubriand.* Paris: Bernard Gasset, 1938. p.344-350.

49
Sobre a questão do legitimismo nas Américas, ver GARAVAGLIA, Juan Carlos. Os primórdios do processo de independência hispano americano. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência:* História e Historiografia. São Paulo: Ed. Hucitec/ Fapesp, 2005. p.107-235.

Tratado, assinado por D. Pedro em 1826, reiterando a intenção de terminar o tráfico negreiro até 1831, perdia muito de sua eficácia enquanto a Inglaterra não contasse com a possibilidade de abordar diretamente os navios suspeitos e enquanto a monarquia brasileira pudesse contar com o anteparo das ácidas críticas de setores importantes da governança e da opinião pública francesa, à ação dos cruzadores britânicos no combate ao tráfico, situação que, com diferentes níveis de intensidade, manteve-se até a Revolução de 1848 e a definitiva abolição da escravidão nas colônias francesas.

Desse modo, o rio do tempo executava aqui também seus caprichos, e a travessia para as liberdades constitucionais carregou consigo possibilidades também renovadas ao comércio negreiro, graças, pelo menos em parte, à sagacidade de Chateaubriand. Nesses tempos de crise, erráticos e contraditórios, o tempo se acelerava e as significações se multiplicavam, suscitando um olhar do presente para o futuro, e fazendo aparecer o passado com novas tinturas e possibilidades. Era um tempo capaz de envelhecer os homens e os povos, mas era também muito propício à História.

Recebido para publicação em janeiro de 2010
Aprovado em janeiro de 2010

Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem

Between Ancient and Modern: the Writing of History in Chateaubriand. Essay on Historiography and Travel Reports

Temístocles Cezar
Professor no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IFCH / UFRGS – Porto Alegre / Brasil) e bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
e-mail: t.cezar@ufrgs.br

Resumo
O artigo tem por objetivo comentar o artigo de Wilma Peres Costa, *Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América*, a partir de três questões relacionadas à minha formação: I. O relato de viagem como instrumento heurístico para a escrita da história; II. A (des)ordem do tempo em Chateaubriand; III. À guisa de conclusão, retomo a hipótese do autor como um vencido que não morre.

Abstract
This article aims to discuss Wilma Peres Costa's *Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América* from three subjects related to my academic formation: 1. travel report as a heuristic instrument to history writing; 2. the (dis)order of time in Chateaubriand's work; 3. in order to build the conclusion, I recapture the assumption of the author as a loser who never dies.

Palavras-chave
historiografia, relatos de viajantes, memórias históricas, literatura

Keywords
historiography, travelers´ accounts, historical memoirs, literature

Souvent l'historien n'était qu'un voyageur racontant ce qu'il avait vu.
(Chateaubriand, *Études historiques*)[1]

Je hais les voyages et les explorateurs.
(Claude Lévi-Strauss, *Tristes Tropiques*)[2]

Entre tempos e mundos

Não, Chateaubriand não odiava as viagens e os exploradores! Atravessou várias vezes os mares, viveu entre os *selvagens* e em palácios reais, nos campos e nas cidades. Viajou pela Grécia, foi peregrino em Jerusalém, sentou-se sobre todos os tipos de ruínas. Viu passar o reinado de Luís XVI e o império de Bonaparte, dividiu o exílio com os Bourbons, dos quais anunciou o retorno. Dois pesos, que lhe pareciam arraigados à sua sorte, fizeram-no subir ou descer em uma proporção igual: assim como o prendiam, libertavam-no. Acostumado a essas intempéries, quando chegava a um porto, via-se sempre como um navegador que logo reembarcará, não deixando em terra nenhum estabelecimento sólido.[3] Ele se ocupou da guerra e da paz, assinou tratados e protocolos diplomáticos; assistiu a congressos e conclaves e também a reedificações e demolições de tronos. Por ter feito a história, por ter muito viajado, julgava-se capaz de escrevê-la. Uma vida solitária e silenciosa que seguia em meio a esse tumulto e barulho acompanhada pelas filhas de sua imaginação: Atala, Amélie, Blanca, Velléda, sem falar daquilo que poderia chamar de suas realidades cotidianas, não fossem elas seduções quiméricas. No final da vida, habitava-lhe o medo de que fora uma alma maldita. Viajante, escritor, homem de estado, viveu entre dois séculos, como na confluência de dois rios, em cujas águas turvas mergulhou, distanciando-se, contra seu desejo, da velha margem onde nascera, nadando, com esperança, em direção desconhecida.[4]

Entre tempos: o passado, o presente, mas também o descontínuo e a memória; *e mundos*: o velho e o novo, e, em cada um deles, o antigo e o moderno que se imiscuem e se entrecruzam. *Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América*, de Wilma Peres Costa, nos convida a aventurarmo-nos no cosmos de um personagem de si mesmo, um *romântico*, marcado pela audácia, pelas contradições e por uma profunda melancolia.[5]

Nota teórico-metodológica

O artigo de Wilma Peres Costa situa-se em uma conjuntura de renovação dos estudos em teoria da história e história da historiografia, área cujo número de publicações tem, nos últimos anos, aumentado de forma significativa. Contudo, os trabalhos realizados no Brasil ainda carecem de uma agenda autônoma de investigação no que diz respeito a conceitos, noções e problemas mais específicos. Como ressaltam dois importantes pesquisadores da nova geração, Fernando Nicolazzi e Valdei Lopes de Araújo, a busca da autonomia neste campo "não significa uma produção surda ao diálogo com a história social, cultural ou política", mas se apóia na singularidade dos seus objetos e, portanto, em um questionário próprio.[6] Nesse sentido, em uma avaliação acerca da historiografia como campo e objeto de pesquisa, Manoel Luiz Salgado Guimarães já assinalara que somente sob o crivo da reflexão histórica, "os textos de história

1
CHATEAUBRIAND, René. Études historiques (1831). *Œuvres complètes de Chateaubriand*. Paris: Garnier, T.IX, 1861. p.6-7.

2
LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes tropiques*. Paris: Plon, 1955. p.13.

3
CHATEAUBRIAND, René. Préface générale (1826). *Œuvres complètes de Chateaubriand*. Paris: Garnier, T.I, 1861. p.235.

4
CHATEAUBRIAND, René. *Mémoires d'outre-tombe* (1848). Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, II, 1952. p.933-934. Ou ainda: "Quatre fois j'ai traversé les mers. (...) Des auteurs français de ma date, je suis quasi le seul qui ressemble à ses ouvrages: voyageur, soldat, publiciste, ministre, c'est dans les bois que j'ai chanté les bois, sur les vaisseaux que j'ai peint l'Océan, dans les camps que j'ai parlé des armes, dans l'exil que j'appris l'exil, dans les cours, dans les affaires, dans les assemblées que j'ai étudié les princes, la politique et les lois". Op. Cit. p.935.

5
Gostaria de expressar meus agradecimentos aos organizadores e participantes do Fórum, em especial, aos professores Wilma Peres Costa e Marco Morel pelo convite para integrar a mesa de discussão.

6
NICOLAZZI, F. e ARAÚJO, V. A história da historiografia e a atualidade do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo. In: ARAÚJO, Valdei Lopes de. (org.) *A dinâmica do historicismo*: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. p.10-11.

deixam de ser meros pretextos para se constituírem em núcleos centrais de investigação".[7] Tradicionalmente orientados pela exterioridade dos pressupostos de investigação, os estudos historiográficos privilegiaram uma *démarche* mais descritiva de autores e obras, na qual os aspectos ideológicos ou econômicos dos contextos de produção sempre foram evocados como princípio explicativo preponderante da interpretação histórica.[8] Mais recentemente, algumas pesquisas na área passaram a propor *problemas historiográficos*, ancorando-se em uma preocupação epistemológica de *historicizar* os pressupostos teóricos e as práticas da escrita da história. De um modo geral, percebe-se a emergência de uma perspectiva de trabalho que, segundo François Hartog, pretenda estar "mais vigilante às sirenes dos reducionismos".[9]

Wilma Peres Costa, atenta a essas recomendações, parte justamente das considerações sobre Chateaubriand desenvolvidas por Hartog. Especialista em historiografia antiga e moderna, o historiador francês submete a obra de Chateaubriand a um conjunto de problemas teóricos que orientam suas pesquisas nas últimas três décadas, a saber: as diferentes temporalidades que caracterizam o discurso histórico (os regimes de historicidade), os relatos de viagem como fundamento historiográfico e as distintas modalidades que a escrita da história pode assumir.[10] Além de incorporar essas reflexões com prudência metodológica, a autora avalia aspectos específicos, não considerados por Hartog em a *Voyage en Amérique*, bem como acrescenta o relato de Chateaubriand sobre o Congresso de Verona de 1822, do qual participou como ministro plenipotenciário do governo da França.[11]

Meu comentário ao artigo de Wilma Peres Costa concentra-se em três questões mais relacionadas à minha formação: I. O relato de viagem como instrumento heurístico para a escrita da história; II. A (des)ordem do tempo em Chateaubriand; III. À guisa de conclusão, retomo a hipótese do autor como um vencido que não morre.[12]

I. Relato de viagem e escrita da história

O relato de viagem é um gênero literário sem lei. Apesar de sua tradição ser bem estabelecida e sua leitura atravessar o tempo, este tipo de escrita continua avesso a debates teóricos.[13] Contudo, mesmo sendo uma narração fugidia que resiste a toda descrição minuciosa que não seja uma simples taxonomia de seus conteúdos, a versatilidade do texto que narra uma viagem se manifesta através de uma certa liberdade formal e de uma plasticidade que o tornam adaptável a numerosas sociedades.

Por outro lado, o relato de viagem pode se fixar sobre determinadas formações discursivas e ser regrado por códigos específicos. Assim, por exemplo, o encontramos integrado às matérias de um diário (o *Journal de voyage* de Montaigne), de uma autobiografia ou de um ensaio etnográfico (o *Tristes tropiques* de Claude Lévi-Strauss), de obras epistolares (as *Lettres d'un voyageur* de George Sand), ou ainda retranscrito em forma diversa daquela de sua primeira ocorrência (como, por exemplo, *Voyage au Canada*, relato retrospectivo em que Jacques Cartier retoma as notas de vários diários de bordo). Da mesma maneira que pode se adaptar às exigências desse conjunto de possibilidades literárias, o relato de viagem se constitui em um campo disponível aos múltiplos discursos que o percorrem e que o articulam, tais como o do antigo cosmógrafo, do geógrafo, do naturalista, do etnógrafo, do

7
GUIMARÃES, Manoel L. S. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. PESAVENTO, S. J. *História Cultural:* experiências de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p.21.

8
O que nada lhes retira da sua validade e importância científica. Tratam-se somente de abordagens diferentes.

9
HARTOG, François. L'histoire tentée par l'épistémologie? *Évidence de l'histoire. Ce que voient les historiens*. Paris: Ed. EHESS, 2005. p.230-235.

10
HARTOG, François. *Le miroir d'Hérodote. Essai sur la représentation de l'autre*. Paris: Gallimard, 1991; Idem. *Le XIXe siècle et l'histoire. Le cas Fustel de Coulanges*. Paris: PUF, 1988; Idem. Temps et histoire. 'Comment écrire l'histoire de France ?'. *Annales*, 1995, 6, p.1219-1236; Idem. *Mémoire d'Ulysse: récits sur la frontière en Grèce ancienne*. Paris: Gallimard, 1996; Idem. *L'histoire d'Homère à Augustin: préfaces des historiens et textes sur l'histoire*. Paris: Seuil, 1999; Idem. *Os Antigos, o passado, o presente*. Brasília, UnB, 2003; Idem. *Régimes d'historicité, présentisme et expérience du temps*. Paris: Seuil, 2003; Idem. Temps du monde, histoire, écriture de l'histoire. *L'Inactuel*, 12, 2004, p.93-102; Idem. *Évidence de l'histoire. Ce que voient les historiens*. Paris: Ed. EHESS, 2005; Idem. *Anciens, modernes, sauvages*. Paris: Galaade, 2005.

11
CHATEAUBRIAND, René. Congrès de Vérone. *Œuvres complètes de Chateaubriand*. Paris: Garnier, T.XII, 1861. p.5-112.

12
O debate que se sucedeu à apresentação dos textos no Fórum além de me corrigir equívocos de interpretação, suscitou a mim e audiência uma série de questões cuja análise depende de pesquisas mais específicas. No entanto, ressalto algumas a fim de tentar recriar um pouco a *cor local* da discussão: o professor István Jancsó propôs o debate acerca da relação entre história da historiografia e história política; João Paulo Pimenta salientou a particularidade do regime de historicidade brasileiro no qual haveria uma pluralidade de concepções de história (*historia magistra vitae*, o *progresso* como medida do tempo etc.), além de destacar a importância da circulação de idéias a partir dos relatos de viagem; Andréa Slemian colocou a questão da reversibilidade das revoluções e da crise das monarquias ressaltando a importância do pensamento de Benjamin Constant nesse contexto; André de Arruda Machado e Fernanda Sposito, por sua vez, realçaram o papel de Chateaubriand no Império Brasileiro e sua influência sobre o movimento romântico.

13
HOENEN, R. le. Qu'est-ce qu'un récit de voyage? *Littéralis*, (Les modèles du récit de voyage). Cahiers du Département de Français de Paris X – Nanterre: 1990. p.11-27. Para uma tentativa de compreender os relatos de viagem como um gênero literário ver DOIRON, N. De l'épreuve de l'espace au lieu du texte: le récit de voyage comme genre. *Voyages, récits et imaginaire*. Montreal: B. Beugnat, 1984. p.15-31.

administrador e do economista, do militar, do missionário, do arqueólogo, do *marchand* e do amante de obras de arte, e, enfim, do escritor e do historiador. Cada um deles é dotado de seu próprio léxico, o que não os impede de se cruzarem reciprocamente. Trata-se de um texto cuja condição fragmentária o torna passível de ser apreendido segundo o desejo do receptor; assim, se "viajar é multiplicar-se", segundo Machado de Assis[14] (que curiosamente não gostava de viajar!), então o relato de viagem é uma escrita que desconhece fronteiras.[15]

No entanto, se de um lado existe uma pluralidade de recepções, de outro, um ponto parece ser comum a todas: o conteúdo dos relatos seria uma manifestação da verdade daquilo que os viajantes viram; parece haver uma *intenção de verdade* no texto, efeito da autópsia, isto é, do "olho como marca de enunciação, como intervenção do narrador no relato, para provar".[16] É muito provável que seja por esta razão que a historiografia, sobretudo a partir do século XIX, momento de sua primeira aproximação com a ciência, passa a servir-se desses relatos como documento histórico. Uma fonte que viu o que descreve e experimentou o que viu. Pelo menos é o que os viajantes afirmam... Não seria, todavia, um excesso de zelo ter em mente o que dizia o velho capitão Burton: "ver não é saber, mas crer".[17]

Para os românticos da virada do século XVIII e início do século XIX, viajar é uma experiência intelectual imprescindível. O deslocamento no espaço os auxilia a pensar sobre um conjunto de materiais novos e, principalmente, diferentes.[18] Os clássicos românticos europeus, como Chateaubriand, Goethe, Wordsworth, Byron, Shelley, Keats, Espronceda, Garret, Herculano, Michelet e mesmo Ranke, e, no caso do Brasil, de Varnhagen, foram marcados pelas viagens.[19]

O tipo de conhecimento que emana dessas experiências não incide apenas nos gêneros ficcionais da escrita, mas afeta também os saberes que buscam a descrição exata ou verdadeira, mesmo nos ficcionistas. Assim, por exemplo, em seu diário de viagem à Itália, Goethe, passando por Verona, registra: "eu não fiz esta maravilhosa viagem para me entreter, mas para aprender a me conhecer no contato das coisas". Em Terni, provável pátria de Tácito, modelo de historiador para Chateaubriand, Goethe afirma: "Quando não nos deixamos guiar pela imaginação, mas tomamos a região na sua realidade tal qual se apresenta, é ela sempre o teatro essencial que determina as grandes ações; por esta razão sempre recorri, até aqui, às observações e ao estudo da paisagem para reprimir a imaginação e o sentimento, e assim conservar uma visão livre e clara dos lugares. Então a história vem ao nosso encontro de uma maneira viva, sem que compreendamos como isto nos acontece; e tenho o maior desejo de ler Tácito em Roma".[20]

Chateaubriand, em seu *Itinéraire de Paris à Jerusalem*, de 1811, não somente ratifica as relações entre viagem e história, como estabelece um princípio teórico e metodológico que aproxima a figura do historiador à do viajante. Para ele "um viajante é uma espécie de historiador", e como para esse, "seu dever é o de relatar fielmente aquilo que viu e escutou dizer, nada deve inventar, nem omitir", e, finalmente, "sejam quais forem suas opiniões particulares, elas não devem jamais cegá-lo a ponto de calar ou deturpar a verdade".[21] À pretensão do literato interpõe-se uma condição vital: o tempo transcorrido. O relato de viagem é um produto

14
ASSIS, Machado de. Uma excursão milagrosa. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006, v.2. p.759.

15
Ver, neste sentido, o questionamento inicial de P. Aniel Jannini que, ao analisar o relato de Champlain se questiona, "La ricezione dei 'voyage' di Champlain nella storiografia letteraria". *Quaderni del seicento francese*. Adriatica-Bari/ Nizet-Paris: 1984. p.27.

16
HARTOG, François. *Le miroir d'Hérodote*. Essai sur la représentation de l'autre. Paris: Gallimard, 1991. p.272.

17
Citado por LENCLUD, Gérard. Quand voir, c'est reconnaître: les récits de voyage et le regard anthropologique. *Enquête*, 1, 1995, p.129.

18
É também de trocas intelectuais, como analisa Mary Louise Pratt: "To the degree that 'Romanticism' shapes the new discourses on America, Egypt, southern Africa, Polynesia, or Italy, *they* shape *it*. Romantics are certainly known for stationing themselves round Europe's peripheries – the Hellespont, the Alps, the Pyrenees, Italy, Russia, Egypt. Romanticism *consists*, among other things, of shifts in relations between Europe and other parts of the world – notably the Americas, which are, precisely, liberating themselves from Europe. If one unhoks Humboldt from Schiller and locates him in another 'Romantic' line – George Forster and Bernardin de St. Pierre (two of Humboldt's personal idols), Volney, Chateaubriand, Stedman, Buffon , Le Vaillant, Captain Cook, and the Diderot of the 'Supplement to the Voyage of Bougainville' – one might be tempted to argue that Romanticism originated in the contact zones of America, North Africa, and the Sound Seas", PRATT, M. L. *Imperial eyes. Travel writing and transculturation*. London and New York: Routledge, 1994. p.137-138.

19
Para uma visão geral do período ver: GOSSMAN, Lionel. *Between history and literature*. Cambridge: Harvard University Press, 1990; BANN, Stephen. *The clothing of Clio*. A study of the representation of history in nineteenth-century Britain and France. Cambridge: Cambridge University Press, 1984; Idem. *Romanticism and the rise of history*. New York: Twaim Publishers, 1995; GAUCHET, Marcel. L'unification de la science historique. *Philosophie des sciences historiques. Le moment romantique*. Paris: Seuil, 2002. Expecificamente para um Ranke "romântico", ver GRAFTON, Anthony. *Les origines tragiques de l'érudition*. Une histoire de la note en bas de Page. Paris: Seuil, 1998. Procurei analisar Varnhagen nessa perspectiva em CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, v.8, n.15, 2007. p.159-207.

20
GOETHE, J. W. *Voyage en Italie*. Paris/Genève: Slatkine Reprints, 1990. p.44; p.121-122. Sobre a importância de Tácito na obra de Chateaubriand ver HARTOG, François. *L'histoire d'Homère à Augustin: préfaces des historiens et textes sur l'histoire*. Paris: Seuil, 1999. p.223.

21
CHATEAUBRIAND, René. Itinéraire de Paris à Jérusalem (1811). *Œuvres complètes de Chateaubriand*. Paris: Garnier, T.V, 1861. p.4.

de notas escritas *in locus*, mas também, e principalmente, de um exercício de memória: "eu rogo ao leitor que olhe este *Itinéraire* menos como uma viagem do que como *memórias* de um ano de minha vida".[22] Realizada entre 1806 e 1807, Chateaubriand se fez acompanhar de um *valet*, Julien, que também redigiu seu *Itinéraire*. Nos breves capítulos das *Mémoires d'outre tombe* dedicados a essa viagem, ele intercala em seu próprio relato memorialístico aquele de Julien, com o objetivo de criar um controle sobre a narração: "eu seria Cook, ele Clerke".[23] O contraste gera uma segurança textual: ator e testemunha garantiriam a veracidade das informações.

"As viagens são uma das fontes da história".[24] Dessa forma, Chateaubriand começa o relato de sua *Voyage en Amérique*, ocorrida em 1791, mas que só vem a lume em 1827. É uma prática comum no século XIX, especialmente da geração romântica, converter textos de viagem em documentos históricos. O procedimento de conversão varia desde uma aplicação rígida do método crítico (verificação efetiva da veracidade do texto e do autor) à aquiescência irrefletida. O fato de os relatos funcionarem ora como suporte de sonhos e ilusões, ora como guias de ação, não lhes subtrai, entretanto, o valor cognitivo, ou o *efeito de real* que eles provocam no leitor.[25] Desde Ulisses e Heródoto, o discurso do viajante relaciona-se ao conhecimento: "Heródoto, o pai da história como Homero é o pai da poesia, era como Homero um viajante", pensava Chateabriand[26]; "Ulisses retornou pleno de espaço e de saber", sintetizava o poeta Ossip Mandelstam[27]; "os viajantes e outros agrimensores não tenderão a ver o mundo através dos óculos de Heródoto? As *Histórias* não se tornarão esse espelho em que eles verão o mundo, crendo descrevê-lo?", pergunta Hartog.[28]

De certo modo sim, pois é possível considerar a estrutura do texto de viagem como um componente do *nível profundo da consciência*, a partir do qual o historiador do século XIX escolhe as *estratégias conceituais* com as quais explica ou representa e converte os dados que dispõe para compor a escrita da história.[29] Logo, não é surpreendente que Nearco, navegador cretense do séc. IV a.C que acompanhou Alexandre o Grande à Índia, tenha levado consigo as *Histórias* de Heródoto; que Cristovão Colombo guardasse em seu bolso, na viagem ao Novo Mundo, Marco Polo; que Lévi-Strauss mantivesse junto de si, no percurso dos *Tristes trópicos*, seu breviário, Jean de Léry; e que Chateaubriand tenha se guiado na sua viagem intelectual aos antigos por um dos *best-sellers* do momento, a *Voyage du jeune Anacharsis*, publicada pelo abade Jean-Jacques Barthélemy em 1788.[30] Ou ainda, em *Voyage en Amérique*, no prefácio que nada mais é do que uma "espécie de história das viagens", ele explica que buscará "os anéis da cadeia que liga os viajantes antigos aos viajantes modernos".[31] Em suma, de modo geral, a narrativa do viajante jamais é um aparecimento original, ela é sempre tomada em uma outra narração, ou seja, o percurso de um relato de viagem é também o percurso de outros relatos.[32]

II. A (des)ordem do tempo em Chateabriand

A companhia de Barthélemy se fez necessária na redação do *Essai historique sur les révolutions anciennes et modernes*, cuja edição original aparece em 1797, portanto em data anterior à publicação de seus relatos

22
CHATEAUBRIAND, René. Itinéraire de Paris à Jérusalem (1811). *Œuvres complètes de Chateaubriand*. Paris: Garnier, T.V, 1861. p.3.

23
CHATEAUBRIAND, René. *Mémoires d'outre-tombe* (1848). Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, I, 1952. p.601-628. Sobre os capitães, ver SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

24
CHATEAUBRIAND, René. Voyage en Amérique (1827). *Œuvres complètes de Chateaubriand*. Paris: Garnier, T.VI, 1861. p.5.

25
Segundo Daniel Roche, "il peut sembler intéressant de tenter de comprendre les usages du voyage à partir des moyens, qu'ils soient supports de rêve ou guide de l'action, occasion de fuite dans l'imaginaire exotique ou proche, ou encore moyen de connaissance. C'est un point de vue indispensable et préalable à toute lecture des récits de voyage car les pratiques de réception y induisent beacoup d'effects". Roche, D. "Le voyageur en chambre: réflexion sur la lecture des récits de voyage". In: BURGUIÈRE, A.; GOY, J.; TITS-DIEUAIDE, M-J. (Dir). *L'histoire grande ouverte: hommage à Emmanuel Le Roy Ladurie*. Paris: Fayard, 1997. p.552.

26
CHATEAUBRIAND, René. Voyage en Amérique (1827). Op.Cit. p.6.

27
MANDELSTAM, Ossip. *Selected Poems*. New York: Pinguin Books, 1989. p.28.

28
HARTOG, François. *Le miroir d'Hérodote. Essai sur la représentation de l'autre*. Paris: Gallimard, 1991. p.359. O autor explica que em seu trabalho "o texto de Heródoto é tratado como uma narrativa de viagem, isto é, como uma narrativa que tem a preocupação de traduzir o outro em termos do saber compartilhado pelos gregos e que, para fazer crer no outro que constrói, elabora toda uma retórica da alteridade", *idem*, p.19. Segundo Arnaldo Momigliano Heródoto foi, entre os autores da antiguidade, aquele que mais viajou, o que lhe confere também o título de pai da etnografia. MOMIGLIANO, A. *Les fondations du savoir historique*. Paris: Les Belles Lettres, 1992. p.58-59.

29
WHITE, Hayden. *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992. p.12.

30
LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes tropiques*. Paris: Plon, 1955. p.103. Para as informações sobre Nearco e Colombo, ver HARTOG, François. *Le miroir d'Hérodote*. Op.Cit. p.362. Sobre *Voyage du jeune Anacharsis* ver HARTOG, François. *Régimes d'historicité, présentisme et expérience du temps*. Paris: Seuil, 2003. p.81. Ver também: GINZBURG, Carlo. Anacharsis interroga gli indigeni. Una nuova lettura di um vecchio *best-seller*. In: In: BURGUIÈRE, A.; GOY, J.; TITS-DIEUAIDE, M-J. (Dir). Op.Cit. p.337-346.

31
CHATEAUBRIAND, René. Voyage en Amérique (1827). Op.Cit. p.3-4, p.10.

32
HARTOG, François. *Le miroir d'Hérodote*. Op.Cit. p.303.

de viagem.[33] O *Essai historique* é "em primeiro lugar, um relato de viagem: viagem para o Novo Mundo sem dúvida, mas também viagem interior".[34] Jovem, doente e desolado, Chateaubriand mergulha na relação entre antigos e modernos, situando-se desde o início em sua própria escrita: "quem sou e o que venho anunciar de novo aos homens?", assim começa o *Essai historique*. Mais do que um livro, trata-se de um "diário regular de suas excursões mentais, registro de seus sentimentos, de suas idéias" de um mundo que não apenas desmoronava como transcorria rapidamente: "quando deixei a França eu era jovem: quatro anos de desgraça envelheceram-me".[35] Escrito entre 1794 e 1797, o livro busca, inicialmente, estabelecer um paralelo entre as pretéritas e as novas revoluções, procurando, através de um modelo tradicional de história – a história como portadora de exemplos –, verificar a passagem do passado para o futuro. No entanto, o *tempo* não ajudava: "freqüentemente era necessário apagar à noite o quadro que havia esboçado durante o dia; os eventos corriam mais rápido do que a minha pena".[36] Algo semelhante declarava, em 1843, o teórico da história Lorenz Stein sobre sua contemporaneidade: "é como se a historiografia mal conseguisse acompanhar a história".[37]

Era difícil escrever a história da Revolução Francesa por meio do paralelismo histórico com as revoluções anteriores, pois o paralelo, como instrumento heurístico intrínseco ao regime de historicidade marcado pela noção da *historia magistra vitae*, cujo fundamento é a imutabilidade da natureza humana, mostrava-se pouco eficiente.[38] Além disso, o paralelo, como inventário de semelhanças, implicava na produção de modelos passíveis de imitação: "apreendi somente os grandes traços, aqueles que oferecem lições a serem seguidas ou exemplos a serem imitados".[39] Contudo, Chateaubriand também percebia a imitação como uma possibilidade arriscada: "o perigo da imitação é terrível. Aquilo que é bom para um povo, raramente o é para outro".[40] Ou como escreverá Marx mais tarde, corrigindo a lei hegeliana da repetição histórica com uma crítica irônica à imitação: à tragédia sucede a farsa![41] A história exemplar dissolvia-se diante da aceleração do tempo.[42]

Mesmo convencido, pela experiência, da inadequação do paralelo entre antigos e modernos, Chateaubriand reedita o *Essai historique* em 1826, sem alterar o texto original, apenas acrescentando-lhe um prefácio e notas críticas que visavam demarcar a distância entre a maturidade do escritor e a juventude supostamente ameaçada (pelos infortúnios do exílio) do viajante.[43] *Entre tempos e mundos*: "o *topos* da *historia magistra* torna-se impossível, mas não é possível abandoná-lo: não ainda".[44] Uma dupla impossibilidade portanto: Chateaubriand encontra-se preso, ou condenado, entre dois regimes de historicidade, o antigo e o moderno. Enquanto Luiz Costa Lima vê neste entrelaçamento de vida e obra um dos efeitos mais surpreendentes de 1789: a escrita da história como descontinuidade;[45] Hartog visualiza uma primeira formulação da brecha entre o passado e o futuro, cujo diagnóstico devemos a Hannah Arendt: "do ponto de vista do homem, que vive sempre no intervalo entre o passado e o futuro, o tempo não é um contínuo, um fluxo de ininterrupta sucessão; é partido ao meio, no ponto onde 'ele' está; e a posição 'dele' não é o presente, na sua acepção usual, mas, antes, uma brecha no tempo, cuja existência é conservada graças à 'sua' luta

33
CHATEAUBRIAND, René. "Essai historique, politique et moral sur les révolutions anciennes et modernes, considérées dans leurs rapports avec la révolution françoise (1797)". *Œuvres complètes de Chateaubriand*. Paris: Garnier, T.I, 1861.

34
HARTOG, François. *Régimes d'historicité, présentisme et expérience du temps*. Paris: Seuil, 2003. p.81. "Au reste, l'auteur, qui a visité différentes parties du globe, et qui, par son titre d'*Essai*, a pu s'écarter çà et là sur sa route, s'est quelquefois permis d'insérer des morceaux de ses Voyages". CHATEAUBRIAND, René. "Essai historique, politique et moral sur les révolutions anciennes et modernes...". Op.Cit. p.264.

35
CHATEAUBRIAND, René. "Essai historique, politique et moral sur les révolutions anciennes et modernes...". Op.Cit. p.266.

36
Ibidem. p.249.

37
KOSELLECK, Reinhart. "Le concept d'histoire", *L'expérience de l'histoire*. Paris: Hautes Études/ Gallimard/Le Seuil, 1997. p.80.

38
AVLAMI, Chryssanti. Visões liberais da política da literatura e da religião grega: o caso francês (1795-1830). *Humanas*, v.23, n.1/2, 2000. p.45-85 (principalmente p.51).

39
CHATEAUBRIAND, René. "Essai historique, politique et moral sur les révolutions anciennes et modernes...". Op.Cit., p.276.

40
Ibidem. p.465.

41
MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte (1852). *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, v. I, s/d. p.203.

42
KOSELLECK, Reinhart. *Historia magistra vitae, Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. da PUC-RJ, 2006. p.59.

43
HARTOG, François. *Anciens, modernes, sauvages*. Paris: Galaade, 2005. p.197-219. Para as definições do *paralelo* e da *comparação* como figuras de linguagem no século XIX, ver FONTANIER, Pierre. *Les figures du discours* (1830). Paris: Flammarion, 1977. p.377-379.

44
HARTOG, François. *Régimes d'historicité, présentisme et expérience du temps*. Paris: Seuil, 2003. p.99.

45
LIMA, Luiz Costa. *História, ficção, literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.125.

constante, à 'sua' tomada de posição contra o passado e o futuro".[46] As *Mémoires d'outre tombe*, escritas e reescritas durante quarenta anos, faria dessa brecha no tempo o princípio de sua arte literária.[47]

Chateaubriand termina seu ensaio de modo desconcertante. Sempre sob a assumida influência de Rousseau, faz um apelo ao retorno à vida ou à liberdade dos nativos americanos. Em "A noite entre os selvagens da América", título do último capítulo, o explorador recorda: "vangloriam-se de amar a liberdade, mas quase ninguém faz dela uma justa idéia"; e conclui: "compreendo porque um selvagem não se torna um europeu e porque, muitas vezes, europeus se tornam selvagem; e porque o sublime *Discours sur l'inègalité des conditions* é tão pouco entendido pela maioria dos filósofos".[48] Porém, o paralelo entre antigos e selvagens, caracterizado por semelhanças ou afastamentos, produz a idéia nova de que existe uma analogia entre o deslocamento no espaço e no tempo: "Generosos Selvagens! Vocês que me deram hospitalidade, e que sem dúvida jamais reverei".[49] Não voltaria a vê-los posto que não pretendia retornar? Porquanto temia a morte? Ou ainda porque, como declara em *Voyage en Amérique*, mesmo estando entre aquela multidão de "viajantes obscuros que viram apenas o que todo mundo viu", e apesar de se apresentar como o "último historiador dos povos da terra de Colombo", acreditava que tais povos não tardariam a desaparecer?[50]

O recurso aos antigos e modernos, independentemente das celeumas que possam causar, possibilitou a inserção dos nativos do Novo Mundo em uma rede de referências conhecidas dos europeus, que racionalizou o encantamento inicial, essa experiência com o maravilhoso, segundo Stephen Greenblat, provocado pela "descoberta" e que, de uma certa forma, contribui para a "domesticação" dos nativos.[51] Assim, "ver os selvagens, descrevê-los mobilizando referências antigas, conduz, sem mesmo nos darmos conta, a um distanciamento dos antigos. Apreciaremos, quase fisicamente, a distância que nos separa e se poderá abrir o caminho da diferença moderna dos tempos. Entre os antigos e nós, passará a existir um oceano!".[52] A entrada em cena dos selvagens não foi, contudo, totalmente desestabilizadora da relação entre os antigos e os modernos. A integração do "selvagem" à disputa passa, em resumo, pela querela, fundamentada na *Política* de Aristóteles, em torno da questão da escravidão por natureza àquela da natureza infantil dos índios, o que poderia lhes garantir um lugar na humanidade.[53] Enquanto Lafitau, Rousseau e Chateaubriand, de maneiras diferentes, refletem sobre essas condições desde as origens (a religião primordial, por exemplo) até as possibilidades de assimilação ou de retorno à vida selvagem, Voltaire, na trilha de Descartes, afasta a possibilidade de o homem moderno não viver em um tipo de sociedade que não fosse regida pela razão, momento em que a selvageria passa, novamente, a opor-se à civilização.[54] Por conseguinte, outra querela se instala a partir daí: entre antigos, modernos e "selvagens".

III. Um vencido que não morre

O arquivo das distintas experiências temporais de Chateaubriand, intelectual e/ou pessoal, ressaltadas com propriedade por Wilma Peres Costa, tornou-se, conforme sua longa vida transcorria, acessível apenas pela memória, procedimento já previsto no *Essai historique*: "trata-se de um sentimento natural aos infelizes procurar lembrar as ilusões de felicidade pela recordação de seus prazeres passados".[55] A escrita da

46
ARENDT, Hannah. *Between past and future*. New York: The Viking Press, 1961. p.11.

47
HARTOG, François. *Régimes d'historicité, présentisme et expérience du temps*. Paris: Seuil, 2003. p.100.

48
CHATEAUBRIAND, René. "Essai historique, politique et moral sur les révolutions anciennes et modernes, considérées dans leurs rapports avec la révolution françoise (1797)". *Œuvres complètes de Chateaubriand*. Paris: Garnier, T.I, 1861. p.622.

49
CHATEAUBRIAND, René. "Essai historique, politique et moral sur les révolutions anciennes et modernes...". Op.Cit. p.627.

50
CHATEAUBRIAND, René. Voyage en Amérique (1827). *Œuvres complètes de Chateaubriand*. Paris: Garnier, T.VI, 1861. p.42, p. 194.

51
GREENBLATT, Stephen. *Marvelous possessions. The wonder of the new World*. Oxford: Oxford University Press, 1991. O livro de André Thevet, *Les Singularités de la France Antarctique* de 1557, obra que foi redigida em companhia do helenista Mathurin Héret, é um exemplo notável do uso da comparação dos antigos e selvagens visando à incorporação desses no mundo daqueles. Procurei tratar do assunto em CEZAR, Temístocles. Thevet e Léry: visão, crença e história no Brasil do século XVI. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n.37, p. 27-43, jan./jun, 2005.

52
HARTOG, François. *Anciens, modernes, sauvages*. Paris: Galaade, 2005. p.38.

53
Sobre estes debates ver PAGDEN, Anthony. *The fall of natural man*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. p.27-108. Ver também do mesmo autor: "Dispossessing the barbarian: the language of Spanish Thomism and the debate over the property rights of the American Indians". PAGDEN, A. (org). *The languages os political theory in early-modern Europe*. New York: Cambridge University Press, 1990.

54
LAFITAU, Jean-François. *Moeurs des sauvages américains, comparées aux premiers temps* (1724). Paris: La Découverte, 1994; ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1754). São Paulo: Nova Cultural, 1987; CHATEAUBRIAND, René. "Essai historique, politique et moral sur les révolutions anciennes et modernes..." Op.Cit. DESCARTES, René. *Discours de la méthode* (1637). Paris: Flammarion, 1966. p.36-37; VOLTAIRE. *Essai sur les moeurs et l'esprit des nations* (1755). Paris: Garnier, 1963, T.I. p.23-25.

55
CHATEAUBRIAND, René. "Essai historique, politique et moral sur les révolutions anciennes et modernes..." Op.Cit. p.622.

história retira da memória não apenas um *estilo* particular, mas também a sua condição de existência.[56] O tempo que escoa *naturalmente* fica retido no arquivo mnemônico do viajante. A viagem no espaço se subtrai e resiste assim ao tempo. Duas conseqüências: o dispositivo narrativo torna-se produto de um certo *olhar distanciado*, e as lembranças adquirem contornos que o auxiliam a julgar sua própria obra em relação a experiência de um tempo desorientado. Nesse sentido, em 1828, de Roma escrevia: "quando passeio sozinho em meio a estes escombros de séculos, eles não me servem mais apenas como degrau para medir o tempo: eu remonto no passado, vejo aquilo que perdi e o fim deste curto futuro que tenho diante de mim".[57]

Na melancolia de Chateaubriand, expressa, portanto, também em sua obra, Hartog identifica o saber de um vencido existencial, seguindo o rastro de Koselleck. Para este historiador, "o fato de ser um vencido constitui uma experiência histórica específica e original que não se aprende, nem se troca, e que permite a elaboração de um método capaz de conferir a um ganho de experiência uma existência durável". Além disso, "a experiência que tiramos de uma derrota concentra um potencial de conhecimento que sobrevive àquilo que a ocasionou, em particular quando em razão de sua própria história o vencido é coagido a reescrever uma história". Dessa maneira, "pode-se explicar um bom número de inovações no domínio das interpretações históricas na origem das quais encontramos tanto derrotas pessoais como pressões de experiências específicas de gerações inteiras".[58] Viajante, soldado, homem de letras e de estado, realista insubmisso[59], vencido, enfim, Chateaubriand não foi um historiador *stricto sensu*, pelo menos não nos moldes do século XIX, pois a história *científica* não era capaz de expressar a radicalidade de suas experiências. Ele então inova, cria, inventa um gênero, uma história à Chateaubriand! Por exemplo, a descrição que fizera dos bárbaros *franks* "encantou" de tal maneira ao historiador Augustin Thierry, em 1840, que o levou a repensar a origem nacional da França: "à medida que se desenrolava a meus olhos o contraste tão dramático do guerreiro selvagem e do soldado civilizado, eu era surpreendido cada vez mais vivamente; a impressão que me causou o canto de guerra dos francos tinha alguma coisa de elétrico".[60]

Existem homens que aparentemente não morrem, porém todos envelhecem. Chateaubriand envelheceu, logo ele que detestava a velhice![61] Velhos ou não, alguns, que talvez nem tenham existido, continuam vivos. Conseguem, não se sabe como, transcender à morte. A "morte nunca é uma aparição bem vista", dizia Mefistófeles a Fausto.[62] Chateaubriand (como Brás Cubas, mais tarde) parecia conhecer este diabólico provérbio: viveu além-tumba. Não apenas por sua obra significar uma "aquisição para sempre", como desejava Tucídides em relação à sua, mas algo mais próximo a Michelet, cujo livro lhe teria criado: "Eu fui sua obra. Esse filho fez seu pai".[63] Chateaubriand, como pensava Proust, parece, finalmente, que "vive de uma vida na qual não se morre".[64]

56
Sobre o tema ver: MACHEREY, Pierre. *L'Essai sur les Révolutions* ou laboratoire d'un style. *Europe*, 775, 1993, p.29-45.

57
CHATEAUBRIAND, René. *Mémoires d'outre-tombe* (1848). Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, II, 1952. p.257.

58
Mutation de l'expérience et changement de méthode. Esquisse historique-anthropologique. KOSELLECK, Reinhart. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Hautes Études/Gallimard/Le Seuil, 1997. p.239-241.

59
WINOCK, Michel. Un royaliste insoumis. *Les voix de la liberté. Les écrivains engagés au XIXe siècle*. Paris: Seuil, 2001. p.47-62.

60
THIERRY, Augustin. *Récits des temps mérovingiens*, précédés de *Considérations sur l'histoire de France*. Paris: Garnier, 1840. p.8-9.

61
CLÉMENT, Jean-Paul. Chateaubriand et la 'fièvre des ruines', *Anabases. Traditions et réception de l'Antiquité*, Toulouse, 5, 2007, p.179-189.

62
GOETHE, Johann. W. von. *Fausto* (1833). São Paulo, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/São Paulo: Ed. da USP, 1981. p.79.

63
"Trata-se de aquisição para sempre, mais que de uma peça para um concurso", Prefácio à *História da guerra do Peloponeso*, *apud* HARTOG, François. *L'histoire d'Homère à Augustin:* préfaces des historiens et textes sur l'histoire. Paris: Seuil, 1999, 22, (4), p.83. MICHELET, J. Préface (1869). Histoire de France. *Œuvres complètes*. Paris: Flammarion, 1974. p.11-14.

64
PROUST, Marcel. Sur Chateaubriand. *Essais et articles*. Paris: 1994. p.348.

Recebido para publicação em março de 2010
Aprovado em março de 2010

Mediações em tempos híbridos: entre pátrias e revoluções

Mediations in Hybrid Times: between Homelands and Revolutions

Marco Morel
Professor no Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IFCH / UERJ – Rio de janeiro / Brasil)
e-mail: marco.morel@pesquisador.cnpq.br

Resumo
A presença de François-René de Chateaubriand como agente entre "Dois Mundos", sobretudo diante das questões das independências e do tráfico de escravos entre Américas e Europa, remete às concepções de pátria, colônia e independência, questões que são recolocadas como centrais nas relações entre Estados na Europa, no contexto de busca de estabilização política e social no período pós-Revolução Francesa.

Abstract
The presence of François-René de Chateaubriand as an agent between "Two Worlds", namely in face of the issues like the independencies and the slave traffic between the Americas and Europe, refers to the conceptions of homeland, colony and independence, issues that are restored as central to the relations among the states in Europe, in the context of the search for social and political stabilization during the Post-French Revolution period.

Palavras-chave
revolução, liberalismo, idéias políticas, tráfico negreiro, Independência, relações internacionais

Keywords
revolution, Enlightenment, political ideas, slave trade, Independence, internal relations

O texto "Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América", de Wilma Peres Costa, é tão instigante quanto o tema nele estudado. O olhar sobre aqueles tempos consegue uma perspectiva de amplitude, da história em grandes traços com cenários épicos, paradoxais e incertos, como habitualmente são os tempos de crise. O artigo tem, inicialmente, este mérito de, em tempos historiográficos de especialização (ou "migalhas", como preferem alguns), manter a dimensão macro sem perder a articulação com o recorte temático e cronológico escolhido. Elaborado à maneira abrangente das aulas dos catedráticos, incorpora também aquisições mais recentes da história política. Dialogando e partindo das perspectivas estruturais, sistêmicas ou socioeconômicas, abre-se para o tempo da curta duração, da análise do pensamento político, dos conceitos, da consciência e ação dos protagonistas e da dinâmica da aceleração do tempo histórico. A conhecida frase de Chateaubriand sobre os restauracionistas em geral e Fernando VII em particular, citada em seu artigo, só pode ser aplicada à autora pela metade: nada esqueceu, mas se renovou no eterno aprendizado da pesquisa e docência. Trata-se, pois, da contribuição de alguém que domina o ofício de historiador, pela maneira exemplar que envolve segurança, rigor, nuances e polissemias com os quais trata as palavras, episódios e personagens.

É, pois, com satisfação que aceitei o desafio de apreciar um trabalho com tais características. E, na condição de pesquisador do período e de temáticas próximas, aprendi bastante com o artigo. Minha tentativa de contribuição, pois, será baseada em dois procedimentos. Apontar os aspectos inovadores e a contribuição para o conhecimento e, também, buscar alguns pontos e questões que poderiam servir de complemento ao que foi apresentado, sobretudo a partir de minha própria perspectiva e pesquisas realizadas.

Quanto à discussão conceitual apresentada inicialmente, com destaque para os sentidos polissêmicos de nação, penso em agregar o conceito de pátria. Se é verdade que a mudança do significado tradicional de nação (de étnico cultural) para o moderno (cívico político, "externo" e "interno") foi essencial, como assinala a autora, é possível avaliar que houve uma migração do conceito também caleidoscópico de pátria (que até e durante a Revolução Francesa tinha forte sentido politizado) para o de nação. Apesar dos significantes não serem os mesmos, os significados de pátria acabaram se transmutando para os de nação. Como já assinalava R. Bluteau em seu Vocabulário de 1712, pátria não era compreendida apenas como local de nascimento mas, sim, como: local de nascimento (cidade, província ou reino), local de escolha de moradia (que ficaria conhecido como pátria de adoção), espaço de universalidade (além das fronteiras territoriais), espaço abstrato de liberdade intelectual e utopia política e, finalmente, como espaço político de atuação e virtude[1].

Quanto ao conceito de colônia, o que me parece mais instigante é justamente indagar até que ponto o sentido pejorativo do que viria a ser chamado de colonialismo surge exatamente na (e a partir da) época tão bem estudada por Wilma Costa. Mesmo que algumas formulações do abade Raynal fossem bastante contundentes quanto à presença dos europeus na América, pode-se questionar até que ponto ele formula claramente a noção de colônia como naturalmente antagonista de uma metrópole, idéia que só viria a aparecer com mais clareza em outro contexto, durante e após os processos de Independência da América ibérica, através das análises de

1
MOREL, Marco. Pátrias polissêmicas: República das Letras e imprensa na crise do Império português na América. In: KURY, Lorelay (org.). *Iluminismo e Império no Brasil.* O Patriota (1813-1814). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p.67-102.

outro abade, o De Pradt[2]. Após as independências nacionais americanas, o vocábulo colonização persiste, mas com sentido de ocupação racional de territórios e vinda de imigrantes estrangeiros.

A partir destas questões, lembro aqui duas contribuições de François-Xavier Guerra, através de duas categorias que ele forjou para o contexto: patriotismo imperial e hibridismo cultural e político[3]. Deste modo, muitas das manifestações de tipo patriótico que antecedem as Independências da América ibérica poderiam ser compreendidas sob tal ótica. A passagem do patriotismo imperial para a soberania nacional faria parte justamente da construção de novas referências políticas e culturais naquelas sociedades em transformação.

A própria idéia de que espanhóis e portugueses compunham uma "raça degenerada", presente no pensamento francês (inclusive na obra de Raynal), aparece formulada por Chateaubriand no momento chave das Independências americanas e seria, em boa medida, utilizada nos subseqüentes movimentos de afirmação das novas nacionalidades.

Quanto ao hibridismo cultural e político (que não se confunde com as idéias de "mestiçagem"), talvez seja mais uma opção para se compreender a perspectiva e atuação de François-René de Chateaubriand, na medida em que, como assinala Wilma com sensibilidade e exatidão, ele transitava entre tempos e mundos. É verdade que o hibridismo tão característico deste período não era homogêneo (alguns mais para o antigo, outros mais para o moderno) e Chateaubriand constituiu sua própria e original "mistura".

Neste sentido, é fecunda a assimilação apresentada por Wilma sobre as viagens (que implicam em deslocamentos e decalagens, de tempo e espaço), articulando-as com as visões de Raynal sobre os Novos Mundos e com o pensamento de Tocqueville sobre a democracia na América (do Norte), sem fazer a associação, muito mais freqüente, da comparação com autores que formularam críticas mais contundentes ao processo revolucionário, como J. de Maistre e L. de Bonald. Embora não esteja no foco da autora uma análise propriamente do pensamento político de Chateaubriand, não deixa de ser tentador aproximar tal perspectiva de viagem ao marcante (na época) relato e reflexões de Volney sobre as ruínas dos impérios, publicadas no mesmo ano da ida de Chateaubriand à América do Norte. Do mesmo modo que as considerações de E. Burke sobre a Revolução em França, na qual o autor insiste, como é sabido, na importância da tradição dos costumes e da civilização longamente construída e ameaçada pelos horrores da Revolução. No sentido prospectivo, pode-se imaginar que Chateaubriand pertencia à mesma linhagem política de um F. Guizot, por exemplo (ainda que um fosse oposicionista e outro expoente da Monarquia de Julho), cujo liberalismo monárquico, constitucional e conservador pregava harmonia entre as novas liberdades, com o encerramento do processo revolucionário e a consolidação de um Estado forte e centralizador[4]. Sem contar a discussão sobre as liberdades modernas e antigas empreendidas por outro liberal pós-Revolução Francesa, Benjamin Constant, cujas concepções de Estado e liberdade se demarcavam de Guizot.

Outro mérito do trabalho de Wilma é colocar a escravidão (com destaque para o tráfico atlântico) como ponto central das relações entre os Estados europeus, não aspecto secundário ou ramo delgado de frondosa árvore. Através da ação diplomática de Chateaubriand estudada por Wilma percebemos que, mesmo sem o trabalho escravo ter o mesmo peso nas sociedades européias e americanas, este assunto criava tensões e impasses,

2
RAYNAL, Guillaume-Thomas François. *O Estabelecimento dos Portugueses no Brasil.* Rio de Janeiro/Brasília: Arquivo Nacional/UnB, 1998; DE PRADT, Dominique. *Des colonies et de la Révolution actuelle de l'Amérique*. Paris: Bechet / Egron, 1817; para uma abordagem inicial do pensamento de Pradt sobre as independências na América, ver MOREL, Marco. A Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ István (org.). *Independência*: História e Historiografia. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2005. p.617-626.

3
GUERRA, François-Xavier. A nação na América espanhola: a questão das origens. *Maracanan*, vol.1, n.1, p.9-30, 1999/2000; Idem. *Modernidad e independencias.* Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madri: Mapfre, 1992.

4
ROSANVALON, Pierre. *Le moment Guizot*. Paris: Gallimard, 1992.

sendo motivo de embates diplomáticos diretos entre Inglaterra e França. Os chamados problemas colonial e escravista estavam na base dos limites e das possibilidades de reestruturação dos impérios europeus em suas relações com o Novo Mundo.

Faz parte desta questão ao mesmo tempo colonial e escravista o tão lembrado exemplo de São Domingos, isto é, da rebelião de escravos iniciada em 1791 e que desembocaria na Independência do Haiti em 1804. Anote-se que as resistências francesas à perda desta colônia foram intensas, com desperdício de vidas humanas e despesas avultadas. E foi somente dois anos depois da saída de Chateaubriand do ministério dos Negócios Estrangeiros que a França reconheceria tal Independência, cobrando uma indenização astronômica cujo pagamento ajudaria a manter a situação de pobreza e violência que ainda hoje marca o Haiti[5].

ROSANVALON, Pierre. *Le moment Guizot*. Paris: Gallimard, 1992.

5

Neste sentido, os pronunciamentos de Chateaubriand assinalados e analisados por Wilma não podem ser considerados dos mais progressistas, nem originais - do ponto de vista da escravidão. Inclusive pela comparação com pensamento de franceses contemporâneos, como o abade Grégoire, notório abolicionista e defensor da Independência do Haiti, como pelo já citado abade De Pradt, que formulou uma visão mais sofisticada sobre o assunto: seria mais propício, segundo este, preparar gradualmente uma emancipação das colônias e da escravidão, para evitar que os sucessos (como se dizia) de São Domingos se espalhassem por outras partes. Diante do protagonismo escravo encarnado pela Revolução do Haiti, De Pradt propunha duas atitudes: silêncio e ocultação ou, então, execrar os horrores de tais episódios. Verdade que os testemunhos de Chateaubriand citados fazem parte de sua ação diplomática no calor dos acontecimentos, não de uma reflexão mais elaborada. E que do ponto de vista estritamente político, Chateaubriand não pode ser taxado de retrógrado, pois defendia a monarquia constitucional e os princípios básicos do liberalismo, como a representatividade parlamentar e o constitucionalismo, ainda que numa vertente que privilegiava a soberania do monarca[6].

BENOT, Y. e D'ORIGNY M. (org.). *Rétablissement de l'esclavage das les colonies françaises. 1802*. Aux origines de Haiti. Paris: Maisonneuve, 2003.

6

BENOT, Y. *La modernité de l'esclavage*. Essai sur la sérvitude au coeur du capitalisme. Paris:

A complexidade do conceito de revolução, seja visto como horror a ser repudiado, seja como processo inelutável resultante do progresso, compartilhada pelo liberalismo que sucedeu a Revolução Francesa e a Constituição de Cadiz, e que seria a base do *juste milieu* e da idéia de moderação, já estava presente em Chateaubriand, como bem mostra Wilma. Em termos esquemáticos, pode-se apontar três posições básicas sobre a idéia de revolução nestas primeiras décadas do XIX: negar e combater; aceitar como parte do passado, assimilar e colocar um ponto final; considerar somente como ponto de partida para a continuidade de futuras revoluções.

A partir da análise elaborada por Wilma, pode se compreender a posição de Chateaubriand como intermediária entre a primeira e a segunda, combatendo a terceira. Os rótulos são úteis, mas também precários, ainda mais num tempo de aceleração do tempo, crises, incertezas e revoluções. Se a definição clássica de contra-revolucionário, embora pertinente em alguns aspectos, não basta para dar conta da riqueza do pensamento de Chateaubriand, do mesmo modo catalogá-lo como liberal, ainda que conservador, embora cabível, mas com nuances.

Duas categorias, mediação e metamorfose, poderiam integrar a compreensão da presença deste inter-mediário entre mundos e tempos, na feliz formulação de Wilma Costa. A Independência do Brasil, por

exemplo, ainda que alguns considerem como fruto das *Luzes* ou "novas idéias", teve a mediação política e cultural da Restauração Francesa, que de alguma maneira filtrava estes fluxos e vertentes, reelaborando-os. Chateaubriand, intelectual e chefe da diplomacia francesa entre 1822 e 1823, teve papel importante neste momento, ponto de partida para a construção nacional brasileira.

A noção de "influência" para se compreender estas relações entre os continentes e seus mundos já está desgastada. Além de atravessados por mediações, as idéias, modelos políticos e ações concretas passam por expressivas metamorfoses geradas, sobretudo, pela presença dos supostos "influenciados", que recebem, relêem, ressignificam e reagem de acordo com suas próprias perspectivas.

Enfim, estes rápidos comentários sobre o artigo "Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América" não dão conta da riqueza da reflexão elaborada por Wilma Costa e deixam de lado temas cruciais, como a presença e as reflexões de Chateaubriand sobre questão ibérica e das Américas (do Norte e espanhola, esta como objeto também dos trabalhos de João Paulo Pimenta[7]), sobre as formas de governo, sobre passado e futuro, entre outros pontos.

Sem se propor a um enfoque biográfico, as reflexões de Wilma Costa sobre a vida e a obra de Chateaubriand nos apresentam uma trajetória ao mesmo tempo articulada e solitária, grandiosa e marginal, com a instabilidade e a constância da amplidão dos mares: do além túmulo, ainda hoje, o mausoléu do personagem se encontra pousado, ousado, isolado e épico nas rochas batidas pelas ondas na praia de Saint Malo, um dos portos de chegada e partida entre o Velho e o Novo Mundo.

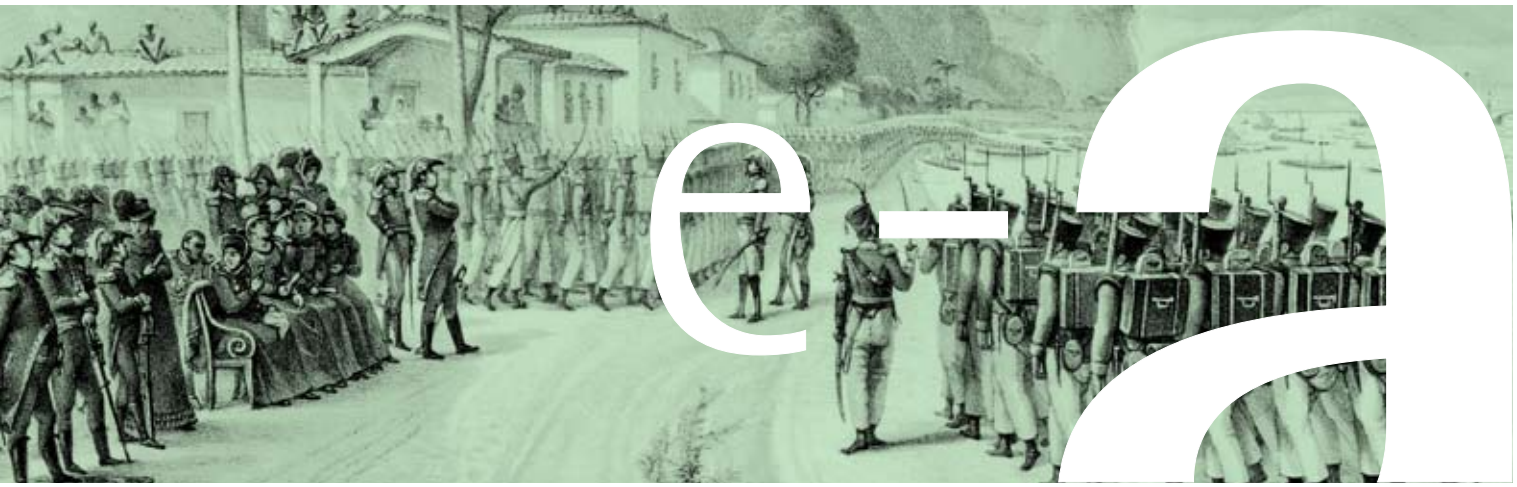
La Découverte, 2003; Idem. *Les Lumières, l'esclavage et la colonisation*. Paris: La Découverte, 2005.

7
PIMENTA, João Paulo Garrido. *O Brasil e a América espanhola (1808- 1822)*. Tese de Doutorado, São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

Recebido para publicação em abril de 2010
Aprovado em abril de 2010

almanack braziliense

artigos



Entre "letras & armas", a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII
Fernando Nicolazzi

A Invenção do Sete de Setembro, 1822-1831
Hendrik Kraay

La revolución de la Nueva Granada: su historia y su actualidad
Isidro Vanegas

De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da idéia de emancipação da América e sua leitura no Brasil
João Paulo Garrido Pimenta

Os conceitos de Povo e Plebe no Mundo Luso-Brasileiro Setecentista
Luisa Rauter Pereira

Zefferino Vitor de Meireles: impressão e civilidade na Corte do Rio de Janeiro (1808-1822)
Myriam Paula Barbosa Pires

Entre "letras & armas", a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII[1]

Between "letras & armas", History as Dispute. Considerations on Luso-Brazilian Historiography in the 18th century

Fernando Nicolazzi
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor no Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (ICHS / UFOP – Mariana / Brasil)
e-mail: f.nicolazzi@hotmail.com

Resumo
Este ensaio elabora algumas considerações sobre a prática historiográfica no contexto luso-brasileiro do século XVIII. Partindo do *topos* "letras & armas", recorrente em tal ambiente intelectual para se definir as relações entre saber e poder, mundo letrado e espaço político, sugere-se que a *dissertação histórica*, tal como empreendida por alguns autores portugueses e "brasílicos", sobretudo no âmbito da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724), operava como modalidade privilegiada de discurso para definição de uma legitimidade para a escrita da história, situando-se entre a feitura de memórias particulares e a história propriamente dita.

Abstract
This essay traces some considerations on the 18th century Luso-Brazilian historiographical practice. From the *topos* "letras & armas" – common in that intellectual ambiance to define the relations between knowledge and power, literary world and political space – it is suggested that the *historical dissertation* was a privileged discursive modality for the definition of the legitimacy of the historical writing. Therefore, the dissertation was located between the mode of making particular memories and history itself. The "armas & letras" topic is confronted in some Portuguese and "Brasilic" authors, above all in the Academia Brasílica dos Esquecidos (1724).

Palavras-chave
América portuguesa / Brasil, memórias históricas, historiografia

Keywords
Portuguese America / Brazil, historical memoirs, historiography

1
Manifesto minha gratidão a Taise Quadros da Silva, por ter lido e comentado este texto, indicado obras importantes para este estudo (como as de João Pedro Ribeiro) e por ter me dado a oportunidade do diálogo sobre o século XVIII. Agradeço ainda aos participantes do simpósio temático *Historiografia e Escrita da História: as Dimensões Éticas do Ofício do Historiador*, que discutiram uma versão preliminar deste artigo, durante o XXV Simpósio Nacional de História, ocorrido em Fortaleza (Julho/2009).

I

Na tarde de sete de março de 1724, o vice-rei do Estado do Brasil, senhor Vasco Fernandes César de Meneses, diante de alguns letrados de Salvador, fez conhecer seus anseios por se fundar nesta cidade uma agremiação literária para que os talentos que ali floresciam pudessem sair da bruma espessa do desconhecimento que os encobria. Desta feita, cumpriria, assim, sua "profissão de ilustrar as armas" e sua "propensão a honrar as letras" daquela vasta província do Império lusitano, conforme palavras que mais tarde foram-lhes dirigidas. Os sete convidados que ouviram do vice-rei tal demanda, de pronto e bom grado se puseram a dar cabo a tal empreendimento. Eram eles o reverendo padre Gonçalo Soares de França, os desembargadores Caetano de Brito Figueiredo e Luís de Siqueira da Gama, o juiz de fora Inácio Barbosa Machado, o coronel Sebastião da Rocha Pita, o capitão João de Brito Lima e, por fim, José da Cunha Cardoso. Eis que, "filha de tão excelente e generoso espírito", nascia sob a divisa *sol oriens in occiduo* a Academia Brasílica dos Esquecidos. Conforme a decisão prévia dos sete ilustres fundadores, ela teria por matéria principal de seus estudos a "história brasílica", compreendida em quatro partes principais: a história natural, a militar, a eclesiástica e, finalmente, a história política.[2]

Cerca de um mês e meio após a fundação, os membros da associação se reuniram para iniciar os trabalhos da sua primeira reunião. Na oração proferida nesta oportunidade, o acadêmico José da Cunha Cardoso, de codinome *Venturoso*, expôs com tintas vistosas os desígnios principais da desejada Academia que, não obstante, teria vida demasiado breve, findando seus trabalhos menos de um ano após seu início. Para ele, tratava-se naquele momento do traslado da mais célebre cidade grega para a melhor cidade da América, fundando-se ali, em Salvador, um novo Ateneu, que era como a aparição do sol nas terras americanas. Nas suas palavras, "agora sairão à luz os que o nosso descuido cobria com as sombras do esquecimento, que por isso tão entendidos, como modestos se apropriaram do título dos Esquecidos".[3] A academia, pensada como um "teatro da erudição", colocava-se diretamente vinculada aos objetivos do império marítimo português, ressaltando desde logo as razões inerentes para tanto, afinal "armas e letras são filhas de um mesmo parto, ou partes de um mesmo corpo: conselhos e forças, olhos e mãos". Nesse sentido, "toda se equivoca a campanha literária com a república militar".[4] A escolha dos termos é significativa desta simbiose, uma vez que nossos ouvidos estão hoje mais afeiçoados a ouvir falar em repúblicas de letras e campanhas militares. *Topos* antigo na tradição ibérica, *letras e armas* são termos que se coadunavam para estabelecer as relações entre pretensões políticas e intenções literárias. De todo modo, há nessas palavras indícios claros dos contornos que uma possível história brasílica teria ao ser produzida naquela academia. Segundo Iris Kantor, "ao longo da primeira metade do século XVIII, o movimento academicista ajudou a desencadear uma nova percepção sobre o estatuto político do território colonial, estimulando, assim, a reflexão sobre a natureza dos laços que prendiam a América ao Reino: amarras simultaneamente jurídicas, familiares, linguísticas, econômicas e culturais".[5] O discurso sobre a história e a reflexão sobre o passado americano seriam, por conseguinte, elementos decisivos para a "percepção dos vínculos entre Colônia e Metrópole" e, por extensão, para a própria definição dos significados do império português; armas e letras operando conjuntamente para a sustentação dos domínios imperiais.[6]

2
Academia Brasílica dos Esquecidos. Notícia da fundação. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil, 1641-1820-22*. Vol.1, T.1. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969. p.3 e p.4 (todas as citações deste trabalho procuram respeitar a sintaxe e a ortografia da fonte consultada).

3
CARDOSO, José da Cunha. Oração, com que na dominica in Albis e vinte, e três de abril dêste ano de 1724 abriu a Academia Brasília o Doutor José da Cunha Cardoso. In: CASTELLO, José Aderaldo. Op.Cit. p.9.

4
Ibidem. p.11.

5
KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos*. Historiografia acadêmica luso-brasileira (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004. p.16.

6
Ainda sobre este assunto, particularmente sobre a noção territorial contida na *Historia da America Portugueza, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil setecentos e vinte e quatro*, publicada em 1730 pelo ex-acadêmico Sebastião da Rocha Pitta, remeto a ANDREAZZA, Maria Luiza. *Dominum, terras* e *vassalagem na América portuguesa de Sebastião da Rocha Pitta*. Comunicação apresentada no *Seminário Facetas do Império na História*, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 6-10 de novembro de 2006.

O *topos* de longa data que sugere a relação íntima entre "letras & armas", estabelece certa reciprocidade a partir da qual linguagem e experiência, palavra e ação, ciência e política misturam-se de modo que a tarefa do literato e aquela do militar podem ser equiparadas segundo princípios equivalentes.[7] Ou seja, o glorioso empreendimento lusitano se deu com homens que carregavam, muitas vezes simultaneamente, a pena e a espada. A Academia dos Esquecidos nasce sob o signo dessa relação. O que está por trás dessa questão é justamente o papel do discurso histórico como elemento fundamental da política imperial portuguesa, encarado segundo uma perspectiva de *historia magistra vita*e em suas relações com as práticas do bom governo. Como afirmou retoricamente um dos acadêmicos, "nada nos persuade mais, dizem os retóricos do que são os exemplos, e as autoridades; e para os políticos persuadirem aos príncipes, aos Reis, aos Monarcas, aos Imperadores, o bom govêrno, e o bem comum, que melhores exemplos, que mais sentenciosas autoridades podiam ter do que os testificados nas histórias, e as escritas pelos sábios historiadores".

Se, portanto, o tema "letras & armas" permite compreender a história do império lusitano, ela igualmente possibilita a compreensão da historiografia, ou pelo menos de parte da historiografia que era produzida dentro do espaço imperial. No caso dos acadêmicos brasílicos da primeira metade do século XVIII, a produção historiográfica se manifesta, entre outras formas, na elaboração de dissertações históricas sobre assuntos específicos. Nestes textos, evidencia-se um tom combativo pelo qual se disputam versões distintas sobre fatos relativos à história brasílica. A atenção a três dessas dissertações pode lançar luz à compreensão das modalidades de prática historiográfica disponíveis para os homens de letras setecentistas na América portuguesa. Neste trabalho, tomo como objeto de estudo as dissertações da história política, natural e eclesiástica lidas respectivamente pelos acadêmicos Luís de Siqueira da Gama, de codinome *Ocupado*, Caetano de Brito Figueiredo, o *Nubiloso* e, por fim, o padre Gonçalo Soares de França, conhecido nos certames literários como *Obsequioso*.[8] A hipótese que orienta a leitura sugere que é possível considerar estes textos como indícios plausíveis de uma preocupação erudita com a prática da investigação que perpassa a escrita da história brasílica no século XVIII. Uma investigação, cabe dizer, de matizes bastante particulares, mas por meio da qual intentava-se separar o verdadeiro do falso, a versão histórica pertinente aos fatos narrados da versão equivocada e não fundamentada sobre os mesmos fatos.

II

Luís de Siqueira da Gama, nas suas "Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na história do Brasil", desde o título, já fornece pistas para se pensar o estatuto epistemológico do gênero dissertativo na primeira metade do setecentos. Considerando o significado do verbo "altercar", tem-se, segundo o *Vocabulario portuguez e latino* de Raphael Bluteau, "disputar. Contender alternadamente".[9] "Altercadas", termo reforçado por "resolutas", portanto, traz o sentido de que o que ali se apresentam já são disputas resolvidas, ou seja, o resultado de um confronto já ocorrido. Todavia, na primeira das dez dissertações de história política apresentadas pelo lente Ocupado, em uma espécie de preâmbulo no qual se definem pormenorizadamente o que ele entende por política, história, Brasil e dissertação, esta é ali definida da seguinte forma:

7
Sobre o tema, remeto para o trabalho seminal de CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura européia e Idade Média latina*. Brasília: INL, 1979. p.174-187.

8
O texto destas dissertações foi publicado modernamente por José Aderaldo Castello, na obra *O movimento academicista no Brasil, 1641-1820-22*. Vol.I, T.5. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969, com base nos manuscritos depositados no Mosteiro de Alcobaça em 1761. Apenas após ter findado este artigo, tive acesso a uma quarta dissertação não publicada na coletânea mencionada, embora tenha sido anunciada desde a fundação da Academia. Trata-se da "Dissertação da História Militar do Brasil", elaborada pelo sócio Inácio Barbosa Machado, que não foi levada em consideração nos argumentos aqui desenvolvidos. Agradeço a Pedro Telles da Silveira por ter me disponibilizado o texto.

9
BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino*. T.1. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus; Lisboa: Joseph Antonio da Silva, 1712. p.287.

> Dissertação se diz tôda aquela disputa que se controverte com palavras a fim de se exprimir clara e especialmente a sentença melhor, em qualquer questão: deduz a sua etimologia do freqüentativo *disserto dis sertas* (de quem é nome derivado) e significa disputar ou declarar com palavras; êste val o mesmo que o verbo *dissero*, que segundo o Léxico de Uveterano, quer dizer; e exprimir clara e especialmente a sentença de cada um.[10]

10
GAMA, Luís de Siqueira da. Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na história do Brasil. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil, 1641-1820-22*. Vol.1, T.5. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969. p.13.

A origem desta forma de disputa, segundo Siqueira da Gama, remontaria às "primeiras mantilhas do universo", logo em seguida ao ato criador realizado por Deus. O acadêmico sugere que a primeiríssima dissertação ocorrida foi aquela travada entre Eva, consorte do primeiro homem e "nossa primeira mãe", e a astuciosa e fatal serpente. O desfecho desta disputa é por todos conhecido. Característica fundamental das dissertações, portanto, é o fato da disputa se desenrolar através de palavras, o que a distingue, por exemplo, dos jogos e das batalhas.

Mais adiante no texto, após ter sugerido a divisão do gênero histórico em dois tipos principais, a história "rigorosa" e a "menos rigorosa", considerando que "a rigorosa é a verdadeira história, a menos rigorosa é a fingida ou intelectual",[11] Luís de Siqueira da Gama complementa ainda de forma mais evidente sobre o caráter disputável das dissertações, atribuindo a elas regras relativamente bem precisas, segundo o decoro esperado para o gênero:

11
Ibidem. p.21.

> Tem por matéria a dissertação, tôda a que foi ou possa ser disputável, por objeto, tem a opinião melhor, para fim de averigüação da verdade: para conhecimento da que se propõem as dúvidas, se consideram as respostas, se formam as instâncias, e discorrem as distensões; devem porém os argumentos serem moderados porquanto se a dissertação for nímia imoderadamente ou por capricho, ou por vaidade, ou por espírito de contradição, tão longe está de ser semelhante controvérsia afeto louvável, exercício virtuoso ou empenho científico, que necessariamente há de produzir efeitos contrários, e a dissertação que sòmente se devia alterar a fim de conhecer a verdade e concluir a sentença melhor; se controverter nìmiamente imoderada, é preciso que se há de perturbar o certo, escurecer o claro, e confundir-se totalmente a melhor opinião.[12]

12
Ibidem. p.24.

O autor das "Dissertações Acadêmicas, e Históricas, nas quais se trata da História natural das Coisas do Brasil", Caetano de Brito e Figueiredo, por sua vez, acrescenta dados distintos à questão. Para o desembargador, há particularidades que caracterizam o aporte historiográfico.

> Não confundiremos com têrmos Escolásticos o estilo Acadêmico; porque suposto escrevemos Dissertações estas se animam com o caráter da História, donde só com o expressivo da narração, e não com o rigor da disputa deve declarar-se o duvidoso, e concluir-se o verdadeiro, ou o verossímel [*sic*].[13]

13
FIGUEIREDO, Caetano de Brito e. Dissertações Acadêmicas, e Históricas, nas quais se trata da História natural das Coisas do Brasil. In: CASTELLO, José Aderaldo. Op.Cit. GAMA, Luís de Siqueira da. Op.Cit. p.159.

Figueiredo estabelece uma distinção entre o campo historiográfico, propriamente narrativo, e aquele das disputas religiosas marcadas pela tradição escolástica, cujo problema seria, ao que parece, causar o fastio dos ouvintes. As referências indicadas na sequência são dignas de nota. Para estabelecer o seu cânone particular dos autores versados nas regras da boa história, Figueiredo começa por citar Dionisio Lambino, nome aportuguesado para o erudito francês do século XVI, Denis Lambin, professor de latim e grego no *Collège de France*, tradutor de Aristóteles e responsável por edições de autores como Horácio e Cícero. Dele, Caetano de Brito ressalta a diferença entre filósofos e historiadores, ainda que

não desenvolva o argumento. Além de Lambin, nomes como Luciano de Samósata, autor de texto grego do século II d.C. sobre a escrita da história, versado para o latim com *Quomodo historia conscribenda*, e Jean Bodin, que em 1566 publica seu *Methodus ad facilem historiarum cognitionem*, figuram na lista daqueles que "trataram do Método, com que deve compor-se a história".[14]

Já o padre Gonçalo Soares de França, ocupado com as "Dissertações da história eclesiástica do Brasil", no antilóquio das dissertações, oferece ainda uma outra postura para o desenvolvimento desta reflexão. O religioso se considera instruído nas regras adequadas que uma história bem elaborada exige de seu praticante. São mencionados os antecedentes que o orientaram, entre os quais Heródoto, Políbio, Flávio Josefo, Tito Lívio, Tácito, entre os antigos e, dos modernos, são mencionados, entre outros, Guicciardini e João de Barros.[15] Contudo, fazendo menção direta às conferências já realizadas, sobretudo as de história natural e política, o padre e acadêmico Obsequioso informa seus interlocutores que não realizará ali uma história uma vez que, nas suas palavras, "mais havemos de descrever umas dissertações históricas, que uma história já disputada (porque dos propriamente historiadores é só obrigação narrar, e apenas refletir, sem a pensão de questionar) e assim variei de sistema e mudei de bastidor, trocando o estilo, e alterando a frase".[16] Aqui, percebe-se o lugar ocupado pela dissertação na economia geral do trabalho historiográfico: ela é ainda o texto sobre um objeto em disputa, etapa fundamental para a narrativa propriamente histórica e, como tal, demanda procedimentos distintos de escrita (outro "sistema", outro "bastidor").

Às formulações acima definidas pelos três acadêmicos, vêm se complementar as idéias por eles elaboradas a respeito dos significados específicos da história. Para Siqueira da Gama, enquanto "razão das coisas passadas", a história se distingue no plano formal tanto da oratória quanto da poesia.

> [a história] define-se verdadeira narração das coisas passadas, decorosamente referidas, segundo a série dos tempos em que sucederam: a partícula narração é gênero, transcendental para a oratória, e para a poesia; porque ambas estas científicas artes, se valem também da narração: a oratória para persuadir o útil, e honesto, o provável [.] a Poesia para cantar o deleitável, e o verossímil, as mais partículas são diferença; porquanto a História escreve as coisas que sucederam realmente, como se obraram, segundo a série, e ordem dos tempos em que aconteceram: a oratória sim refere as coisas como aconteceram, mas não as relata tão estreita, e rigorosamente: porque pode antepor, ou pospor os sucessos, conforme ao melhor arbítrio do orador: a poesia expõe seus argumentos não como foram verdadeiramente sucedidos, mas sim como deviam ser obrados, e para êste fim tem o Poeta jurisdição de inventar, fingir, diminuir, ou acrescentar tudo quanto melhor lhe parecer.[17]

Se, portanto, os três gêneros de discurso se valem formalmente da narrativa, a função e as possibilidades de cada um deles podem ser nitidamente discerníveis: a oratória persuade por meio do que é provável, visando a utilidade do discurso; a poesia, voltada ao verossímil, procura causar prazer; já a história, esta fica restrita ao âmbito factual, às "coisas que sucederam realmente", respeitando a ordem cronológica do ocorrido. Nesse sentido, ela se difere da primeira na medida em que a obediência à cronologia não é para esta condição fundamental, e se distingue da segunda, uma vez que a esta é permitida a fabulação.

14
Sobre as dissertações de Caetano de Brito e Figueiredo, ver PEDROSA, Fábio Mendonça. A Academia Brasília dos Esquecidos e a história natural da Nova Lusitânia. *Revista da SBHC*, n.1, 2003. p.21-28.

15
Para um estudo que discute a relação antigos/modernos na historiografia luso-brasileira da primeira metade do século XVIII, ver KANTOR, Iris. Antigos e modernos na historiografia acadêmica portuguesa e brasílica. Cronografias e representação do passado. In: PIRES, Francisco Murari (org.). *Antigos e modernos.* Diálogos sobre a (escrita da) história. São Paulo: Alameda, 2009.

16
FRANÇA, Gonçalo Soares de. Dissertações da história eclesiástica do Brasil. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil, 1641-1820-22*, Vol.1, T.5. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969. p.225.

17
GAMA, Luís de Siqueira da. Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na história do Brasil. In: CASTELLO, José Aderaldo. Op.Cit. p.12.

Se Caetano de Brito não chega a se deter com mais vagar nas definições precisas da história, limitando-se a indagar, como Voltaire fará de forma mais decisiva algumas décadas depois, se a história natural pode ser, de fato, considerada história,[18] o padre Soares de França apresenta considerações importantes. Para o clérigo, a história demanda uma forma bastante particular, a qual parece obedecer a regras muito precisas:

> [...] como não há matéria sem forma, terá esta forma a mesma matéria. Nas matérias controversas, primeiro proporei as opiniões contrárias, ou as razões opostas, e depois estabelecerei as próprias conclusões: nos sucessos líquidos só se ouvirá a narração: o estilo variará ao compasso dos assuntos; o narrativo para referir, o oratório para falar, o altiloquo para descrever. O primeiro será chão, e cheio, com palavras mais significativas, que pomposas, porque sempre tive por inúteis as que superabundam a expressão do conceito; o segundo mais ativo, ou com expressões mais vivas, como para persuadir; o último mais levantado, ou com visos de poético (dentro porém da sua esfera) como quem pinta, porque se a pintura é como a poesia [...] pelo que retrata, porque não será a perspectiva histórica como a poética, pelo que expressa?[19]

Para Soares de França, há uma distinção formal entre o discurso a ser disputado e aquele cujos sucessos são já "líquidos". Neste caso, o formato narrativo é aquele que melhor se adapta à tarefa, cuja intenção é simplesmente referir algo e que, por isso, necessita apenas de palavras "significativas", desprovidas de floreios e pompas; já para o primeiro caso, onde a intenção é persuadir o interlocutor da validade de uma proposição em relação à outra em contrário, demanda-se maior capacidade argumentativa e, portanto, maior poder oratório. Ou seja, entre narração e dissertação, segundo as formulações do acadêmico, há uma distinção não apenas formal como qualitativa, pois como havia sido colocado anteriormente, ao historiador cabe apenas narrar e não questionar, o questionamento devendo ocorrer justamente no âmbito da dissertação.

Em resumo, constatam-se dois procedimentos correlatos na tarefa "historiográfica" do letrado brasílico ligado à Academia dos Esquecidos, os quais são definidos segundo seus aspectos formais, mas também a partir da sua posição na elaboração do saber histórico. Se a narrativa histórica, etapa final do trabalho historiográfico, se distingue tanto da retórica quanto da poética pelo seu decoro e pela intenção de verdade que carrega, a dissertação histórica, por sua vez, se situa em uma etapa anterior, particularmente enquanto procedimento de produção da verdade sobre temas ainda em disputa e que, dessa maneira, vincula-se diretamente ao campo da retórica e da persuasão.

III

Do que foi considerado até aqui, resta definir com mais precisão o que significa de fato o mecanismo dissertativo utilizado pelos acadêmicos Esquecidos. Segundo o vocabulário de Raphael Bluteau, o termo *dissertação* diz respeito ao "discurso, ou tratado scientifico sobre alguma matéria, ou questão", fazendo referência ao termo latino "*dissertatio*". Por sua vez, na mesma obra a palavra *disputa* aparece dicionarizada como "contenda por palavras, ou por escrituras, com que se prova alguma cousa, ou se refutão as razoens em contrario". O fato relevante desta denotação está justamente nas referências latinas acrescidas, "*disputatio*" e "*dissertatio*".[20] Passado um século, na edição de 1813 do dicionário de Antonio de Moraes

18
"Dissertarei; por se altercar com grande dúvida, se a descrição das coisas naturais se deve chamar história; porquanto suposto Plínio lhe impusesse êste majestoso nome, e o seguissem outros; contudo o Príncipe da eloqüência Romana só a denominou por memória pública de todos os Segredos, e por monumento dos tempos, dos lugares, dos homens, e das coisas". FIGUEIREDO, Caetano de Brito e. Dissertações Acadêmicas, e Históricas, nas quais se trata da História natural das Coisas do Brasil. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil, 1641-1820-22*. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969. p.146. Ver ainda [VOLTAIRE]. Histoire. In: *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une societé de gens de lettres*. Tome VIII. Neufchastel, 1755.

19
FRANÇA, Gonçalo Soares de. Dissertações da história eclesiástica do Brasil. In: CASTELLO, José Aderaldo. Op.Cit. p.229.

20
BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino*. T.3. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus; Lisboa: Joseph Antonio da Silva, 1713. p.322 e 250, respectivamente.

Silva, ambos os termos sofrem variações mínimas para as intenções deste trabalho, mas ainda assim importantes. *Dissertação* se refere ao "discurso didactico sobre algum ponto litterario, ou scientifico", enquanto que *disputa* permanece significando uma "contenda, controversia vocal, ou por escrito", o que remonta à ação de "controverter, mover questão sobre a certeza, ou falsidade, bondade, ou maldade". Aquilo que é disputado trata-se de um "averiguado caso".[21]

A idéia de disputa, nesse sentido, pode ser pensada enquanto um procedimento discursivo e retórico utilizado para o estabelecimento de uma verdade, a partir da refutação direta da sua parte contrária.[22] A diferença que sobressai entre as definições dadas por Bluteau e por Moraes Silva é o fato de que, para o primeiro, a disputa *prova* alguma coisa, ao passo que isso não se mostra tão evidente para o segundo. Ou seja, a disputa em si funciona como razão suficiente para a definição do recorte entre o verdadeiro e sua contraparte. Em certa medida, tomando-se as dissertações históricas dos autores brasílicos da Academia dos Esquecidos, pode ser sugerido que tal gênero discursivo funciona de forma importante dentro dos procedimentos elaborados para a definição dos critérios da investigação histórica praticada por aqueles letrados. As dissertações seriam, por conseguinte, uma etapa fundamental que ofereceria os elementos principais para uma escrita verdadeira da história.

Dois outros exemplos ilustram ainda este teor comprobatório que a idéia de dissertação terá entre a primeira metade do século XVIII e a primeira metade do XIX. Em 1732, D. Diogo Fernandes de Almeida, membro desde 1727, lê diante dos seus pares na Academia Real da História Portuguesa, uma "Dissertação historica, jurídica, e apologetica", na qual defende-se dos ataques dirigidos por outros letrados sobre sua história da fundação do Collegio de São Pedro de Coimbra no século XVI. Os termos são claros e apontam um teor nítido de disputa:

> Não cuidey ao principio, que me fosse preciso em materia taõ clara tratar como ponto duvidoso aquillo, que estava tanto à luz do dia, e entrar na animosa contestação de huma doutrina de tão pouca importancia; mas como houve alguns generosos Athletas, que só por exercitarem as suas forças, a sua grande destreza, e agilidade, estimaraõ ter contendor para brilhar nesta área, não he justo que tendo eu sahido primeiro a campo, lhes ceda desde logo a vitória.[23]

A posição de Fernandes de Almeida coaduna-se com as propostas metódicas definidas pelos fundadores da Academia Real, quando se propõem a definir o estatuto do estudo acadêmico. Nas *Reflexoens sobre o estudo academico*, consta uma sugestão importante que deve orientar os letrados nas feituras de suas histórias:

> ...e como ha de tratar com dissertações tudo o que tiver questaõ na antiguidade, na Chronologia, e nas mais materias duvidosas, citará fielmente nas margens os Authores, que segue com o numero dos livros, e capitulos, e ainda das folhas declarando a impressão que segue; naõ só dos impressos fará esta memoria, mas tambem allegará os manuscritos, e as Livrarias em que existem, para que tambem se dê o justo agradecimento a quem os participou.[24]

Já a partir de 1810, o sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa e primeiro lente de diplomática na Universidade de Coimbra, João Pedro Ribeiro, começa a publicar sob os auspícios daquela mesma instituição algumas "Dissertações chronologicas e criticas" sobre diversos aspectos

21
SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*, T.1. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. p.626.

22
No seu *De oratore*, ao estipular as cinco partes da arte retórica, Cícero coloca na boca de Crassus algumas palavras significativas. Afinal, como sugere o reitor, "o primeiro dever do orador é de arranjar-se para convencer". Deste modo, após o orador 1) encontrar as idéias, 2) organizá-las judiciosamente, 3) revesti-las com a expressão adequada, 4) fixá-las na memória e, enfim, 5) debitá-las com dignidade e graça, após o cumprimento de todas estas etapas, então, supõe-se convencido ou persuadido o seu interlocutor. Crassus assim resume a tarefa: "antes de abordar o objeto, era necessário conciliar o espírito dos auditores, depois expor o assunto, indicar o ponto em discussão, dar as provas como apoio da tese, refutar as objeções e, ao final, amplificar e desenvolver tudo aquilo que está em nosso favor, enfraquecer e arruinar tudo o que a parte contrária defende". CICERO. *De oratore*, I, XXXI. Utilizei a edição francesa estabelecida, traduzida e anotada por François Richard, CICÉRON. *De l'orateur*. Paris: Garnier, 1932.

23
ALMEIDA, Diogo Fernandes de. *Dissertação historica, jurídica, e apologetca, que na Conferencia da Academia Real da Historia Portugueza de 14. de Fevereiro de 1732. leu D. Diogo Fernandes de Almeida, em defeza da Conta, que deu dos seus estudos no felicíssimo dia de 7. e Setembro de 1731.* Lisboa Occidental : na officina de Joseph Antonio da Silva, Impressor da Academia Real, M. DCC. XXXII [1732], p. 2.

24
Reflexoens sobre o estudo academico. In: *Collecçam dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza, que neste anno de 1721, se compuzerão, e se imprimirão por ordem dos seus censores, dedicada a El Rey Nosso Senhor, Seu Augustissimo Protector, e ordenada pelo Conde de Villamayor, secretario da mesma Academia.* Lisboa Occidental: na Oficina de Pascoal da Sylva, impressor de S. Magestade Real. MDCCXXI [1721]. Agradeço a Taíse Quadros da Silva por ter disponibilizado o texto.

da história portuguesa. O breve prólogo que abre o primeiro tomo das publicações deixa transparecer o intuito da obra:

> Os falsos Documentos, que no fim do Séc. XVI, e principio do XVII. se fabricarão da Hespanha, e mesmo em Portugal, enredarão de tal maneira a nossa Historia, que dous Séculos, e o trabalho de tantos Sábios, não tem bastado a reduzi-la á sua pureza. A ignorância augmentou o mal, produzindo-nos cópias inexactas, e a cada passo defeituosas, principalmente nas datas [...] Estes inconvenientes, que a experiência repetidas vezes me fez palpáveis, tendo excitado as minhas averiguações sobre diversos artigos históricos, e juridicos, tem dado occasiao a ordenar algumas Dissertações, que vou consecutivamente publicar; por me persuadir que dellas poderá resultar algum interesse á nossa Litteratura, que por mais de hum titulo tenho obrigação de promover, quanto a mim cabe.[25]

Como se percebe, a dissertação se mostra como um mecanismo de comprovação histórica, uma prática erudita de administração das provas que servirão, posteriormente, para a escrita de uma "história verídica". Algo sensivelmente distinto do significado que o termo terá em meados do século XIX, por exemplo, na sempre citada dissertação de Karl Friedrich Philipp von Martius, publicada originalmente na década de 1840 pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No premiado texto do botânico bávaro, não se encontra qualquer elemento definidor do que se poderia entender como crítica erudita, isto é, um mecanismo de definição e administração das evidências históricas. O naturalista preocupou-se, por outro lado, em elencar temas possíveis para a história do Brasil, assim como teceu breves comentários a respeito do estilo desejado para tanto.[26] Outro exemplo ainda pode ser mencionado, como é o caso da "Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do Imperio do Brazil", escrita pelo marechal Raymundo José da Cunha Mattos. Embora o autor português tenha demandado o "escalpello da boa critica" para alguns documentos, além de recomendar "as melhores" fontes para a história do Brasil, seu texto ocupa-se na maior parte do tempo em avaliar trabalhos escritos sobre o tema, bem como aponta sugestões para sua periodização.[27]

Os dois trabalhos são voltados para a definição de certos princípios metódicos para a escrita da história no Brasil oitocentista, pelos quais os autores discorrem sobre alguns temas escolhidos sem que, por isso, se configure um caráter de disputa dentro do texto. O teor propositivo de ambos denota justamente uma sugestão em aberto onde seus leitores poderão por ventura acatá-la ou não. Mas de forma alguma há nos textos os sinais de uma disputa erudita. O século XVIII, nesse sentido, parece atribuir uma importante função crítica a este gênero discursivo, dotando-o de um significado particular para os procedimentos de pesquisa histórica, o qual permanecerá, como se vê, até alguns eruditos da primeira metade do século seguinte, quando sua dimensão de disputa parece começar a esmorecer.

IV

Tomemos alguns exemplos retirados das dissertações lidas pelos acadêmicos Luís de Siqueira da Gama e Gonçalo Soares de França. Na sua terceira dissertação sobre a história política, Siqueira da Gama escolhe um tema considerado por ele relevante para disputar: "havemos dissertar se os Índios do Brasil, antes de ser descoberto e conquistado pelos portuguêses, tinham, ou não política, viviam, ou não com algum exercício de civilidade".

25
RIBEIRO, João Pedro. *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudência ecclesiastica e civil de Portugal publicadas por ordem da Academia R. das Sciencias de Lisboa pelo sócio João Pedro Ribeiro*, 5 tomos. Lisboa: na Typografia da mesma Academia, 1810-1836 (a citação consta no prólogo do tomo I).

26
Como se sabe, a partir do que chamou de "lei particular das forças diagonaes", Martius sugeriu a escrita da história do Brasil a partir do papel desempenhado por cada um dos três elementos que constituem o brasileiro (" a de côr de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e emfim a preta ou ethiopica "), assim como defendeu um estilo particular para tanto, obviamente voltado para o enaltecimento da monarquia lusitana: "d'aqui resulta que a obra, a qual não devia exceder a um só forte volume, deverá ser escripta em um estylo popular, posto que nobre. Deverá satisfazer não menos ao coração do que á intelligencia; por isso, não devia ser escripta em uma linguagem do [?] e empolada, nem sobrecarregada de erudicção ou de uma multidão de citações estereis. Evitará não menos ter o carater de uma chronica, do que de investigações historicas, seccas e puramente eruditas". MARTIUS, Carlos Frederico Ph de. Como se deve escrever a historia do Brasil. Dissertação offerecida ao Instituto Historico e Geographico do Brasil, pelo Dr. Carlos Frederico Ph. de Martius. Acompanhada de uma Bibliotheca Brasileira, ou lista das obras pertencentes á Historia do Brasil. In: *RIHGB*, T.VI, 1844, p.381 e ss.

27
"Os melhores materiaes para escrever a historia do Brasil (e a de outros lugares), são os monumentos e as inscripções abertas em laminas de pedra e metallicas; os diplomas legislativos, as cartas imperiaes ou regias, os regulamentos ou regimentos, resoluções, avisos, provisões e patentes. Termos de posse dos governadores, bispos, magistrados, officiaes municipaes, e das outras classes de empregados publicos, e as cartas de sesmarias das terras concedidas aos mais antigos povoadores. Um critico mui austero deve presidir ao exame d'estes monumentos; observar o talho da letra, a côr e o estado das tintas, confrontar as eras ou as cousas com pessoas, enfim desempenhar os deveres de bom paleógrapho e bom chronologo. Se os escriptores do Brasil tivessem praticado estas regras que são imprescreptiveis, e aconselhadas desde a mais alta antiguidade por aquelles que estão reputados mestres dos historiadores, não teriamos o desgosto de encontrar ficções em vez de realidades, e de ler mui desfigurados alguns dos mais bellos episodios dos fastos brasileiros". MATTOS, Raymundo José da Cunha. Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do Imperio do Brazil. *RIHGB*, T.XXVI, 1863. p.121 e ss.

Para tanto, o acadêmico Ocupado passa então a apresentar as duas partes da contenda. "Nessa intrincada disputa a parte negativa se prova manifestamente pelas razões seguintes", que são em número de três: em primeiro lugar, defende-se a impossibilidade de política entre os nativos americanos pelo fato de que, considerando a religião como base de todo e qualquer Estado, o fato dos indígenas serem desprovidos de religião comprova que são igualmente desprovidos de política. "Os Índios primeiros habitadores do Brasil não conheciam fé, não professavam religião, não adoravam a Deus, eram bárbaros, eram feros, eram insociáveis; e tanto que até parece que em sinal da sua barbaridade lhes negou o autor da natureza as letras F, L, R". A segunda razão é dada pelo fato de que toda política se manifesta como faculdade civil; não tendo civilidade em seus costumes, os índios também não têm política:

> referem os historiadores tratando desta formosa, e Grande parte do mundo , que se os nacionais eram bárbaros, eram feros, eram insociáveis; eram insociáveis porque viviam dispersos pelas brenhas, e vagavam como reses às manadas; eram feros porque o prato do seu maior aprêço era o de carne humana, que comiam vorazmente com maior gôsto: eram bárbaros, porque sem honestidade, e sem vergonha andavam de todo nus, e só as mulheres cobriam com um ramo verde o mais imodesto, de que tanto se peja a pudícia dos racionais.

Enfim, como terceira razão negativa apresentada contra a existência de política ente os grupos americanos, a dimensão divina da política: "sociedade política deduz a sua origem de Deus, e da natureza humana [...] e nesta conformidade, verossímil é, que sendo tão brutos, que não pareciam homens não teriam entre si sociedade".[28]

Como contraponto, Siqueira da Gama indica a parte contrária, "a parte afirmativa [onde se] propugnam os seguintes fundamentos": apesar da aparente rudeza, os índios não eram brutos, chegando, inclusive, a organizar sua vida social de acordo com demandas produtivas. "Cuidando os Índios do Brasil da sua comodidade em melhor passagem, segundo as estações do ano, fertilidade, e abundância dos sítios; é sem controvérsia que se governavam pelos ditames da política, e que não eram tão bárbaros, que parecessem irracionais". Além disso, se um dos elementos mais evidentes da existência da política entre grupos sociais é a comunhão entre seus membros, a existência de relações matrimoniais entre os índios é prova contundente para quem defende a dimensão política de sua existência. Por fim, última razão afirmativa, os índios eram passíveis de catequização e, dessa maneira, não eram feras irracionais desprovidos de qualquer sentido social para sua existência. Enquanto seres racionais, portanto, eram também seres políticos. Quanto a isso, o próprio acadêmico atesta o valor da assertiva: "é coisa que vemos, e como vemos, não necessita de outra alguma confirmação".[29]

Apresentadas as duas posições, cabe àquele que profere a dissertação elaborar seu juízo crítico, asseverando o argumento que lhe parece mais adequado para figurar em uma história. Com essa intenção, Siqueira da Gama opta por uma solução sintética, um meio termo entre ambas as posturas. O resultado é visivelmente retórico: o autor considera dois significados principais para a idéia de política: "política rigorosa, e estreitamente considerada", e "política considerada mais larga". A primeira diz respeito ao âmbito da administração e da organização burocrática do Estado, isto é, política como faculdade civil; a outra encontra seu pleno

28
GAMA, Luís de Siqueira da. Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na história do Brasil. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil, 1641-1820-22*. Vol.1, T.5. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969. p.30-32.

29
Ibidem. p.32-34.

sentido na dimensão comunitária da vida em sociedade. Com isso, a resposta mais plausível segundo o acadêmico é considerar que os indígenas dispõem de política apenas em seu primeiro significado: "dizemos, que os primeiros habitadores do Brasil, já no tempo do nosso descobrimento tinham e têm dêste ou daquele modo, esta tal sociedade, e comunhão política". Por sua vez, se apenas for considerara a política estrita, "é sem a menor controvérsia, não usarem os tais Índios bárbaros de política alguma, rigorosamente considerada enquanto faculdade civil".[30]

De sua parte, o padre Soares de França, realiza tarefa similar nas dissertações sobre a história eclesiástica no Brasil, embora um tanto mais sofisticada do ponto de vista da erudição histórica. A tal ponto que o acadêmico se mostra seguro em criticar um eminente historiador português, justamente em termos de prática documental. O assunto trata da história das navegações portuguesas e o religioso se mostra desconfiado, com base em um manuscrito apenas mencionado, diante da prática historiográfica de João de Barros.

> Reconheço todavia muito bem, que a autoridade de João de Barros entre os nossos é tanta, que não sofre ser impugnada com uma relação manuscrita; e suposto que a esta pudéramos defender com muitos, e mui próprios exemplos, de nenhum quero usar, mas só concluir que bem, ponderada a sentença do nosso historiador, parece mais conjectura alheia, que opinião própria, pois a indiferença com que fala dá lugar a que a relação e a década possam ser verdadeiras.[31]

Ou seja, o fundamento da crítica reside na forma como as evidências são administradas: de um lado, o amparo em fontes manuscritas, de outro, a informação "por ouvir dizer", pautada em opinião de terceiros. Na sua dissertação histórica, portanto, o valor documental das assertivas encontra pleno significado.

Discorrendo sobre quem teriam sido os primeiros povoadores do Brasil, quando e como eles aqui chegaram (dissertação terceira), o autor adverte logo de início: "hoje forçosamente havemos de questionar, e suposto, que sem faltar aos preceitos da Retórica campearão mais as normas da dialética, porque temos de auferir e impugnar as diversas opiniões que há acêrca dos primeiros povoadores do Brasil, para então estabelecer a nossa resolução". O religioso se dispõe a apresentar, em primeiro lugar, as versões indígenas sobre o fato, logo em seguida desqualificando-as como "patranhas" fabulosas, opondo a elas a "verdade infalível do texto sagrado". Depois, apresenta versões de diversos autores, algumas delas situando os indígenas como fugitivos, tal qual Enéias, da guerra de Tróia; outras sugerindo que os nativos foram "trazidos de Anjos pelos cabelos". Soares de França, por fim, indica aquela que considera a versão mais verossímil, pela qual os índios chegaram ao território americano pelo Estreito de Antão, atual estreito de Behring.[32] Nas suas palavras:

> Mas, ou fôssem uns, ou fôsse outro, a opinião mais provável, ou ao menos a que eu mais aprovo é, que êstes descendentes de Noé da referida parte pelo mencionado estreito vieram a ser os primeiros povoadores da nova Espanha, e consequentemente do Brasil, porque em pequenas balsas, canoas, ou jangadas, e ainda com sofríveis nados, em que são incansáveis os Índios, em tão breve distância, não só os homens poderiam pôr em efeito o seu desejo, mas ainda os animais em execução o seu intento; e transferidos daquela a esta parte do mundo, com facilidade se foram difundindo, e espalhando pelo mais continente da América.[33]

30
GAMA, Luís de Siqueira da. Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na história do Brasil. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil, 1641-1820-22*. Vol.1, T.5. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969. p.35.

31
FRANÇA, Gonçalo Soares de. Dissertações da história eclesiástica do Brasil. In: CASTELLO, José Aderaldo. Op.Cit. p.234.

32
Ibidem. p.254.

33
Ibidem. p.249-255.

O interesse para este trabalho está na maneira pela qual o acadêmico sustenta seu argumento. Não apenas no caso da origem dos indígenas americanos, mas no conjunto das suas reflexões, ele indica, sobretudo, três fatores de prova principais: *textos*, seja na forma de manuscritos ou impressos; *experiência*, no sentido prático que assume a idéia de investigação ou *historíe* desde Heródoto;[34] e *raciocínio lógico*, modelo comprobatório que encontra lugar desde os silogismos da *Retórica* aristotélica.[35] No caso deste, um exemplo é esclarecedor. Defendendo a vinda de São Tomé, Soares de França argumenta da seguinte maneira: "se nas três partes do mundo pregaram os mais Apóstolos como sabemos, porque nesta quarta parte não pregaria São Tomé?", complementando ainda indagando "que maior razão pois se dá para que pregasse êste Apóstolo na Ásia, e não evangelizasse na América; se os da América são gentios, gentios eram os da Ásia".[36] No caso da prova por experiência, o exemplo dado são as explorações *in loco* feitas no já referido Estreito de Antão, que asseguram a possibilidade do trajeto entre o continente asiático e o americano. Por fim, o autor arrola lista sobre documentos impressos e manuscritos aos quais teve acesso para elaborar seu trabalho. "Para erigi-la [a dissertação] unirei os materiais, que se acham dispersos por alguns Livros impressos, e manuscritos, a que não dou menos crédito que aos primeiros, por serem alfaias, que como morgado herdei dos antigos Avós, que na guerra, e na paz ocuparam os primeiros lugares desta República".[37] Ou seja, as disputas contidas nas dissertações de história eclesiástica são amparadas por um forte aparato comprobatório que, posteriormente, já com a disputa resolvida, legitimarão a escrita historiográfica.

V

Considerando, por fim, algumas das modalidades de discursos utilizados pelos historiadores portugueses na primeira metade do século XVIII, é possível perceber o lugar das dissertações dentro do conjunto dos procedimentos de que se valiam tais autores. Isabel Ferreira da Mota, em seu importante estudo sobre a Academia Real da História de Portugal, informa que na instituição fazia-se, como se continuará fazendo ao longo do século XIX, uma distinção clara entre *História* e *Memórias*. Nas suas palavras, "nas memórias, cada uma das partes pode suster-se por si; a história é uma narração perpétua e constante dos feitos".[38] Iris Kantor discorre igualmente sobre o tema, considerando que as memórias para os autores brasílicos do século XVIII, equivaleriam àquilo que contemporaneamente chamamos de "instrumentos de pesquisa". Kantor indica que "as memórias eram essencialmente compilação documental ou mesmo resumos informativos: constituíam arrolamentos ou 'aparatos críticos' em formato de catálogos de autoridades (bispos e governadores), mapas de rendimentos (contratos, dízimos e soldos), tabuadas cronológicas, cartas geográficas, desenhos de vilas e edificações, repertórios genealógicos, legislativos e bibliográficos".[39]

O *Systema da Historia Ecclesiástica, & Secular de Portugal, que ha de escrever Academia Real da História Portuguesa*, espécie de programa metodológico para os acadêmicos, assevera aos membros que "naõ se faraõ dissertações, ou notas separadas das Memorias no fim dos Livros, e Capitulos, porque no mesmo contexto se haõ de tratar as duvidas, com a liberdade que permite este genero de Historia, sem obrigar a quem

34
Sobre a "operação historiográfica" de Heródoto, ver HARTOG, François. *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

35
Ver GINZBURG, Carlo. Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez. In: *Relações de força. História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

36
FRANÇA, Gonçalo Soares de. Dissertações da história eclesiástica do Brasil. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil, 1641-1820-22*, Vol.1, T.5. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969. p.267.

37
Ibidem. p.227.

38
MOTA, Isabel Ferreira da. *A academia Real da História*. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Coimbra: Minerva, 2003. p.63.

39
KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos*. Historiografia acadêmica luso-brasileira (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004. p.193.

a lê a que và a outra parte a resolução das questoens".[40] Isabel Mota menciona ainda a obra de Manuel Pereira da Silva Leal, sobre a história eclesiástica do bispado da Guarda, de 1729, em que o autor considera que "muito mais difícil e laborioso he o emprego de juntar, discutir, examinar, escolher, e pôr em ordem Memorias, que hão de depois servir para se escrever por ellas a Historia, já livre das controversias, e disputas, que a memoria decidio com trabalho, e paciencia".[41] Convém salientar a distinção formal estabelecida pelo autor nesta passagem, que permite diferenciar o primeiro termo pluralizado e com inicial maiúscula ("Memorias"), do segundo termo, singular e iniciando com minúscula ("memoria"). Ou seja, naquele caso, o termo refere-se a um gênero discursivo preciso, enquanto que neste, à arte intelectual (*ars memoriae*) que possibilita a lembrança. Por conseguinte, é possível indicar duas etapas precisas e distintas para o trabalho historiográfico: a elaboração laboriosa das memórias e a escrita propriamente da história. Fato importante de se notar é que esta apenas é produzida quando sobre aquelas não mais pairam controvérsias ou desentendimentos, isto é, quando seus conteúdos específicos já foram disputados, em muitos casos pela forma dissertativa.

Assim, as dissertações acadêmicas dos Esquecidos, ecoando uma tradição que remonta à própria Academia Real da História Portuguesa, trazem a particularidade, pelo menos para o contexto brasílico, de se constituírem como elementos próprios de uma disputa discursiva em que duas partes ou proposições são colocadas em paralelo para que, do confronto instaurado entre elas, sobressaia o enunciado tido pelo autor da dissertação como o mais adequado ou mesmo como o mais condizente com a verdade histórica dos fatos. Com isso, elas se constituem como etapas fundamentais para a escrita da história propriamente dita. Entre as memórias e a "História", a dissertação aparece, portanto, como uma modalidade de disputa pelo passado, situada no espaço impreciso, mas evidente, entre as letras e as armas.

40
Systema da Historia Ecclesiástica, & Secular de Portugal, que ha de escrever Academia Real da História Portuguesa. In: In: *Collecçam dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza, que neste anno de 1721, se compuzerão, e se imprimirão por ordem dos seus censores, dedicada a El Rey Nosso Senhor, Seu Augustissimo Protector, e ordenada pelo Conde de Villamayor, secretario da mesma Academia*. Lisboa Occidental: na Oficina de Pascoal da Sylva, impressor de S. Magestade Real. MDCCXXI [1721].

41
LEAL, Manuel Pereira da Silva. *Memorias para a historia ecclesiastica do bispado da Guarda. Parte primeira*. Lisboa Ocidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1729; citado em MOTA, Isabel Ferreira da. *A academia Real da História*. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Coimbra: Minerva, 2003. p.42.

Recebido para publicação em setembro de 2009
Aprovado em fevereiro de 2010

A Invenção do Sete de Setembro, 1822-1831[1]

The Invention of *Sete de Setembro*, 1822-1831

Hendrik Kraay
Professor no Departamento de História da Universidade de Calgary (Calgary / Canadá)
e-mail: kraay@ucalgary.ca

Resumo
Utilizando-se de jornais coevos, relatos de viajantes e relatórios de diplomatas estrangeiros, este artigo analisa a rápida invenção do Grito do Ipiranga, de D. Pedro I, em 7 de setembro de 1822 como o dia da independência do Brasil. Contrariamente àqueles que argumentam ter levado algum tempo para que as ações de D. Pedro naquele dia fossem consideradas como o momento fundador da nação brasileira, este artigo defende que foi em 1823 que se reconheceu a data como o dia da independência do Brasil. No entanto, até o final da década de 1820, esse dia foi considerado menos importante como festividade nacional que o 12 de outubro, aniversário do imperador, comemoração de sua aclamação em 1822, e, consequentemente, o dia em que o império brasileiro foi criado. Conclui-se o presente texto com uma discussão sobre as importantes mudanças, em 1830, no significado dos dois dias e a extinção do 12 de outubro, em 1831, como um dia de festividade nacional, o que deixou o 7 de setembro como o feriado nacional mais importante do Brasil.

Abstract
Using contemporary newspapers, travelers accounts, and the reports of foreign diplomats, this article examines the rapid invention of D. Pedro I's 7 September 1822 Grito do Ipiranga as Brazil's independence day. Contrary to those who have argued that it took some time to construct D. Pedro's actions that day as the Brazilian nation's founding moment, this article argues that, in fact, the day was recognized as Brazil's independence day in 1823. However, for much of the rest of the 1820s, it was considered less important a day of national festivity than 12 October, the emperor's birthday and the commemoration of his acclamation in 1822, and consequently the day on which the Brazilian empire was created. This article concludes with a discussion of the significant changes in the meaning of both days in 1830 and the abolition of 12 October as a day of national festivity in 1831, which left 7 September as Brazil's most important national holiday.

Palavras-chave
identidade nacional, representações políticas, Rio de Janeiro, Independência, festas cívicas, Primeiro Reinado

Keywords
national identity, political representation, Rio de Janeiro, Independence, civic rituals, First Reign

1
As seguintes abreviaturas são usadas nas notas: CLB (Coleção das Leis do Brasil), NARS (National Archives and Records Service, Estados Unidos), PRO/FO (Public Record Office, Foreign Office, Grã-Bretanha), RIHGB (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

Introdução

Atualmente, é um axioma nacional a proclamação da independência brasileira por D. Pedro I em 7 de setembro de 1822, às margens do Ipiranga, em São Paulo. Naquele ano, entretanto, o significado histórico de suas ações não era tão evidente e, pelo menos até o final de 1822, contemporâneos atribuíram pouco significado à data e ao Grito do Ipiranga, pois se ocupavam com a aclamação do imperador (12 de outubro) e sua coroação (1º de dezembro). Daí resultou um consenso historiográfico de que demorou algum tempo para que o Sete de Setembro se tornasse o dia da independência do Brasil e de que a data não tinha grande significado senão bem depois de 1822. Neste artigo, trago novas fontes para essa discussão e argumento que, na realidade, o 7 de setembro foi reconhecido como o dia da independência do Brasil em 1823 e que sua celebração ganhou relevância rapidamente, pelo menos no Rio de Janeiro, apesar de o 12 de outubro ter permanecido o "dia de festa nacional" mais importante na maior parte da década.

Já em 1860, Gottfried Heinrich Handelmann observou, sobre o 7 de setembro, que "a princípio não se lhe ligou tanta importância como depois"; contudo, não ofereceu fontes para embasar tal afirmação. Uma série de outros historiadores tem destacado, recentemente, a pouca atenção que a imprensa do Rio de Janeiro despendeu aos eventos do 7 de setembro de 1822 nos anos subsequentes à independência, a ausência da data em uma lista de dias de gala da corte publicada em dezembro e a inexistência de comentários de Hipólito José da Costa sobre a data em seu *Correio Brasiliense* (entre outras coisas); o que parece surpreendente, considerando-se a importância atribuída posteriormente ao Sete de Setembro.[2] Em 1995, Maria de Lourdes Viana Lyra publicou um artigo no qual afirmava que a construção do 7 de setembro como o dia da independência do Brasil havia começado em meados da década de 1820 e sido concluída até 1830, com a publicação da *História dos principais sucessos do Império do Brasil,* de José da Silva Lisboa, uma história oficial em que o Visconde de Cairú apresenta Pedro como "responsável único pela decisão de tornar o Brasil livre", uma avaliação que "atendia com perfeição à memória que se queria firmar: a ruptura da unidade luso-brasileira e a conseqüente independência absoluta do Brasil constituíram atos exclusivos da vontade do imperador-herói, que tudo fizera para defesa da liberdade do seu povo".[3]

Essa é uma interpretação conservadora da independência e, como Lyra explica, Cairú respondia ao grande debate dos anos da década de 1820 com relação às origens da soberania de Pedro I: as posições reformista e conservadora sustentavam que ela derivava da linhagem real do imperador, enquanto a visão revolucionária defendia que apenas o povo – a nação brasileira – tinha o direito de aclamar Pedro como seu governante e investi-lo de poder. Pedro teve que renunciar formalmente ao seu título no tratado de 1825, que resultou no reconhecimento português, para governar com base na soberania popular, o que, por sua vez, exigiu uma reconstrução da história da independência, devidamente enunciada por Cairú, para enfatizar que ela se originou diretamente das ações de Pedro no 7 de setembro de 1822 e não por meio de sua aclamação pela nação brasileira.[4]

A elegante análise de Lyra, entretanto, falha na medida em que a interpretação de Cairú foi contestada por muitos daqueles que comemoraram o Sete de Setembro em 1830. Além disso, um olhar mais atento às reais celebrações ocorridas no 7 de setembro a partir de 1823 (conforme descrito por diplomatas estrangeiros, por alguns viajantes e

2
HANDELMANN, Gottfried Heinrich. *História do Brasil*. 2 vols. Tradução do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: IHGB, 1931, vol.2, p.792, nota 171. A análise mais detalhada sobre essa questão é de LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memória da Independência. Marcos e representações simbólicas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.29, p.177-89, 1995. Ver também NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais:* a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: FAPERJ e Revan, 2003, p.369-370; OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. O Museu Paulista da USP e a memória da Independência. *Cadernos Cedes*, n.22, p.66-67, dezembro de 2002.

3
LYRA, Maria de Lourdes Viana. Op.Cit. p.198, 201.

4
Ibidem. p.191-197.

na imprensa) revela indubitavelmente que esse já era considerado dia da independência do Brasil. Mais precisamente, a questão primordial era se a independência, conforme proclamada no 7 de setembro, foi tão importante quanto a aclamação de Pedro no 12 de outubro (ou mesmo quanto outros eventos que estabeleceram a ordem política imperial). A julgar pelas comemorações ocorridas no Rio de Janeiro, o Sete de Setembro foi, por um curto período, ofuscado pelo 12 de outubro, mas, em meados da década, já viria a obter a mesma importância. Uma segunda questão, bastante debatida em 1830 e 1831, foi a natureza do papel de Pedro no 7 de setembro de 1822; muitos, na verdade, rejeitaram a visão de Cairú e argumentaram que a proclamação da independência por Pedro seguiu o desejo da nação de ser livre.

Celebrando o 7 de Setembro e o 12 de Outubro, 1823-1825

Para o Rio de Janeiro, os eventos da segunda metade de 1822 que levaram à criação de um império brasileiro independente ofereceram duas alternativas principais com que era possível datar a fundação do novo regime: o Grito do Ipiranga em 7 de setembro ou a aclamação de Pedro em 12 de outubro (a mesma data de seu aniversário). Não estava claro qual desses dias era mais digno de comemoração. Um decreto de dezembro de 1822 determinando o protocolo da corte para os dias de gala deixou de mencionar o 7 de setembro e, o que talvez seja ainda mais interessante, não identificou um dia para comemorar a independência (12 de outubro foi descrito como a data do aniversário de Pedro e de sua aclamação).[5] No início daquele mês, no entanto, Pedro havia decretado que "sendo conveniente memorizar a gloriosa época da Independência do Brasil e sua elevação à categoria de Império [...] o número de anos que decorreram da mencionada época [...] deverá contar-se de o memorável dia 12 de outubro do presente ano".[6]

No ano seguinte, contudo, o 7 de setembro rapidamente ganhou notoriedade. Durante a fala do trono que abriu a Assembleia Constituinte em 3 de maio de 1823, Pedro aludiu à data como a sua primeira declaração em favor da completa independência.[7] No início de setembro, a assembléia decidiu que o dia fosse considerado, temporariamente, feriado nacional, por ser o aniversário da independência brasileira, e enviou uma grande delegação para parabenizar Pedro.[8] Para a surpresa de Condy Raguet, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, o 7 de setembro de 1823 "foi celebrado com toda a pompa militar, civil e religiosa apropriada a uma festa tão importante". Ele especulou que a cerimônia se devesse à política cada vez mais acirrada relativa à assembleia e se questionou se andara equivocado ao ver a aclamação (12 de outubro) como "o verdadeiro dia de declaração da independência".[9] O Barão Wenzel de Mareschal, representante austríaco, não estava, aparentemente, surpreso e simplesmente relatou que "se prepara para o 7 de setembro, como o dia do aniversário da independência proclamada em São Paulo, uma festa militar".[10] Naquele ano, a única alusão à comemoração do 7 de setembro na imprensa do Rio de Janeiro foi um soneto em *O Sylpho*, que conclui: "Estás independente ... oh! que te resta/Valor Brasil! Constituição ou Morte."[11] Os elementos "militar, civil e religioso" da celebração a que se referiu Raguet eram constitutivos das grandes festas cívicas daquela época – saudações da artilharia dos fortes e navios de guerra, uma parada militar, um *Te Deum* na capela imperial, um cortejo no Paço da Cidade (com a cerimônia obrigatória do beija-mão), uma noite de gala no teatro e iluminação noturna da cidade.

5
Decreto, 21 de dezembro de 1822, *CLB*. Esta análise da legislação sobre dias de gala segue um panfleto pouco conhecido de COSTA, Luiz Monteiro da. *D. Pedro I entre o 7 de setembro e o 12 de outubro*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1956. Agradeço a Marco Morel a indicação deste texto.

6
Decreto, 10 de dezembro de 1822, *CLB*.

7
Falla com que Sua Magestade o Imperador abriu a Assembléa Geral Legislativa Constituinte no dia 3 de Maio de 1823, *CLB*.

8
Sessões de 5 e 9 de setembro de 1823. BRASIL, *Diário da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823*. Ed. fac-similar, 4vols. em 2. Brasília: Senado Federal, 1972, vol.1, p.722, 733.

9
Condy Raguet ao Secretário de Estado, Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1823, NARS, T-172, rolo 2.

10
"Prepara-se para o 7 de setembro, como o dia do aniversário da proclamação da independência em São Paulo, uma festa militar." Wenzel de Mareschal ao Príncipe de Metternich, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1823. *RIHGB*, n.314, p.346, janeiro-março de 1977. Ver também Mareschal a Metternich, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1823. *RIHGB*, n. 315, p.308, abril-junho de 1977.

11
"Soneto ao Faustissimo Anniversario da Independencia Brasileira," *O Sylpho*, 13 de setembro de 1823.

Um mês depois, os deputados designaram, da mesma maneira, o 12 de outubro como um dia de festividade nacional. Tiveram, no entanto, alguma dificuldade para determinar o que eles propunham que fosse celebrado – a aclamação de Pedro, seu aniversário ou, como Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (deputado de São Paulo) definiu, "o aniversário da aclamação do império ou da sua criação." Em sua mensagem de felicitações ao monarca, os deputados enfatizaram o caráter constitucional do império, refletindo as crescentes tensões entre o órgão e Pedro.[12] O dia foi tão comemorado quanto o 7 de setembro e alguns tomaram conhecimento da outra data de festividade nacional. Na noite de gala do teatro, José Pedro Fernandes recitou um elogio, no qual identificou o Grito do Ipiranga como o momento de fundação do Brasil: "... aparece de repente/Formidável Nação, válido Império/À voz de PEDRO, ao grito "INDEPENDÊNCIA"/Que trovejou nas margens do *Piranga*"; uma visão que teria soado como música aos ouvidos de Cairú.[13] Naquele ano, e na maioria das celebrações do 12 de outubro subsequentes, Pedro concedeu promoções nas forças armadas e títulos de nobreza e outras recompensas aos seus súditos.

Em uma decisão emitida em 23 de outubro, Pedro declarou o 7 de setembro e o 12 de outubro como dias equivalentes de festividade nacional, sancionando, desse modo, a intenção da assembléia constituinte. O Sete de Setembro foi descrito como o dia "em que o mesmo A[ugusto] S[enhor] tomou a sublime resolução de proclamar pela primeira vez a Independência do Brasil no sítio do Piranga", enquanto o 12 de outubro era o "faustíssimo anniversário da aclamação de S. M. o Imperador". Algumas semanas depois, outra decisão esclareceu que o 12 de outubro também celebrava a "grandiosa elevação do Brasil à categoria de Império e ... o anniversário natalício do mesmo A[ugusto] S[enhor]."[14] O Almanaque da cidade do Rio de Janeiro para 1824 listou ambos como dias de grande gala e explicou seus respectivos significados conforme descrito nos dois decretos.[15]

Não obstante a decisão de 1823, o 7 de setembro permaneceu subordinado ao 12 de outubro durante os dois anos seguintes. Em 1824, Raguet relatou que o 7 de setembro "foi anunciado e celebrado como o segundo aniversário da Declaração da Independência do Brasil, mas certamente não com a pompa... e magnificência" do 12 de outubro, acrescentando que, "nesta última celebração, *o povo* não tinha participação". *O Spectador Brasileiro*, da mesma forma, proclamou ser o 7 de setembro o "Anniversário da Independência Política do Império Constitucional do Brasil", mas nenhum jornal relatou as celebrações de 1824. Na verdade, havia pouco a ser relatado; Mareschal contou que, por razões não especificadas, não houve cortejo e beija-mão e o mau tempo forçou o cancelamento do desfile militar.[16] Em contraste, *O Spectador Brasileiro* aguardava ansiosamente pela "brilhante solenidade" que estava sendo preparada para o 12 de outubro e contava que o dia fosse comemorado por todo o império[17]. O ministro da guerra fez preparativos para saudações da artilharia em toda a costa do Rio de Janeiro e ordenou à milícia da província que também desfilasse, tudo em homenagem à Pedro e a sua "Gloriosa Acclamação e de seu Natalicio".[18] Infelizmente, não encontrei descrições dessas comemorações, mas Pedro, como de costume, emitiu vários despachos.[19]

As três decisões relativas ao protocolo nos dias de gala emitidas pelo ministério da guerra entre março e setembro de 1825 têm sido evocadas como índices das dúvidas constantes sobre a importância do 7 de setembro, mas podem muito bem apenas revelar confusão burocrática. Em março, o

12
Sessões de 7, 9 e 13 de outubro de 1823. Brasil, *Diário da Assemblea*, vol.2, p.186-187, 214, 231-232.

13
FERNANDES, José Pedro. *Elogio no muito fausto natalicio, e anniversario da Gloriosa acclamação de sua magestade Imperial o Senhor D. Pedro Primeiro, Imperador Constitucional e defensor perpetuo do Brasil, recitado no theatro de S. João*. Rio de Janeiro: Typ. da Silva Porto, 1823. Para uma descrição das comemorações do dia 12 de outubro de 1823, ver Mareschal a Metternich, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1823. *RIHGB*, n. 315, p.319, abril-junho de 1977.

14
Decisão 155 (Império), 23 de outubro de 1823; Decisão 159 (Império), 10 de novembro de 1823, *CLB*.

15
"Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1824". *RIHGB*, n. 278, p.201, janeiro-março de 1968.

16
Raguet ao Secretário do Estado, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1824, NARS, T-172, rolo 3; *O Spectador Brasileiro*, 10 de setembro de 1824; Mareschal a Metternich, Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1824. *RIHGB*, n. 323, p.200, abril-junho de 1979.

17
"Rio de Janeiro, 10 de Setembro 1822 [sic]," *O Spectador Brasileiro*, 10 de setembro de 1824.

18
Decisão 210 (Guerra), 1º de outubro de 1824, *CLB*.

19
Ver as listas dos despachos publicadas em *O Spectador Brasileiro*, 15 e 18 de outubro de 1824.

ministério ordenou que o 7 de setembro fosse celebrado da mesma forma que o 25 de março (o aniversário do juramento à constituição); em outras palavras, nesses dias de grande gala, os fortes deveriam hastear as bandeiras e disparar três rodadas de vinte e uma saudações. Esse decreto, entretanto, omitiu o 12 de outubro. Em agosto, o 7 de Setembro foi rebaixado à classificação de "pequena gala", a ser comemorada apenas com bandeiras, enquanto o 12 de outubro foi designado como "dia de grande gala", a ser comemorado com três saudações de 101 tiros e uma grande parada. Dez dias depois, o 7 de Setembro foi promovido novamente à categoria de grande gala, a ser celebrado conforme ordenado na decisão de março.[20]

Em 1825, o 7 de Setembro coincidiu com o anúncio do reconhecimento do Brasil pela Grã-Bretanha, o que tornou possível a Carl O. Schlichthorst declarar que essa era "a data mais importante da história do Brasil imperial".[21] Pedro distribuiu pessoalmente, das janelas do palácio, cópias do tratado antes do cortejo e removeu publicamente o emblema de Independência ou Morte que ele havia usado desde 1822.[22] Diplomatas franceses e austríacos relataram pouco entusiasmo por essas celebrações, já que os termos do tratado, na realidade, minaram o princípio da posição de Pedro como imperador por aclamação popular.[23] Mareschal relatou que as celebrações habituais ocorreram em 12 de outubro, Raguet fez referência à "grande pompa" e Henry Chamberlain, o ministro britânico, mencionou as "concessões de favor sem precedentes, incluindo títulos, honrarias e promoções, a um grau que se poderia quase ser chamado pródigo".[24] Schlichthorst afirmou que 10.000 tropas desfilaram no Campo de Santana, mas observou que essa foi a última dessas grandes exibições militares, pois muitos dos soldados foram enviados a Montevidéu logo depois.[25]

Essa exposição das fontes disponíveis sobre a comemoração do 7 de setembro e do 12 de outubro no período de 1823-1825, muitas das quais inacessíveis para aqueles historiadores que escreveram sobre as origens do 7 de Setembro, revela claramente que, se teve pouca importância para seus contemporâneos em 1822, essa data emergiu rapidamente como o dia da independência do Brasil, embora permanecesse secundária em relação ao 12 de outubro. O significado desses dois dias, no entanto, continuou oscilante. Ambos, é claro, evocavam Pedro como monarca e herói, mesmo que pudessem ser vistos como personificação das origens populares do império. A aclamação de Pedro pelo povo em 12 de outubro contrariou profundamente a conservadora Santa Aliança e complicou a busca do Brasil pelo reconhecimento internacional. Mas o dia também poderia ser celebrado apenas como o aniversário de Pedro ou como o dia em que o Brasil se tornou um império, conceitos menos problemáticos. Para que o 7 de setembro conotasse o momento de fundação do Brasil, o grito de "Independência ou Morte" tinha que repercutir na população ou ressoar do Amazonas ao Rio da Prata, um tropo recorrente utilizado na retórica do 7 de setembro. Por fim, o 7 de setembro ofereceu uma visão popular ou populista da independência mais prontamente que o 12 de outubro, embora essa distinção não tenha ficado totalmente clara até 1830.

Legislando sobre Dias de Festa Nacional

Na primeira sessão do parlamento brasileiro, os legisladores instituíram cinco dias de festividade nacional, quatro dos quais estavam diretamente ligados ao Imperador Pedro I: 9 de janeiro (data em que decidiu ficar no Brasil, em 1822), 25 de março, 3 de maio (dia de abertura da sessão

20
Decisão 38 (Guerra), 7 de março de 1825; Decisão 187 (Guerra), 25 de agosto de 1825; Decisão 198 (Guerra), 5 de setembro de 1825 (Guerra), *CLB*. Costa analisou as duas primeiras dessas decisões mas desconhecia a terceira, *D. Pedro I*, p. 23-27.

21
Henry Chamberlain a George Canning, Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1825, PRO/FO 13, vol.10, fol.48v; SCHLICHTHORST, C[arl] O. *O Rio de Janeiro como é, 1824-1826 (huma vez e nunca mais)*. Tradução de Emmy Dodt e Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Ed. Getúlio Costa, 1943, p.197.

22
Raguet ao Secretário do Estado, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1825, NARS, T-172, rolo 3.

23
MONTEIRO, Tobias. *História do Império:* o Primeiro Reinado. 2vols. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982, vol.1, p.277-279, 281; LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memória da Independência. Marcos e representações simbólicas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.29, p.190-194, 1995; SOUSA, Octávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*. 3vols. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988, vol.2, p.177, 186-189.

24
Mareschal a Metternich, Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1825. *RIHGB*, n. 335, p.157, abril-junho de 1982; Raguet ao Secretário do Estado, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1825, NARS, M-121, rolo 6; Chamberlain a Canning, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1824, PRO/FO 13, vol.10, fol.239.

25
SCHLICHTHORST, C[arl] O. Op.Cit. p.248.

legislativa anual), 7 de setembro e 12 de outubro.[26] Os debates no senado e na câmara dos deputados revelaram uma importante diferença entre as duas casas em suas respectivas visões sobre a natureza política do império. Nesse debate, entretanto, estava claro que o Sete de Setembro era considerado por muitos o dia da independência do Brasil, mas alguns ainda o viam como relativamente menos importante em comparação com o 12 de outubro.

No senado, o visconde de Nazaré propôs, em 10 de maio, que o dia 13 fosse declarado "festa nacional" (naquela data, em 1822, Pedro havia aceitado o título de "defensor perpétuo"). Essa moção – não aprovada – levou a um projeto de lei que propôs oito "dias de festividade nacional": 9 de janeiro (quando Pedro decidiu, em 1822, ficar no Brasil, o Dia do Fico) e 22 de janeiro (dia do aniversário da imperatriz), 25 de março, 13 de maio, 7 de setembro, 12 de outubro, 1º de dezembro (coroação de Pedro) e 2 de dezembro (aniversário do provável herdeiro, o futuro Pedro II). Nazaré justificou seu projeto de lei com base no argumento de que "todas as nações recomendaram sempre à posteridade os dias notáveis de suas instituições." Oito feriados eram demais para o visconde de Barbacena, que notou que todos eles se referiam de alguma forma a Pedro I, propondo, então, que se mantivesse apenas o 12 de outubro. Considerando que a assembléia constituinte havia proposto 3 feriados (9 de janeiro, 7 de setembro e 12 de outubro),[27] o visconde de Caravelas defendeu o 7 de setembro como "o dia, em que o Imperador quebrou as nossas prisões, as cadeias que nos ligavam a Portugal, em que declarou a independência, e foi seguida a sua voz por todo o Brasil", recomendando fortemente, também, a manutenção do 25 de março. Na segunda leitura, a visão de Barbacena prevaleceu: 12 de outubro, explicou ele, "encerra a particularidade de reunir os mais gloriosos fatos do Brasil". Nazaré, que perdeu essa seção, lamentou, na terceira leitura, que seus colegas senadores "mutilaram" o seu projeto de lei. Ao argumento de Barbacena, ele retrucou que um único feriado celebrando todos os atos de Pedro I seria uma "mera ficção", e que muitos feriados eram necessários para que "futuras gerações, ouvindo as salvas, vendo embandeiramentos, e mais demonstrações de regosijo próprios de semelhantes dias, se lembrem dos gloriosos fatos, que nele se passaram." Apenas com muitas celebrações os brasileiros lembrariam a história de sua nação, acrescentou Caravelas (agora apoiando Nazaré), uma vez que poucos homens no Brasil leem livros de história e, ao contrário dos antigos, o Brasil não tinha monumentos públicos; por esta razão, eram essenciais os festivais a que a população pudesse assistir. No final, os senadores convieram em uma lista de quatro feriados (9 de janeiro, 25 de março, 7 de setembro e 12 de outubro), mas Nazaré, Caravelas e outros quatro senadores registraram seus votos contra o projeto de lei.

O projeto foi, então, para a câmara dos deputados, onde Manoel de Souza Franco, do Rio de Janeiro, em meio a sonoros aplausos, sugeriu fortemente a inclusão de 3 de maio, data na qual, segundo a constituição, o parlamento se reuniu. A legislatura, salientou ele, era ao menos tão importante quanto o executivo (a monarquia), celebrado no projeto de lei do senado. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, de São Paulo, propôs uma emenda abandonando o 25 de março e o 7 de setembro e acrescentando o 3 de maio, baseando-se no argumento de que a legislatura era mais importante que a constituição e de que o 7 de setembro representava a proclamação da independência em apenas uma província. Bernardo Pereira

26
Lei, 9 de setembro de 1826, *CLB*. Este e o parágrafo seguinte são baseados nos debates em *Anais do Senado*, 1826, vol.1, p.85; vol.2, p.100-102; vol.3, p.14-16, p.122-129; e *Anais da Câmara dos Deputados*, 1826, vol.2, p.36; vol.3, p.262-265.

27
Não há indícios de que a Assembléia Constituinte propôs designar o 9 de janeiro como dia de festa nacional.

de Vasconcelos respondeu que o 3 de maio estava para o 7 de setembro assim como um pigmeu estava para um gigante. A independência, continuou ele, foi proclamada em 7 de setembro, totalmente ratificada em 12 de outubro e selada em 25 de março com a constituição; a abertura da legislatura apenas decorria dos outros três dias. Além disso, acrescentar outro feriado equivaleria a favorecer os funcionários públicos, que teriam mais um dia de folga. Outros deputados defenderam vigorosamente o 3 de maio, uma vez que, conforme um deles colocou, a independência e a constituição teriam sido inúteis "se a representação nacional não fosse instalada." Tais argumentos convenceram, e o 3 de maio juntou-se aos quatro feriados monárquicos do senado.

Esse debate revela que o 7 de setembro ainda não tinha sido completamente aceito como o dia da independência do Brasil. Vergueiro, deputado de São Paulo, pôde caracterizá-lo apenas como um dia significativo no nível provincial, mas nem ele, nem outro legislador ofereceu um dia da independência alternativo. Para os senadores, a monarquia era mais importante que a legislatura, uma visão que os deputados contestaram com o aditamento do 3 de maio.

A lei de 1826 modificou a prática das festas cívicas no Rio de Janeiro e, nos anos seguintes, o 7 de setembro e o 12 de outubro passaram a ser comemorados igualmente, com todas as características dos primeiros anos do reinado de Pedro. Os jornais enfatizavam reiteradamente que esses dois feriados comemoravam a criação, por Pedro, da nação brasileira e de sua organização política com base constitucional. Ele era a "voz regeneradora que criou uma Nação" em 7 de setembro de 1822, declarou *O Spectador Brasileiro*, em 1826. Em 12 de outubro de 1829, os brasileiros celebraram muito mais do que apenas o aniversário de um "Rei absoluto", explicou o *Aurora Fluminense*; em vez disso, eles recordaram "o triunfo das doutrinas proclamadas pela civilisação [que] foi sancionado pelo descendente de vinte monarchas."[28]

Significativamente, os outros três feriados designados por lei em 1826 não foram muito comemorados. O parlamento devidamente se reunia todo dia 3 de maio, mas os moradores da capital não celebravam esse dia. Robert Walsh surpreendeu-se com o pouco interesse pela abertura do parlamento, em 1829,[29] enquanto o aniversário da decisão de Pedro em permanecer no Brasil passou quase despercebido. Não há indicações de que o 25 de março recebeu mais do que uma atenção superficial. Em 1829, o *Aurora Fluminense* mencionou o dia com um editorial que salientava a sorte do Brasil em ter um "Monarca, que os Povos haviam escolhido, [que] não hesitou em oferecer à aprovação dos Brasileiros um Código liberal, em que se achavam gravados todos esses sagrados foros", o que custou, em qualquer outro lugar, tanto sangue para ser alcançado. A Carta de 1824 foi, segundo Evaristo Ferreira da Veiga, editor liberal moderado desse jornal, "a mais liberal de todas as Constituições Monárquico-Representativas." Aparentemente, contudo, não houve comemoração pública desse dia, exceto por saudações da artilharia.[30]

Em 1830, em meio às nascentes tensões entre exaltados e defensores de Pedro I, as comemorações de dias de festividade nacional no Rio de Janeiro mudaram completamente quando, pela primeira vez, grupos não governamentais organizaram as festas cívicas. As manifestações dos exaltados no 25 de março, em honra à constituição, foram um grande desafio para o imperador; e no 7 de setembro esses liberais radicais tentaram repetir o êxito

28
O Spectador Brasileiro, 7 de setembro de 1826; *Aurora Fluminense*, 12 de outubro de 1829. Ver também *Gazeta do Brasil*, 7 de setembro de 1827; *L Echo de l Amérique du Sud*, 10 de setembro e 13 de outubro de 1827; *Astrea*, 14 de outubro de 1828; *A Luz Brasileira*, 13 de outubro de 1829; *Jornal do Commercio*, 13 de outubro de 1829. Para uma descrição das comemorações do dia 12 de outubro de 1829, ver HOLMAN, James. *A Voyage Round the World, Including Travels in Africa, Asia, Australasia, America, etc., etc., from MDCCCXXVII to MDCCCXXXII.* 4 vols. Londres: Smith, Elder, & Co., 1834, vol.2, p.58-59.

29
WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829.* 2 vols. Londres: Frederick Westley e A. H. Davis, 1830, vol. 2, p.419.

30
Aurora Fluminense, 27 de março de 1829; *Jornal do Commercio*, 28 de março de 1829.

de março. Aqueles que apoiavam Pedro I responderam, no 12 de outubro, com pomposas comemorações de sua aclamação e de seu aniversário. Descrevi alhures essas celebrações e o extenso debate entorno delas, o que não repetirei aqui, salvo para enfatizar que foram manifestações políticas nas quais grupos adversários de defensores e opositores de Pedro I demonstravam publicamente suas diferentes visões sobre as origens da independência brasileira e sobre o papel adequado do monarca na ordem política. [31] No 7 de setembro, o líder dos exaltados, Ezequiel Corrêa dos Santos, simplesmente ignorou Pedro I e declarou que a conquista da independência pelas nações "sempre há sido por elas contado como o único dia que é verdadeiramente do povo."[32] O moderado Evaristo da Veiga declarou que Pedro havia seguido a vontade dos brasileiros no 7 setembro de 1822: "Abraçou voluntariamente a nossa causa, declarou-se brasileiro também ... e tornou-se assim digno de reinar sobre os brasileiros por unânime escolha da nossa recente associação política."[33] Líderes partidários de Pedro I, tal qual Joaquim José da Silva Maia, exortaram os brasileiros a serem dignos da independência e das instituições concedidas pelo "mais magnânimo dos monarcas."[34]. Enquanto o visconde de Cairú pode ter construído diligentemente uma versão conservadora do 7 de setembro em sua história da independência, encomendada oficialmente, e sua visão do Grito do Ipiranga como uma ação apenas da vontade de Pedro fora conveniente em uma monarquia conservadora, como Lyra argumentou, muitos discordaram de sua posição. Eles não rejeitaram o 7 de setembro, entretanto, como o dia da independência do Brasil; em vez disso, subordinaram Pedro à nação na sua avaliação do papel do imperador em 1822.

Novos e Velhos Dias de Festa Nacional, 1831

Pedro I abdicou em 7 de abril de 1831 e as comemorações subsequentes do 7 de setembro foram, inequivocamente, uma manifestação partidária, controlada pela Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional, que tem sido caracterizada pelos historiadores mais recentes como uma aliança entre grupos políticos divergentes, cuja meta era "pôr um freio na insurreição" que havia acompanhado a abdicação de Pedro.[35] A Sociedade pagou por um *Te Deum* na igreja de São Francisco de Paula para dar graças, nas palavras de "um patriota", pela "proteção Divina", que libertou o Brasil da "ambição dos Anarquistas" e da "tirania de um déspota estrangeiro".[36] Fundos excedentes da arrecadação da Sociedade foram designados para a construção da nova prisão do Rio de Janeiro, o que um jornal aprovou entusiasticamente, "porque é certamente promovendo os bons costumes, e a moral pública, que mais eficazmente se trabalha para a liberdade da Nação."[37] Duzentos Guardas Municipais fardados (a efêmera precursora da Guarda Nacional) posicionaram-se na saída da igreja e Evaristo depois elogiou a "bela tropa de cidadãos" que asseguraram o destino do Brasil em suas mãos. Sem ter nada a ganhar com a desordem ou o despotismo, eles eram o "grande segredo para haver liberdade sem anarquia, [e] ordem sem opressão da parte dos governantes".[38] Ao que parece, não ocorreram na capela imperial nem o desfile militar nem o *Te Deum*.

Havia algumas dúvidas sobre o significado do dia. O *Jornal do Comércio*, mesmo admitindo que Pedro I apenas havia se colocado à frente do movimento de independência em 1822 "para melhor disfrutá-la, e não perder tão rica coroa", declarou que o 7 de setembro de 1822 marcou o "primeiro passo para a Liberdade". Por essa razão, "*Sete de Setembro* será sempre de júbilo para os bons patriotas."[39] Nessa mesma tendência, Evaristo da Veiga

31
KRAAY, Hendrik. Nação, Estado e política popular no Rio de Janeiro: rituais cívicos depois da Independência. In: PAMPLONA, Marco A., e DOYLE, Don H. (orgs.). *Nacionalismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008, p.329-354. Para uma perspectiva diferente, ver WISSER, William M. *Rhetoric and Riot in Rio de Janeiro, 1827-1831*. 2006. 265f. Tese (Doutorado em História). University of North Carolina at Chapel Hill. p.114-196.

32
Nova Luz Brasileira, 7 de setembro de 1830.

33
Aurora Fluminense, 10 de setembro de 1830.

34
O Brasileiro Imparcial, 7 de setembro de 1830.

35
GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: PEIXOTO, Antonio Carlos, et al. (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial:* origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001. p.107-12; BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O Império em construção*: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial. 2004. 490f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p.83-109.

36
Jornal do Commercio, 7 de setembro de 1831. Sobre estas comemorações, ver também BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. Festas cívicas na Corte regencial. *Varia História*, Belo Horizonte, n.36, p.494-516, julho-dezembro de 2006.

37
O Independente, 6 de setembro de 1831. Ver também *Aurora Fluminense*, 5 de setembro de 1831.

38
Aurora Fluminense, 9 de setembro de 1831.

39
Jornal do Commercio, 7 de setembro de 1831. Ver também *Astrea*, 6 de setembro de 1831; e *O Independente*, 9 de setembro de 1831.

convocou "todos os Brasileiros que amam a pátria", "sejam quais forem os seus princípios políticos", a "se abraçarem irmamente" no dia.[40] O *Jornal do Comércio* relatou vários "jantares particulares", em que "fizeram-se saúdes muito patrióticas em obséquio a este memorável dia, à Independência, à Liberdade, ao Monarca Brasileiro, o nosso anjo de paz, ao Congresso Nacional, à Regência, à União Fraternal de todos os brasileiros". Esse mesmo jornal e mais um outro lamentaram que as comemorações não foram maiores, haja vista que "o gênio do mal" havia espalhado "terror" entre os moradores da capital ao anunciar um massacre, ou uma "rusga", para o 7 de Setembro.[41]

Apenas no último minuto os legisladores se lembraram de que os dias de festividade nacional haviam sido estabelecidos por lei em 1826. Na véspera de 12 de outubro, a câmara dos deputados aprovou precipitadamente um projeto de lei que aboliu a data como um dia de festa nacional, instituindo o 7 de abril e o 2 de dezembro (aniversário de Pedro II) como feriados substitutos (os outros quatro feriados aprovados em 1826 permaneceram inalterados). A abdicação foi sutilmente descrita como o dia no qual a coroa foi devolvida a Pedro II.[42] O senado recebeu o projeto de lei da câmara em 11 de outubro e suspendeu os debates sobre regulamentação das faculdades de direito para lidar com a questão premente de se celebrar ou não o iminente dia de festividade nacional. A maioria concordou que seria imprudente celebrar o aniversário de Pedro I, mas vários senadores (Barbacena, Caravelas, Cairú e Vergueiro) apontaram que o 12 de outubro também era a data de criação do império e, portanto, como Caravelas colocou, "deve durar enquanto durar o Império". Quando Antônio Gonçalves Gomide afirmou que o império havia sido fundado em 7 de setembro, Caravelas explicou (corretamente) que a forma de governo – reino ou império – não havia sido decidida naquele dia. Cairú, que não era defensor da soberania popular, acrescentou, entretanto, ser o 12 de outubro o "primeiro ato explícito de exercício da soberania da Nação". Tais pontos mais delicados da história constitucional, lamentou Vergueiro, não eram percebidos pelo "povo rústico", e a população veria a comemoração do 12 de outubro simplesmente como uma manifestação restauradora. Os senadores dissertaram muito menos sobre adicionar o 7 de abril ao rol de feriados. Cairú fez essa oposição com base no fato de que nenhuma monarquia jamais comemorou uma abdicação, mas Gomide salientou que o projeto de lei propunha a celebração da aclamação de Pedro II, não da abdicação de Pedro I, o que de fato ocorreu em 6 de abril. O projeto de lei foi aprovado e os senadores retornaram à regulamentação dos cursos jurídicos.[43] O decreto formal, para esse efeito, apareceu somente em 25 de outubro e, consequentemente, o 12 de outubro permaneceu, com rigor factual, nos livros como um dia de festa nacional em 1831.[44] Embora não houvesse celebrações oficiais do 12 de outubro na capital, um contemporâneo relatou que ocorreram alguns "jantares particulares", acompanhados de vivas a D. Pedro I".[45]

Conclusão

Com a eliminação do 12 de outubro do rol dos dias de festividade nacional, o Sete de Setembro reinou supremo como o dia da independência do Brasil. O significado das ações de Pedro I no Ipiranga continuaria a ser debatido e as comemorações desse dia mudaram dramaticamente durante as décadas seguintes; mas o 7 de setembro nunca perdeu seu lugar como o dia em que os brasileiros celebram a independência de sua nação.[46]

40
Aurora Fluminense, 5 de setembro de 1831.

41
Jornal do Commercio, 9 de setembro de 1831; *O Independente*, 9 de setembro de 1831. Ver também Arthur Aston ao Visconde de Palmerston, Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1831, PRO/FO 13, vol. 83, fol. 286r-v.

42
Sessões de 6, 10, e 12 de outubro, *Anais da Câmara dos Deputados*, 1831, vol. 2, p. 220, 229-230, 231.

43
Sessão de 11 de outubro, *Anais do Senado*, 1831, vol. 2, p. 259-265.

44
Decreto, 25 de outubro de 1831, *CLB*.

45
João Loureiro a Manuel José Maria da Costa e Sá, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1831. *RIHGB*, n.76, p.379, 1914.

46
Pouco se tem escrito sobre as comemorações do Sete de Setembro. Ver, todavia, KRAAY, Hendrik. Sejamos brasileiros no dia da nossa nacionalidade: comemorações da Independência no Rio de Janeiro, 1840-1864. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.14, p.9-36, janeiro-junho de 2007; MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos:* a questão nacional no centenário da Independência. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992. p.11-22. O debate em torno da inauguração da estátua eqüestre de d. Pedro I em 1862 tocou em muitas das questões suscitadas pela comemoração do dia 7 de setembro. Ver, entre outros, RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. Memória em bronze: estátua eqüestre de D. Pedro I. In: KNAUSS, Paulo (org.). *Cidade vaidosa:* imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. p.15-28; SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada:* o Brasil como corpo político autônomo. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 351-365. Ver também OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles, e MATTOS, Claudia Valladão de (orgs.). *O Brado do Ipiranga.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

Neste artigo, concentrei-me no Rio de Janeiro, em detrimento do restante do país, mas não se pode presumir que as celebrações iniciais do 7 de setembro seguiram, nas províncias, a mesma trajetória da capital. Em São Paulo, a proposta de dezembro de 1822 para a construção de um monumento no Ipiranga sugere que pelo menos alguns paulistas achavam que as ações de Pedro mereciam ser comemoradas, mesmo antes de o Sete de Setembro ter se tornado importante no Rio de Janeiro. Antônio da Silva Prado propôs a construção de um monumento em São Paulo três meses após o Grito de Pedro. Ele rapidamente recebeu a aprovação dos governos provincial e nacional para lançar uma arrecadação pública. Em 1825, a pedra fundamental para o que aparentemente se pretendia que fosse um obelisco piramidal foi colocada, mas os trabalhos cessaram em 1828, quando a arrecadação ficou muito aquém do custo projetado.[47] Quando John Armitage visitou o local, em 1834, encontrou apenas fundações. [48]

Na Bahia, único estado em cujos arquivos fiz um trabalho sistemático, há apenas indicações limitadas das comemorações do Sete de Setembro durante a década de 1820. No entanto, considerando-se que pouquíssimos jornais de Salvador sobreviveram, a Bahia não é o local ideal para pesquisar o início do Sete de Setembro. No tenso ano de 1824, enquanto a Confederação do Equador ainda não havia sido derrotada, o presidente da província da Bahia relatou que, no 7 de setembro, ele havia recebido aplausos no teatro, que "produziram grande efeito" e "derramaram a tranqüilidade nos ánimos."[49] Essa indicação de que ocorreram sessões de galas no teatro no 7 de setembro é confirmada pela posterior publicação de uma "Congratulação aos brasileiros", de Ladislau dos Santos Titara, recitada em gala pelo autor em 7 de setembro de 1828. Ele aclamou o Grito do Ipiranga como a origem do regime constitucional brasileiro: "Tu foste a doce origem, de onde viera/A Liberdade, e a Glória, que hoje alegre/Ao lado da ventura desfrutemos/De [sic] tí sublimes hinos dedicamos/E à Pátria, à Pedro Heroi, que idolatramos".[50] A essa altura, entretanto, os baianos estavam profundamente envolvidos na celebração do aniversário de 2 de julho de 1823, quando as tropas portuguesas evacuaram Salvador, empenhando-se para transformar tal data em um dia de festividade nacional.[51]

A avaliação do Sete de Setembro como a origem do regime constitucional brasileiro feita por Titara realça um último ponto importante sobre os dias de festividade nacional do Brasil imperial. Eles enfocaram principalmente os arranjos políticos do regime imperial e não incorporaram nacionalismos romântico ou étnico; a nação era uma associação política, exclusiva, é claro, cujas principais instituições – monarquia e constituição – foram estabelecidas no período de 1822-1824. Condy Raguet, provavelmente o representante dos Estados Unidos mais bem informado do Rio de Janeiro, captou isso de forma eficaz quando relatou a Washington que, em 1826, o parlamento decretou cinco "dias de festividade política", apesar de estar certo de que a lei os designava "dias de festividade nacional."[52]

Tradução: Fernanda Trindade Luciani

47
Ver a história da campanha escrita por MELLO MORAES, Alexandre José de (pai). Monumento do Ypiranga. *Brasil Historico*, 17 de julho de 1864.

48
ARMITAGE, John. *The History of Brazil from the Period of the Arrival of the Braganza Family in 1808, to the Abdication of Don Pedro the First in 1831*. 2 vols. Londres: Smith, Elder & Co., 1836, vol.1, p.354.

49
Presidente da Bahia a Pedro I, Salvador, 18 de setembro de 1825, Arquivo Histórico do Museu Imperial, III-POB-29.06.1825-Pl.B.c.1-16.

50
TITARA, Ladislau dos Santos. Congratulação aos Brasileiros, 7 de setembro de 1828. In: _____. *Obras poeticas dedicadas à mocidade brasileira*. 8 vols. Salvador: Typ. Imperial e Nacional, 1827-1852, vol.2, p.96-99.

51
Sobre a campanha baiana para designar o dia 2 de julho como dia de festa nacional, ver KRAAY, Hendrik. Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador no século XIX. *Áfro-Ásia*, Salvador, n.23, p.74-75, 1999. Sobre as festas cívicas baianas e a pouca importância atribuída ao Sete de Setembro, ver também KRAAY, Hendrik. Definindo nação e Estado: rituais cívicos na Bahia pós Independência. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.3, p.63-90, setembro de 2001.

52
Raguet ao Secretário do Estado, Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1826, NARS, M-121, rolo 7.

Recebido para publicação em julho de 2009
Aprovado em setembro de 2009

The Invention of *Sete de Setembro*, 1822-1831[1]

Hendrik Kraay
Professor in the Department of History at the University of Calgary (Calgary / Canadá)
e-mail: kraay@ucalgary.ca

Abstract
Using contemporary newspapers, travelers accounts, and the reports of foreign diplomats, this article examines the rapid invention of D. Pedro I's 7 September 1822 Cry of Ipiranga as Brazil's independence day. Contrary to those who have argued that it took some time to construct D. Pedro's actions that day as the Brazilian nation's founding moment, this article argues that, in fact, the day was recognized as Brazil's independence day in 1823. However, for much of the rest of the 1820s, it was considered less important a day of national festivity than 12 October, the emperor's birthday and the commemoration of his acclamation in 1822, and consequently the day on which the Brazilian empire was created. This article concludes with a discussion of the significant changes in the meaning of both days in 1830 and the abolition of 12 October as a day of national festivity in 1831, which left 7 September as Brazil's most important national holiday.

Keywords
national identity, political representation, Rio de Janeiro, Independence, civic rituals, First Reign

1
The following abbreviations are used in the notes: CLB (Coleção das Leis do Brasil), NARS (National Archives and Records Service, United States), PRO/FO (Public Record Office, Foreign Office, Great Britain), RIHGB (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

Introduction

Today it is a nationalist truism that d. Pedro I proclaimed Brazilian independence on 7 September 1822 on the banks of the Ipiranga in São Paulo. In that year, however, the historical meaning of his actions was not quite so clear-cut and, at least for the rest of 1822, contemporaries attributed little significance to the date and the Cry of Ipiranga as they busied themselves with the emperor's acclamation (12 October) and his coronation (1 December). This has led to a historical consensus that it took some time to construct Sete de Setembro as Brazil's independence day and that the day was not considered particularly important until well after 1822. In this article, I bring new evidence to this discussion and argue that, in fact, 7 September was recognized as Brazil's independence day in 1823 and that its commemoration quickly gained importance, at least in Rio de Janeiro, although 12 October remained a more important "day of national festivity" for much of the decade.

As early as 1860, Gottfried Heinrich Handelmann observed about 7 September that "at first, not as much importance was given to it as later," but he offered no sources for this assertion. A number of other historians have recently noted the limited attention to the events of 7 September 1822 in the Rio de Janeiro press later that year, the absence of the date from a list of court gala days published in December, and Hipólito José da Costa's failure to comment on the date in his *Correio Brasiliense* (among other things), all of which appear surprising in light of the later importance attributed to Sete de Setembro.[2] In 1995, Maria de Lourdes Viana Lyra published an article in which she argued that the construction of 7 September as Brazil's independence day began in the mid-1820s and was fully complete by 1830, with the publication of José da Silva Lisboa's *História dos principais sucessos do Império do Brasil*, an official history in which the viscount of Cairú presented Pedro as "solely responsible for the decision to free Brazil," an assessment that "perfectly served for the desired memory: the destruction of Luso-Brazilian unity and the consequent absolute independence of Brazil constituted exclusive acts of will on the part of the emperor-hero, who did everything to protect the liberty of his people."[3]

This was a conservative interpretation of independence and, as Lyra explains, Cairú was responding to the major debate of the 1820s regarding the origins of Pedro I's sovereignty: the reformist and conservative position held that it derived from his royal lineage while the revolutionary view held that only the people – the Brazilian nation – had the right to acclaim Pedro as their ruler and invest him with power. Pedro had to formally give up his claim to rule based on popular sovereignty in the 1825 treaty that resulted in Portuguese recognition, which in turn necessitated a reconstruction of the history of independence to emphasize that it came directly from Pedro's actions on 7 September 1822, and not through his acclamation by the Brazilian nation, which Cairú duly supplied.[4]

Lyra's elegant analysis, however, misses the extent to which Cairú's interpretation was contested by many of those who celebrated Sete de Setembro in 1830. Moreover, a closer look at the actual celebrations held on 7 September starting in 1823 (as described by foreign diplomats, a few travelers, and the press) reveals no doubt that it was already considered Brazil's independence day. Rather, the key issue was whether independence as proclaimed on 7 September was as important as Pedro's acclamation on 12 October (or even the other events that laid the groundwork for the

2
HANDELMANN, Gottfried Heinrich. *História do Brasil*. 2 vols. Translated by the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: IHGB, 1931, vol.2, p.792, note 171. The most detailed analysis of this question is by LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memória da Independência. Marcos e representações simbólicas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.29, p.177-89, 1995. See also NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais:* a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: FAPERJ and Revan, 2003, p.369-370; OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. O Museu Paulista da USP e a memória da Independência. *Cadernos Cedes*, n.22, p.66-67, December 2002.

3
LYRA, Maria de Lourdes Viana. Op.Cit. p.198, 201.

4
Ibidem. p.191-197.

imperial political order). To judge by the celebrations held in Rio de Janeiro, Sete de Setembro was, for a short time, overshadowed by 12 October, but by the middle of the decade, it had caught up to the latter date. A second issue, vigorously debated in 1830 and 1831, was the nature of Pedro's role on 7 September 1822; many, in fact, rejected Cairú's view, and argued that Pedro's call for independence followed the nation's desire to be free.

Celebrating 7 September and 12 October, 1823-1825

From the perspective of Rio de Janeiro, the events of the second half of 1822 which led to the creation of an independent Brazilian empire offered two major alternatives from which to date the new regime's founding (the Cry of Ipiranga on 7 September or Pedro's acclamation on 12 October, also his birthday). It was not clear which of these days was most worthy of commemoration. A December 1822 decree mandating the court protocol for gala days failed to mention 7 September and, perhaps even more interestingly, identified no day as commemorating independence (12 October was described as Pedro's birthday and his acclamation).[5] Earlier that month, however, Pedro had decreed that "given that it is appropriate to commemorate the glorious era of Brazil´s Independence and its elevation to the status of Empire [...] the number of years elapsed from this era [...] shall be counted from the memorable day of 12 October of the current year."[6]

The following year, however, 7 September quickly gained prominence. During the throne speech that opened the Constituent Assembly on 3 May 1823, Pedro alluded to the date as his first ever declaration in favor of full independence.[7] In early September, the assembly resolved that the day be considered, for the moment, a national holiday, for it was the "anniversary of Brazilian independence," and sent a large deputation to congratulate Pedro.[8] Much to the surprise of Condy Raguet, the United States minister to Brazil, 7 September 1823 "was celebrated with all the parade, military, civil, and religious appropriate to so important a festival." He speculated that the ceremony had something to with the increasingly acrimonious politics surrounding the assembly and wondered whether he had been wrong to see the acclamation (12 October 1822) as "the true day of the declaration of independence."[9] The Baron Wenzel de Mareschal, the Austrian representative, was apparently not surprised and simply reported that "a military festival is being prepared for 7 September, as the day on which independence was proclaimed in São Paulo."[10] The sole Rio de Janeiro press indication of this year's commemoration of 7 September was a sonnet in *O Sylpho* that concluded: "Thou art independent ... Oh! What remains for thee/Courage Brazil! Constitution or Death."[11] What Raguet referred to as the "military, civil, and religious" elements of the celebration were the constituent parts of major civic festivals at that time – artillery salutes from forts and warships, a military parade, a Te-Deum in the imperial chapel, a levee in the city palace (with the obligatory hand-kissing [beija-mão] ceremony), an evening theater gala, and night-time illumination of the city.

A month later, deputies likewise designated 12 October as a day of national festivity, but they had some difficulty in deciding what they were proposing to celebrate – Pedro's acclamation, his birthday, or as Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (a deputy from São Paulo) put it, "the anniversary of the empire´s acclamation or of its creation." In their congratulatory message to the monarch, deputies stressed the empire's constitutional nature, reflecting the growing tensions between that body

5
Decreto, 21 Dezembro de 1822, *CLB*. This analysis of the legislation pertaining to gala days follows the little-Know pamphlet by COSTA, Luiz Monteiro da. *D. Pedro I entre o 7 de setembro e o 12 de outubro*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1956. I thank Marco Morel for calling this text to my attention.

6
Decreto, 10 December de 1822, *CLB*.

7
"Falla com que Sua Magestade o Imperador abriu a Assembléa Geral Legislativa Constituinte no dia 3 de Maio de 1823," *CLB*.

8
Sessions of 5 and 9 de September 1823. BRASIL, *Diário da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823*. Facsimile ed., 4vols. in 2. Brasília: Senado Federal, 1972, vol.1, p.722, 733.

9
Condy Raguet to Secretary of State, Rio de Janeiro, 8 September 1823, NARS, T-172, roll 2.

10
Wenzel de Mareschal to Prince of Metternich, Rio de Janeiro, 30 August 1823. *RIHGB*, n.314, p.346, january-march 1977. See also Mareschal to Metternich, Rio de Janeiro, 20 September 1823. *RIHGB*, n. 315, p.308, April-June 1977.

11
"Soneto ao Faustissimo Anniversario da Independencia Brasileira," *O Sylpho*, 13 September 1823.

and Pedro.[12] The day was celebrated much like 7 September and some took notice of the other day of national festivity. At the theater gala, José Pedro Fernandes recited a laudation in which he identified the Cry of Ipiranga as Brazil's founding moment: "... suddenly there appears/ Mighty Nation, healthy Empire/ In response to Pedro´s voice, to the shout of 'INDEPENDENCE' / That thundered on the Ipiranga´s banks" a view that would have been music to Cairú's ears.[13] That year, and on most subsequent celebrations of 12 October, Pedro issued promotions in the armed forces and granted titles of nobility and other rewards to his subjects.

In a ruling issued on 23 October, Pedro declared 7 September and 12 October to be equal days of national festivity, thereby sanctioning the constituent assembly's intent. Sete de Setembro was described as the day "on which the said August Lord took the sublime decision to proclaim, for the first time, Brazil´s independence at the place [Know as] Piranga" while 12 October was the "auspicious anniversary of H. M. the Emperor´s acclamation." A few weeks later, another ruling clarified that 12 October also celebrated "Brazil´s grandiose elevation to the category of Empire and ... the birthday of the same August Lord."[14] Rio de Janeiro's city almanac for 1824 listed both as days of grand gala and explained their significance as outlined in the two decrees.[15]

Notwithstanding the 1823 rulling, 7 September remained subordinate to 12 October during the next two years. In 1824, Raguet reported that 7 September had been "announced and celebrated as the second anniversary of the Declaration of the Independence of Brazil, but certainly not with the pomp ... and magnificence" of 12 October, adding that, "in these [latter] celebrations *the people* have no part." *O Spectador Brasileiro* likewise proclaimed 7 September to be the "Anniversary of the Political Independence of the Constitutional Empire of Brazil," but no newspaper described the 1824 celebrations. In fact, there was little to describe; Mareschal reported that, for unspecified reasons, there had been no levee and beija-mão while bad weather forced the military parade's cancellation.[16] By contrast, *O Spectador Brasileiro* looked forward to the "brilliant celebration" being prepared for 12 October and hoped that the day would be commemorated throughout the empire.[17] The minister of war made preparations for artillery salutes up and down the coast of Rio de Janeiro and ordered the province's militia to parade as well, all in honor of Pedro's "Glorious Acclamation and of his Birthday."[18] I have, unfortunately, found no descriptions of these celebrations, but as usual, Pedro issued numerous despachos (promotions and rewards).[19]

The three rulings regarding protocol on gala days issued by the war ministry between March and September 1825 have been taken to indicate continuing doubts about 7 September's importance but may well just reveal bureaucratic bumbling. In March, the ministry ordered that 7 September be celebrated in the same way as 25 March (the anniversary of the juramento à constituição); in other words, on these grand gala days, forts should hoist banners and fire three rounds of twenty-one salutes. This decree, however, omitted 12 October. In August, Sete de Setembro was reduced to the rank of "lesser gala," to be commemorated only with flags, while 12 October was designated a "grand gala day," to be commemorated with three salutes of 101 shots, and a great parade. Ten days later, Sete de Setembro was promoted back to the rank of grand gala, to be celebrated as mandated in the March decisão.[20]

12
Sessions of 7, 9 and 13 October 1823. Brasil, *Diário da Assemblea*, vol.2, p.186-187, 214, 231-232.

13
FERNANDES, José Pedro. *Elogio no muito fausto natalicio, e anniversario da Gloriosa acclamação de sua magestade Imperial o Senhor D. Pedro Primeiro, Imperador Constitucional e defensor perpetuo do Brasil, recitado no theatro de S. João.* Rio de Janeiro: Typ. da Silva Porto, 1823. For a description of the commemorations of 12 October 1823, see Mareschal to Metternich, Rio de Janeiro, 21 October 1823. *RIHGB*, n. 315, p.319, April-June de 1977.

14
Decisão 155 (Império), 23 October 1823; Decisão 159 (Império), 10 November 1823, *CLB*.

15
"Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1824". *RIHGB*, n. 278, p.201, January-March 1968.

16
Raguet to Secretary of State, Rio de Janeiro, 12 September 1824, NARS, T-172, roll 3; *O Spectador Brasileiro*, 10 September 1824; Mareschal to Metternich, Rio de Janeiro, 18 September 1824. *RIHGB*, n. 323, p.200, April-June 1979.

17
"Rio de Janeiro, 10 September 1822 [sic]," *O Spectador Brasileiro*, 10 September 1824.

18
Decisão 210 (Guerra), 1º October 1824, *CLB*.

19
Ver as listas dos despachos publicadas em *O Spectador Brasileiro*, 15 and 18 October 1824.

20
Decisão 38 (Guerra), 7 March 1825; Decisão 187 (Guerra), 25 August 1825; Decisão 198 (Guerra), 5 September 1825 (Guerra), *CLB*. Costa analyzed the first two of these rulings, but was unaware of the third, *D. Pedro I*, p. 23-27.

In 1825 Sete de Setembro coincided with the announcement of Brazil's recognition by Great Britain which made it possible for Carl O. Schlichthorst to declare that it was "the most important date in the history of imperial Brazil."[21] Pedro personally handed out copies of the treaty from the palace windows before the levee and publicly removed the badge of Independence or Death that he had worn since 1822.[22] French and Austrian diplomats reported little enthusiasm for these celebrations, however, for the terms of the treaty in fact undermined the principle of Pedro's position as emperor by popular acclamation.[23] The usual celebrations took place on 12 October, reported Mareschal, while Raguet referred to "great pomp," and Henry Chamberlain, the British minister, mentioned the "unprecedented concessions of favors, comprehending titles, honors, and promotions, to a degree that might almost be termed lavish."[24] Schlichthorst claimed that 10,000 troops paraded on the Campo de Santana, but noted that this was the last of these great military exhibitions, for most of the soldiers were shortly thereafter dispatched to Montevideo.[25]

This exposition of the available sources on the commemoration of 7 September and 12 October in 1823-25, much of it not available to those historians who have written about the origins of Sete de Setembro, clearly reveals that, if 7 September had little importance to contemporaries in 1822, it quickly emerged as Brazil's independence day, although it remained subordinate to 12 October. The meaning of both days, however, remained unstable. Both of course focused attention on Pedro as monarch and hero, yet both also could be read as embodying popular origins for the empire. Pedro's acclamation by the people on 12 October profoundly upset the conservative Holy Alliance and complicated Brazil's search for international recognition. But the day could also be celebrated as merely Pedro's birthday or as the date on which Brazil became an empire, less problematic concepts. For 7 September to serve as Brazil's founding moment, the shout of "Independence or Death" had to resonate among the population or from the Amazon to the Plate River, a recurring trope in 7 September rhetoric. Ultimately, 7 September more readily offered a popular or populist vision of independence than 12 October, but this distinction did not become fully clear until 1830.

Legislating Days of National Festivity

In the first session of Brazil's parliament, legislators designated five days of national festivity, four of which were directly connected to Emperor Pedro I: 9 January (his 1822 decision to stay in Brazil), 25 March, 3 May (the opening day of the annual legislative session), 7 September, and 12 October.[26] The debates in the senate and the chamber of deputies revealed an important difference between the two houses in their views of the empire's political nature. In this debate, however, it was clear that Sete de Setembro was widely considered Brazil's independence day, but some still saw it as a relatively unimportant date in comparison to 12 October.

In the senate, the viscount of Nazaré proposed on 10 May that the 13th be declared a "national holiday" (on that date in 1822, Pedro had accepted the title of "perpetual defender"). This motion – not passed – led to a bill that proposed eight "days of national festivity": 9 January (the day of Pedro's 1822 decision to stay in Brazil, the Fico) and 22 January (the empress's birthday), 25 March, 13 May, 7 September, 12 October, and 1 December (Pedro's coronation) and 2 December (the birthday of the heir

21
Henry Chamberlain to George Canning, Rio de Janeiro, 8 September 1825, PRO/FO 13, vol.10, fol.48v; SCHLICHTHORST, C[arl] O. *O Rio de Janeiro como é, 1824-1826 (huma vez e nunca mais)*. Tradução de Emmy Dodt e Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Ed. Getúlio Costa, 1943, p.197.

22
Raguet to Secretary of State, Rio de Janeiro, 15 September 1825, NARS, T-172, rolo 3.

23
MONTEIRO, Tobias. *História do Império:* o Primeiro Reinado. 2vols. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982, vol.1, p.277-279, 281; LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memória da Independência. Marcos e representações simbólicas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.29, p.190-194, 1995; SOUSA, Octávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*. 3vols. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988, vol.2, p.177, 186-189.

24
Mareschal to Metternich, Rio de Janeiro, 24 October 1825. *RIHGB*, n. 335, p.157, April-June 1982; Raguet to Secretary of State, Rio de Janeiro, 26 October 1825, NARS, M-121, roll 6; Chamberlain to Canning, Rio de Janeiro, 15 October 1824, PRO/FO 13, vol.10, fol.239.

25
SCHLICHTHORST, C[arl] O. Op.Cit. p.248.

26
Lei, 9 September 1826, *CLB*. This and the following paragraph are based on the debates in *Anais do Senado*, 1826, vol.1, p.85; vol.2, p.100-102; vol.3, p.14-16, p.122-129; and *Anais da Câmara dos Deputados*, 1826, vol.2, p.36; vol.3. p.262-265.

apparent, the future Pedro II). Nazaré justified his bill on the grounds that "all nations have always recommended to posterity the notable days of their institutions." Eight holidays were too much for the viscount of Barbacena who noted that all of them referred in some way to Pedro I, so he proposed retaining only 12 October. Noting that the constituent assembly had proposed three holidays (9 January, 7 September, and 12 October),[27] the viscount of Caravelas defended 7 September as "the day on which the Emperor broke our prisons, the chains that tied us to Portugal, on which he declared independence, and his voice was followed by all of Brazil", and also called for the retention of 25 March. In the second reading, Barbacena's view prevailed: 12 October, he explained, "has the virtue of combining the most glorious Brazilian events." Nazaré, who missed this session, lamented in the third reading that his fellow senators "mutilated" his bill. To Barbacena's argument, he retorted that a single holiday celebrating every act of Pedro I would be a "mere fiction," and that many holidays were needed so that "future generations, hearing the salutes, seeing the flags and banners, and other demonstrations of joy appropriate to such days, would remember the glorious events that took place on them." Only with many celebrations would Brazilians remember the history of their nation, added Caravelas (now supporting Nazaré), for few men in Brazil read history books and, unlike the ancients, Brazil had no public monuments, so festivals that the population could see were essential. In the end, the senators compromised on a list of four holidays (9 January, 25 March, 7 September, and 12 October), but Nazaré, Caravelas, and four other senators recorded their votes against the bill.

The bill then went to the chamber of deputies where, amid loud cheers, Rio de Janeiro's Manoel de Souza Franco called for the addition of 3 May, the date on which, according to the constitution, parliament convened. The legislature, he stressed, was at least as important as the executive (the monarchy), celebrated in the senate's bill. São Paulo's Nicolau Pereira de Campos Vergueiro proposed an amendment dropping 25 March and 7 September and adding 3 May on the grounds that the legislature was more important than the constitution and that 7 September was only the proclamation of independence in a single province. Bernardo Pereira de Vasconcelos retorted that 3 May was to 7 September as a pygmy to a giant. Independence, he continued, was proclaimed on 7 September, fully ratified on 12 October, and sealed on 25 March with the constitution; the legislature's opening merely depended on the other three days. Moreover, adding another holiday amounted to pandering to the civil servants who would get another day off. Other deputies forcefully defended 3 May for, as one put it, independence and the constitution would have been worthless "se a representação nacional não fosse instalada." Such arguments carried the day and 3 May joined the senate's four monarchical holidays.

This debate reveals that 7 September had not yet been fully accepted as Brazil's independence day – Vergueiro, a deputy from São Paulo, could characterize it as merely a provincially-significant day – but neither he nor any other legislator offered an alternative independence day. For the senators, the monarchy was more important than the legislature, a view that deputies contested with their addition of 3 May.

The 1826 law modified the practice of civic rituals in Rio de Janeiro, and for the next few years, 7 September and 12 October were celebrated side by side with all of the same elements as in the early years of

27
There is no indication that the Constituent Assembly proposed designating 9 January as a day of national festivity.

Pedro's reign. Newspapers repeatedly stressed that these two holidays commemorated Pedro's creation of the Brazilian nation and his political organization of it on a constitutional basis. His was the "regenerating voice that created a Nation" on 7 September 1822, decleared *O Spectador Brasileiro* in 1826. On 12 October 1829, Brazilians celebrated much more than just the birthday of an "absolutist King", explained the *Aurora Fluminense*; rather, they recalled "the triumph of the doctrines proclaimed by civilization [which] were sanctioned by the descendant of twenty monarchs."[28]

Significantly, the other three holidays designated by law in 1826 saw little commemoration. Parliament duly convened each 3 May, but residents of the capital did not celebrate this day. Robert Walsh marveled at the "little interest" in parliament's opening in 1829,[29] while the anniversary of Pedro's decision to stay in Brazil passed almost unnoticed. Nor are there indications that 25 March received more than cursory attention. In 1829, the *Aurora Fluminense* noted the day with an editorial that stressed Brazil's good fortune at having a "Monarch, whom the People have chosen, [who] did not hesitate to offer up for Brazilians' approval a liberal Code, in which are engraved all of the sacred rights" that had cost so much blood to achieve elsewhere. The 1824 charter was, according to Evaristo Ferreira da Veiga, this newspaper's moderate liberal (Moderado) editor, "the most liberal of all Monarchical-Representative Constitutions." But there was apparently no public commemoration of this day other than artillery salutes.[30]

In 1830, amid the rising tensions between Exaltados and supporters of Pedro I, the commemoration of days of national festivity completely changed in Rio de Janeiro when, for the first time, non-government groups organized civic rituals. Exaltado demonstrations on 25 March in honor of the constitution were a profound challenge to the emperor, and on 7 September, these radical liberals attempted to repeat their March success. Supporters of Pedro I responded with elaborate celebrations of his acclamation and birthday on 12 October. I have elsewhere described these celebrations and the extensive debate about them, which I will not repeat here, save to emphasize that these were political demonstrations, in which competing groups of supporters and opponents of Pedro I publicly demonstrated their views of the origins of Brazilian independence and the appropriate role of the monarch in the political order.[31] On 7 September, the Exaltado leader, Ezequiel Corrêa dos Santos, simply ignored Pedro I and declared that nations' conquest of independence "has always been counted by them as the only day that truly belongs to the people."[32] The Moderado Evaristo da Veiga declared that Pedro had followed Brazilians' lead on 7 September 1822: "He willingly embraced our cause, declared himself to also be Brazilian... and thus made himself worthy of reigning over Brazilians by the unanimous choice of our new political association."[33] Leading supporters of Pedro I, such as Joaquim José da Silva Maia, exhorted Brazilians to be worthy of the independence and institutions granted by the "most magnanimous of monarchs."[34] While the viscount of Cairú may have been busily constructing a conservative history of 7 September in his officially-commissioned history of independence and his view of the Grito do Ipiranga as an action of Pedro's will alone suited a conservative monarchy, as Lyra has argued, many disagreed with this view. They did not, however, reject 7 September as Brazil's independence day; rather, they subordinated Pedro to the nation in their accounts of his role in 1822.

28
O Spectador Brasileiro, 7 September 1826; *Aurora Fluminense*, 12 October 1829. See also *Gazeta do Brasil*, 7 September 1827; *L'Echo de l'Amérique du Sud*, 10 September and 13 October 1827; *Astrea*, 14 October 1828; *A Luz Brasileira*, 13 October 1829; *Jornal do Commercio*, 13 October 1829. For a description of the 12 October 1829 celebrations, see HOLMAN, James. *A Voyage Round the World, Including Travels in Africa, Asia, Australasia, America, etc., etc., from MDCCCXXVII to MDCCCXXXII*. 4 vols. London: Smith, Elder, & Co., 1834, vol.2, p.58-59.

29
WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. 2 vols. London: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830, vol. 2, p.419.

30
Aurora Fluminense, 27 March 1829; *Jornal do Commercio*, 28 March 1829.

31
KRAAY, Hendrik. Nação, Estado e política popular no Rio de Janeiro: rituais cívicos depois da Independência. In: PAMPLONA, Marco A., and DOYLE, Don H. (eds.). *Nacionalismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008, p.329-354. For a different view, see WISSER, William M. *Rhetoric and Riot in Rio de Janeiro, 1827-1831*. 2006. 265f. Thesis (Doutorado em História). University of North Carolina at Chapel Hill, p.114-196.

32
Nova Luz Brasileira, 7 September 1830.

33
Aurora Fluminense, 10 September 1830.

34
O Brasileiro Imparcial, 7 September 1830.

New and Old Days of National Festivity, 1831

Pedro I abdicated on 7 April 1831 and the following 7 September celebrations were an unmistakably partisan demonstration, controlled by the Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional, characterized by its most recent historian as an alliance among divergent political groups whose goal was to "put the brakes on the insurrection" that had accompanied Pedro's abdication.[35] The Sociedade paid for a *Te Deum* in the São Francisco de Paula church to give thanks, as "a patriot" put it, for the "Divine protection" which freed Brazil from the "ambitions of Anarchists" and the "tyranny of a foreign despot."[36] Surplus funds from the Sociedade's subscription were designated for the construction of Rio de Janeiro's new prison, of which one newspaper heartily approved, "for it is certainly by promoting good customs and public morality, that we effectively work on behalf of the Nation's liberties."[37] Two hundred uniformed Municipal Guards (the short-lived forerunner to the National Guard) stood outside the church and Evaristo later praised the "handsome troop of citizens" who held Brazil's destiny in their hands. With nothing to gain from disorder or despotism, they were the "great secret for having liberty without anarchy, [and] order without oppression on the part of those who govern."[38] Apparently neither military parade nor *Te Deum* in the imperial chapel were held.

There were some doubts about the day's meaning. The *Jornal do Comércio*, while admitting that Pedro I had only placed himself at the head of the independence movement in 1822 "to better take advantage of it, and to not lose such a rich crown," nevertheless declared that 7 September 1822 marked the "first step toward Liberty." For this reason, "*Sete de Setembro* will always be [a day] of jubilation for good patriots."[39] In the same vein, Evaristo da Veiga called on "all Brazilians who love the homeland," "regardless of their political principles," to "embrace each other fraternally" on the day.[40] The *Jornal do Comércio* reported numerous "private dinners" at which "many very patriotic toasts were made to this memorable day, to Independence, to Liberty, to the Brazilian Monarch, our angel of peace, to the National Congress, to the Regency, to the Fraternal Union of all Brazilians." Both this newspaper and another lamented that the celebrations were not greater, for "the spirit of evil" had spread "terror" among residents of the capital by announcing a massacre or a "razzia" for 7 September.[41]

Only at the very last minute did legislators remember that the days of national festivity had been established by law back in 1826. On the eve of 12 October, the chamber of deputies hastily passed a bill that abolished the date as a day of national festivity, instituting 7 April and 2 December (Pedro II's birthday) as replacement holidays (the other four holidays approved in 1826 remained unchanged). The abdication was politely described as the day on which the crown devolved to Pedro II.[42] The senate received the chamber's bill on 11 October and suspended its debate on the regulations for law schools to deal with the pressing issue of whether to celebrate the upcoming day of national festivity. Most agreed that it was imprudent to celebrate Pedro I's birthday, but several senators (Barbacena, Caravelas, Cairú, and Vergueiro) pointed out that 12 October was also the date of the empire's creation and, therefore, as Caravelas put it, "will last as long as the Empire lasts." When Antônio Gonçalves Gomide asserted that the empire had been founded on 7 September, Caravelas explained (correctly) that the form of government – kingdom or empire – had not been decided

35
GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: PEIXOTO, Antonio Carlos, et al. (eds.). *O liberalismo no Brasil imperial:* origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001, p.107-12; BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O Império em construção*: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial. 2004. 490f. Thesis (Doctorate in Social History). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p.83-109.

36
Jornal do Commercio, 7 September 1831. On these commemorations, see also BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. Festas cívicas na Corte regencial. *Varia História*, Belo Horizonte, n.36, p.494-516, July-December 2006.

37
O Independente, 6 de September 1831. See also *Aurora Fluminense*, 5 de September 1831.

38
Aurora Fluminense, 9 September 1831.

39
Jornal do Commercio, 7 September 1831. See also *Astrea*, 6 September 1831; e *O Independente*, 9 September 1831.

40
Aurora Fluminense, 5 September 1831.

41
Jornal do Commercio, 9 September 1831; *O Independente*, 9 September 1831. See also Arthur Aston to Viscount Palmerston, Rio de Janeiro, 28 September 1831, PRO/FO 13, vol. 83, fol. 286r-v.

42
Sessions of 6, 10, and 12 October, *Anais da Câmara dos Deputados*, 1831, vol. 2, p. 220, 229-230, 231.

on that day. Cairú, no advocate of popular sovereignty, nevertheless added that 12 October was the "the first explicit act of the Nation's sovereignty." Such finer points of constitutional history were lost on the "rustic people," lamented Vergueiro, and the populace would simply see any celebration of 12 October as a restorationist demonstration. Senators said much less about adding 7 April to the roster of holidays. Cairú opposed it on the grounds that no monarchy had ever celebrated an abdication, but Gomide stressed that the bill proposed celebrating Pedro II's acclamation, not Pedro I's abdication, which in fact took place late on 6 April. The bill passed, and senators returned to the regulation of legal education.[43] The formal decree to this effect only appeared on 25 October, so 12 October thus technically remained on the books as a day of national festivity in 1831.[44] While there were no official celebrations of 12 October in the capital, one contemporary reported that some "private dinners," complete with "cheers to Pedro I," were held.[45]

Conclusion

With the elimination of 12 October from the roster of days of national festivity, Sete de Setembro reigned supreme as Brazil's independence day. The meaning of Pedro I's actions at Ipiranga would continue to be debated and the commemorations of the day changed dramatically over the following decades, but 7 September never lost its place as the day on which Brazilians celebrate their nation's independence.[46]

In this article, I have focused on Rio de Janeiro to the exclusion of the rest of the country, but it cannot be assumed that the early celebrations of 7 September followed the same trajectory in the provinces as they did in the capital. In São Paulo, the December 1822 proposal for the erection of a monument at Ipiranga suggest that at least some Paulistas thought Pedro's actions worthy of commemorating, even before Sete de Setembro had become important in Rio de Janeiro. Antônio da Silva Prado first proposed the erection of a monument there three months after Pedro's Cry. He quickly received approvals from the provincial and national governments to launch a public subscription. In 1825, the cornerstone for what was apparently intended to be a pyramidal obelisk was laid, but work ceased in 1828 when the subscription fell far short of the projected cost.[47] When John Armitage visited the site in 1834, he saw nothing but foundations.[48]

In Bahia, the only province in whose archives I have done systematic work, there are only limited indications of Sete de Setembro commemorations during the 1820s. However, given that very few newspapers from Salvador have survived, the province is not an ideal place to research early Sete de Setembros. In the tense year of 1824, while the Confederação do Equador had not yet been defeated, Bahia's provincial president reported that he had led cheers in the theater on 7 September which "had a great impact" and "spread tranquility among all."[49] This indication that theater galas were held on 7 September is confirmed by Ladislau dos Santos Titara's later publication of a "Congratulations to Brazilians" that he recited at the gala on 7 September 1828. He hailed the Cry of Ipiranga as the origin of Brazil's constitutional regime: "Thou art the sweet source, from which came/the Liberty, and the Glory, that today happily, Beside good fortune we enjoy/ To thee sublime hymns we dedicate/And to the homeland, to Pedro the Heroi, whom we idolize."[50] By this time, however, Bahians were heavily invested in the celebration of the

43
Sessions of 11October, *Anais do Senado*, 1831, vol. 2, p. 259-265.

44
Decreto, 25 October 1831, *CLB*.

45
João Loureiro to Manuel José Maria da Costa e Sá, Rio de Janeiro, 15 October 1831. *RIHGB*, n.76, p.379, 1914.

46
Little has been written about Sete de Setembro celebrations. See, however, KRAAY, Hendrik. "Sejamos brasileiros no dia da nossa nacionalidade": comemorações da Independência no Rio de Janeiro, 1840-1864. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.14, p.9-36, January-June 2007; MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos:* a questão nacional no centenário da Independência. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992, p.11-22. The debate over the inauguration of Pedro I's equestrian statue in 1862 raised many of the same questions posed by the celebration of 7 September. See, among others, RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. Memória em bronze: estátua eqüestre de D. Pedro I. In: KNAUSS, Paulo (ed.). *Cidade vaidosa:* imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p.15-28; SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Patria coroada:* o Brasil como corpo politico autônomo. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 351-365. See also, OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles, and MATTOS, Claudia Valladão de (eds.). *O Brado do Ipiranga*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

47
See the history of the campaign written by MELLO MORAES, Alexandre José de (father). Monumento do Ypiranga. *Brasil Historico*, 17 July 1864.

48
ARMITAGE, John. *The History of Brazil from the Period of the Arrival of the Braganza Family in 1808, to the Abdication of Don Pedro the First in 1831*. 2 vols. London: Smith, Elder & Co., 1836, vol.1, p.354.

49
President of Bahia to Pedro I, Salvador, 18 September 1825, Arquivo Histórico do Museu Imperial, III-POB-29.06.1825-Pl.B.c.1-16.

50
TITARA, Ladislau dos Santos. "Congratulação aos Brasileiros," 7 September 1828. In: _____. *Obras poeticas dedicadas à mocidade brasileira*. 8 vols. Salvador: Typ. Imperial e Nacional, 1827-1852, vol.2, p.96-99.

anniversary of 2 July 1823, the date on which Portuguese troops evacuated Salvador, which they sought to make into a day of national festivity.[51]

Titara's assessment of Sete de Setembro as the origin of Brazil's constitutional regime highlights a final important point about imperial Brazil's days of national festivity. They focused primarily on the imperial regime's political arrangements and embodied no romantic or ethnic nationalism; the nation was a political association, exclusive of course, whose principal institutions – monarchy and constitution – were established in 1822-24. Condy Raguet, probably the best-informed United States representative in Rio de Janeiro, effectively captured this when he reported to Washington that, in 1826, parliament had established five "days of political festivity," even though he certainly knew that the law designated them "days of national festivity."[52]

51
On the Bahian campaign to designate 2 July as a day of national festivity, see KRAAY, Hendrik. Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador no século XIX. *Áfro-Ásia*, Salvador, n.23, p.74-75, 1999. On Bahian civic rituals and the limited importance given to Sete de Setembro, see also KRAAY, Hendrik. Definindo nação e Estado: rituais cívicos na Bahia pós Independência. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.3, p.63-90, September 2001.

52
Raguet to Secretary of State, Rio de Janeiro, 23 September 1826, NARS, M-121, roll 7.

Recebido para publicação em julho de 2009
Aprovado em setembro de 2009

La revolución de la Nueva Granada: su historia y su actualidad

A revolução de Nova Granada: sua História e sua atualidade

Nueva Granada's Revolution: its History and its Actuality

Isidro Vanegas
Profesor en el Centro de Estudios en Historia de la Universidad Externado de Colombia (CEHIS – Bogotá / Colombia)
e-mail: isivanegas@yahoo.com

Resumen
El texto constituye la síntesis de una investigación en curso acerca del significado de la revolución de la Nueva Granada, hoy Colombia, bajo el supuesto de que se trata del paso de un régimen monárquico a un régimen democrático. En primer lugar examina las características principales de la sociedad que precedió a la revolución, mostrando cómo ese régimen monárquico sirvió de punto de referencia a una sociedad corporativa y jerarquizada de gran estabilidad. En segundo lugar muestra los ejes centrales de la mutación revolucionaria, subrayando cómo la revolución no solo dio comienzo a la construcción nacional sino que simultáneamente dio inicio a una sociedad democrática fundada en el principio de igualdad. Finalmente examina el lugar dado por los colombianos a la revolución fundacional en su relato de nación.

Resumo
O texto constitui a síntese de uma pesquisa em andamento acerca do significado da revolução de Nova Granada, atualmente Colômbia, sob a hipótese de que se trata da passagem de um regime monárquico para um regime democrático. Em primeiro lugar, examina as características principais que precederam a revolução, mostrando como esse regime monárquico serviu de ponto de referência a uma sociedade corporativa e hierarquizada com grande estabilidade. Em segundo lugar, mostra os eixos centrais da mudança revolucionária, sublinhando não somente como a revolução deu origem à construção nacional, como também propiciou a formação de uma sociedade democrática fundada no princípio de igualdade. Finalmente, examina o lugar conferido pelas gerações de colombianos à revolução fundacional em suas narrativas nacionais.

Abstract
The text is the synthesis of an ongoing research about the meaning of the revolution in New Granada, nowadays Colombia, under the hypothesis that it involves the crossing of a monarchy to a democratic regime. Firstly, it examines the main features of the society that preceded the revolution, showing how the monarchy served as a reference to a corporative and hierarchical society of great stability. Secondly, it shows the central pivots of revolutionary mutation, underscoring how the revolution not only promoted the national making but also simultaneously started a democratic society founded on the principle of equality. Finally, it examines the place given by the Colombian generations in the national narrative to the foundational revolution.

Palabras-chave
revolución, democracia, nación, Colombia, Nueva Granada

Palavras-chave
revolução, democracia, nação, Colombia, Nova Granada

Keywords
revolution, democracy, nation, Colombia, Nueva Granada

> Lo que salva a los asuntos del hombre mortal de su futilidad consustancial no es otra cosa que la incesante recordación de los mismos, la cual, a su vez, solo es útil a condición de que produzca ciertos conceptos, ciertos puntos de referencia que sirvan para la conmemoración futura
>
> (Hannah Arendt, *Sobre la revolución)*

En la actualidad se cree tener un conocimiento sólido acerca de la revolución neogranadina de la década de 1810. Se cree tener dilucidadas las causas, establecidos sus acontecimientos más salientes y valorado su significado. Esa presunción ha limitado el interés por la investigación acerca de un acontecimiento tan crucial en la experiencia nacional y ha ayudado a que persistan viejos tópicos carentes de sustento, de manera que aunque en años recientes se han desarrollado valiosas investigaciones historiográficas, aún predomina incluso entre los historiadores una actitud o bien despectiva hacia un evento que parece vaciado de sentido o bien una actitud sencillamente hagiográfica: en ambos casos se trata menos de abrir interrogantes que de exaltar o lamentar el acontecimiento.

Este ensayo de síntesis parte del supuesto que el acontecimiento revolucionario está todo por ser pensado: lo que fue la sociedad y el poder[1] anterior a la revolución, la naturaleza de la revolución, el significado de la revolución para la nación colombiana. A ello se consagra este texto, que no ofrece una historia de la revolución neogranadina ni intenta resolver ciertas temáticas y problemas específicos de ella, sino que plantea una serie de hipótesis sobre tres temporalidades de la revolución: el antes, el durante y el después.[2] Se trata de una invitación a pensar un tema fundamental para el futuro de la nación colombiana, el cual seguirá siéndolo después de estos años de la celebración bicentenaria.

La sociedad neogranadina anterior a la revolución

La designación de "sociedad colonial" para referirse al periodo anterior a la revolución tiene tal fuerza, ha ganado tal respetabilidad, que ha ahogado una verdadera reflexión sobre el periodo que pretende designar.[3] En el caso colombiano nadie se pregunta por qué esa designación apenas emerge con la revolución. Frente a esa actitud, planteo aquí una indagación acerca de las características propias de la sociedad neogranadina que la revolución vino a trastornar, una búsqueda necesaria para hacer comprensible la revolución y los grandes cambios que ella entrañó. Esa sociedad es considerada aquí bajo cuatro aspectos: su carácter corporativo, el rol articulador del monarca, el lugar de los americanos en la monarquía y el significado de la noción de "revolución" para estos.

En primer lugar hay que tomar en consideración que la sociedad neogranadina anterior a la revolución posee una diferencia fundamental con la sociedad actual: la nuestra es una sociedad de individuos. Aquella sociedad estaba organizada mediante un conjunto de cuerpos[4] —fueran estos cofradías, universidades, gremios, ciudades; fueran los militares o el clero—, cada uno de los cuales contaba no solo con uniformes y distintivos propios, sino también con reglamentaciones específicas y con privilegios particulares, otorgados por merced del rey. Privilegios que eran otorgados de manera diferenciada, lo que hacía que determinadas ciudades pudieran albergar ciertas autoridades o llamarse "muy leales", distinción que otras no podían ostentar y que constituía un atributo altamente apreciado. La pertenencia a los diferentes cuerpos aparecía entonces a los súbditos como

1
Una sintética aproximación teórica a la cuestión del poder en la que se inspiran mis indagaciones: LEFORT, Claude. Le pouvoir. En: *Le temps présent*. Belin/Paris: 2006. p.981-992.

2
Estas reflexiones son fruto de la investigación que adelanto como parte de la tesis de doctorado en la Universidad París 1-Sorbona. Cuando no haga expresa referencia a un autor o texto, la afirmación se sustenta en mi propia indagación.

3
Un provocador y sólido ensayo sobre el tema: LEMPÉRIÈRE, Annick. El paradigma colonial en la historiografía latinoamericanista. En: CARRILLO, Magali; VANEGAS, Isidro (eds.). *La sociedad monárquica en la América hispánica*. Bogotá: Ediciones Plural, 2009.

4
Sobre este tema uno de los trabajos pioneros en América Latina: ROJAS, Beatriz (coord.). *Cuerpo político y pluralidad de derechos*. Los privilegios de las corporaciones novohispanas. México: CIDE / Instituto Mora, 2007.

la manera *natural* de cohesionar la sociedad y de crear un sentimiento de comunidad entre sus miembros.

La lógica subyacente a ese tipo de organización de la sociedad consistía en que los súbditos eran recompensados por sus servicios y su lealtad a la monarquía, constituyendo esos cuerpos una especie de archipiélago que se conectaba con su cabeza: el rey, el cual le daba coherencia a todo el conjunto. Es preciso insistir en que esos cuerpos no existían de manera aislada unos de otros, sino que estaban articulados alrededor de un gran cuerpo imaginario, el del monarca, quien era cabeza y centro del reino.

El rey servía de punto de referencia y de figura ratificadora de dos principios básicos que organizaban esa sociedad. En primer lugar la *desigualdad*, pues contrariamente a la época actual se consideraba la igualdad como una anomalía. En segundo lugar la *jerarquía*, pues se pensaba que cada uno debía ocupar el lugar que le correspondía de acuerdo a su naturaleza. Era la misma naturaleza la que daba los ejemplos diarios para aseverar que así como existían diferencias en el mundo natural, el mundo social estaba organizado de manera explícitamente jerárquica, de manera que el vínculo político tenía ante todo por objeto realzar y preservar esa diferenciación.

Esta organización jerárquica, definida por demás como algo "natural", era tenida por fundamental para el mantenimiento del buen orden, la concordia y la armonía que eran considerados objetivos primordiales de la sociedad. La jerarquización era una virtud en el sentido que si cada individuo ocupaba un lugar visiblemente diferenciado y hacía en él lo que le estaba prescrito, la sociedad funcionaría de manera arreglada. Era necesario que existieran ricos y pobres, nobles y plebeyos, amos y esclavos como grupos interdependientes, como lo explicaba Joaquín Lorenzo Villanueva, en su *Catecismo del Estado según los principios de la religión*: "Necesario es que haya grandes, medianos y pequeños, ricos y pobres, quien dé y quien reciba, quien mande y quien obedezca".[5] Según, pues, la lógica del régimen monárquico, la existencia del conjunto de estos grupos desiguales daba lugar a un engranaje no conflictual de la sociedad no solo en el sentido que unos cumplían las tareas que para otros resultaban penosas, sino también en el sentido que unos permitían a otros el despliegue de ciertas virtudes morales. Uno era el rol del príncipe y otro el del vasallo, uno el del padre y otro el del hijo. "Los grandes y los ricos", escribió por ejemplo Villanueva en 1793, debían ejercer la caridad empleando su riqueza y su autoridad "en beneficio de sus inferiores y de los necesitados", y estos a su turno debían consolar "a los grandes y a los ricos sirviéndoles en sus necesidades, obedeciéndole o guardándoles el respeto debido al lugar que tienen en la sociedad".[6]

Característica fundamental de la sociedad monárquica era el lugar eminente que tenía el rey en ella. El monarca encarnaba las virtudes que permitían a la sociedad lograr el fin a que ella debía consagrarse, puesto que se creía que la sociedad no estaba librada a la contingencia de un destino que pareciera nacer de ella misma, sino que tenía un deber ser que le era preexistente, y el cual debía alcanzar. El rey, por lo tanto, era y debía ser el artífice de felicidad de sus vasallos, y no podía ser considerado sino como una potencia buena, y si alguna disposición nociva a los súbditos emanaba eventualmente de él, a los ojos de sus súbditos, eso podía explicarse porque había recibido información inadecuada o malos consejos, o simplemente porque algún funcionario había aplicado mal la real voluntad.

5
VILLANUEVA, Joaquín Lorenzo. *Catecismo del Estado según los principios de la religión.* Madrid: Imprenta Real, 1793. p.49. "Este Catecismo, en que por los principios de nuestra santa Religión se demuestra el vínculo indisoluble de la sociedad civil, y los sagrados respetos que unen en ella a los súbditos con sus cabezas", lo dedica su autor a Carlos IV en tanto que padre y príncipe de sus vasallos.

6
Ibidem. p.52.

La fe católica, virtud esencial de que era portador el rey, lo convertía en modelo de buen cristiano y lo compelía a priorizar la tarea de preservar la religión católica en toda la extensión de sus dominios y en toda su pureza, de la que los americanos se sentían muy orgullosos. A semejanza de Dios, el rey aparecía también como prenda de la concordia, estado considerado consustancial al régimen monárquico por oposición a los desgarramientos a que se asociaba la república. El lugar eminente del monarca dispensaba a todo el reino la tranquilidad, la quietud, la paz, en la medida que garantizando el lugar de cada cual disipaba la competencia y la agresividad que esta conllevaba. Uno de los motivos de orgullo de pertenecer a la monarquía hispánica podía ser, por lo tanto, el reconocimiento de que ella había resguardado a sus súbditos de la violencia entre las naciones, así como de las convulsiones y los desórdenes de la Europa.

El rey era también la encarnación de la justicia: de él emanaba su administración y en su nombre se impartía. Más importante aún era que él constituía el arquetipo de lo justo y el garante de que la justicia fuera perceptible. El príncipe simbolizaba una justicia asentada sobre bases inconmovibles, sobre principios indubitables que prolongaban la justicia de Dios. No se trataba en absoluto de una autoridad ilimitada y caprichosa, sino de una bien regulada autoridad limitada por las leyes fundamentales y divinas: marco que venía a reforzar la imagen del príncipe como fundamento y garante de las leyes. El rol justiciero del rey, en el sentido de dar a cada cual su lugar, resultaba por lo tanto esencial en la conservación de la armonía social pues la justicia del monarca realzaba las jerarquías y desigualdades fundantes del orden social, dándoles un aire de inmutabilidad. Las abundantes metáforas corporales en las que se recalcaba que el rey era la cabeza de la sociedad constituían, así, más que una figura retórica, una clave para comprender los vínculos sociales.

Es importante por lo tanto reparar en la naturaleza del vínculo que se tejía entre el monarca y los súbditos: se trataba de un enlace personal —no por ello individual—, de un enlace emotivo, sin intermediaciones entre el poder y el vasallo, nexo entre sujetos concretos, el uno en su lugar eminente y el otro en "el lugar que le correspondía", vínculo que se hacía sagrado al ser ratificado por la autoridad divina y que imponía unas sólidas certezas sobre lo que le correspondía a cada parte entregar. Vínculo impensable de romper en cuanto estaba mediado por el honor, la fe, la tradición, el interés.

De otro lado hay que recalcar el hecho que el vasallo y el monarca mantenían un vínculo que no era de orden simplemente jurídico, pues el súbdito le debía al monarca no solo obediencia sino amor. La relación con la ley no era entonces de orden "negativo" ni de carácter exterior (en el sentido que conocemos en la actualidad de poder hacer lo que no esté expresamente prohibido): la relación con la ley era, por el contrario, un vínculo íntimo. Así pues, como el castigo divino, la justicia del rey procedía no simplemente contra un quebrantamiento de la ley positiva como contra el quebrantamiento de un principio moral. De ahí que fuera común describir la relación con el rey en términos de "amor, obediencia y fidelidad".

En esa sociedad monárquica neogranadina de la que acabo de indicar algunos rasgos centrales, los americanos no estuvieron —contrariamente a una idea recurrente de la historiografía patriótica—, en absoluto en una pugna incesante con los peninsulares o españoles. En esos tres siglos esa dupla de categorías diferenciadoras tuvo más bien una capacidad débil para otorgar un sentido de pertenencia a los individuos de estos territorios. De

hecho el término "americano" era una categoría sociológica entre muchas otras, no el atributo fundamental de los nacidos en este lado del Atlántico.

Los individuos podían sentirse simultáneamente pertenecientes a su ciudad, a su gremio, a su familia, etc.: pero sobre esos sentidos de pertenencia, integrando y dando sentido a todos ellos, estaba la pertenencia a la monarquía cristiana de las Españas. Los americanos se sentían vasallos del rey de España. Tal era el sentimiento incluso del inquieto recolector de diezmos y comerciante Antonio Nariño, quien en 1795 se defendió de la siguiente manera en la causa que le seguían por traducir e imprimir los derechos del hombre: "Antes que la calumnia tronara contra mí, era yo reconocido de V. A. y del Público, por verdadero amigo del Gobierno, vasallo no sólo fiel, sino también amante y entusiasta de mi Soberano, como lo tengo acreditado desde mi juventud en cuantas ocasiones he podido".[7]

De esta manera no tiene nada de extraño, todo lo contrario, que muchos americanos hubieran tenido negocios comunes con peninsulares, o que de las actividades tendientes a apropiarse del pensamiento ilustrado las hubieran compartido codo a codo criollos y peninsulares, estando entre esta segunda categoría Diego Martín Tanco, Administrador Principal de Correos, quien solo cuando la revolución ha dado pasos considerables es que se ve rechazado por sus entrañables amigos de aventura intelectual. No es menos significativo igualmente, que muchos americanos tuvieran en su propia familia parientes que habían nacido en la metrópoli española, y que estos no tuvieran problemas particulares para desarrollar una vida normal, como la llevaba en Santafé el peninsular Lorenzo Marroquín en el seno de su familia, que lo era también la de Pantaleón Gutiérrez, hasta que acaeció la expulsión de las autoridades virreinales a mediados de 1810, cuando Marroquín fue agredido para luego ser expulsado de la Nueva Granada.[8]

Por supuesto que se presentaron tensiones entre americanos y peninsulares, pero ellas hay que ubicarlas dentro del sentimiento de pertenencia a un mismo conjunto político: algo que hoy podríamos pensar como una especie de "regionalismo". Los americanos deseaban tener mejores cargos en el gobierno virreinal —una demanda normal a que las mismas leyes daban impulso—, y se sentían muy orgullosos de sus conocimientos y de sus capacidades, pero no tiene sustento la idea, difundida por el relato patriótico, según la cual los americanos habían estado privados de la posibilidad de educarse o de tener empleos lucrativos e importantes y por esa razón decidieron hacer la revolución e independizarse. Ese sentimiento separatista comienza a abrirse paso apenas con la revolución, algo sobre lo que volveré más adelante.

De manera que cuando acontece el apresamiento del rey Fernando 7° (1808), los americanos revelan con mayor fuerza aún su carácter de *españoles*, reclamando serlo tanto como los descendientes de don Pelayo, según escribió Camilo Torres en el llamado memorial de agravios. Más dicientes aún de esa identificación de los neogranadinos con la nación española antes de la revolución son los casos de José María Salazar y de Francisco Antonio Ulloa. Casos dicientes porque ambos van a estar durante la revolución entre los republicanos más radicales. Pues bien, Salazar, nacido en la provincia de Antioquia, escribió en 1804 un poema desbordante de patriotismo para celebrar el arribo a la capital del Reino del Virrey Antonio Amar y Borbón, mientras que Ulloa exhortó a sus conciudadanos payaneses en 1809 a expresar su orgullo hispánico por sus antepasados que habían doblegado a los indios pijaos.[9]

7
Defensa de Nariño, en Archivo General de Indias, Estado, 56A, n° 3, ff. 1v-2r.

8
Camilo Torres, que será un destacado revolucionario, tuvo durante largo tiempo negocios de quina con el peninsular José González Llorente, conocido exclusivamente por no prestar un florero el 20 de julio de 1810, negativa que sirvió de excusa para convocar un cabildo abierto en Santafé. A su vez Agustín Gutiérrez Moreno tuvo en Santa Marta negocios con diversos peninsulares. Ver Carta de Camilo Torres a su hermano Jerónimo, de noviembre de 1807, en Archivo Histórico Javeriano, Fondo Camilo Torres, Carpeta 156, fl.73-74; Carta de Diego Martín Tanco a Camilo Torres, en Archivo Histórico Javeriano, Fondo Camilo Torres, Carpeta 33, fl. 82-99; CMVJ, epistolario de José Gregorio y Agustín Gutiérrez Moreno.

9
SALAZAR, José María. "El placer público de Santafé", poema. En el que se celebra el arribo del Excelentísimo señor Don Antonio Amar y Borbón, Caballero profeso del Orden de Santiago, Teniente General de los Reales Ejércitos Virrey, Gobernador y Capitán General del Nuevo Reino de Granada, y de la Excelentísima señora su Esposa doña Francisca Villanova y Marco", Imprenta Real, Santafé de Bogotá, 1804. Sobre Ulloa: "Del D. D. Francisco Antonio de Ulloa", *Redactor Americano del Nuevo Reyno de Granada*, nº 57, Abril 4 de 1809, Santafé de Bogotá.

Resulta importante aquí tener en cuenta que las Américas no fueron *colonias* de España durante los tres siglos, sino un conjunto jurídicamente igual a los demás reinos de la corona, lo cual es fundamental, pues aquello que los americanos van a reclamar en 1809 es justamente la igualdad de la representación en las cortes. Un reclamo que constituye un momento clave de la agudización de la crisis de la monarquía. De manera que llamar *colonial* a la sociedad anterior a la revolución carece de fundamento. Ese calificativo, que hoy se dispensa con tanta ligereza y con tanta convicción, fue uno de los principales productos intelectuales de la revolución. Como en Francia, donde *antiguo régimen* pasó a ser después de la revolución un término despectivo para englobar aquello que la revolución vino a derrumbar.

Por lo demás, antes de la crisis del poder monárquico de 1808-1809, las revoluciones políticas eran para los súbditos americanos algo abominable.[10] Eran una perspectiva que les producía temor en la medida que al final solo veían la desintegración de la sociedad y la violencia. Indicaré rápidamente tres casos de finales del siglo XVIII que pueden ilustrar esta afirmación.

El primer caso es la revuelta—revuelta y no revolución— de los comuneros de 1781 que muchos historiadores califican como un movimiento independentista e incluso como un movimiento en contra de la monarquía. Nada tiene menos sustento. Revisando la amplia documentación compilada por Juan Friede encontramos que apenas en una ocasión alguien de la época describe esa movilización como la "revolución de los comunes", siendo utilizado el término de manera generalizada para aludir más bien a la confusión y los estragos de las protestas.[11] Como lo indica el grito de los sublevados "viva el rey, muera el mal gobierno" se trataba de una movilización antifiscal y no de un movimiento independentista, como lo recalca el estudio de John Leddy Phelan, uno de los principales investigadores del tema.[12] Ese tipo de revueltas contra nuevos impuestos o contra el incremento de los existentes, fue por lo demás muy común también en las monarquías europeas.

El segundo caso que muestra los temores que producían las revoluciones es el de Manuel del Socorro Rodríguez, bibliotecario real y editor del *Papel Periódico de Santafé*. Manuel del Socorro, teniendo ante sí la revolución francesa, piensa que la revolución introduce en la sociedad una violencia que llega hasta la destrucción mutua de los revolucionarios. Piensa igualmente que la revolución significa ante todo una inversión del orden legítimo en cuanto instaura una pretensión igualitaria que quiebra la idea jerárquica que ordena la sociedad. Un igualitarismo antinatural a sus ojos, y que rompe con los criterios tradicionales para definir lo que es precioso y útil, para definir quién manda y quién obedece. La revolución, piensa Manuel del Socorro, hace que nadie sepa cuál es el lugar que le corresponde en la sociedad: ella hace precario y volátil todo en la sociedad. Las extravagancias de la revolución se resumen, según él, en la pretensión de erigir una república en lugar de la monarquía.

El tercero es el conocido caso de Antonio Nariño, más ambiguo que el anterior, pero por eso mucho más significativo. Como se sabe, Nariño fue encarcelado en 1794 por traducir e imprimir los derechos del hombre, fue enviado preso y en el trayecto escapó, pasando a Francia e Inglaterra donde realizó algunas gestiones en busca de apoyo para la separación del Nuevo Reino respecto a la metrópoli. Nariño regresó al Nuevo Reino y trató de sublevar algunos pueblos, pero intempestivamente se entregó a las autoridades. En su declaración no solo definió su fracasada tentativa como un "delirio criminal" sino que delató a quienes lo habían ayudado y redactó

10
Un amplio desarrollo de esta idea en mi trabajo "La revolución: un delirio criminal. Nueva Granada 1780-1808". En: *La sociedad monárquica en la América hispánica*, p.227-278.

11
En las capitulaciones redactadas por Berbeo no se deja de reconocer la sujeción al monarca y el legítimo derecho de este a cobrar tributos, entre otros apartes cuando manifiesta que en el Reino del Perú "debieran haber cesado en su revolución pues ningún monarca puede sostenerse sin algunas contribuciones de sus vasallos". FRIEDE, Juan (comp.). *Rebelión comunera de 1781. Documentos*. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura, 1982: las alusiones a "revolución", tomo 1, p.12, p.76, p.98, p.144, p.166, p.335, p.337, p.356, p.370, p.385; tomo 2, p.584, p.712, p.747, p.752, p.759, p.889, p.1036, p.1043.

12
PHELAN, John Leddy. *El pueblo y el rey*. La revolución comunera en Colombia, 1781. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1980.

un proyecto de reformas para el mejor gobierno del reino. El mismo Nariño cuenta, además, que no encontró ningún apoyo en su intento de rebelión.

Esta tentativa angustiosa de Nariño de rebelar el Reino permite observar cómo el poder del monarca aparecía a los ojos de sus súbditos con los atributos de algo eminente, misterioso e inmemorial, lo cual hacía monstruosa la idea de que ese poder pudiera ser impugnado, pues tal acto suponía ignorar la razón, ofender las enseñanzas de la religión, transgredir la tradición.[13]

Podríamos decir entonces que la revolución en la Nueva Granada y tal vez en la América hispánica, fue *una revolución sin precursores*.[14] De esto no hay que extrañarse: en las revoluciones de aquella época, entre ellas la revolución francesa, sucedió algo similar.[15] La existencia de revolucionarios consagrados a hacer advenir una revolución es un rasgo de la escena política posterior a este tipo de revoluciones, y propio más bien de un pensamiento como el del francés Auguste Blanqui o del ruso Vladimir Lenin.

La naturaleza de la revolución: las dos revoluciones

El acontecimiento revolucionario neogranadino a que he venido aludiendo está básicamente comprendido en el periodo que va de 1808 a 1816: entre la crisis del poder monárquico representada por el apresamiento de la familia real española por parte de Napoleón, y la derrota momentánea de los revolucionarios por parte del ejército expedicionario de Pablo Morillo.

Esa revolución tiene dos dimensiones esenciales, o dicho de otra forma, contiene en sí dos revoluciones claramente diferenciadas. Enunciaré la primera, pero solo me detendré en la segunda, la cual hoy pasa inadvertida.

La primera, la revolución como origen de la nación colombiana o como independencia, es la manera casi exclusiva como en las últimas décadas es caracterizada la mutación revolucionaria. El nombre mismo del acontecimiento de que estamos hablando es diciente: se habla de "la revolución de independencia", lo cual quiere decir que estamos tratando básicamente de la separación respecto a España, de la emancipación de uno o de varios fragmentos respecto a su metrópoli. Dentro de esta manera de definir la revolución neogranadina suele haber una suposición importante: que la nación colombiana preexiste a la revolución, o de otra manera, que la nación colombiana está en germen en la monarquía hispánica, y que la revolución es el momento que aprovecha esa nación preexistente para salir a flote. Esa suposición, ha sido cuestionada felizmente por historiadores recientes como François-Xavier Guerra,[16] pero una mirada hacia el siglo XIX permite encontrar intelectuales como el colombiano Miguel Antonio Caro, entre otros, que analizaron con gran agudeza la cuestión llegando a plantear que esta revolución de que hablamos no fue —como muchos creían—, por lo menos en sus comienzos, un conflicto entre dos naciones sino un conflicto entre partes de una misma nación, lo cual en el plano militar debía ser llamado una guerra civil. Caro recalcó además cómo las juntas erigidas en 1810 a lo largo de la Nueva Granada no habían declarado la independencia, sino que por el contrario habían manifestado diversas formas de adhesión a la monarquía hispánica. La independencia absoluta, recordaba él, solo tuvo lugar hacia 1813 y 1814.[17]

Pensar que durante los tres siglos anteriores a la revolución existió algo así como la nación o las naciones americanas excusa observar algo importante que sucedió durante la revolución: la generación de una diferenciación y un repudio de los americanos respecto a la madre patria, que fue condición

13
Bolívar, como otros en su tiempo, comprendió bien el carácter de la autoridad monárquica cuando escribió decepcionado: "La destrucción de un Gobierno, cuyo origen se pierde en la oscuridad de los tiempos: la subversión de principios establecidos: la mutación de costumbres: el trastorno de la opinión, y el establecimiento, en fin, de la libertad en un país de esclavos, es una obra tan imposible de ejecutar súbitamente, que está fuera del alcance de todo poder humano, por manera que nuestra excusa de no haber obtenido lo que hemos deseado, es inherente a la causa que seguimos, porque así como la justicia justifica la audacia de haberla emprendido, la imposibilidad de su adquisición califica la insuficiencia de los medios". Ver: "Simón Bolívar Libertador de Venezuela y General en Jefe de sus ejércitos a sus conciudadanos", *El Mensajero de Cartagena de Indias,* nº 33, Cartagena, Septiembre 23 de 1814.

14
Precursor: "Precedente a alguno o a alguna cosa, pero precedente por necesidad o por existir alguna relación con lo precedido, siendo una especie de predicción o anuncio de lo que ha de sobrevenir". DOMÌNGUEZ, Ramón Joaquín. *Diccionario Nacional*. T.II. Madrid: Establecimiento Léxico-Tipográfico de R. J. Domínguez, 1847. p.1415.

15
TACKETT, Timothy. *Par la volonté du peuple*. Comment les députés de 1789 sont devenus révolutionnaires. Paris: Albin Michel, 1997.

16
Ver por ejemplo *Modernidad e independencias*. México: MAPFRE / FCE, 2001, cap. II.

17
Durante ese sonado debate en la década de 1870, José María Quijano criticó a Caro por no captar el hecho significativo de que a pesar que el 20 de julio de 1810 no había sido declarada la independencia, ese acontecimiento sí entrañaba un cuestionamiento trascendental del poder monárquico. Ver: CARO, Miguel Antonio Caro; OTERO, José María Quijano. El 20 de Julio de 1810. Una cuestión histórica. *Boletín de Historia y Antigüedades*, Bogotá, vol. XXIV, nº 267, Enero de 1937.

del inicio de la construcción nacional. La independencia absoluta fue pues un resultado y no una condición previa de la revolución. Esto significó entre otras cosas que en la Nueva Granada como en el resto de la América hispánica los revolucionarios procedieran a extrañar a los españoles de la comunidad política, convirtiendo así en enemigos a los que hasta ayer habían sido hermanos. Hubo encarcelamientos injustificados legalmente, destierros, confiscaciones, e incluso fusilamientos de españoles durante la revolución. Esto por supuesto no lo cuenta la historiografía patriótica porque esos historiadores han querido creer que la revolución fue un acto unánime de las sociedades americanas por su emancipación respecto a España.[18]

En cuanto a la cuestión nacional, podríamos decir que la revolución fue eficaz construyendo un enemigo externo que le servía de mecanismo de diferenciación respecto al otro, al rival que necesita toda nación para darse una existencia. Pero la revolución en cambio tuvo dificultades graves en dos campos para avanzar en la construcción de una nación.

En primer lugar tuvo dificultad para crear un Estado consistente que sirviera de órgano de cohesión y de preservación de esa nación en germen que comenzó a alumbrar la revolución. En segundo lugar tuvo dificultad para definir sus contornos respecto a las demás unidades políticas americanas que estaban en sus bordes y que no podían ser pensadas como enemigas. En este sentido, durante varias décadas no se supo muy bien si los caucanos, por ejemplo, pertenecían o no a la nación neogranadina. Vale la pena aclarar que si señalo estas dificultades a que se vieron enfrentados los revolucionarios de la Nueva Granada no es con el objeto de continuar los lamentos sobre el fracaso de la nación sino con el de subrayar el hecho que todas las naciones han enfrentado similares dificultades en sus comienzos, pues una nación no es algo de orden natural.

La segunda manera de pensar la revolución es como instauración del régimen democrático. Pero se trata de una perspectiva que ha caído en un olvido tan profundo que se hace preciso recordar cómo en el siglo XIX los intelectuales tanto liberales como conservadores plantearon la cuestión bajo esta perspectiva, en cuyo centro se albergaba la noción de "régimen político" en el sentido dado por la filosofía política clásica, de la que aún se experimentaba un notable influjo. Baste citar al liberal José María Samper quien escribió que los líderes independentistas no simplemente habían querido la sustitución de los españoles en el poder, sino también la fundación de la "república democrática". Y del lado conservador a Sergio Arboleda, quien planteó que la independencia había traído consigo la "república democrático-representativa".[19]

En Samper como en Arboleda esa calificación está llena de consecuencias, pero en esta parte deseo mostrar más bien algunos elementos que a mi juicio son fundamentales en este paso al régimen democrático:

1° El paso de la soberanía del rey a la soberanía del pueblo

Si en la sociedad monárquica el poder es algo misterioso que parece venir del fondo de los tiempos, estar por encima de la sociedad, con la revolución se produce una progresiva erosión del poder del monarca hasta el punto que se le sustrae a esa figura el atributo de ser la fuente de legitimidad del poder, la cual pasa a tener como titular al *pueblo soberano*. Esa mutación tiene un camino accidentado y variable según las provincias, pero esquemáticamente se puede resumir así:

18
Ver al respecto los escritos que redactó durante la revolución misma el cura monarquista PENÃ, José Antonio Torres y. Memorias sobre la revolución y sucesos de Santafé de Bogotá, en el trastorno de la Nueva Granada y Venezuela, 1814. En: *Memorias del Presbítero José Antonio de Torres y Peña*. Bogotá: Editorial Kelly, 1960; y "Santafé cautiva". En: POSADA, Eduardo; IBÁÑEZ, Pedro M. (comps.). *La Patria Boba*. Bogotá: Biblioteca de Historia Nacional, 1902. p.275-476.

19
SAMPER, José María. *Ensayo sobre las revoluciones políticas y la condición social de las Repúblicas colombianas (Hispano-Americanas)*. Paris: Imprenta de Thumot y Cia., 1861 [Edición facsimilar Universidad Nacional, Bogotá, 1969], p.167-169; ARBOLEDA, Sergio. *La república en la América española* [1869]. Bogotá: Biblioteca Banco Popular, 1972. p.44, 83.

En un primer momento el poder del monarca es defendido con vehemencia por los neogranadinos que ven en riesgo todo el orden social con el secuestro del Deseado, pero esa defensa tiene la consecuencia indeseada de poner en entredicho lo que se pretende defender en la medida que llegan a cuestionar la autoridad del virrey, el cual es una simple prolongación del monarca. Para comprender esta situación paradójica puede observarse el hecho quizás más significativo de esta etapa de la revolución: la rebelión que tuvo como escenario los Llanos del oriente a comienzos de 1810. Esta rebelión finalmente fracasada tuvo por motivo organizar la defensa del Reino ante el temor de que los franceses se lo tomaran en complicidad con el Virrey y que el rey cautivo perdiera así estas valiosas posesiones. Varios de los sublevados —familiares y allegados al Magistral de la Catedral santafereña, Andrés Rosillo— murieron así pretendiendo defender las posesiones de su rey, buscando que el Reino no pasara a dominio extranjero, aun cuando involuntariamente sus actividades entrañaban un desafío y un sacudimiento de la autoridad del representante del rey, e indirectamente un trastorno del orden monárquico.[20]

En un segundo momento la legitimidad del poder real sigue siendo reconocida pero en una especie de dualismo con aquella que emana del pueblo soberano. Se ve claramente esta situación en las juntas de mediados de 1810, pero aún con mayor claridad en la Constitución de Cundinamarca de 1811 que establece una monarquía constitucional en la que el rey es la cabeza del ejecutivo pero en la que el pueblo es el origen del poder.

En un tercer momento el poder del monarca es completamente repudiado y el régimen monárquico asimilado pura y simplemente a despotismo. En este momento se procede no solo a la declaración de independencia absoluta de las diferentes repúblicas neogranadinas sino también a una destrucción sistemática de los símbolos del poder monárquico.

La soberanía del pueblo que va tomando forma en medio de estos avatares conlleva diversos problemas, comunes a todos los regímenes democráticos, pero en la situación de inestabilidad propia de una revolución ellos aparecen con mayor agudeza. Ante todo el problema de que el pueblo titular de la soberanía, a diferencia del rey, es difícil de aprehender, carece de forma, o mejor dicho, solo adquiere forma en el discurso de aquellos que se disputan su representación.[21] Eso tiene como consecuencia que la sociedad democrática aparezca con frecuencia como escenario de luchas inconciliables y estériles, cuando vistas desde otra perspectiva no son más que el resultado del pluralismo.

20
Documentos del proceso seguido a José María Rosillo, Carlos Salgar, Vicente Cadena y otros por su rebelión en Pore y sitios circunvecinos, en Archivo General de la Nación, Sección Colonia, Fondo Historia civil, tomo 10, rollo 11, ff. 224r-380r.

21
LEFORT, Claude Lefort. *L'invention démocratique*. Paris: Fayard, 1981.

2° Instauración del principio de igualdad

Uno de los cambios fundamentales propiciados por la revolución neogranadina fue haber instaurado las condiciones para una diseminación de la igualdad sin precedentes en el seno de la sociedad. La ruptura es drástica si recordamos que la desigualdad es uno de los principios fundantes del régimen monárquico. En este, las jerarquías eran las que hacían posible el orden y daban eficacia a la autoridad, siendo por lo tanto impensable que el rey pudiera dar vida a una comunidad política que fuera un conglomerado de individuos iguales.

La igualdad civil y política que agitan las revoluciones norteamericana y francesa presenta por lo tanto un contraste violento con el principio rector del orden social propio de la monarquía hispánica. Participando de esa vocación igualadora casi todas las constituciones de las primeras

repúblicas neogranadinas adoptan el concepto de igualdad legal contenida en la *Declaración de los derechos del hombre*. En la Constitución de Cundinamarca de 1811, por ejemplo, se consagra que la ley es la expresión de la "voluntad general", y que la "igualdad consiste en que siendo la ley una misma para todos, todos son iguales delante de la ley". Esa misma Constitución de Cundinamarca considerada generalmente como simplemente monárquica, instaura también un acceso al sufragio bastante extenso para la época, esto es, una noción de igualdad política bastante amplia, y algo similar consagrarán las demás constituciones provinciales del periodo revolucionario. Estas ideas de igualdad tuvieron profundas repercusiones en la forma como la sociedad neogranadina elaboró la representación de sí misma, pues abrió las puertas a una reconfiguración de los agrupamientos sociales y a la emergencia de los individuos. De otro lado, impuso la tarea siempre problemática de construir un pueblo abstracto.

No es que las jerarquías sociales hubieran dejado abruptamente de existir, pero con la revolución esas jerarquías no tienen ya una legitimidad trascendente, ellas dejan de estar inscritas en el orden "normal" de las cosas, pasan a ser contingentes. Las reacciones airadas contra la eventualidad de una nivelación abierta por la revolución, no son entonces sino la confirmación del drástico cambio que se está operando, y en cierta medida de las dificultades que entraña cualquier tentativa de controlar el despliegue de la igualdad. Sabemos, eso sí, que los pocos que expresamente promulgaron esas máximas igualitarias fueron acallados, pero la pretensión de sustituir el poder monárquico por un régimen fundado en la soberanía de todos, implicaba que por más restrictivo que fuera ese "todos", la igualdad nunca podría ser definida de manera satisfactoria. Si ahora no era posible establecer la autoridad sino sobre algún tipo de equivalencia entre los miembros del cuerpo político, la idea de que un conjunto de categorías sociales debía tener por definición un lugar subordinado en la nación o en la república pasaba a carecer de legitimidad.

La revolución, al negarle al antiguo orden jerárquico el principio de legitimidad instauró una tendencia a la igualdad que entrañó un reordenamiento social importante.

3° Refundación del ordenamiento social

Es fácil cuestionar la importancia del reconocimiento jurídico de la igualdad alegando que ella tuvo escasos efectos prácticos, o solo tuvo significado para grupos restringidos de las élites. Esa crítica se le ha hecho a todas las revoluciones "liberales". Pierre Rosanvallon ha replicado que la igualdad política es el tipo de igualdad más radical no sólo porque la igualdad social o económica está ya presente en el cristianismo, sino porque la igualdad política establece una equivalencia inédita y perturbadora entre los hombres.[22] En este sentido hay que decir que la revolución neogranadina es un fenómeno de la misma naturaleza que el ocurrido en Francia o Estados Unidos en cuanto los cambios en la noción de igualdad implicaron una forma nueva de constituir y representar la sociedad.

Como he indicado, en el orden social propio del régimen monárquico, castas y cuerpos constituían una trama organizada en un orden jerárquico evidente, visible, esto es que debía ser mostrado, que era público, que debía hacerse explícito. La revolución vino a alterar de manera considerable ese tipo de organización de la sociedad.

22
ROSANVALLON, Pierre. *La consagración del ciudadano*. México: Instituto Mora, 1999. espec. p.10-16.

En una investigación sobre Riohacha y Santa Marta —ciudades que permanecieron leales a las autoridades monárquicas cuando la mayoría las habían depuesto— Steinar Sæther muestra cómo durante el periodo revolucionario no sólo se introdujeron tensiones al interior de las élites sino que se produjo una modificación importante de los patrones familiares, las costumbres sociales, las nociones de jerarquía y territorio. Sæther encuentra que con las transformaciones revolucionarias se produjo en la región que estudia "una actitud nueva, liberal, antiautoritaria frente al matrimonio y la sexualidad", en parte debida al debilitamiento de la iglesia, pero también a una "falta general y popular de interés en el sacramento del matrimonio" y a "una actitud más liberal frente a las instituciones religiosas". Con el advenimiento de la república, dice, presenciamos no solo una disminución del porcentaje de matrimonios —en el pueblo de la Gaira, por ejemplo, el cociente de matrimonios cayó del 44% en 1793 al 16% en 1843— sino también una ampliación considerable del espectro de las parejas con las que es posible casarse. Sæther muestra cómo se incrementan los apellidos nuevos en las parejas casadas, esto es, cómo se acrecientan las posibilidades para establecer un vínculo familiar más allá de las familias de la propia localidad. Un aflojamiento similar de las constricciones ocurrió al interior de las familias patricias, en las cuales ya pudo verse algunos enlaces matrimoniales con militares de países protestantes, algo impensando poco antes.[23]

Pese a todo, la institución de la esclavitud también se vio sometida a una transformación radical: en la práctica persistirá durante varias décadas, pero filosóficamente murió con la revolución. Si ella languideció durante este periodo no se debió solamente a que hombres como José Félix de Restrepo o Juan del Corral demandaron su limitación o su supresión, o a los impulsos liberadores de los mismos esclavos, de los que conozco casos en Cartagena o Antioquia durante el periodo revolucionario. La institución de la esclavitud se vio sometida a un escrutinio a veces severo no solo en razón de las tensiones que amenazaban alterar el orden y de las necesidades prácticas de los bandos en pugna que se vieron precisados a prometer a los esclavos y las castas diversas formas de libertad para atraerlos a sus filas. Los hombres que se vieron llevados a puestos de liderazgo en la revolución temían e incluso despreciaban a los esclavos, y poco esperaban de ellos, aunque algunos quizás hayan llegado a suponer que en ciertas circunstancias la regeneración que conllevaba la constitución de la nueva sociedad terminaría haciendo a esos esclavos aptos para la república.

El despliegue de los principios fundantes de la nueva comunidad política que entrañaba la revolución terminó sin embargo por rebasar los tímidos reconocimientos de un patriciado cuya actitud ante la esclavitud no se explica simplemente por sus intereses económicos. Después de la revolución la esclavitud podía ser defendida por razones prácticas, pero no era fácil encontrar quién la justificara moralmente. Resulta interesante aquí comparar la Nueva Granada con Estados Unidos. Como señala el historiador estadounidense Gordon S. Wood allí "ninguna institución se vio afectada más directamente por el espíritu liberalizador de la revolución que la propiedad de esclavos". Y, aunque él mismo subraya que el número de esclavos creció durante la revolución, nos dice que "la revolución tuvo, a la larga, un efecto poderoso en la eliminación de la esclavitud" pues de "forma súbita y efectiva acabó con el ambiente social e intelectual que había permitido que la esclavitud existiera durante miles de años sin que nadie la cuestionara seriamente".[24]

23
SAETHER, Steinar. *Identidades e independencia en Santa Marta y Riohacha 1750-1850.* Bogotá: ICANH, 2005. p.240-255.

24
WOOD, Gordon S. *La revolución norteamericana.* Barcelona: Mondadori, 2003. p.174-175.

En su estudio del periodo de gobierno de Santander en la Gran Colombia (parte de la década de 1820), David Bushnell muestra las enormes dificultades para materializar la libertad de los esclavos (y la igualdad de los indios) aprobada en forma parcial en la Constitución de Cúcuta de 1821. Pero indica cómo, a pesar de esas dificultades, la libertad de los esclavos era una idea evidente, poderosa, hasta inevitable.[25]

25
BUSHNELL, David. *El régimen de Santander en la Gran Colombia*. Bogotá: El Ancora Editores, 1985. p.205-223.

4° Precarización crónica del poder y la autoridad

Con la revolución asistimos a una exacerbación de la dignidad con que se enuncia la autoridad, situación que se refleja en la estipulación incluso constitucional de ciertos tratamientos honoríficos para los gobernantes y para los cuerpos representativos. La Constitución de Cundinamarca de 1811, en su artículo 18 prescribió que el Rey "tiene por su persona y representación el tratamiento de *Majestad*; la Representación Nacional unida, el de *Alteza Serenísima*", mientras que en "las materias de oficio, el Presidente tiene el de *Excelencia*; sus consejeros, los individuos del Senado y miembros del Legislativo, *Señoría ilustrísima*; y los del poder Judicial, *Señoría*." Y el artículo 19 precisaba que "Sólo el Rey tiene tratamiento en el trato familiar; los demás funcionarios no pueden exigirlo en igual caso, por no ser concedido a su persona, sino únicamente a su representación oficial". Es fácil pensar que estamos en presencia de una prolongación del régimen monárquico o ante un instrumento por medio del cual "las élites" santafereñas querían reforzar su poder.

La exacerbación de la demanda de deferencia hacia las autoridades que tiene lugar con la revolución admite sin embargo una interpretación distinta a la prolongación de la adhesión de "las élites" a la monarquía: ella nos habla más bien de las necesidades de un régimen de autoridad en el que nada es inamovible, en el que nada es incuestionable, en el que todas las certezas quedan disueltas, constituyendo esa exacerbación de la deferencia una tentativa de salirle al paso a la fragilidad del orden en el régimen democrático. Que se intente recubrir a las autoridades con un tratamiento mediante el cual se trata de elevarlas, de separarlas de los simples ciudadanos, con esto me parece que se ratifica más bien el hecho de que ellas carecen de blindaje contra los sacudimientos a que queda sometido en forma permanente el orden social. Si se quiere, ese afán por dignificar el poder más bien muestra la considerable distancia que puede haber entre la autoridad y sus súbditos, pero sobre todo la existencia de una separación fundante entre la sociedad civil y el poder. Un poder que no puede pretender un reconocimiento incondicional. Porque si en el régimen monárquico el poder era percibido como si se encontrara más allá de la sociedad misma, como si no estuviera condicionado, en el régimen democrático asistimos a una precarización permanente del poder que significa que su origen sea sometido a un escrutinio generalizado e inacabable que desemboca en una constante desconfianza hacia las autoridades, las cuales son presionadas, criticadas e incluso vejadas durante el periodo de las primeras repúblicas.

El poder en el régimen democrático sufre otra mutación no menos crucial: se desustancializa, esto es, deviene un lugar vacío. El poder no puede ser confundido con la persona de quien lo ejerce. Ese rasgo aparece con claridad por ejemplo en la Constitución de Cundinamarca de 1811, que prescribe que el tratamiento honorífico a las autoridades solo tiene aplicación durante el ejercicio de los cargos pero no en la vida privada. De

ahí pues que la perspectiva de la monarquía (incluso si se piensa en una monarquía regenerada) haya pasado rápidamente a carecer de sentido para los líderes de la revolución. E incluso que la Constitución de Cundinamarca de 1811, que usualmente se considera una constitución monárquica, haya sometido a condiciones de muy difícil cumplimiento el reconocimiento de Fernando 7º como rey de Cundinamarca.

Ni siquiera la figura del "dictador" —erigida en su sentido clásico en casi todas las provincias— es instituida con la esperanza de que encarne el poder. Ni siquiera en ella el individuo se confunde con la dignidad de que es investido, no subvirtiendo por lo tanto esencialmente la soberanía popular. Hay que tener en cuenta además, que los distintos líderes que asumieron funciones de presidente-dictador debieron permanecer en los límites que les marcaba la constitución, y que los periodos estipulados a la existencia de las dictaduras fueron respetados escrupulosamente.

La revolución fundacional y la experiencia de nación

El paso de una sociedad que, si nos atenemos al tipo de poder a partir del cual se organiza el vínculo social debe ser llamada *sociedad monárquica*, a otro tipo de organización social articulada en torno al principio de un pueblo soberano que proyecta la imagen de una sociedad inasible, fue un cambio de proporciones mayúsculas. En la medida que aún vivimos en la sociedad cuyo advenimiento fue provocado por esa revolución, la historia de ese acontecimiento fundacional sigue estando sometida a un continuo escrutinio, pudiendo decirse que la revolución no cesa aún de producir efectos sobre la nación colombiana y de invitar a su redefinición. Dicho de otra manera: la historia de la revolución es indesligable del relato que durante estos dos siglos hemos elaborado e interiorizado sobre ella.

En este sentido este apartado presenta una mirada rápida sobre el significado que los colombianos le hemos atribuido a la revolución de la década de 1810 en nuestro relato histórico y sobre su lugar en nuestra experiencia como nación. En estos dos siglos de régimen democrático y de existencia como nación, ese lugar ha sufrido una variación significativa, pudiéndose englobar ese itinerario en dos grandes momentos.

Un primer momento en que la revolución constituye el acontecimiento fundacional de la comunidad política. La atribución de esta potencia al evento revolucionario es observable desde el momento mismo de su acaecimiento, cuando los actores creen que se está operando un cambio fundamental en toda la sociedad. Un cambio que muchos neogranadinos consideraron de orden providencial pues permite a los americanos recuperar unos derechos conculcados durante tres siglos por una nación extraña que había irradiado apenas despotismo y oscuridad. Dentro de esta lógica argumentativa es que aparece entonces la denominación de "régimen colonial", invención que debe contarse entre las principales que hace la revolución, y cuya capacidad movilizadora no guarda relación con el hecho que sus ingredientes proceden de una mixtificación de los tres siglos anteriores al acontecimiento revolucionario. Este fue vivido por los notables neogranadinos como el inicio de una nueva comunidad política: la democracia, a la cual adhirieron bajo dos denominaciones principales: "gobierno representativo" y "sistema federativo", las cuales contenían entre otros elementos, un acuerdo tácito sobre el carácter necesariamente representativo de la democracia. No menos importante fue que los líderes revolucionarios hubieran concebido claramente el nuevo régimen y la

nueva sociedad a partir del principio de la soberanía popular, abandonando rápidamente al rey como figura articuladora de la sociedad.

Los neogranadinos de la revolución de ninguna manera se acordaron en torno a una única manera de interpretar los acontecimientos revolucionarios y los resultados de ella. Todo lo contrario: la nueva sociedad contenía una imposibilidad congénita para que tal unidad de pensamientos acaeciera. En adelante ese será el signo de la relación de los colombianos con el destino y el significado de la revolución.

Uno de los primeros debates sobre la interpretación de la revolución tuvo lugar en la década de 1820 entre "bolivianos" y "liberales" o santanderistas. Los bolivianos veían la etapa de las primeras repúblicas (1810-16) solamente como un caos, y en el mejor de los casos como algo inocuo, y tendieron a considerar que el impulso revolucionario había provenido de Caracas. Los liberales, por el contrario reafirmaron con fuerza que la revolución había comenzado en 1810 y que esa primera etapa era fundamental y creadora, y que la revolución había sido un proceso endógeno.[26]

Cuando surgen propiamente los liberales y conservadores como partidos hacia mediados del siglo XIX, la disputa respecto al significado de la revolución fue fundamental en la estructuración de sus identidades. Unos y otros podían coincidir en que la revolución era el punto de origen del régimen democrático y de los partidos, pero diferían en diversos puntos, particularmente respecto a cuáles eran las claves de la diferenciación de esos partidos, y cuál debía ser la actitud ante la revolución. Los liberales tendieron a pensar que la revolución era algo inevitable pues el vínculo con la metrópoli española solo había aportado el atraso, el despojo y la obstrucción de los progresos de la nación colombiana. Con todo lo importante que era para ellos la revolución, sin embargo, solo había sido el comienzo de un designio de libertad y de progreso indefinido que debía ser continuado. Los conservadores, por su parte, fueron muy agudos para observar tanto el hecho que con anterioridad a la revolución americanos y peninsulares formaban una misma comunidad, como que la revolución había significado un trastorno fundamental del orden social en el sentido que la autoridad había devenido algo sustancialmente frágil. De ahí que la revolución, según los conservadores, debiera ser estabilizada, terminada, que la obra de la revolución debiera ser decantada. Los liberales por lo tanto estuvieron mas inclinados a repeler cualquier vínculo con la antigua madre patria en favor de un interés intelectual y político por países que asociaban al progreso y la libertad indefinida, mientras que los conservadores desarrollaron una fuerte admiración por los valores y las ideas españolas las cuales daban espesor a su inquietud por la inestabilidad del orden social.[27]

Para los numerosos intelectuales que consagraron alguna reflexión a desentrañar la naturaleza de los partidos y de la división partidista colombiana, la revolución de la década de 1810 es en última instancia el punto a partir del cual pueden hacer inteligible la sociedad. Pero a más de los debates intelectuales que la tienen por hito divisorio, la revolución es hasta entrado el siglo XX un motivo central que vemos constantemente realzado en la literatura, en la pintura, en los estudios históricos y las celebraciones cívicas.

A partir especialmente de la segunda mitad del siglo XX se produjo sin embargo un cambio sustancial en el lugar de la revolución en el relato nacional: la revolución fue banalizada. En consonancia con la completa hegemonía del paradigma de las ciencias sociales que hace de la política apenas un segmento del mundo social, al lado de la economía, el derecho, la cultura, etc., los intelectuales del siglo XIX que habían producido vigorosas

26
Los dos textos fundamentales de este debate: DEL RÍO, Juan García. *Meditaciones colombianas* [1829]. Medellín: Editorial Bedout, 1972; AZUERO, Vicente. Paralelo entre el gobierno monárquico constitucional y el gobierno republicano puro, con relación a Colombia. *Gaceta de Colombia*, Bogotá, n.544-554, 1831.

27
Dos textos en los que pueden hallarse elementos importantes de esta controversia: SAMPER, José M. *Ensayo sobre las revoluciones políticas y la condición social de las repúblicas colombianas*. Paris: Imprenta de Thumot y Cia, 1861; GROOT, José Manuel. *Historia eclesiástica y civil de Nueva Granada*. 3 tomos. Bogotá: Foción Mantilla, 1869.

interpretaciones de la revolución neogranadina también fueron relegados totalmente. Con ellos fueron dejados en el olvido fructíferos esquemas interpretativos sobre la naturaleza de la revolución.

La banalización de la revolución consistió en primer lugar en un borramiento intelectual de la revolución, la cual dejó de ser un momento importante de la historia nacional. Jaime Jaramillo Uribe —uno de los más notorios historiadores de la corriente conocida como la "nueva historia"— pudo así subsumir la revolución en los cambios operados por las reformas borbónicas, que culminan según esos historiadores en la revolución liberal de la década de 1850. Entre las reformas borbónicas y las reformas liberales, la revolución fundacional aparece como si no tuviera ningún significado en la historia colombiana.[28]

Esa banalización en segundo lugar ha significado un abandono de la revolución como fundamento y como horizonte de la comunidad política: la revolución deja de ofrecer un punto de referencia para cualquier proyecto político: no es a partir de allí que se piensan los problemas y los desafíos de la democracia. No ocurre como en el siglo XIX que se pensaba, especialmente los liberales, que la revolución debía ser proseguida y culminada en dirección a perfeccionar derechos y libertades.

Esa banalización de la revolución es un síntoma y una importante razón de la pérdida de potencia del mito fundador de la nación colombiana, de que carezcamos de un mito fundador con capacidad para proyectarnos como nación. La sinsalida es perceptible en el hecho que en la actualidad los historiadores parecen concordar en que esta revolución que cumple dos siglos es algo importante, pero experimentan cierta dificultad para elaborar el sentido del acontecimiento. Algunos están seguros que hay que doblar rápidamente la página de los festejos bicentenarios porque, según ellos no hay nada que celebrar pues al fin de cuentas, dicen, se trata simplemente de doscientos años de violencia y frustraciones.

Desde mi punto de vista, esta manera quejumbrosa de contar la historia colombiana no solo carece de fundamento sino que forma parte del problema. En qué sentido? En décadas recientes los intelectuales han tendido a creer que el único conocimiento legítimo o verdaderamente científico es aquel de tipo "crítico", esto es, aquel conocimiento consagrado a revelar los aspectos malsanos de la sociedad y sobre todo del poder. En este sentido consideran que cualquier mito que aluda a vínculos en común, a la existencia de una nación, constituye una simple mentira que es preciso desbaratar.

Sin embargo, para vivir en sociedad los hombres necesitan de ficciones que los impulsen a pulir los acuerdos y las instituciones bajo las cuales llevan su existencia.

En el caso colombiano la revolución iniciada en la década de 1810 es el único acontecimiento que podría llenar ese vacío de un mito fundador en una sociedad sometida a tantos desafíos. Pero la fertilidad de ese acontecimiento inaugural solo puede desplegarse a condición de que nos lo apropiemos de manera creativa, es decir, como parte de un proceso de reflexión, no simplemente como una celebración emotiva de nuestras presuntas virtudes y de nuestro exotismo.

28
Ver especialmente URIBE, Jaime Jaramillo. Etapas y sentido de la historia de Colombia. En: *Colombia hoy*. 15 ed. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1995. p.25-55.

Recebido para publicação em setembro de 2009
Aprovado em Janeiro de 2010

De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da idéia de emancipação da América e sua leitura no Brasil[1]

From Raynal to De Pradt: Notes for a Study of the Idea of Emancipation of America and its presence in Brazil

João Paulo Garrido Pimenta
Professor no Departamento de História da Universidade de São Paulo (FFLCH / USP – São Paulo / Brasil)
e-mail: jgarrido@usp.br

Resumo
Este artigo oferece uma análise da integração, no bojo do processo que resultou na independência do Brasil, entre exemplos históricos concretos de ruptura entre colônias e metrópoles, e enunciados de caráter doutrinário e programático em torno da mesma questão que, presentes no universo luso-americano, ofereciam, aos homens da época, parâmetros de ação política. Destacam-se escritos produzidos sobre a América espanhola, publicados e consumidos no mundo luso-americano. Escritos como os de Raynal e De Pradt que, de alguma maneira, balizaram visões de mundo e comportamentos coletivos em mutação, contribuindo para a criação, nas primeiras décadas do século XIX, de um ambiente intelectual onde a ruptura entre a metrópole portuguesa e suas colônias americanas pôde não apenas ser concebida, mas efetivamente realizada.

Abstract
This article proposes an analysis, from within the process which led to the independence of Brazil, of the confluence between concrete historical examples of rupture between colonies and metropolis, and the statements of doctrinarian and programmatic nature around the same question; which, by being present in the Luso-American region, offered references for political action. The analysis particularly focuses on the writings regarding Spanish America published and read in the Luso-American world. In a certain way, those writings seem to have affected the visions of the world and to have shaped collective behaviours. This contributed to create an intellectual environment in the first decades of the 19th century, where the rupture between the Portuguese metropolis and its American colonies was not just conceived, but carried out.

Palavras-chave
América portuguesa / Brasil, América espanhola, Independência, história das idéias, imprensa, Iluminismo

Keywords
Portuguese America / Brazil, Spanish America, Independence, history of ideas, press, Enlightenment

1
Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no Seminário Internacional Brasil: de um Império a outro, realizado em setembro de 2005 na Universidade de São Paulo. Agradeço as críticas que me foram feitas por Marco Morel, Paulo Henrique Martinez e Ivana Frasquet

Quando em 1770 teve início, em Amsterdã, a publicação da obra de Guillaume-Thomas François Raynal, *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*, os espaços públicos de discussão política do mundo ocidental puderam dispor de um notável arcabouço de reflexões que, ao mesmo tempo em que renovariam o movimento de ampliação acelerada desses espaços, dotar-lhes-ia de novos pretextos e conteúdos. Seis anos depois, quando as Treze Colônias inglesas da América do Norte declararam sua independência, a obra de Raynal já era um verdadeiro *best-seller*, sendo reescrita à medida que o mundo que cercava seu autor oferecia oportunidades de confirmação ou revisão de seus prognósticos. Dentre eles, o de que "o novo hemisfério [a América] deve, um dia, desligar-se do velho".[2]

Na América portuguesa, a obra de Raynal aportou junto com o ineditismo de uma experiência histórica que mostrava, pela primeira vez desde o início dos estabelecimentos europeus no Novo Mundo, um exemplo concreto de ruptura política entre colônias e metrópoles.[3] A independência das Treze Colônias e a *Histoire* de Raynal integrar-se-iam no imaginário político luso-americano, logo adensado também com os acontecimentos da França, a partir de 1789, e de Saint-Domingue, a partir de 1791. Nenhum desses movimentos precipitaria, de imediato, a eclosão de outros, de natureza semelhante, no mundo colonial português; no entanto, manifestações de descontentamento com a gestão política metropolitana iam se tornando mais agudas, com seus implicados revelando conhecimento do que se passava mundo afora e mobilizando a atenção dos estadistas lusos empenhados na reforma de um estado de coisas que, reconhecidamente, se encontrava em desarranjo;[4] o que configurava um dos muitos quadrantes de uma crise geral que englobava todo o mundo ocidental, e da qual Raynal era – nas palavras de Koselleck – um "autêntico profeta".[5]

Do lado português, tal crise encontraria seu auge no colapso metropolitano de 1807, num momento de brutal aceleração de um processo de acúmulo de experiências históricas que, doravante, enquadraria a trajetória política das relações entre Portugal e seus domínios americanos, contribuindo de maneira decisiva para a definição, quinze anos depois, da independência do Brasil. Um processo em meio ao qual os Estados Unidos da América, a França e o Haiti continuariam a ser elementos vivos, mas agora ombreados pela convulsionada América espanhola, perante a qual um grande número de autores continuaria a prognosticar, como fizera Raynal, a independência de todo o continente.

As páginas seguintes oferecem uma análise da integração, no bojo do processo que resultou na independência do Brasil, de exemplos históricos concretos de ruptura entre colônias e metrópoles, com enunciados de caráter doutrinário e programático em torno da mesma questão que, presentes no universo luso-americano, ofereciam, aos homens da época, parâmetros de ação política. Não pretendo tratar, à exaustão, dos exemplos e doutrinas que desde meados do século XVIII se faziam cada vez mais presentes no mundo ocidental, dos quais um número significativo dizia respeito à situação da América de colonização ibérica e prognosticava sua independência.[6] Minha proposta é mais específica: deter-me-ei àquilo que, em outra ocasião, denominei "a experiência hispano-americana",[7]

2
RAYNAL, Guillaume-Thomas François. *A revolução na América*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993, p.131. No Brasil, a publicação apenas parcial da *Histoire philosophique* é acrescida de: Idem. *O estabelecimento dos portugueses no Brasil*. Rio de Janeiro/Brasília: Arquivo Nacional/Ed.Unb, 1998.

3
VENTURA, Roberto. Leituras do abade Raynal na América Latina. In: COGGIOLA, O. (org.). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stela, 1990. p.165-179; VILLALTA, Luiz. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de M. e (org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol.1: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.331-385; ARAÚJO, Ana Cristina. Um império, um reino e uma monarquia na América: as vésperas da independência do Brasil. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência:* história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005. p.235-270.

4
A bibliografia a respeito é ampla e variada. Algumas das obras mais importantes são: MOTA, Carlos G. *Atitudes de inovação no Brasil*. Lisboa: Horizonte, s.d.; MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. A Inconfidência Mineira. 2a.ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978; SANTOS, Afonso M. dos. *No rascunho da nação*. Inconfidência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992; e JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o Império*. História do ensaio de sedição de 1798. São Paulo/Salvador: Hucitec/EDUFBA, 1995. Em várias bibliotecas de implicados em tais movimentos de contestação, a obra de Raynal era freqüente.

5
KOSELLECK, Reinhardt. *Crítica e crise*. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999. p.152. Em sua definição, "pertence à natureza da crise que uma decisão esteja pendente mas ainda não tenha sido tomada. Também reside em sua natureza que a decisão a ser tomada permaneça em aberto. Portanto, a insegurança geral de uma situação crítica é atravessada pela certeza de que, sem que se saiba ao certo quando ou como, o fim do estado crítico se aproxima. A solução possível permanece incerta, mas o próprio fim, a transformação das circunstâncias vigentes – ameaçadora, temida ou desejada -, é certo. A crise invoca a pergunta ao futuro histórico" (Idem, p.111).

6
Referência clássica é a obra de GERBI, Antonello. *La disputa del Nuevo Mundo*. Historia de una polémica 1750-1900. 2.ed. México: FCE, 1993. Sobre o desenvolvimento dos prognósticos políticos e sua relação com o advento da modernidade, a obra fundamental é a de KOSELLECK. Op.Cit. O trabalho cujos objetivos mais se aproximam dos meus é o de MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (org.). Op.Cit. p.617-636.

7
No emaranhado de paradigmas positivos ou negativos, alternativas, possibilidades e parâmetros de ação fornecidos pela experiência revolucionária moderna aos homens envolvidos na política luso-americana, aquilo que chamo de "experiência hispano-americana" possui uma grande singularidade:

além de ser gestada a partir de uma *releitura histórica* dos acontecimentos (isto é, *experiência* como sinônimo de *conhecimento de uma realidade*), a dissolução da ordem monárquica na América espanhola é "experimentada" no mundo luso-americano igualmente como *interface* com aqueles acontecimentos (isto é, *experiência* como sinônimo de *vivência de uma realidade*). Uma síntese de meu argumento encontra-se em PIMENTA, João Paulo G. *Brasil y las independencias de Hispanoamérica.* Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2007, cap.I.

destacando escritos produzidos sobre o processo de independência da América espanhola, publicados e consumidos no mundo luso-americano. Escritos que, de alguma maneira, pareceram balizar visões de mundo e comportamentos coletivos em mutação, contribuindo para a criação, nas primeiras décadas do século XIX, de um ambiente intelectual onde a ruptura entre a metrópole portuguesa e suas colônias americanas pôde não apenas ser concebida, mas efetivamente realizada.

* * *

A fonte comum do colapso das monarquias ibéricas entre 1807 e 1808 criou uma situação aparentemente díspar: enquanto a acefalia da monarquia espanhola conduzia à fragmentação da unidade imperial bourbônica, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil obedecia a uma estratégia de manutenção da unidade imperial bragantina, sobretudo de preservação de suas extensas e ricas possessões americanas.[8] No entanto, o imediatismo de tal disparidade não se sobrepunha à profunda articulação que colocava Espanha e Portugal lado-a-lado numa mesma crise que, em termos práticos, implicava a mais séria ameaça jamais enfrentada à existência política dos dois impérios. Publicamente reconhecida pelas suas respectivas instâncias representativas, a gravidade de tal situação impunha pronta mobilização.

Do lado português, a instalação do governo do príncipe D. João no Rio de Janeiro em 1808 implicou o desenvolvimento de uma política voltada com especial interesse para o continente americano. Com ela, a Corte do Brasil buscava, no plano externo, um difícil equilíbrio entre agressividade e circunspeção, trocando agentes diplomáticos com os diversos governos dos vice-reinos hispânicos – alguns dos quais rivais entre si -, tramando projetos de extensão a eles de sua influência, fortalecendo a vigilância sobre suas fronteiras e acenando com a possibilidade de cruzá-las e promover invasões militares dos territórios contíguos ao Brasil. Nos anos seguintes, com os processos independentistas na América espanhola e as subseqüentes guerras civis, a restauração européia, as duas invasões portuguesas da Província Oriental e o aprofundamento das tensões e fissuras internas no mundo português, a situação se tornaria ainda mais complexa, numa sobreposição de duas trajetórias que, se em 1808 pareciam diametralmente opostas, conduziram, entre 1821 e 1822, à independência tanto da maior parte da América espanhola quanto do Brasil.

Um dos fatores que explicam esse ponto de chegada é a sustentação da vida política portuguesa entre os anos de 1808 e 1822 em espaços públicos de discussão cada vez mais largos e densos,[9] nos quais o acompanhamento constante e detalhado do que ocorria na América espanhola representava uma questão de sobrevivência em meio a um panorama de incertezas e temores que demandava exemplos, paradigmas e parâmetros de ação. Dentre estes, os tradicionalmente oferecidos pelos Estados Unidos, França e Haiti se mantinham vivos, mas perdiam terreno para outros, dotados de maior vitalidade, advindos da América espanhola. A trajetória desta não apenas advertia, reiteradamente, que a América portuguesa poderia seguir um caminho daquilo que à época podia ser concebido como "fragmentação",

8
ARTOLA, Miguel. *La burguesia revolucionaria (1808-1874).* Madrid: Alianza, 1990; GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias.* Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. 2a.ed. México: FCE, 1993; ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império:* questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Afrontamento, 1993.

9
VILLALTA, Luiz. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de M. e (org.). *História da vida privada no Brasil.* Vol.1: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de M. e (org.). Op.Cit.; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos.* Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005; NEVES, Lúcia. *Corcundas e constitucionais:* a cultura política da independência. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003; SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise:* Rio de Janeiro, 1808-1824. São Paulo: Hucitec, 2006. Sobre Portugal: TENGARRINHA, José. *Da liberdade mitificada à liberdade subvertida:* uma exploração no interior da repressão à imprensa periódica de 1820 a 1828. Lisboa: Colibri, 1993; sobre Espanha e América espanhola, valiosas contribuições em GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick (et.al.). *Los espacios públicos en Iberoamérica: ambiguedades y problemas.* Siglos XVIII-XIX. México: FCE, 1998.

"anarquia" e "destruição", como também encorajava a alternativa de ruptura com a metrópole européia. Uma alternativa que a América espanhola, por meio de uma pequena e precoce diferença temporal, em termos da abertura de um processo independentista, em relação à América portuguesa, mostrava ser viável.

No universo político luso-americano, os anos entre 1808 e 1822 foram, portanto, de emergência, coexistência e conflito entre diferentes alternativas pensadas em resposta a uma grave crise cada vez mais sentida pelos homens que a viviam; alternativas dentre as quais despontava a de ruptura entre Portugal e Brasil e a de configuração deste como um corpo político autônomo (a exemplo do que pouco antes ocorrera com a quase totalidade da América espanhola). Nesse sentido, a independência do Brasil foi condicionada historicamente pela "experiência hispano-americana".

Uma das dimensões menos conhecidas da trajetória das Américas portuguesa e espanhola, ao mesmo tempo distinta e comum, diacrônica e sincrônica, é, conforme indicamos acima, o da presença, nos espaços públicos de discussão política luso-americanos, de escritos de caráter doutrinário e programático que, tendo por base o que ocorria na América espanhola, para além de informações, traziam *análises* e *prognósticos* acerca dos destinos do Novo Mundo. A circulação desses escritos, por seu turno, precipitava debates e incentivava novos prognósticos específicos a respeito da América portuguesa.

Editado mensalmente em Londres a partir de junho de 1808, o *Correio Brasiliense* logo se constituiu num dos repositórios mais importantes a disponibilizar, aos portugueses da época, informações do que ocorria na Espanha e suas Américas. Dirigindo críticas ao governo luso numa perspectiva reformista monárquica, era formalmente proibido em Portugal e no Brasil, onde não apenas circulava em profusão como era lido até mesmo pela Corte do Rio de Janeiro. Ao longo de seus vinte e nove volumes, encerrados em dezembro de 1822, o *Correio Brasiliense* publicou regularmente boatos, notícias, documentos e análises sobre acontecimentos mundiais, especialmente os ligados aos mundos português e espanhol. E em uma seção específica, "Literatura e Ciências", noticiava e resenhava obras que considerava de interesse a seus leitores.[10]

Em cinco números editados entre 1808 e 1810, o *Correio Brasiliense* transcreveu trechos e comentou análises, realizadas pela influente revista literária trimestral *Edinburgh Review*, de três obras sobre a América espanhola: a *Carta derijida a los Españoles Americanos, por uno de sus compatriotas*, de Juan Pablo Viscardo y Guzmán;[11] o *Compendio de la Historia Geográfica, natural e civil de Chile*, de Ignácio Molina;[12] e o *Ensayo politico sobre el reino de la Nueva-España*, de Alexandre Humboldt.[13] Todas elas ofereceram pretextos para a *Edinburgh Review* e o *Correio Brasiliense* traçarem conjecturas sobre a independência da América espanhola e, no caso deste último, também do Brasil.

Na *Edinburgh Review*, a *Carta derijida a los Españoles Americanos* é ponto de partida para uma reflexão acerca dos interesses britânicos na independência da América espanhola. Perseguida anteriormente pelas gestões de Francisco de Miranda junto ao gabinete britânico em 1790, e atualmente por Napoleão Bonaparte como meio de enfraquecer a Espanha, a independência da América seria, para a *Edinburgh Review*,

10
Correio Braziliense ou Armazém Literário. Londres: 1808-1822, 29 vols. (edição facsimilar: São Paulo/ Brasília: Imprensa Oficial/Correio Brasiliense, 2003, 31 vols.).

11
Resenhada pela *Edinburgh Review* n.XXII, sendo esta analisada pelo *Correio Brasiliense* v.II, n.11, 04/1809; n.12, 05/1809; e n.13, 06/1809.

12
Resenhada pela *Edinburgh Review* n.XXIII, sendo esta analisada pelo *Correio Brasiliense* v.III, n.16, 09/1809.

13
Resenhado pela *Edinburgh Review* no n.XXXI, sendo esta analisada pelo *Correio Brasiliense* v.IV, n.25, 06/1810.

inevitável, devendo se suceder mais dia menos dia sem que, no entanto, ela devesse ser incentivada pela Grã-Bretanha por conta de suas boas relações com a Espanha.[14] Já para o *Correio Brasiliense*, a *Carta derijida* tinha em vista

> a separação das colônias Européias na América; acontecimento, que todos os políticos têm previsto há muitos anos, e que se tem já começado a pôr em prática, primeiro nos Estados Unidos, e depois no Brasil. A separação destas duas diferentes porções de colônias de suas metrópoles européias, teve motivos e causas, na aparência, muito diversas, mas na realidade foram as mesmas; porque a independência dos habitantes do Mundo é conseqüência necessária da sua situação local, e a causa próxima, que a acelera ou desenvolve, é coisa meramente acidental.[15]

A *Historia* de Ignácio Molina incentiva a *Edinburgh Review* a traçar um quadro mais detalhado de expectativas em torno da independência da América espanhola, reforçada como inevitável, já que "uma variedade de causas tem contribuído a enfraquecer a cadeia que atava estas colônias à sua metrópole; cadeia que agora se pode supor quebrada, e impossível o reuni-la outra vez". Assim, conjecturava:

> se a Espanha ficar independente [da França], a América do Sul pode 1º ficar unida com ela no estado de vassalagem, em que até aqui tem estado; 2º pode ficar unida com ela em sua livre associação, ou união, como a da Irlanda com a Grã-Bretanha; 3º pode revoltar-se dela com o adjutório de Bonaparte; 4º pode revoltar-se com a assistência da Grã-Bretanha; 5º pode se revoltar dela sem assistência de ninguém". [No entanto, continuava], "se a Espanha ficar sujeita a Bonaparte, a América Meridional pode 1º ficar unida com a Espanha em estado de vassalagem, mas não em associação livre; porque com uma coroa despótica, não pode haver união de súditos de outra maneira que não seja vassalagem; 2º a América Meridional pode reivindicar a sua independência com o adjutório da Grã-Bretanha; 3º pode fazê-lo sem adjutório de ninguém.[16]

Quando a obra em questão é o *Ensayo politico* de Humboldt e o espaço de observação incide sobre a Nova Espanha, a *Edinburgh Review* parece recuar, diagnosticando a ausência de um sentimento, na América, favorável ao rompimento com a Espanha. No entanto, o *Correio Brasiliense*, que na mesma edição em que trouxe a resenha da resenha da obra de Humboldt publicou também a primeira notícia a respeito da formação da junta de governo de Caracas em 19 de abril de 1810, tinha fortes elementos para discordar, pois "a recente revolução de Caracas, em que este país se declarou independente [...] mostra bem quanto os Revisores [da *Edinburgh Review*] se enganaram no caráter que deram a estas comoções da América Espanhola"[17].

A complexidade que o desenvolvimento histórico das relações entre Espanha e América carrega a partir de 1810, colocando lado a lado uma variedade de projetos e alternativas que de início não apresentam, de fato, qualquer sinal seguro de que prevaleceria o rompimento entre colônias e metrópole, não impede a presença, nesse cenário, de um dado concreto: a independência das colônias era *aventada*, menos por aqueles que acabariam por concretizá-la, e mais por aqueles que observavam a história do tempo presente. Desde 1808, as expectativas nessa direção eram fortes, integrando espaços públicos de discussão política e se convertendo, assim, num dado daquela realidade, mesmo que isso não assegurasse seu triunfo.

14
Citada no *Correio Brasiliense* v.II, n.13, 06/1809. Desde meados do século XVIII interesses ligados à economia britânica viam positivamente a perspectiva de que, um dia, os mercados coloniais americanos, sujeitos ao monopólio, lhe fossem franqueados. STREET, John. *Gran Bretaña y la independencia del Rio de la Plata*. Buenos Aires: Paidós, 1967. esp. p.19-27.

15
Correio Brasiliense v.II, n.11, 04/1809.

16
Citada pelo *Correio Brasiliense* v.III, n.16, 09/1809.

17
Correio Brasiliense v.IV, n.25, 06/1810.

Denunciando essa complexidade, vários observadores coevos mostram uma clara dificuldade em aceitar a idéia de inevitabilidade da independência da América espanhola, mesmo que a tenham esboçado anteriormente. O espanhol peninsular Álvaro Flores Estrada, num *Examen imparcial de las disensiones de la América con la España; de los medios de su reciproco interés, y de la utilidad de los aliados de la España*, resenhado pelo *Correio Brasiliense*, abordava, dentre outras questões, o fato da Junta Central de Sevilha não ter concedido, quando de sua convocação aos representantes da nação espanhola, uma distribuição igualitária entre deputados da Espanha e das Américas.[18] Com isso,

> em vez de estreitar os vínculos das Américas com a Península, autorizando-as para nomear e formar Juntas Provinciais, compostas de indivíduos elegidos por todos os naturais daqueles domínios, que era o único meio de cortar pela raiz as repetidas injustiças cometidas naqueles países pelas autoridades nomeadas pelo Governo, tratou [a Junta] de abolir as da Península, e não cuidou em estabelecer as da América. Seguramente esta única providência teria enchido de gozo a todos os Americanos, e teria impedido deste modo que se tivesse formado nenhum partido de descontentes.

Para Flores Estrada, o princípio de que "todos os homens, todos os países, tendo um direito imprescritível de procurar a sua felicidade, o tem também de remediar os seus males, reformar os seus abusos, e melhorar as suas instituições" explicaria a formação de juntas não apenas em Caracas, mas também em Buenos Aires, resultado de justos descontentamentos para com uma má gestão metropolitana; mesmo assim, nada atribuiria à América o pleno direito de romper com a Espanha e com uma união sustentada em princípios e costumes considerados legítimos.[19] Já para o *Correio Brasiliense*, a leitura da obra de Flores Estrada mostraria que, embora o momento não fosse propício, este rompimento deveria se consumar em breve.[20]

Há que se lembrar que o *Correio Brasiliense* não apenas era editado em Londres, mas também incorporava ao seu projeto reformista monárquico, de defesa da manutenção da unidade portuguesa com base em transformações no tocante à sua gestão política, uma série de tópicos de um ideário livre-cambista que, à época, tinha na política externa britânica o seu grande baluarte mundial. Com isso, alinhava-se a vários observadores britânicos – como, por exemplo, os redatores da *Edinburgh Review* – que não apenas *aventavam*, mas até mesmo *desejavam* que a América se tornasse independente da Espanha, sendo a idéia de sua "inevitabilidade" uma das mais fortes expressões desse pensamento. Para o *Correio*, a leitura de uma outra obra, a *Historia de la Revolución de Nueva España*[21] de José Guerra, escrita em resposta à *Origen de la espantosa Revolución de Nueva España* de Juan Lopes Cancelada, mostraria "à Espanha Européia, que deveria ter olhado para a América com olhos muito mais sérios do que até aqui tem feito; e que o não terem conhecido na Europa o que é a América, lhes tem custado muito caro". Pouco adiante, retomando uma imagem que se fazia cada vez mais presente no universo discursivo da política da época, o *Correio* afirmava que

> mais de uma vez temos comparado as potências Européias, em sua política para com as colônias, com um homem que trata de criança seu filho adulto; e a este errado sentimento temos atribuído a adoção de muitas medidas que desaprovamos. É absolutamente essencial que o pai de família mude e altere o

18
Examen imparcial de las disensiones de la América con la España; de los medios de su reciproco interés, y de la utilidad de los aliados de la España. Por D. Alvaro Flores Estrada, procurador geral de Astúrias. Londres, 1811. Resenhado no *Correio Brasiliense* v.VII, 07/1811, e 08/1811.

19
ESTRADA, Álvaro Flores. Op.Cit. Citado pelo *Correio Brasiliense* v.VII, 07/1811.

20
Correio Brasiliense v.VII, 08/1811.

21
Historia de la Revolución de Nueva España, antiguamente Analmac; ou verdadeira origem e causas dela, com a relação de seus progressos, até o presente ano de 1813. Por D. José Guerra, da Universidade do México. Resenha no *Correio Brasiliense* v.XI, 11/1813.

> modo de proceder para com seus filhos, à proporção que eles se adiantam em idade; e pelo mesmo princípio a política que as nações Européias tinham adotado há 300 anos, quando as suas colônias estavam em absoluto estado de infância, é evidentemente inaplicável quando essas colônias tem chegado a um estado de população, riquezas e influência, que naturalmente lhe dão preponderância entre as nações.[22]

Possibilidade, *inevitabilidade* e *desejo* de independência da América compunham um mesmo espectro multifacetado de idéias, discursos e práticas, que se plasmavam no conceito de *emancipação*. No mundo luso-americano, a equação entre estes termos se redefine no momento em que fica claro que as desventuras pelas quais passava a América espanhola – conflitos de posições, guerras civis e uma profunda instabilidade – se faziam presentes também no mundo português. Em 1817, dois projetos contestatórios distintos e igualmente sérios vieram à tona na América portuguesa – a revolução republicana na capitania de Pernambuco e adjacências - e em Portugal peninsular – a conspiração liderada por Gomes Freire de Andrade, logo após a Corte do Rio de Janeiro materializar a dimensão agressiva de sua política externa americana com a ocupação de Montevidéu. No mesmo ano, vinham à luz, em Paris, duas obras do já célebre abade De Pradt, que há algum tempo vinha prognosticando não apenas a independência da América espanhola, mas na sua esteira, também a da América portuguesa: *Des colonies et de la revolutión actuelle de l"Amérique* e *Des trois derniers móis de l"Amérique et du Brésil*.[23] Inteirando-se dos acontecimentos de seu tempo, acompanhando-os e analisando-os, De Pradt atualizava suas idéias centrais em uma larga e dinâmica produção editorial. Seus prognósticos se fizeram intensamente presentes nos espaços públicos de discussão política luso-americanos,[24] e seu nome cada vez mais uma referência positiva para aqueles que começavam a acreditar não apenas na *possibilidade*, mas também na *inevitabilidade* e *benignidade* da separação de destinos entre Portugal e Brasil.

Para De Pradt, com a transferência da Corte portuguesa em 1808,

> tudo se mudou em Portugal, no Brasil, e talvez no mundo. O navio, que levou El Rei de Portugal, levou consigo novos destinos para o universo. Apenas se percebeu a natureza de tão importante acontecimento. Era necessário tudo quanto se tinha passado, para atrair a isto atenção. Pela mudança da residência d'El Rei se inverteu toda a antiga ordem entre Portugal e o Brasil, e entre Brasil e Portugal. Um tomou o lugar do outro [...]. Formaram-se imediatamente duas novas combinações entre Portugal, reduzido agora a colônia, e o Brasil vindo a ser metrópole; entre o Brasil aspirando a conservar o Rei, e Portugal de sua parte aspirando a recuperá-lo; entre o Brasil vivificado e enriquecido pela presença do Soberano, e Portugal humilhado e empobrecido pela sua ausência, e afligido pela distância.

E assim, sentenciava, "El Rei não pode conservar o seu domínio em Portugal e no Brasil; e deve escolher ou ser Rei de Portugal e abandonar o Brasil, ou ser Rei do Brasil e abandonar Portugal".[25]

Em 1817, a questão da permanência ou não de D. João e sua Corte no Rio de Janeiro mesmo após o término da guerra peninsular e a restauração legitimista da Europa, dividia opiniões no interior do mundo português, e gerava um debate que, pelos quatro anos subseqüentes, se faria cada vez mais influente nos destinos de Portugal e Brasil. Para De

22
Correio Brasiliense v.XI, 11/1813.

23
Dominique-Georges-Frédéric de Riom de Prolhiac de Fourt de Pradt (1759-1837), fora arcebispo de Malines e deputado do clero da Normandia nos Estados Gerais franceses. Quando da Revolução de 1789, De Pradt converteu-se numa liderança contra-revolucionária e monarquista, mas logo ocuparia importantes postos na ordem napoleônica, sendo designado embaixador da França em Varsóvia. Em 1801-1802 publicou em Paris sua primeira obra de grande impacto : *Les trois âges des colonies, ou de leur état passe, présent et à devenir.* Em seguida, numerosos escritos que foram traduzidos, comentados e publicados em várias línguas, muitos deles relativos à América, como: *Du Congrès de Vienne* (Paris, 1815-1816); *Mémoires historiques de la Révolution de l'Espagne* (Paris, 1816) ; *Des colonies et de la revolutión actuelle de l'Amérique* (Paris, 1817) ; *Des trois derniers mois de l'Amérique et du Brésil* (Paris, 1817); *Pièces reatives á Saint Domingue et á l'Amérique* (Paris, 1818) ; *De la révolution actuelle de l'Espagne et de ses suites* (Paris, 1820); *L'Europe et l'Amérique depuis le Congrès de Aix-la-Chapelle* (Paris, 1821); *L'Europe et l'Amérique en 1821* (Paris, 1822); *Examen du plan aux Cortes sur la reconnaissance de l'independénce de l'Amérique espagnole* (Paris, 1822) ; *L'Europe et l'Amérique en 1822 et 23* (Paris, 1824-1828); *Vrai système de l'Europe relativement à l'Amérique et à la Grèce* (Paris, 1825); *Congrès de Panamá* (Paris, 1825) ; e *Concordat de l'Amérique avec Rome* (Paris, 1827). Para uma lista completa de suas obras, edições e traduções entre 1790 e 1837, vide AGUIRRE ELORRIAGA, Manuel. *El abate De Pradt en la emancipación hispanoamericana (1800-1830).* Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1983. p.303-306.

24
MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência:* história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005. p.620-630; ARAÚJO, Ana Cristina. Um império, um reino e uma monarquia na América: as vésperas da independência do Brasil. In: JANCSÓ, István (org.). Op.Cit. p.263-264.

25
DE PRADT. *Des trois derniers mois de l'Amerique meridional et du Brésil*, 1817. Utilizei a tradução para o português do *Correio Brasiliense*, que resenhou a parte da obra referente ao Brasil em seu v.XIX, 09/1817.

Pradt, a solução para a questão deveria ser concebida a partir de um pressuposto: a separação entre Portugal e Brasil era inevitável. Por isso, opinava que D. João deveria

> fazer-se plenamente Brasiliano; deixar de olhar da América para Portugal com olhos saudosos, ou de avançar e retrogradar para o caminho antigo. [...] Em vez de se entreter com lamentar a perda de um estreito território, como é Portugal, uma alma elevada daria graças ao Céu pela necessidade que o levou a um país de extensão ilimitada, e de riquezas imensas; e pelos novos destinos que a Revolução Americana está preparando ao mundo.[26]

A independência do Brasil era inevitável, ademais, porque fazia parte de um movimento irreversível, precipitado recentemente pela América espanhola.[27] No entanto, a despeito do que pensava e escrevia De Pradt, e do que se tornava a expectativa preponderante a respeito da América espanhola nos espaços públicos de discussão política luso-americanos, em 1817 a pluralidade conflitiva de projetos e alternativas de futuro ainda era a característica mais marcante do panorama político iberoamericano.

O *Correio Brasiliense* traduzia, transcrevia e comentava longas passagens das obras de De Pradt, discordando do autor francês em pontos sensíveis. É o caso da idéia de que, com os acontecimentos de 1808, a separação entre Portugal e Brasil começara a se delinear, permitindo, da parte de De Pradt, a concepção do processo aí supostamente desencadeado em termos de "emancipação".[28] Para o editor do *Correio*, imbuído de princípios claramente monarquistas reformistas, o fato da América ter se tornado sede da monarquia portuguesa não implicaria, necessariamente, fissuras irremediáveis nas relações entre as partes que tradicionalmente a compunham. Pelo menos, desde que o governo português estivesse atento à necessidade de reformas no império.[29] De outra parte, a independência da América espanhola, que no final da década de 1810 já caminhava de maneira decidida rumo à sua consecução, não se completara: México, América Central, Cuba e Porto Rico mantinham-se monárquicos, bem como partes da Venezuela, Peru e Alto Peru. Por isso, as incertezas predominavam, parecendo plausível até mesmo uma restauração realista naquela que era, sem dúvida, a região onde tal possibilidade se encontrava mais remota: as províncias do Rio da Prata.

O *Correio Brasiliense* transcreveu, em fevereiro de 1820, uma publicação intitulada *As províncias de La Plata, erigidas em Monarquia. Considerações políticas pelo C. de S.*[30]. "Na situação em que se acham hoje em dia as Cortes de Madri, do Rio de Janeiro e o Governo de Buenos Aires", propunha seu autor, "o único meio de restabelecer entre as três potências uma paz durável, é reunir as províncias de La Plata em monarquia, e de lhe dar para rei o Infante D. Sebastião de Bourbon-Bragança [...]. Este projeto, longe de experimentar dificuldades da parte do Governo de Buenos Aires, é inteiramente conforme a suas vistas; tem por muitas vezes feito esta proposição ao Rei de Portugal". Isto porque

> os homens que tem mais influência na administração desta República, instruídos pela experiência, pelo exemplo das revoluções Européias, e pela natureza do Governo Republicano, estão intimamente convencidos de que somente uma constituição monárquica pode garantir a tranqüilidade exterior e interior de um grande Estado, consolidar todos os direitos, e firmar as instituições sobre que descansa a liberdade política.[31]

26
DE PRADT. *Des trois derniers mois de l'Amerique meridional et du Brésil*, 1817. *Correio Brasiliense*, v.XIX, 09/1817.

27
DE PRADT. *Des colonies et de la revolutión actuelle de l"Amérique*, 1817. Citado por MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência:* história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005. p.622.

28
A idéia era amplamente difundida. Em 1816, o inglês Henry Koster, tendo vivido na capitania de Pernambuco no início do século XIX, pôde escrever do Brasil, em 1816, que "a vinda do Soberano para este país animou bastante pessoas que, há tempos, estavam com os hábitos de indolência e desenvolveu a atividade de outros que esperavam o momento de despertar [...]. Este rebento do nosso continente europeu crescerá e a árvore que produzir será mais poderosa que o ramo de onde nasceu". Citado por BERNARDES, Denis de Mendonça. Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação (1780-1824). In: JANCSÓ, I. (org.). Op.Cit. p.388-389. Para outros testemunhos e análises de idêntico teor, vide KRAAY, Hendrik. A visão estrangeira: a independência do Brasil (1780-1850) na historiografia européia e norte-americana. In: JANCSÓ (org.). Op.Cit. p.128.

29
Para as divergências do *Correio Brasiliense* para com De Pradt, vide MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (org.). Op.Cit. p.624-628. A idéia de "emancipação" das colônias européias do Novo Mundo não era estranha ao editor do *Correio Brasiliense*, tampouco incompatível com pressupostos do reformismo ilustrado luso-americano das primeiras décadas do século XIX. O problema seria associar *inevitabilidade* com *desejo* de ruptura, bem como conferir a esta um caráter de enfrentamento entre Brasil e Portugal que não pautou, via de regra, a consecução do projeto de independência brasileiro em 1822. José Bonifácio de Andrada e Silva, por exemplo, leu e anotou pelo menos duas obras de De Pradt relativas ao Brasil: *Des colonies et de la revolutión actuelle de l"Amérique* e *Des trois derniers mois de l'Amerique meridional et du Brésil*, ambas de 1817. Em seus escritos políticos, a idéia de um futuro onde Brasil e Portugal estariam separados seria, como é sabido, uma presença constante (para uma análise das leituras de Bonifácio da obras de De Pradt: SILVA, Ana Rosa C. da. *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio, 1783-1823*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p.100-104; e ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo*. Modernidade e historicização no Império do Brasil, 1813-1845. Tese (doutorado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. p.85 e segs.

30
Paris, 1820. Transcrita no *Correio Brasiliense* v.XXIV, 02/1820. Utilizo a tradução para o português do *Correio*.

31
Ibidem.

A existência de tal projeto nos primeiros meses de 1820 deve ser entendida numa tripla perspectiva. Em primeiro lugar, pelo colapso do centralismo político sediado em Buenos Aires a partir da rejeição da Constituição das "Províncias Unidas do Rio da Prata" pela maioria das províncias que deveriam integrá-la; e se em 1820 a restauração do tradicional realismo bourbônico era impossível na região, a inexistência de qualquer unidade política estável e abrangente abria o flanco para novas alternativas.[32] Em segundo lugar, como ecos duradouros de projetos de monarquia de vária natureza que vinham sendo aventados na região desde 1810. E finalmente, como uma percepção não apenas de que a presença de um grande bastião legitimista no continente americano, como o Brasil, poderia influir decisivamente na existência futura dos espaços políticos hispano-americanos, mas também de que a sorte desses espaços não poderia ser indiferente ao Brasil. Essa reciprocidade de influências era, à época, amplamente reconhecida por estadistas, periodistas e praticamente todos os demais sujeitos atuantes no universo político lusoamericano.

Porém, convém destacar que o autor de *As províncias de La Plata, erigidas em Monarquia* não teve conhecimento dos acontecimentos da Espanha dos primeiros dias do ano de 1820, e que sepultariam a possibilidade de consecução de projetos como esse. O segundo movimento constitucionalista espanhol, iniciado junto às tropas que se preparavam, na ilha de León, para uma expedição militar de reconquista da América, abriu um novo horizonte de reflexões e prognósticos acerca do futuro do continente americano, reforçando posições como as de De Pradt, que atrelavam as independências das colônias portuguesas e espanholas.

Em *De la révolution actuelle de l'Espagne et de ses suites*, De Pradt afirmava ser evidente, em 1820, que "una nueva conquista de la América era un delírio".[33] A partir dessa constatação e retomando opiniões anteriormente expressas em *Des trois derniers*, prognosticava os efeitos do levante de León sobre Portugal e América: "Su rei [de Portugal] está ausente y para siempre; ha dejado de ser portugues para hacerse brasileño; el camino para volver á Europa le está cerrado, y no se le abrirá sino á costa de perder el Brasil".[34] Por isso, continuava, "como no hay causa alguna poderosa que no produzca un pronto efecto", seria natural esperar que "el acontecimiento de la España afectando con eficacia los ánimos en Portugal, le conducirá muy pronto á poner fin á la situación problemática é insoportable en que se halla, y por consecuencia á buscar un rey que resida en su país independiente del Brasil, dejando a este independiente del Portugal, y á colocar este trono al nivel de los tronos constitucionales que se erigen en la Europa".[35] E com isso o Brasil seguiria o mesmo curso do "imenso continente de la América meridional", que "debia considerarse *positivamente y de hecho* en plena y absoluta independencia".[36]

Como sabemos, os prognósticos do abade não estavam muito longe da realidade, e de fato, poucos meses depois, em agosto de 1820, também em Portugal eclodiu um movimento constitucionalista, cuja contribuição para uma acelerada definição de incompatibilidades no seio da nação portuguesa e para a emergência de um projeto político de independência do Brasil tem sido cada vez mais esquadrinhada pela historiografia recente.[37] Por ora, o que importa é salientar que, quando isso ocorre, ou

32
GOLDMAN, Noemí (dir.). *Nueva historia Argentina, tomo III: revolución, república, confederación.* Buenos Aires: Sudamericana, 1998; CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, províncias, Estados:* Orígenes de la nación Argentina (1800-1846). Buenos Aires: Ariel, 1997.

33
Utilizei a edição española, *De la revolución actual de la España y de sus consecuencias*. Valencia: 1820. p.114.

34
DE PRADT. *De la revolución actual de la España y de sus consecuencias*. Valencia: 1820. p.177-178.

35
Ibidem. p.178-179.

36
Ibidem. p.183. Grifos do autor.

37
Dentre outros: ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império:* questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Afrontamento, 1993; BERBEL, Márcia. *A nação como artefato:* deputados do Brasil nas Cortes portuguesas, 1821-1822. São Paulo: Hucitec, 1998; JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos G. (org.). *Viagem incompleta:* a experiência brasileira 1500-2000. São Paulo, Senac, 2000.

seja, ao longo dos anos de 1821 e 1822, os espaços públicos de discussão política luso-americanos já dispunham de uma considerável reflexão em torno da possibilidade dessa independência que, conforme vimos, vinha sendo aventada de diferentes formas por diferentes interlocutores. Uma reflexão que se reconfigura, mais uma vez, de acordo com os ritmos da própria realidade histórica sobre a qual incide.

Em 1821 a América espanhola apresentava um aspecto geral de ruptura quase que total em relação à Espanha (as exceções eram Cuba, Porto Rico e Alto Peru). Esse quadro era de amplo conhecimento no mundo português, informado, documentado e analisado à exaustão por um conjunto de periódicos que, por conta da regulamentação para o Brasil dos decretos lisboetas de liberdade de imprensa, não paravam de crescer. Um deles, o *Revérbero Constitucional Fluminense*, além de logo se converter em um dos mais aguerridos defensores do projeto de independência do Brasil, era também um dos que mais recorria aos "ensinamentos" da América espanhola e à autoridade do abade De Pradt.[38] E numa das ocasiões em que o fez, justamente durante as semanas nas quais se formalizava a ruptura entre Brasil e Portugal, o *Revérbero* criou um documento formidável.

Trata-se da transcrição parcial e comentada da *Solución a la cuestión de derecho sobre la emancipación de la América, por el ciudadano Joaquín Infante, natural de la isla de Cuba*.[39] Em linhas gerais, a *Solución* de Infante defendia a legitimidade e a inevitabilidade da independência (isto é, da emancipação) de toda a América espanhola. Dividida em "razones filosóficas" e "razones políticas", traz vários argumentos nesse sentido, cada qual encontrando, na publicação do *Revérbero*, notas de rodapé com aproximações entre as realidades hispano e lusoamericana e defesas da validade dos argumentos de Infante também para o Brasil. Tomemos, a título de exemplo, dois argumentos bastante comuns à época. Em primeiro lugar, o de que o continente americano estaria destinado a ser "livre" da Europa por uma atribuição da própria natureza, que o fez distinto e afastado do Velho Mundo. Para Infante,

> a Natureza constituiu as Nações, traçando-lhes um círculo em que se encerrem, e separando-as por barreiras, cuja violação é sempre funesta [...]. Assim vemos na Europa, por exemplo, a diferença da Espanha à França pelos Pirineus; desta com a Itália pelos Alpes; a Inglaterra com as Nações setentrionais pelo mar que as separa. Aplicando esta evidência ao Novo Mundo, relativamente ao Velho, pode haver um limite mais assinalado, que o da duplicidade de dois Hemisférios? E quanto à Espanha, pode haver maior separação que a de um mar de 1500 léguas na parte mais contígua, que é o Golfo do México? É portanto claro, é evidente, que a sujeição de uns a outros é em tal caso violenta, e precária, e que enfim a demarcação política há de regular-se pela demarcação física[40].

Na mesma linha, agrega o *Revérbero*:

> não sei como podem os emperrados [das Cortes] persistir na louca pretensão de domínio, e direito de Portugal sobre o Brasil. As razões desenvolvidas neste excelente Capítulo são para a América Espanhola, como para o Brasil"; afinal, "a Emancipação das Colônias está baseada na Natureza, é uma progressão do desenvolvimento das suas forças.[41]

Em segundo lugar, a questão da definitiva separação de destinos promovida por metrópoles que buscariam, por meio da força, uma

38
Pelo menos à medida que o *Revérbero* tornava-se destacado porta-voz do projeto de ruptura política entre Brasil e Portugal. MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência:* história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005. p.629. Sobre as mudanças na posição de seus editores ao longo dos anos de 1821 e 1822, vide: OLIVEIRA, Cecília de S. *A astúcia liberal:* relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

39
Revérbero Constitucional Fluminense n.17, 17/09/1822; n.18, 24/09/1822; n.19/01/10/1822; e n.20, 08/10/1822. Em Cuba, o Infante tomou parte na fracassada conspiração liderada em 1811 por Román de la Luz Sánchez Silveira; sendo o único a escapar da pena capital, pôde ver um projeto de Constituição para a ilha, de sua autoria, publicado na Venezuela em 1812. Cinco anos depois, participou da igualmente fracassada expedição de libertação de Nova Espanha organizada por Francisco Javier Mina, e existem indícios de que antes de se exilar na Espanha, esteve também na província luso-americana de Pernambuco, quando esta se encontrava convulsionada pela revolução de 1817. A *Solución a la cuestión de derecho sobre la emancipación de la América, por el ciudadano Joaquín Infante, natural de la isla de Cuba* foi publicada em Cádiz, em 1821. Desenvolvi com mais detalhamento a análise da transcrição e comentário da obra de Infante pelo *Revérbero* em: PIMENTA, João Paulo G. La independencia de Hispanoamérica en la prensa de Brasil: paralelismos, pronósticos y articulaciones políticas, 1820-1822. In: FRASQUET, Ivana (coord.). *Bastillas, cetros y blasones.* La independencia en Iberoamérica. Madrid: Fundación Mapfre, 2006. p.285-297. O texto integral da *Solución a la cuestión de derecho sobre la emancipación de la América, por el ciudadano Joaquín Infante, natural de la isla de Cuba* encontra-se publicado por MORALES BECERRA, Alejandro (comp.). *México, una forma republicana de gobierno*, t.I: la forma de gobierno en los congresos constituyentes de México. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM, 1995 (www.bibliojuridica.org/libros/libro.htm?l=595).

40
Revérbero Constitucional Fluminense n.17, 17/09/1822. No original de Infante: "la naturaleza ha constituido las naciones, trazándoles un círculo en que se estrechen, y separándolas por barreras, cuya violación es siempre funesta [...].. Así vemos en la Europa, por ejemplo, la diferencia de España a Francia por los Pirineos, la de esta a Italia por los Alpes, la de Inglaterra a las naciones septentrionales del continente por el mar que la aisla, &tc. Contrayendo esta evidencia al nuevo mundo respecto al viejo, ¿puede haber un límite más marcado que el de la duplicidad de continentes? Y respecto a la España, ¿puede haber mayor separación que la de un mar de mil y quinientas leguas por la parte más cerca, que es el golfo mexicano? Es, pues, claro que la sujeción de unos pueblos a otros en tal caso es violenta y precaria y que al fin la demarcación política ha de arreglarse a la demarcación física". MORALES BECERRA, Alejandro (comp.). Op.Cit. p.207 (www.bibliojuridica.org/libros/libro.htm?l=595).

41
Revérbero Constitucional Fluminense n.17, 17/09/1822. Para um desenvolvimento da idéia de

"identidade territorial" do Brasil no contexto da crise do Antigo Regime português na América, vide: PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.

restauração da unidade entre Europa e América supostamente perdida. Segundo Infante,

> a Espanha por fim se arruinará inutilmente com semelhante empenho de reconquistar a América, bastante para convencer-se desta verdade o caso recente da França com a parte da Ilha de São Domingos, que foi sua, e teve de ceder à gente de cor que a defendia depois de perder cem mil homens pouco mais ou menos, e gastar imensas somas estabelecendo por fim com aqueles habitantes, relações mercantis úteis a ambos os povos.[42]

A este propósito, o *Revérbero* se pergunta:

> não tomará Portugal esta doutrina? De nada lhe servirão as lições da História? De nada a experiência dos males alheios? Aparentando uma ignorância que não tem das coisas, e da opinião do Brasil, fazem os últimos esforços para nos enviarem tropas, e reduzir-nos como já dizem seus Deputados à escravidão?.[43]

De novo Infante:

> faltando, pois, a mútua confiança, e sendo hoje implacável o ódio dos Espanhóis e Americanos, rompeu-se para sempre o laço que unia as Colônias à Metrópole, e não resta outro arbítrio para a reconciliação tão suspirada, senão a emancipação. Não à força, sim à opinião e à boa harmonia é que sujeitavam as Colônias à Metrópole. Mudou-se a opinião: desapareceu a harmonia, fez-se a separação.[44]

Por fim, o *Revérbero*:

> também entre o Brasil e Portugal está feita a separação. A Independência do Brasil é um desses acontecimentos necessários, que nenhuma força humana pode obstar.[45]

Ademais de denunciar, de modo cristalino, a conversão da idéia de *possibilidade* da independência da América espanhola em sua *inevitabilidade* e *positividade* (tomando-a, portanto, como *emancipação*), a publicação, pelo *Revérbero*, da *Solución* de Infante consagra a percepção, bastante recorrente à época, de que a América portuguesa se inseria numa mesma dinâmica histórica que os territórios à sua vizinhança. Por isso, não surpreende que o *Revérbero* insira, numa de suas notas ao texto de Infante, trechos de De Pradt, que não se mostrava indiferente ao fato do continente americano apresentar clara tendência de tornar seus tradicionais prognósticos realidade. Nela, bradava o abade:

> a América arrancada à Europa, e entregue à América! Um mundo inteiro pertencendo finalmente a si mesmo! Todas as partes do Globo chamadas a lutar entre si com todas as faculdades do seu solo, e do seu clima; luta proibida até agora pelos interesses restritivos dos possuidores Europeus! Os Pavilhões da América flutuando livremente em todos os mares, correndo em alguns dias, ou em algumas semanas os espaços que os pavilhões Europeus não podem devassar senão em meses! Um comércio sem limite, sem termo possível, aberto com países cujo seio é prenhe de riquezas inexauríveis! Céus! Não parece que se completou neste momento a tua primeira criação![46]

***

42
Revérbero Constitucional Fluminense n.20, 08/10/1822. No original de Infante: "La España misma se arruinará al cabo inútilmente con semejante empeño; bastando para convencerse de esta verdad el dato reciente de la Francia con la parte de la isla de Santo Domingo que fue suya, y ha tenido que ceder a la gente de color que la defendía, después de perder cien mil hombres más o menos, y de gastar inmensas sumas, entablando al fin más cuerdamente con aquellos habitantes relaciones mercantiles, útiles a uno y a otro pueblo" (MORALES BECERRA, Alejandro (comp.). *México, una forma republicana de gobierno*, t.I: la forma de gobierno en los congresos constituyentes de México. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM, 1995. p.212 (www.bibliojuridica.org/libros/libro.htm?l=595).

43
Revérbero Constitucional Fluminense n.20, 08/10/1822.

44
Revérbero Constitucional Fluminense n.20, 08/10/1822. No original de Infante: "Faltando, pues, la confianza mutua, y siendo implacable hoy el odio de españoles y americanos, se ha roto para siempre el lazo que unía las colonias a la metrópoli, y no queda otro arbitrio para reconciliación tan suspirada que la emancipación. No era la fuerza, sino la opinión y buena armonía, lo que sujetaba las colonias a la metrópoli. Cambió la opinión y desapareció el acuerdo: la separación quedó hecha" (MORALES BECERRA, Alejandro (comp.). Op.Cit. p.212 (www.bibliojuridica.org/libros/libro.htm?l=595).

45
Revérbero Constitucional Fluminense n.20, 08/10/1822.

46
Utilizo a tradução publicada no *Revérbero Constitucional Fluminense* (n.19, 01/10/1822), segundo o qual trata-se de uma obra de De Pradt chamada "*Reconhecimento da independência das colônias da América pelos Estados Unidos*". Não encontro referência a tal obra na listagem de AGUIRRE ELORRIAGA, Manuel. *El abate De Pradt en la emancipación hispanoamericana (1800-1830)*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1983.

A publicação comentada da obra de Joaquín Infante, realizada pelo *Revérbero Constitucional Fluminense*, representa uma perfeita antologia do que se pretendeu mostrar até aqui. Uma apropriação de exemplos e lições oferecidas pela América espanhola à América portuguesa, na qual foram reconfiguradas e manejadas de acordo com interesses políticos específicos de grupos que se organizavam em torno de soluções para a crise do Império; o ritmo de desenvolvimento histórico da indissociação entre as trajetórias hispano e luso-americana que desembocam, ambas, nas Independências, mas obedecendo a uma pequena diferença temporal - antes a espanhola, logo a portuguesa – responsável pela configuração de uma sincronia diacrônica; a importância e a complexidade de espaços públicos de discussão responsáveis pela configuração de projetos e atuações políticas que definem as condições de possibilidade em meio uma conjuntura pautada por indefinições e incertezas. E, finalmente, a importância de uma dessas possibilidades – a independência da América portuguesa – que, se não estava assegurada em nenhum momento ao longo dos processos históricos que resultaram na sua concretização, era já um elemento presente e atuante numa realidade que, desde o século XVIII, começava a ser formada não apenas por *práticas* e *idéias* políticas, senão também por *prognósticos*. Pelo menos, desde o momento em que se tornara possível alguém conceber, como Raynal, que o novo hemisfério deveria, um dia, desligar-se do velho.

Recebido para publicação em maio de 2009
Aprovado em janeiro de 2010

Os conceitos de Povo e Plebe no Mundo Luso-Brasileiro Setecentista

The Concepts of People and Plebs in Brazilian Old Regime (Eighteenth Century)

Luisa Rauter Pereira
Doutoranda em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ-Rio de Janeiro / Brasil) e professora substituta no Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU-Uberlândia / Brasil)
e-mail: lurauter@terra.com.br

Resumo
No setecentos luso-brasileiro, assistimos ao progressivo desagregamento dos significados tradicionais do Antigo Regime Português: 1) o povo ou os povos como a totalidade de corpo político, os súditos ou vassalos, participantes de uma ordem de cunho místico cujo centro é o monarca; 2) o povo como os "mecânicos" ou o terceiro estado na sociedade de ordens. Tais significados são abalados pelas condições de uma sociedade colonial e escravista e pelas transformações rumo à modernidade que já ocorriam, ainda que timidamente. Neste movimento, a Ilustração e formas de contestação típicas do Antigo Regime português ganham peso, trazendo a idéia de que está nos povos a origem do poder. Além disso, a questão da plebe colonial se agrava, de modo que para muitos contemporâneos a colônia não possui um verdadeiro "povo" apto a participar do sistema político. Quem é o povo nos territórios coloniais passa crescentemente a ser um problema a ser solucionado ou uma aposta no futuro, desmantelando-se a estabilidade semântica de uma sociedade estamental.

Abstract
Brazil in the eighteenth century witnessed the gradual unbundling of the traditional meanings of the Portugal's Old Regime: 1) the people as the entire Political body participants of an order of mystic stamp whose center is the monarch 2) the people as the "mechanics" or the third state in the society of orders. These meanings are shaken by the conditions of a colonial slave society and the transformations towards modernity that has already occurred, though timidly. In this movement, Illustration and typical forms of contestation of the Portugal's Old Regime become more important, bringing the idea the source of power resides in the people. Moreover, the issue of colonial rabble gets worse, in a way that for many contemporaries the colony does not have a true "people" able to take place in the political system. The identity of the people in colonial territories becomes an increasing problem to be solved or a bet on the future, disrupting the semantic stability of an estate society.

Palavras-chave
liberalismo, vocabulário político, Império português, Iluminismo, idéias políticas

Keywords
liberalism, political vocabulary, Portuguese Empire, Enlightenment, political ideas

Introdução

O conceito de povo ganhou lugar central no vocabulário político ocidental, tanto no campo da teoria política formal, quanto nos usos discursivos da prática política cotidiana. Refiro-me à idéia de soberania do povo ou dos povos posta em relevo pela ilustração nas últimas décadas do século XVIII e forjadora do discurso político contemporâneo. Este lugar proeminente obscurece em grande medida os usos e significados que teve o termo povo no mundo do Antigo Regime Português, assim como as peculiaridades que adquiriu nos primórdios da ilustração luso-brasileira. Questionar os significados que tiveram no passado os termos capitais que compõem nossa vivência política é algo que pode nos revelar camadas de significado esquecidas na linguagem política bem como compreender as raízes de nossa linguagem política atual.

O século XVIII foi um período de intensos conflitos e negociações no espaço colonial entre as imposições de um Estado em processo de afirmação frente às formas tradicionais de organização e de repartição do poder na sociedade, o que se verifica, já nos primórdios do século, na guerra dos mascates em Pernambuco e nos diversos levantes na região das minas; é um momento em que as autoridades e grupos dominantes da sociedade colonial percebem com mais clareza as especificidades da população colonial, marcada pela escravidão, pela questão racial, e pela formação de uma população livre e pobre sem lugar estável no sistema produtivo; é o século da ilustração européia e do avanço da noção de "soberania dos povos", que se verificou, ainda que de forma mais acanhada, no espaço colonial.

Ao reunir fenômenos fundamentais, o período é palco de muitas controvérsias historiográficas. O olhar do observador e suas pré-concepções têm grande peso nas interpretações realizadas a respeito de um período conturbado como este. Implicados nas transformações postas em curso neste século, cientistas sociais e historiadores lançaram ao período olhares diversos. Desde a década de 1950 até a década de 1970, as análises foram marcadas pela idéia de "crise do sistema colonial e do Antigo Regime": um conjunto de amplas transformações mundiais que marcaria a ação dos atores específicos e sua linguagem política no espaço da colônia. Neste sentido, haveria ao longo do setecentos um processo de "tomada de consciência da situação colonial", e também de incorporação do ideário ilustrado europeu, que iria culminar no processo de independência nacional. Esta tomada de consciência seria forjada no embate entre interesses contrários relativos aos lugares sociais fundamentais do sistema, "colonos" e "colonizados". Nas últimas décadas, esta historiografia de viés marxista tem sido revista. Em lugar de enfatizar os interesses contrários de metrópole e colônia, têm se percebido o jogo de conflitos e negociações dentro das regras e modelos de pensamento de uma sociedade de Antigo Regime.

A visão de um movimento liberal e ilustrado que teria sido posto em marcha a partir de finais da segunda metade do século que se teria malogrado, especialmente em função da vinda da família real, tem sido bastante matizada. Concorreram nas Inconfidências e no movimento Pernambucano de 1817 uma série de tradições políticas e sociais típicas do mundo ibérico do Antigo Regime, para além do ideário ilustrado que pouca penetração teve na sociedade colonial.

Neste esforço de revisão é preciso aprofundar a investigação histórica dos termos e conceitos que se tornaram centrais no pensamento político

contemporâneo, abordando momentos anteriores em que não tinham o mesmo significado e peso conceitual da atualidade. Desta forma, se pode contribuir para o esforço de desnaturalização da linguagem política atual, atentando para sua historicidade. Além de evitar anacronismos na interpretação histórica, este tipo de investigação pode revelar camadas de significado que compõem o cânon da semântica política moderna.

1. O Povo e os Povos como totalidade do corpo político

O povo como totalidade do corpo político, embora compareça nos documentos do século XVIII, concorre com outros também muito presentes, como o conjunto dos "vassalos" ou "súditos", "comunidade" ou "Reino". O povo ainda não tem neste momento o peso que passará a ganhar no mundo liberal embora isso não signifique que tem pouca importância no léxico político setecentista luso-brasileiro. "Felicidade", "conservação", "sossego" dos povos eram, por exemplo, as justificativas constantes para as resoluções das câmaras municipais, bem como para os pedidos feitos à administração lisboeta[1].

As *Ordenações* portuguesas, textos legais que regeram a nação portuguesa desde meados do século XV até os primórdios século XIX podem nos dar indicações importantes a respeito desta antiga tradição. Dentre estas, podemos citar as *Ordenações Afonsinas,* pois são o alicerce de todos os textos posteriores. Trata-se de uma sistematização escrita dos costumes e leis vigentes no reino luso, o *direito natural ou das gentes.* Em suas palavras iniciais, o texto lembra "o grande louvor que o Estado Real consegue por bem da justiça (...), que não é achada entre todas as virtudes alguma tão louvada, nem de tão grande preço como a justiça; porque ela só é a que tolhe todo pecado, e maldade e ainda conserva cada um em seu verdadeiro ser, dando-lhe o que seu é diretamente". O rei deve ser sábio para subjugar seus apetites mentais e desejos carnais ao jugo da razão para diretamente "reger seu Reino, e senhorio, e manter seu povo em direito, e justiça (...)" [2]. Logo, "assim se deve fazer o bom Príncipe, pois que por Deus foi dado [seu poder] principalmente não para si, nem seu particular proveito, mas para bem governar o seu povo, e aproveitar a seus súditos como a próprios filhos"[3].

Nas *Ordenações,* vemos que o "povo" é associado à idéia de justiça e à relação com o monarca. Este é o detentor da soberania, mas deve governar de forma justa, o que na lógica de uma sociedade de Antigo Regime significava fundamentalmente manter as distinções sociais, os lugares específicos, as funções e privilégios dos corpos componentes da sociedade, isto é, os povos.

Antonio Manuel Hespanha sistematizou muito bem esta concepção[4]. Para este autor, o povo é visto na tradição "corporativa" portuguesa como um elemento integrante de uma ordem universal dirigida por um destino místico comum. Cada uma destas partes tem uma função específica e indispensável a desempenhar na garantia da harmonia e na caminhada rumo a um *telos.* Disso se depreende que o poder é visto como algo necessariamente repartido: cada parte possui uma determinada jurisdição que o rei deve respeitar e manter sob pena da desagregação do todo social. Trata-se de uma visão plural do poder: a figura real deve acatar as diversas jurisdições existentes, atribuindo a cada parte o que lhe é próprio por direito, mantendo assim a harmonia, a paz e realizando a justiça, considerada o fim supremo da política humana. O poder real é visto como algo limitado, tendo que respeitar os poderes tradicionais dos diveros membros que compoem o corpo social, realizando assim seu pricipal dever: realizar a justiça, resolver os conflitos, fazer valer o direito que preexiste às vontades e paixões humanas.

1
Formadas por um conselho de dois a seis vereadores, dois juízes ordinários um procurador – os "oficiais" – e por uma série de funcionários subalternos, como os fiscais de obras públicas, os escrivães e os juízes de órfãos, as câmaras eram os órgãos de administração, mas também de "representação" política do "povo" ou dos "povos" da colônia frente ao rei. A escolha dos oficiais e funcionários era feita "por uma assembléia de todos os chefes de família abastados e respeitáveis habilitados a votar". As câmaras se reportavam ao Conselho Ultramarino em Portugal através de "petições", que eram respondidas em nome da vontade do monarca. As petições eram vistas como um direito dos povos, mas seu acatamento era uma escolha real.

2
Ordenações Afonsinas. Livro I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p.4.

3
Ordenações Manoelinas. Livro I. Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p.1.

4
XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel. A Representação da Sociedade e do Poder. Paradigmas Políticos e Tradições Literárias. In. HESPANHA, A. M. (coord.). *História de Portugal.* Vol. 4. O Antigo Regime. Lisboa: E. Estampa, 1993.

De toda esta explanação, devemos apreender que conceito de povo e de povos deve ser entendido no âmbito de uma idéia de pacto: dos vassalos era esperada a lealdade e a defesa da soberania portuguesa nos territórios e do rei era esperado que fosse virtuoso, agisse com justiça, o que siginificava na lógica do Antigo Regime repeitar os direitos das diversas partes que compoem a sociedade – os povos representados nas câmaras. Porém, este pacto não deve ser compreendido simplesmente como o resultado de uma ação voluntária realizada por indivíduos autônomos, no plano lógico ou em algum momento da história, que fundaria a sociedade, a política e o direito. Trata-se de um pacto entre os homens, ou melhor, entre os corpos da sociedade mas sempre referido a uma ordem superior que deve ser respeitada, que o torna possível e lhe dá sentido.

Diversas obras influêntes no século XVIII clarificam esta concepção básica que informa a semântica e o lugar do "povo" na política. Faremos uma breve exposição de algumas delas, lembrando-nos sempre que a letra da doutrina não expressa diretamente a vivência do cotidiano político de uma dada época e lugar, embora possa nos esclarecer sobre muitos de seus pontos. Em todo o setecentos português, muitos tratadistas escreveram obras em que teorizaram a respeito da relação entre o rei e seus vassalos[5]. Muitas delas faziam parte da antiga tradição dos "espelhos de príncipes"[6] obras destinadas a dar aos reis ensinamentos de virtude e de bom governo através de exemplos históricos, argumentos de razão e autoridade. O final do século foi particularmente profícuo nestas obras, tanto pelos defensores das reformas ilustradas, quanto dos defensores da tradição política do Antigo Regime, interessados em influenciar de algum modo a monarquia.

Uma destas obras foi o *Príncipe Perfeito* de 1790, escrita por Francisco António de Novaes Campos [7]. O autor, formado em Leis em Coimbra em 1759, parafrasea neste livro do autor espanhól Solórzano Pereira, cuja obra data do século XVII. O *Principe Perfeito* procura lembrar à Dom João VI seu dever moral ante Deus e seu povo. Em sua argumentação, a segurança e harmonia do corpo social vem da relação entre Deus e o Rei. Este não é absoluto, pois é julgado por Deus em seus atos, devendo agir com justiça. Em relação ao seu povo, o corpo social, o rei é a cabeça[8]:

> Se o povo forma o Corpo, o Rey Cabeça
> Os sentidos trazer deve apurados
> Para que pronto o sirva, e lhe obedeça
> Por todos vele em fim com mil cuidados
> Que só por que nenhum dos seus pereça,
> É que tantos poderes lhe são dados [9]

Segundo esta metáfora do corpo humano que "impregnou o pensamento político desde o final da Idade Média" [10], ser a cabeça não significa ser absoluto nesta tradição. Significa, em primeiro lugar ser um centro moral que sirva de espelho ao resto do corpo social, o que contribui para a manutenção da ordem e harmonia.. Seus poderes lhe foram dados por Deus para que cuide de seu povo, entendido como o conjunto dos súditos ou vassalos, como um pastor cuida do seu rebanho, punindo quando necessário. Deve dar "franca entrada" aos povos, ouvindo as "queixas dos vassalos" e "administrar com justiça", dando a cada um o que lhe é próprio.

Outra obra importante foi a *Dissertação a favor da monarquia* escrita pelo Marquês de Penalva em 1799. Seu autor, um nobre da melhor tradição do reino, neto de um guerreiro da Restauração portuguesa concluída em

5
Infelizmente não pudemos ter acesso ao *Tractado analytico e apologético sobre os provimentos dos bispados da coroa de Portugal: calumnias de castella convencidas: resposta ao seu author D. Francisco Ramos del Manzano: justifica-se o procedimento do senhor Rey D. Joam o IV e do senhor Rey D. Affonso seu filho, com a fé apostólica (...) escrita em 1715 por Manuel Rodrigues Leitão (Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1715.* Esta obra é citada por Antônio Manuel Hespanha como um exemplo do "paradigma corporativo"

6
SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada.* O Brasil como corpo político autônomo (1780-1831). São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

7
CAMPOS, Francisco Antônio de Novaes. *Príncipe Perfeito.* Emblemas de D. João de Solórzano. *Lisboa:* Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985.

8
Segundo E. Kantorowicz, "A doutrina da teologia e do direito canônico, que ensina que a Igreja e a sociedade cristã em geral são um corpo místico, da qual a cabeça é o Cristo foi transposta pelos juristas da esfera teológica àquela do estado, do qual a cabeça é o rei". KANTOROWICZ, Ernst. Les Deux corps du roi: essai sur la théologie politique au Moyen âge. Paris: Gallimard, 1989.

9
No original: "*Fe o Povo fórma o Corpo/ o Rey Cabeça/ Os fentidos trazer deve apurados/ Para q~ prompto o firva e lhe obedeça/ Por todos vêlle em fim com mil cuidados,/ Q'fó por q~ tantos poderes lhe fão dados*". KANTOROWICZ, Ernst. Op.Cit.

10
Ibidem. p.663.

1640 - o segundo Conde de Vila-Maior e primeiro Marquês de Alegrete –, foi governador da capitania de São Paulo e do Rio Grande no Reinado de Dona Maria Primeira.

A obra é uma defesa da legitimidade da monarquia portuguesa e das hierarquias do Antigo Regime frente ao contratualismo, às noções de igualdade e direitos do homem. A monarquia, a soberania de um só, é vista como o melhor dos regimes, pois é natural e necessária como a autoridade que um pai tem em relação aos seus filhos. A metáfora do pai e filhos é de ampla utlização no periodo para tratar da relação entre rei e vassalos: os reis são "os Pais e Pastores dos Povos". Segundo Penalva,

> cederam a este pai comum [o Soberano] todos os pais de famílias e seus veneráveis direitos, e encarregou-se a um só o governo de todos. Sentiram-se logo os benignos influxos que a concórdia produz: união de forças, igualdade de subordinação, semelhança de costumes, interesse recíprocro; tudo concorreu para fazer o Patriotismo, uma das mais belas e necessárias qualidades de Cidadão e Vassalo [11]

Embora o monarca seja o titular único da soberania, isso não significa em absoluto que no regime monárquico não haja liberdade e direitos do "cidadão". Para Penalva, a monarquia difere radicalmente do despotismo, pois os cidadãos possuem direitos que podem ser exigidos, o que se verificaria de forma peculiar na pátria portuguesa onde o soberano consente que sejam julgadas as causas entre a coroa e os seus Vassalos (...) tanto é o respeito que os nossos Príncipes tem a Deus por quem reinam, e à justiça e observancia das mesmas leis!" [12]

Da mesma forma, para Penalva, a igualdade também existe na monarquia. Tal como pai de família, o monarca "distingue e paga os seus serviços, mas sem ofensa do direito que têm a ser ouvidos e protegidos com igualdade" [13]. Toda esta argumentação se dirige a provar que a argumentação dos "inquietos" ilustrados contra o antigo regime não possui fundamento, pois neste, há todas as garantias aos povos e limites ao alcance do poder real. O poder absoluto legítimo e justo não significaria despotismo, pois possui uma "jurisdição verdadeiramente real que não pode ser extendida para além de certos limites ditados pela "Constituição".

Como então provar esta legitimidade? Historicamente a leigitimidade do dominio dos Príncipes portugueses pode ser provada, primeiro, pelo direito de propriedade adquirido por doação feita pelo Rei Espanhol ao Conde D. Henrique e por conquista em guerra justa – a expulsão dos "maometanos" do território. Estes fatos fundadores confeririam ao rei pelas leis do resgate e pela gratidão "a sujeição dos Povos libertados" da opressão. Além disso, a celebração das Côrtes de Lamego, a primeira reunião das Cortes Portuguesas, cujo acontecimento sempre fora motivo de dúvidas, seria uma prova de que a monarquia era, além de fruto de conquista e doação, consequencia da "livre escolha dos Povos".

O argumento da livre escolha através da tradicional instituição das cortes difere de longe do argumento de que a soberania é fruto de um contrato ou pacto originário entre os homens, entendidos como indivíduos autônomos. As Côrtes representavam simplesmente o momento em que o rei ouvia seus vassalos,

> à imitação dos Pais que chamam seus filhos crescidos para de comum acordo alterarem alguma coisa na família, assim os nossos soberanos chamavam os Procuradores dos povos para lhes manifestar as circunstancias imperiosas, que os

11
PENALVA, Marquês de. *Dissertação a favor da Monarquia*. Porto: Edições Gama, sd. (Título original: *Dissertação a favor da Monarquia. Onde fe prova pela razão, authoridade, e experiencia fer efte o melhor e mais jufto de todos os Governos; e que os noffos Reis são os mais absolutos, e legítimos Senhores de Feus Reinos:* offerecida a sua alteza Real o Príncipe do Brazil nosso senhor pelo Marquez de Penalva. Lisboa: na Regia officina Typografica. M. DCC. XCIX, por ordem de sua magestade)

12
PENALVA, Marquês de. Op.Cit. p.47.

13
Ibidem. p.76.

> obrigavam a dispensar algumas das leis fundamentais, ficando-lhes com o seu voto um penhor da sua aprovação, e obediência [14]

Esta conceituação aparece também nos episódios conflituosos opondo os "povos"e as autoridades metropolitanas, por exemplo nas rebeliões ocorridas na região mineradora no inicio do século. Eram os povos que buscavam a preservação de seus antigos direitos e privilégios pactuados ou costumeiramente assegurados, que estavam sendo ameaçados pela administração real. Deste era esperado que fizesse a justiça e a paz, o que significava fundamentalmente o respeito e manutenção dos lugares sociais e privilégios estabelecidos. Na colônia, estes direitos decorriam em grande medida dos direitos adquiridos pelos "povos" em decorrência da conquista e defesa do território, o que garantia a soberania portuguesa nas regiões coloniais.

Segundo Carla Maria Junho Anastasia,

> estas revoltas explicitavam a dificuldade que tinham as autoridades em impor regras sem respeitar aquelas estabelecidas no convívio da comunidade. Foram revoltas claramente reativas, nas quais os mineradores não pretendiam colocar em xeque as regras estipuladas para o jogo colonial, mas tão somente lutavam para garantir a manutenção de determinados procedimentos inaugurados no alvorecer das minas, e, em geral, considerados razoáveis pela sua população [15]

Anastasia, ao analisar um levante ocorrido em 1715 conclui que os revoltosos não discutiam a justiça do pagamento do tributo cobrado pelos representantes do rei, mas apenas a pretendida mudança em sua forma. Em outras palavras, não discutiam sua fidelidade ao rei e seu direito soberano sobre o território e as gentes. O rei terminou por ceder às pressões à pedido do governador D. Bras, e concedeu perdão aos revoltosos a fim de "sossegar esses povos com deixar de executar as ordens para se cobrarem os quintos por bateias (...) permitindo em que se contituasse com a forma estabelecida e assentada com os povos em trinta arrobas de ouro por ano (...)" [16].

No grande levante de 1720, conhecido pelo nome de um dos seus líderes, Felipe dos Santos, este significado é reiterado. De cordo com uma das fontes mais importantes referentes ao movimento, supostamente escrita pelo então governador, o Conde de Assumar, entre os intentos dos povos estava a "conservação do respeito" por parte daqueles que "se tinham antigamente apoderado da autoridade e mando de que hoje se achavam destituídos, e o procuravam por meio tão ilícito recobrar" [17]. Eram os povos que buscavam a preservação de seus antigos direitos e privilégios pactuados ou costumeiramente assegurados, que estavam sendo ameaçados pelo poder real. Estes, dizia conde, "querem que a lei seja conforme eles vivem, e não querem viver eles conforme a lei".[18]

Estes movimentos ocorridos na primeira metade do século XVIII, dos quais expusemos um exemplo das Minas, demonstram a força na colônia da tradição de relação entre "povos" e "monarca". Deste era esperado que fizesse a justiça e a paz, o que significava fundamentalmente o respeito e manutenção dos lugares sociais e privilégios estabelecidos. Na colônia, estes direitos decorriam em grande medida dos direitos adquiridos pelos "povos" em decorrência da conquista e defesa do território, o que garantia a soberania portuguesa nas regiões coloniais.

Em outros casos, os conflitos podiam trazer uma radicalização do pacto entre povos e rei e uma conceituação diferente do povo. Na famosa

14
PENALVA, Marquês de. *Dissertação a favor da Monarquia.* Porto: Edicões Gama, sd. p.118.

15
ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes.* Violência coletiva nas minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: Editora c/ Arte, 1988. p.34

16
Carta Regia de 04 de março de 1716. APM. Seção Colonial. Códice SG 04 fls 129 e 130. Apud. ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes.* Violência coletiva nas minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: Editora c/ Arte, 1988.

17
Discurso Histórico e Político sobre a Sublevação que houve nas Minas no ano de 1720. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. p.72.

18
Ibidem. p.68.

"Guerra dos Mascates" no início do século, os povos não eram apenas os participantes de uma ordem mística, mas os integrantes de um verdadeiro "pacto" ou "contrato" com o rei. Sendo este pacto quebrado, por tirania real, isto é, pela não observância da obrigação de fazer a justiça, aos povos cabia o direito de rebelarem-se. Isto é possível por que nesta concepção a justiça é "reta e igualmente distribuída", de modo que todos os membros da comunidade política tem o direito e o dever de, por todos os meios, procurar mantê-la. Esta noção pactual radicalizada, é bom que se entenda, não foge ao corporativismo que regia a visão tradicional da sociedade e da política. O pacto entre povos e rei só se legitima por que é ancorado num ordenamento natural, costumeiro e de cunho divino.

No episódio em questão, a guerra foi travada pois a nobreza da terra defendia o monopólio da representação política na Câmara de Olinda sob o argumento de que seus antepassados tinham conquistado a capitania aos índios no século XVI e a reconquistado aos holandeses no século XVII, restaurando a soberania portuguesa na região. Este argumento, que fez história nos movimentos em Pernambuco até 1824, fica claramente exposto num célebre trecho de uma carta atribuída na *Narração Histórica* à um membro da nobreza:

> Bem sabe vossa Mercê o quanto se desvelarão nossos antepassados na restauração desta terra, acreditando a sua fidelidade à custa de seu sangue, vidas e fazendas, e que a vossa mercê compete muita parte desta gloria pelo assinalado nas proezas do memoravel pai de vossa mercê, como um dos principais restauradores dela, aumentando a coroa de Portugal, de quem todos somos legitimos vassalos, esta conquista, que sempre conservamos em paz na sua obediência (...) [19]

19
Narração Histórica das Calamidades de Pernambuco sucedidas desde o anno de 1707 até 1715 com a notícia do Levante dos Povos de suas capitanias. Escrita por um anônimo (1749). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.53, Parte II, 1890.

Em resposta ao governador da Paraíba que havia enviado à nobreza pernambucana um manifesto em 18 de Julho de 1711 condenando o levante, a nobreza se refere à tradicional relação entre os povos e o monarca, recordando que "a obrigação do rei e dos seus ministros é conservar os vassalos e suditos em paz, fazendo observar a cada um os ditames da razão e justiça". Porém, continua, "como a justiça divina é só reta e igualmente distributiva, permite algumas vezes superiormente, que os mesmos que reconhecem a obediencia castiguem as tiranias, mostrando rebeldia (...)". [20]

20
Ibidem. p.139

Esta concepção radicalizada teve paralelo no plano doutrinário, embora seja difícil determinar o quanto estas obras tinham influência nos eventos descritos. A restauração portuguesa de 1640 havia trazido novos elementos para o conceito. Era preciso, após 60 anos de domínio dinástico espanhol, fundamentar o direito do reino português de rebelar-se e retomar sua soberania. Neste contexto, o argumento da escolha livre dos povos, que já fazia parte do repertório tradicional legitimador da soberania real, ganhou relevo e proeminência. Era certo ainda que a sucessão dinástica, a conquista e adoção tinham sua importância na determinação do poder soberano, mas para que a soberania de fato fosse conferida era imprescindível o consentimento dos povos, entendidos aqui como o conjunto dos três estados ou ordens. Em meados do século XVII, Francisco Velasco Gouveia escreveu um tratado analítico defendendo a justiça e legitimidade da aclamação de D João IV. Portugal acabara de sair da dominação da coroa Espanhola e era necessário justificar perante as nações cristãs e a igreja católica a sublevação que culminara com a aclamação do Duque de Bragança D. João. A primeira parte se dedica a mostrar que o reino de Portugal tem o poder para aclamar rei quem tiver esse direito e expulsar

aquele que não o tiver. Para Velasco Gouveia, o fundamento desse direito é que "o poder regio dos reis está nos povos e Repúblicas, e delas o receberam imediatamente" [21]. Todo o poder existente no mundo dos homens vem de Deus, é verdade, mas sua existência se destina à conservação humana, de modo que a "razão natural" diz que este poder foi dado à todos os homens da comunidade, ao reino, enfim, aos "povos".

Nesta concepção, portanto, o rei recebe o poder não diretamente de Deus, como queriam muitos teóricos do periodo, mas com a mediação dos povos e através de um "pacto" cuja "condição" é a de que os povos sejam governados e administrados com justiça. Porém, esta transferência de poder que origina a soberania real não implica que os povos fiquem absolutamente desprovidos do poder. Citando São Tomaz de Aquino, Gouveia argumenta que de acordo com o "direito natural", na República, assim como entre os particulares, não pode haver renuncia total ao poder para autoconservar-se. Em outras palavras, assim como um indivíduo pode rebelar-se e usar de violência para manter sua vida, as comunidades também o podem. Isto porque, embora os povos transfiram o poder aos reis, este lhes fica "habitualmente" e pode ser reassumido "quando lhes for necessário para sua conservação". A autor salienta que esta possibilidade se restringe.

> somente nos casos particulares (que raramente acontecem) dos Reys convertem o governo justo do povo, em tirania, abusando do que os mesmos povos lhes transferiram; ou de serem intrusos, sem lhes pertencer o direito do reino; podem os povos uzar do poder, que *in habitu* lhes ficou, e reduzi-lo a acto, tratanto de sua natural defesa e remedio [22]

A política pombalina posta em ação a partir da segunda metade do século pode ser entendida justamente como uma reação a visão corporativa do povo e de sua relação com o poder real. A lei, em autores "pombalinos" como Tomáz Antônio Gonzaga, depende da vontade do legislador e não, de forma alguma, da aceitação do povo. Os privilégios são apenas leis particulares e sua validade não vem do costume, das tradições ou da emanação popular, mas, como em qualquer outro caso, provém do reconhecimento que lhe dá ou não o monarca. No que toca ao nosso ponto, o lugar e a função do povo na linguagem política, importa perceber que o espírito fundamental do pombalismo transforma os "povos", que na tradição eram identificados a um conjunto de vassalos detentores de direitos e jurisdições, em algo próximo a indivíduos súditos horizontalmente submetidos a uma lei comum[23].

Na visão dos contemporâneos, o projeto pombalino foi um conjunto de ações no sentido de modernizar o Império Português a partir da ação decisiva do rei, o que pode ser entendido contemporaneamente também como a ação do Estado. É criada uma verdadeira burocracia num sentido mais próximo ao moderno: um conjunto de funcionários que respondem diretamente à autoridade real, no sentido de enfraquecer a tradional administração organizada nos moldes do Antigo Regime, isto é, através da concessão real de mercês, honras e privilégios[24]. Como vimos, na tradição lusitana, o poder era essecialmente repartido, de modo que estes "cargos" significavam para os nobres a concessão de poderes e jurisdições em nível local, embora vinculados à manutenção da soberania portuguesa em seus territórios. Com as mudanças, os órgãos institucionais da coroa e seus funcionários ganharam mais prestígio social e passaram a ser pagos com salários, o que se opunha a tradição de tomar os cargos por bens particulares e transmíssíveis por

21
Justa Acclamação do Sereníssimo rey de Portugal D. João o IV. Tratacdo analytico dividido em três partes . Ordenado e divulgado em nome do mesmo reyno, em justificação de sua acção. Dirigido ao summo pontífice da Igreja Cathólica, Reys, Príncipes, respublicas, e senhores soberanos da Christandade. Composto pelo Doutor Francisco Velasco Gouveia (...). À custa dos três Estados do Reyno. Lisboa, Typ. Fênix – Beco de Santa Martha, n. 123, 1846.

22
Ibidem. p.48

23
Esta transformação semântica, entretanto, não eliminou o peso da tradição hierárquica, de modo que, tanto o governo pombalino quanto os governos mariano e joanino, tiveram que dialogar com os diversos poderes estamentais e incorporar suas reivindicações e visões de mundo. Segundo Ana Rosa Cloclet da Silva, a política iniciada no governo de Pombal teve franca participação de elementos tradicionais, como a Igreja, e foi obrigada a abrir espaço à nobreza descontente, especialmente no período conhecido como a "viradeira". Ver: SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a Nação:* Intelectuais Ilustrados e estadistas luso-brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006.

24
BICALHO, Maria Fernada. O que significava ser cidadão nos tempos coloniais. In. ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. (orgs). *Ensino de História. Conceitos, Temáticas e Metodologia.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

25
SERRÃO, José Vicente. Sistema Político e Funcionamento Institucional do Pombalismo. In. MONTEIRO, Nuno Gonçalo et ali (orgs.). *Do Antigo Regime ao liberalismo* (1750-1850). Lisboa: Ed. Veja, sd.

hereditariedade.[25] Era preciso, frente à crise econômica por que passava o Império, transformar o Estado numa entidade com mais poder frente à sociedade, dotando-o de uma administração mais eficiente.

No plano dos grandes textos fundamentadores do projeto pombalino, podemos definir duas grandes vertentes, de acordo com o estudo de J. S. Da Silva Dias [26]: um grupo que se apoia no argumento do direito divino dos reis e outro no discurso jusnaturalista. Dois autores se destacam no primeiro grupo: Pereira de Figueiredo; que publica em 1766 a *Tentativa Teológica* e em 1769 a *Demonstração Teológica;* e José Seabra da Silva, com sua *Dedução Cronológica e Analítica em 1768*.

Estas obras se batiam contra a visão sacral da sociedade, isto é, contra a concepção da sociedade e do Estado como um braço secular da Igreja. O poder é emanado diretamente de Deus ao rei sem passar pela mediação da Igreja romana e dos corpos da nação reunidos nas cortes. A única limitação da autoridade regia é a vontade de Deus. Contra as doutrinas pactistas, defendem que a monarquia portuguesa é "pura", no sentido de autônoma frente a qualquer outro poder, igreja e povos, pois não nasceu de um pacto, sendo as cortes órgãos conjunturais e consultivos. A soberania portuguesa teria sido o fruto de uma conquista obtida em gerra justa contra os infiéis, doação e concessão e não por eleição dos povos reunidos nas cortes de Lamego como na visão pactual.

A justificação jusnaturalista teve seu lugar em autores "pombalinos". Porém o jusnaturalismo propriamente moderno, teve pouca inserção até os anos 70, quando então começa a ter alguma representatividade. No Brasil, o maior nome foi ironicamente o de Thomaz Antônio Gonzaga, o futuro inconfidente Mineiro de 1789. Não era propriamente um autor "brasileiro", uma vez que não se pode ainda falar num mundo intelectual autônomo na colônia. Nascido na cidade portuguesa, teve pai brasileiro e mãe portuguesa, tendo se mudado para o Brasil em 1751, onde fez seus primeiros estudos. Como muitos filhos da elite "brasileira", ingressou na Universidade de Coimbra em 1761 onde sete anos depois se formou bacharel. Voltando ao Brasil, em 1782, foi nomeado Ouvidor dos Defuntos e Ausentes da capital da capitania de Minas Gerais, Vila Rica.

Ainda em Portugal escreveu o *Tratado de Direito Natural*, tese apresentada com a intenção de tornar-se docente na Universidade em que se formou. Neste texto, nos apresenta o jusnaturalismo possível na sociedade portuguesa naquele momento: ancorado nos parâmetros da teologia, do direito canônico e do jusnaturalismo tradicional. Por direito natural, Gonzaga entende "a coleção de leis que Deus infundiu no homem para conduzir ao fim que se propôs na sua criação". Estas leis levaram os homens a organizarem-se em sociedade, isto é, a postarem-se sob um império e unirem-se por pactos para assegurarem sua segurança e tranquilidade.

Segundo Gonzaga, apoiado nas sagradas escrituras, todo o poder que um homem pode exercer sobre seus semelhantes tem origem divina, logo, o rei só pode ser julgado por Deus. O problema é saber se chega ao rei com algum tipo de mediação, a que Gonzaga responde negativamente: não é verdade que o poder estava no povo e esse o transferiu no ato da "eleição" (entendido como escolha); o povo não tem em si poder algum, mas somente a faculdade da eleição de quem receberá o poder. O povo dá origem à sociedade, mas apenas escolhe a forma de governo e "elege" aqueles que irão exercitar o império.

26
DIAS, J. S da Silva. *Pombalismo e Teoria Política*. Cultura, História e Filosofia. Vol 1. Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de História da Cultura da Universidade Nova Lisboa, 1982.

Não há, para Gonzaga, contrato algum em que o monarca deva prestar contas ao povo. Portanto, "o rei não pode ser de forma alguma subordinado ao povo; e por isso ainda que o rei governe mal e cometa algum delito, nem por isso o povo se pode armar de castigos contra ele"[27]. Ao povo, depois que o elegeu, "já nada mais toca do que obedecer-lhe e respeitá-lo. Sua alegação se opõe, não somente ao direito natural de extração laica, mas também às teorias pactistas da segunda escolástica ibérica que postulavam o povo como a origem da soberania real e a possibilidade de que, em caso de despotismo, este poderia retomar para si a soberania e se rebelar contra o rei. Este pactismo ganhava relevo num momento em que o despotismo sufocava as colônias e muitos teóricos, como Gonzaga, apoiados pelo governo, procuraram combatê-la.

Ao final do XVIII, conjurações em Minas Gerais (1789), Rio de Janeiro (1794) e Bahia (1798) criticaram o que viam como o "despotismo" pombalino e trouxeram novas conceituações do povo. Os princípios do direito natural iluminista, reforçados pelo exemplo das revoluções na América e França, forneciam aos conjurados novas ferramentas críticas, notadamente a idéia de liberdade, igualdade e soberania dos povos ou do povo. Estas se somavam à tradição ibérica do governo justo e da crítica à tirania.

O impacto das idéias propriamente liberais foi diferenciado em cada movimento, e, sobretudo, não deve ser sobrevalorizado. Foi mais importante no caso carioca e baiano e menos nas minas. Os conspiradores mineiros, embora tenham sido tocados pelas idéias ilustradas permaneciam fortemente imersos no mundo do Antigo Regime. Sua concepção do governo justo contraposto à tirania atrelava-se não ao pressuposto da igualdade entre cidadãos, mas ao dever do governante de respeitar e manter as hierarquias e privilégios dos estratos da sociedade. De fato, os inconfidentes falavam em "liberdade", "república", mas, ao contrário da imagem que se cristalizou na memória nacional, não foram o prenúncio de um republicanismo liberal no Brasil. O termo "república", tal como aparece nos textos coloniais, significava, não um regime político específico, mas qualquer organização política. A defesa da liberdade, por seu turno, e o conseqüente desejo de romper com o pacto colonial expresso pelos conjurados das minas faziam parte de concepções tradicionais já expressas em outros movimentos nas Minas no século XVIII: manter a justiça, as dignidades nobres eliminando "os constrangimentos que impediam a fruição tradicional de direitos"[28]. Logo, ao falar em "povo" ou "povos", não era à "soberania popular" à que se referiam ou a um governo representativo no sentido liberal.

No movimento revolucionário pernambucano de 1817, da mesma forma, ao jusnaturalismo iluminista uniram-se mais uma vez as concepções tradicionais da vassalagem e do pacto ou contrato entre súditos e o rei. Ao "povo pernambucano", caberiam privilégios e liberdades pela lealdade prestada ao rei por ocasião da grande obra da expulsão dos holandeses no século XVII.[29] O movimento revolucionário de 1817, portanto, não pode ser definido apenas como um conflito diretamente ligado à "situação colonial" opondo colonizadores e colonizados, aristocracia rural e mercadores coloniais portugueses, como sugeriu Carlos Guilherme Mota [30]. Não se tratava de um movimento liberal emancipacionista e anti-colonialista. Os rebeldes justificavam a rebelião com argumentos típicos da tradição ibérica de crítica ao despotismo em nome dos "povos".

27
GONZAGA, Tomaz Antonio. *Tratado de Direito Natural.* São Paulo: Martins Fontes, 2004. p.147.

28
FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Os Inconfidentes – Intérpretes do Brasil. In: AXT, Günter e SHULER, Fernando. *Intérpretes do Brasil.* Cultura e Identidade. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004. p.10.

29
MELLO, Evaldo. C. de. *Rubro Veio* – o imaginário da restauração pernambucana. 2ª *ed.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

30
MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817:* Estruturas e Argumentos. São Paulo: Perspectiva, 1972.

2. O povo como o terceiro estado na sociedade de ordens do Antigo Regime

Além de denotar a totalidade do corpo político em sua relação com o poder real, a mesma palavra povo também era o terceiro estado da sociedade de ordens do Antigo Regime, aquele que tinha o dever e o "direito" ao trabalho, ao lado da nobreza e do clero, de acordo com a tripartição da sociedade teorizada por São Tomaz de Aquino no século XI.

No decorrer das transformações econômicas e sociais postas em curso a partir das grandes navegações e dos processos de colonização, notadamente, a partir do século XVIII, surgiram inúmeros novos grupos sociais, o que acelerou um processo crescente que Antônio Manuel Espanha chamou de "pluralização de estamentos", que abalou esta tripartição tradicional. A visão da sociedade, que sempre tivera um caráter simplificador, o que fora percebido mesmo pelos teóricos medievais, se tornava bastante mais complexa com as transformações em direção à modernidade. Surgia um grupo intermediário entre o povo – os "mecânicos", como eram chamados no mundo luso – e os nobres: os burgueses, os letrados, os lentes das universidades, os advogados, os cirurgiões, os grandes comerciantes, de modo que a definição de quem é o povo passa a ser mais complexa. Embora formalmente fizessem parte do povo, não se adequavam bem ao qualificativo de "mecânicos". No interior do povo, cada vez mais passaram a haver os *vis* (ou *plebe)* e os *limpos·,* isto é, aqueles dignos de alguma participação na sociedade e aqueles indignos por condição social, tipo de ocupação ou origem de sangue.

Os territórios coloniais portugueses constituíram o local onde este processo de dissolução ou complexificação na demarcação das três ordens tradicionais foi mais evidente. O professor régio Luis dos Santos Vilhena, famoso na historiografia pela sua frase "não é das menores desgraças viver em colônias"[31], expôs bem este sentimento de dissolução e desagregação que tanto incomodava os observadores. Em suas cartas datadas nos anos iniciais do século XIX, analisa os prejuízos causados pela introdução de negros escravos, especialmente no que diz respeito aos costumes. Explica que

> como todas as obras servis e artes mechanicas são manuzeadas por elles, poucos são os mulatos e raros brancos que nellas se querem empregar, sem exceptuar aquelles mesmos indigentes, que em Portugal nunca passarão de Criados de servir, de moços de taboa, e cavadores de enxada [32].

É certo, continua ele, que havia no Brasil daquela época famílias nobres, mas "a duração dos tempos tem feito sensível confusão entre nobres e abjetos plebeos" [33]. Com essa "confusão", muitos indivíduos, "tendo seus pais vindo não há muitos anos para o Brazil para serem caixeiros, quando tivesses a capacidade de o ser, porque a fortuna lhes foi propícia (...) cuidam seus filhos que o Imperador da China he digno de ser seu criado" [34]. Esta "mania de ser nobre" seria mais grave nos mulatos, por sua condição ainda mais indefinida. Quase todos eles "querem ser Fidalgos, muitos fôfos e soberbos, e pouco amigos dos brancos e dos negros, sendo differentes as causas" [35] Devido ao que Vilhena considera uma, ou uma "quimérica nobreza",

> o comum do povo he serem todos ociosos, não trabalhando a maior parte dos artífices, enquanto lhes dura o comer a tempo que querendo apurar-se são em extremo habilidozos. O ordinário he serem conviventes e folgazões, e do comum bons homens [36].

31
A frase foi tida como um marco pela historiografia interessada em entender o processo de tomada de consciência da situação colonial, que teria contribuídos para os movimentos liberais do final do século XVIII e para a independência

32
VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brazílicas*. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1921. p.140.

33
Ibidem. p.44.

34
Ibidem.

35
Ibidem. p.47.

36
Ibidem. p.46.

Segundo Schwartz, no século XVIII, autoridades coloniais apontavam o problema de que nos territórios coloniais do Brasil não havia um povo propriamente dito. As tradicionais instituições representativas portuguesas – as cortes - nunca haviam sido instituídas na colônia e o conceito de "povo" como terceiro estado na sociedade de ordens, isto é, organicamente e constitucionalmente vinculado ao corpo da política, era frágil ou ausente em decorrência do tipo de ocupação "mecânica", do sangue impuro e dos costumes da população. Por isso, segundo o autor, o termo "plebe" ou o povo no sentido de plebe (povo miúdo, vulgo, canalha,) passou a ser cada vez mais utilizado pelas autoridades coloniais em referência à população da colônia. [37]

Ao tentar definir o que era esta plebe, autoridades coloniais recorriam muitas vezes a exemplos do passado greco-romano. Analisar a realidade através da história clássica era uma característica do modo de se produzir conhecimento sobre o mundo humano daquele momento, ainda profundamente marcado por uma concepção que podemos denominar de "história mestra da vida". Porém, podemos identificar neste recurso um esforço realizado pelas autoridades coloniais para entender as características ímpares de um mundo em que as formas costumeiras e tradicionais de demarcação social pareciam mais confundidas.

Era, porém, difícil para os observadores do período ter uma apreciação clara do conteúdo significativo da vasta plebe colonial. Reportando-se aos acontecimentos da guerra dos mascates em Pernambuco na primeira década do setecentos, Evaldo Cabral de Mello também percebeu que "as crônicas coevas designavam a população livre e pobre por 'plebe', a fim de distinguí-la do 'povo', noção mais abrangente que incluía as camadas médias, como os mascates (...) [38]. Porém, não a descrevem de fato, "não só por preconceito elitista, mas até pela miopia ideológica que não lhes permite definir-lhe os contornos" [39]. Esta cegueira fica evidente nos *Desagravos* em que o tema é tratado em poucos parágrafos em que é evocada a plebe da antiguidade clássica, "a qual terá de retoricamente invocar para preencher a ausência da outra, a plebe colonial" [40].

Nas páginas dos *Desagravos*, Couto escreve que "sendo a nobreza a alma de uma republica, o seu corpo se compõe de homens mecânicos, assim chamados das artes mecânicas, ou servis, (...), e de povo miúdo, que é a gente popular, plebe e povo". Após esta introdução, parte o autor para Platão, que compara a plebe "a um grande animal, do qual é preciso conhecer as manhas para saber como há de ser tratado, que se não tem este animal quem o amanse, faz-se furioso, se não o guiam, não sabe para onde anda, é terrível se não tem medo, começando a temer se perturba e foge". Além disso, "é incapaz de distinguir as aparências das verdades e quando falam de política, confundem as coisas, de modo que não podem governar a si próprios". Cita ainda Scipião, para quem "o vulgo era como o mar imóvel por sua natureza, mas segundo os ventos, que o agitam, quieto ou proceloso", e Catão, para quem "o "vulgo era como uma 'carneirada", pois "que assim como nenhum carneiro obedece a pessoa alguma, mas todos juntos seguem o mesmo pastor" [41].

No *Discurso Histórico e Político sobre a Sublevação que houve nas Minas no ano de 1720,* D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, o Conde de Assumar, a quem se atribui a obra, percebia que os representantes da coroa portuguesa viviam nos territórios coloniais ameaçados por habitantes hostis e insubmissos, prontos a motins, tumultos e desordens. Assim como no escrito de Loreto Couto, o "povo", utilizado aqui no sentido de plebe, era

37
SCHWARTZ, Stuart. Gente da Terra Braziliense da Nasção Pensando o Brasil: a Construção de um Povo. In: C. G. Mota (org.). *Viagem Incompleta.* A Experiência Brasileira (1500-2000). Formação: Histórias. São Paulo: Editora Senac, 2000.

38
MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos.* Nobres contra mascates. Pernambuco 1666-1715. São Paulo: Editora 34, 2003. p.302.

39
Ibidem.

40
Ibidem.

41
COUTO, Domingos de Loreto. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Rio de Janeiro: Officina Typographica da Biblioteca Nacional, 1904.

descrito através de exemplos da autoridade clássica. Para o conde, a situação vivida na colônia era um espelho do que havia ocorrido na criação de Roma, de acordo com a descrição legada por Lucio Floro "o povo constava de varões que não tinham mais bens que a esperança do que houvessem de conquistar suas armas, roubando" [42]. Em outra passagem, cita a descrição de Tertuliano sobre os habitantes do Ponto Euximo: "uma região habitada por gente intratável, sem domicílio, e ainda que está em contínuo movimento". Analisar a realidade através da história clássica era uma característica do modo de se produzir conhecimento sobre o mundo humano daquele momento, ainda profundamente marcado por uma concepção que podemos denominar de "história mestra da vida". Porém, podemos identificar neste recurso um esforço realizado pelas autoridades coloniais para entender as características ímpares de um mundo em que as formas costumeiras e tradicionais de demarcação social pareciam mais confundidas.

Outra marca presente no *Discurso* e nos *Desagravos* é a concepção de que a "plebe" ou o "vulgo" não tem motivações e atuação políticas próprias, sendo apenas levada pela vontade de alguns principais. Para Loreto Couto, a plebe é incapaz de governar a si própria, tal qual os carneiros que seguem o pastor e o mar que muda conforme os ventos. O Conde de Assumar, assinala o mesmo, ao afirmar que "tal é a natureza do vulgo, que para se alegrar e folgar com o seu próprio mal, basta ser novidade e sem razão, porque tem, como por hombridade e capricho, seguir tudo o que vem contra a razão, contra a piedade e contra o agradecimento" [43] A "ínfima plebe" só se envolve em amotinações quando levada pelos "cabeças". As pessoas envolvidas nos movimentos rebeldes das minas são de duas qualidades: aqueles que desejam dominar o governo, recuperar ou manter seus antigos privilégios, e a plebe desejosa apenas de se ver livre das dívidas e da punição por seus crimes. Este "perdido gado" deve o quanto antes voltar ao seu "pastor", pois sem ele vai "mal guiado".

Laura de Melo e Souza, no seu conhecido Desclassificados do Ouro assinalou o problema que significou para as autoridades coloniais a manutenção desta plebe colonial nos limites da ordem e a falta de um verdadeiro "povo". No período da produção aurífera nas Minas, houve, segundo a autora, um inédito ajuntamento populacional na região, tornando ainda mais premente a preocupação das autoridades. A urbanização na região das minas trouxe como conseqüência a convivência entre populações de forma muito mais íntima que em qualquer outro ponto da colônia. Daí que normalizar a população e cobrar impostos tornaram-se necessidades prementes. A população de escravos, índios e forros representava um grave problema. Temia-se uma revolta escrava, e também o agravamento das revoltas fiscais que se proliferaram no setecentos.

As autoridades portuguesas, que para lá eram mandadas em grande número, apontavam, como fez o Marques do Lavradio, que aqueles povos eram "gentes da pior educação, de um caráter o mais libertino, como são negros, mulatos, cabras, mestiços e outras gentes semelhantes" tornavam impossível o exercício do governo" [44]. Daí a "ideologia da vadiagem": a população livre e pobre era considerada vadia e deveria ser rapidamente enquadrada em uma forma de trabalho. Urgia aplicar, segundo o Conde de Assumar em 1718, "os Remédios Violentos, como tão preciosos, a uma canalhada tão indômita" [45]

A distinção entre nobres e não nobres, bem como entre povo e plebe permaneceu fundamental nos principais movimentos ocorridos na segunda

42
Discurso Histórico e Político sobre a Sublevação que houve nas Minas no ano de 1720. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. p.62.

43
Ibidem. p.73.

44
Relatório do Marques do Lavradio. Apud. SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro.* A Pobreza Mineira no Século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. p.106.

45
Ibidem. p.109.

metade do século XVIII e início do XIX. No movimento mineiro de 1789, composto basicamente por membros da elite urbana nascente, padres e intelectuais, embora se conclamasse genericamente o "povo" para participar da luta contra a tirania, não se viu o povo pobre e mestiço, a plebe, como participante legítimo da nova sociedade a ser criada. A concepção estamental de sociedade ainda prevalecia sobre a de igualdade civil e política. Os conspiradores tinham no horizonte proclamar uma republica nos moldes norte-americanos com um povo composto de proprietários e ilustrados. Era, segundo Maxwell, sobretudo "um movimento de oligarcas e no interesse da oligarquia, sendo o nome do povo evocado apenas como justificativa" [46].

46
MAXWEL, Kenneth. *A Devassa da Devassa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

Considerações Finais

No século XVIII luso-brasileiro, o conceito de povo, embora tenha permanecido nos marcos da tradição política, teve seu significado em grande medida reinventado. As contingências da vida em colônia e os primeiros ares da modernidade começavam a abalar a estabilidade das concepções políticas vigentes. A noção de pacto ganhou muitas vezes maior radicalidade, com o direito de rebelião dos povos frente ao despotismo vindo a primeiro plano. Ao mesmo tempo, percebia-se cada vez mais claramente a artificialidade da tripartição em três ordens – clero nobreza e povo – num mundo marcado pela escravidão, pela convivência de raças não brancas num espaço econômico e social amplamente diverso do europeu. As distinções se fluidificavam e complexificavam, tornando o conceito de povo sinônimo ou substituível pelas expressões plebe, vulgo, povo miúdo.

A força da tradição no uso e semântica do conceito de povo mesmo nas grandes conspirações do final do século não significa o malogro do liberalismo ou um "liberalismo peculiar" ao mundo ou luso-brasileiro, que não soubera generalizar uma sociedade de cidadãos livres e iguais. Mesmo na Europa ilustrada, a concepção de um povo de iguais era difícil nestes primórdios no mundo contemporâneo, ainda fortemente imerso nas práticas e idéias do Antigo Regime.[47].

Se a idéia de um povo de indivíduos iguais em direitos civis e políticos era muito frágil nos movimentos liberais de finais do XVIII e inícios do XIX em países como a França, no mundo português e brasileiro do Antigo Regime, o peso e a permanência da tradição estamental corporativa era particularmente notável[48], especialmente no espaço colonial, muito fechado ao contato com o mundo europeu.

O fato de o mundo estar passando por amplas transformações intelectuais, sociais e políticas, com as revoluções americana e francesa e a ilustração, não implica um reflexo direto destas no espaço luso-americano. A análise da linguagem política dos agentes mostra que para além de uma "influência" de idéias estrangeiras, os movimentos de contestação contaram com um repertório de crítica ao despotismo e de defesa de direitos próprios ao antigo regime português. Isso não implica um pressuposto de imobilidade da história, de que as mudanças eram impossíveis dado o peso das tradições. As próprias tradições, como vimos, podiam ganhar contornos de radicalização e foram veiculadas e defendidas em determinados contextos de crise, como em Pernambuco em 1817. Não podemos esquecer que de fato, houve momentos em que o povo ganhou significados em grande medida já afastados da tradição, como na Bahia de 1798.

Será o povo no século XVIII um conceito propriamente? A história de um conceito se quiser fugir ao historicismo ingênuo da tradicional história

47
Sobre esta questão ver MONNIER, Raymonde. Autour des usages d'un nom indistinct: 'peuple' sous la Révolution Française. *Révue Dix-Huitième Siècle*, 34, 2002. p.389-418 ; e também FRITZ, Gerard. *L'idée de Peuple em France du XVIIe au XVIIIe siècle*. Presses Universitaires de Strasburg, 1988.

48
XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel. A Representação da Sociedade e do Poder. Paradigmas Políticos e Tradiçoes Literárias. In. HESPANHA, A. M. (coord.). *História de Portugal*. Vol. 4. O Antigo Regime. Lisboa: E. Estampa, 1993.

das idéias, deve renunciar a tentativas de seguir uma linha de evolução do conceito "passando pelas suas diversas épocas históricas". Esta *démarche* tem por base uma visão essencialista das idéias e conceitos, atribuindo-lhes uma substância fixa e a-histórica, que se manifestaria de maneiras diferentes em seus estágios de desenvolvimento e maturação. É preciso, então questionar a propriedade de se falar em "conceito de povo no século XVIII". A política pensada em termos de um campo discursivo formado por conceitos é uma criação do mundo moderno, assim como a vivência de um amplo espaço público de debate político. No caso específico do conceito de que estamos tratando, é importante não perder de vista que sua centralidade no debate político é, sobretudo, um fenômeno contemporâneo, a partir da generalização da idéia de soberania popular. Embora se falasse em "povo" desde os primórdios da colonização, não acredito que o povo fosse de fato um conceito. Seu significado é inextricavelmente ligado à relação com a figura real, não tendo contornos próprios e definidos, um conteúdo especifico e fundamentado. A palavra povo, além disso, podia ser substituída por outras expressões intercambiáveis (os vassalos, os súditos, a comunidade, os mecânicos e outros).

Embora a idéia de povo estivesse ganhando maior relevância ao longo do século XVIII – na verdade, desde o século XVII com as doutrinas pactistas da Segunda Escolástica – o seu conteúdo significativo era pouco questionado. A tradição ibérica e também, de modo mais geral, a tradição ocidental forneciam os elementos de seu significado. O debate sobre quem é o povo, quais suas características, suas potencialidades, sua composição, praticamente inexistia. Sua existência era apenas considerada em função de sua relação com o monarca, não tendo um significado inerente e particular. As poucas tentativas de defini-lo de forma direta e específica levavam quase sempre à evocação do passado greco-romano ou ao texto bíblico, evidenciando, além de uma cegueira elitista, o fato de que o povo não havia ainda se tornado um conceito imerso no debate político, o que ocorreria no século XIX.

Recebido para publicação em agosto de 2009
Aprovado em dezembro de 2009

Zefferino Vitor de Meireles: impressão e civilidade na Corte do Rio de Janeiro (1808-1822)

Zefferino Vitor de Meireles: Printing and Civility in the Court of Rio de Janeiro (1808-1822)

Myriam Paula Barbosa Pires
Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ – Rio de janeiro / Brasil) e professora substituta no Departamento de História e no Colégio de Aplicação da mesma Universidade
e-mail: my.paula@gmail.com

Resumo
O artigo analisa a importância do ofício de impressor a partir da trajetória de vida do tipógrafo português Zefferino Vitor de Meireles e sua presença na Corte entre os anos de 1808 e 1825. Além de ter sido agente importante na consolidação de distintos trabalhos no interior da *Tipografia da Impressão Régia*, chegando até sua administração, Meireles fundou o periódico *Diário do Rio de Janeiro* tendo sido posteriormente dono de tipografia homônima. Fundada no bojo de crescimento da Modernidade nos trópicos, a referida tipografia foi parte integrante enquanto objeto e sujeito da nova cultura *liberal* que crescia. Noções de civilidade na época perpassam este trabalho.

Abstract
This article analyzes the importance of the printer trade focusing the trajectory of the Portuguese typographer Zefferino Vitor de Meireles and his presence in the Portuguese Royal Court between the years of 1808 and 1822. Besides being an important agent in the consolidation of remarkable works at the *Tipografia da Impressão Régia*, reaching to its administration, Meireles created the periodical publication *Diário do Rio de Janeiro*. Subsequently, he was also the owner of a homonymous typography. Established in the context of growth of the Modernity in the tropics, the quoted typography was an important member - as both object and subject - of the new increasing *liberal* culture. Aspects such as the notion of civility in that period are discussed in this work.

Palavras-chave
imprensa, modernidade, opinião pública

Keywords
press, modernity, public opinion

Na manhã do dia 12 de novembro de 1822, algo mudava na rotina de muitos dos moradores desta cidade. O *Diário do Rio de Janeiro*, um conhecido periódico, não saiu[1]. Muitas poderiam ser as razões capazes de causar o impedimento da publicação de uma "folha" periódica na época. No caso de um importante jornal e efetivamente diário na Corte, entretanto, somente um episódio bastante significativo resultaria nessa condição. Naquele tempo tal ausência poderia provocar ainda certo burburinho, especialmente entre comerciantes e caixeiros, principais anunciantes e que possivelmente acostumaram-se, senão a ler, a saber das notícias diariamente. A esta altura, o Rio de Janeiro já contava com alguns poucos periódicos para anunciar produtos, informar a dinâmica dos portos e das marés, o horário das missas, o jogo de loteria, as festas e espetáculos[2]... Informações essenciais no cotidiano de uma cidade que se modernizava. Mais ainda, e como era o caso, se esta última se constituísse como sede de uma monarquia em que o movimento de entrada e saída de mercadorias (entre elas, os escravos) apresentava-se como a base de sustento de uma sociedade com novos hábitos e consumo.

Circulando nos diversos pontos da cidade, entre seus vários distritos, as páginas daquele importante impresso já faziam parte do cenário, informando e orientando negociantes de diversos ramos. Segundo anunciado pelo próprio veículo, o motivo da falta teria sido a morte do seu primeiro proprietário, redator e editor: Zefferino Vitor de Meireles. Consta que Zefferino foi morto por um desconhecido que após ter lido (ou sabido) de um aviso-denúncia publicado no *Diário* em 19 de agosto do mesmo ano teria resolvido a questão por seus próprios meios[3]. Eis o aviso:

> O sujeito que encerrou sua filha, no dia 23 de julho findo, em uma prisão incomunicável, dentro de sua casa, mantendo-a desde então com castigos que nem a lei, nem a humanidade podem tolerar queira soltar a dita senhora já e já, quando não, seu nome há de ser publicado, com uma relação fiel das circunstâncias (...)[4].

Além de uma denúncia, o aviso tomou forma de ameaça em que o possível pai poderia ser alvo de uma investigação policial. Se foi o redator ou não o responsável não se sabe, pois o aviso não possuía autoria e não gerou processo[5]. Nesse caso, de acordo com a lei de liberdade de imprensa promulgada na época responderia por ele o editor ou proprietário do estabelecimento de origem do impresso. Nos dois casos, o mesmo Sr. Meireles[6]. A despeito de sabermos alguns detalhes sobre um episódio que deixou tão poucos rastros, o fato é sem dúvida revelador do contexto pelo qual passavam os anos inicias do novo Império dos trópicos. De um lado, questões políticas mais amplas tomavam conta da cena pública. Redatores ainda sob forte vigília do governo dirigiam suas opiniões sobre variados assuntos. De outro, fatos, como o assassinato de um redator, que aparentemente isolados entre si acabam por demonstrar o quadro de enfrentamentos no qual estavam sujeitos os indivíduos que tinham na pena e/ou nos prelos suas principais armas de combate. O caso narrado, portanto, mais ligado talvez a uma questão local do que diretamente política, não esconde a atmosfera de violência a que estavam sujeitos. Se vasculharmos o Primeiro Reinado não é difícil encontrar episódios em que redatores, livreiros e donos de tipografias eram perseguidos ou calados pelos mais variados motivos[7].

1
O periódico *Diário do Rio de Janeiro* circulou na Corte entre os anos de 1821 e 1878. Em seu primeiro ano, saiu impresso diariamente, inclusive aos domingos. Optamos por atualizar a grafia dos termos de época a fim de proporcionar uma melhor compreensão do texto.

2
Os periódicos com perfil informativo eram a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822) e o *Volantim* (setembro a outubro de 1822).

3
AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, T. XXVIII, p.106, 4º trimestre de 1865.

4
Diário do Rio de Janeiro (DRJ), n.11, 13 de agosto de 1822.

5
O episódio foi narrado seguidamente na historiografia da imprensa. Todavia, sem indicações de documentação. O fato pode ser notado pela verificação da saída de Meireles da redação e do aviso de seu falecimento nas datas correspondentes ao que sinalizou a historiografia.

6
Segundo apontou Barbosa Lima Sobrinho, em primeiro de setembro de 1821, a Junta Diretora da Imprensa Régia publicava uma declaração ordenando que não se fizessem nas oficinas manuscritos ou impressos sem indicação de autoria e reconhecimento por tabelião público. Em caso de desobediência, o acusado poderia ser levado a julgamento, naquilo que o autor chamou de "condenação do anonimato", ver: SOBRINHO, Barbosa Lima. *O problema da imprensa*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923. p.166-168.

7
Cf. MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia / Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001. Uma relação de periódicos da Corte pode ser encontrada no "Catálogo de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro existentes na Biblioteca Nacional (1808-1889)". *Anais da Biblioteca Nacional*. Vol.85. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1881. p.1-208. Edição *fac-similar*.

Mais ainda, a solução encontrada para o caso de Zefferino acabou por revelar outros aspectos implícitos em uma sociedade ainda tipicamente colonial, em que o direito e a prática da opinião difundidas na Europa pela *Ilustração*[8], demoravam para de fato existir. Sob essa ótica e tendo como percurso a trajetória do tipógrafo Vitor de Meireles nossa pesquisa busca elucidar alguns aspectos integrantes das práticas que norteavam o ofício de impressão na cidade do Rio de Janeiro no período compreendido entre a chegada da Corte Real (1808) e os anos iniciais do Primeiro Reinado[9]. De acordo com essa perspectiva, propomos compreender ainda algumas das condições anteriores da vida de Zefferino enquanto percurso representativo para compreendermos os meandros nos quais estavam envolvidas as chamadas "Artes Mecânicas". Complementarmente, vale à pena pensarmos nas condições culturais do contexto de crescimento da atividade tipográfica no período.

De almoxarife a administrador: apontamentos para a análise de uma trajetória

Mais do que trabalho único de reflexão e de escrita, a atividade em torno da imprensa envolve muitos outros aspectos que reunidos dão a forma final a um impresso. Desse modo, a confecção de um livro, de um jornal, ou mesmo de um efêmero folheto, consolida um árduo e paciente trabalho muitas vezes de difícil percepção no conjunto de todo o processo[10]. Ao lermos um impresso não nos damos conta do imenso trabalho e dos minuciosos detalhes requeridos pela prática de tal ofício. Percorrermos a trajetória de um tipógrafo talvez nos ajude a adentrar um pouco mais no universo das *Letras*, não somente por seu lado nobre, mas também um pouco do suor inevitavelmente impregnado nos prelos.

O tipógrafo Zefferino Vitor de Meireles nasceu no Reino de Portugal, na cidade de Lisboa, em uma família de comerciantes. Filho de Manuel Carmo da Silva chegou ao Rio de Janeiro em data desconhecida. Seus registros mostram que teria iniciado seus trabalhos a partir do ano de 1808 na imprensa da cidade, então sede da Corte, ocupando a partir daquela data funções diversas[11]. A despeito de inúmeras lacunas que envolvem essa figura, vale apontar que sua trajetória de vida testemunhou o novo cenário que começava a se desenhar na América portuguesa. Frente à necessidade de construção de uma sociedade culta e ilustrada, digna de conviver com uma monarquia, diversas práticas culturais estavam sendo implementadas. Além da composição da Biblioteca Real da cidade, conforme anunciadas pelos jornais, aulas de línguas (como o inglês e o francês) foram muito valorizadas, posto que acabaram por constituir aspecto peculiar de *status* para aqueles que almejavam se diferenciar ainda mais dos segmentos mais baixos da população. No plano simbólico, festas e espetáculos serviam para reforçar as linhas de força determinantes do novo contexto que então se apresentava[12]. No bojo de transformações materiais e sociais, nesse processo de interiorização da metrópole[13], foi implantada a imprensa oficial do governo, a *Tipografia da Impressão Régia*[14]. Tal medida, no dizer da historiadora Lúcia Neves, contribuiu decisivamente para despertar a vida cultural da colônia criando um canal de comunicação entre o rei e os súditos, além de divulgar as medidas do governo instalado no Rio de Janeiro[15].

De todo modo, embora não possa ser considerada como iniciadora de uma imprensa opinativa, na qual os impressos representariam essencialmente um espaço de voz e de crítica social, a *Tipografia*

8
Ilustração é adotada como sinônimo de *Iluminismo*. Para Francisco Falcon, o *Iluminismo* constituiu o ponto de partida de um controvertido processo de amplo alcance político, econômico e social. O autor ressaltou que a *razão iluminista* instaurou, em definitivo, o *reino da crítica* e, ao fazê-lo, tinha como alvo "a sociedade como um todo, que deve ser reconstruída". FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1994. p.39.

9
Utilizaremos análise quantitativa apenas para compreender a intensidade de desenvolvimento da imprensa no diálogo com os diferentes contextos.

10
Uma amostragem das partes de composição de um impresso pode ser encontrada em: MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*. História do livro, da imprensa e da biblioteca. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1996. p.288-292.

11
BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Biográfico Brazileiro*. Vol.7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. p.413.

12
A consagração da nobreza nos trópicos analisada a partir de mecanismos simbólicos pode ser vista em: MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio*. Civilização e poder às vésperas da independência. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Ver, em especial, o capítulo 2.

13
DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822:* Dimensões. São Paulo: Perspectivas, 1972. p.160-186.

14
Estudos clássicos sobre a história da imprensa no Brasil contemplam importantes informações sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad 1999; VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. A historiografia recente colocou a *Gazeta do Rio de Janeiro* como fonte de pesquisa para apreensão de práticas culturais na cidade e como elo entre a Coroa e a sociedade carioca. Para estes, ver: CARDOSO, Teresa Maria R. Fachada L. Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para a história da cidade (1808-1821). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, abr / jun., 1991. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822):* cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. Juliana Gesuelli chamou a atenção para os impactos na circulação de idéias entre os dois lados do Atlântico e sua maneira de retratar os eventos políticos. MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto da circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808 -1821)*. 2006. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

15
NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Imprensa Régia. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p.165-166.

da Impressão Régia inaugurou a prática da impressão periódica nos trópicos acabando por ser o palco que deu início à carreira do futuro tipógrafo Zefferino Vitor de Meireles[16]. Segundo Sacramento Blake, o primeiro cargo exercido por Meireles na Imprensa Régia foi o de *alçador*. Na função, o empregado "era responsável pela guarda dos armazéns" da Tipografia. Moraes Silva ressaltou que *alçador* era aquele "que levanta algo". Ao que tudo indica, o funcionário iniciava sua carreira realizando algumas das atividades braçais da oficina. De uma forma ou de outra suas atividades demandavam extrema confiança do rei. Em 1813, o funcionário atingia um lugar mais próximo do trabalho na impressão, um degrau representativo em seu crescimento profissional, no cargo de *apontador*[17]. Na busca de melhor aprofundamento do cotidiano tipográfico vale frisar a multiplicidade de significados subjacentes a esta sua nova atividade. Sendo assim, diversas acepções podem ser avaliadas. O dicionarista Moraes Silva destacou a existência de algumas nuances ao redor do termo: 1) aquele que faz as pontas dos instrumentos; 2) aquele que lembra, sugere, aconselha; 3) aquele que controla as faltas dos funcionários; 4) aquele que recita o papel do orador para ajudar-lhe a memória; 5) aquele que marca os erros ortográficos, valorizando, assim, o entendimento[18]. Conforme indicado, embora distintas entre si, todas as tarefas vinculavam-se ao universo do trabalho, da impressão e edição. Para o cargo de *apontador,* eram exigidas inúmeras habilidades. Os documentos atestam que, enquanto *apontador*, Zefferino esteve realizando substituições momentâneas, as quais acabaram se consolidando por vários anos[19]. Dentro das noções apresentadas, verifica-se uma gama de atividades: as mecânicas, de um lado, como cuidar dos instrumentos ou marcar os erros de grafia; e as de vigília, de outro, na atenção ao trabalho dos colegas, como pela anotação de suas faltas. Uma terceira função, por sua vez, estaria ligada a uma espécie de supervisão, cuja tarefa seria a de orientar os outros funcionários durante suas atividades.

No mesmo dicionário, o vocábulo *apontador* aparece ainda relacionado ao termo *alvitre*. Este último, por sua vez, correspondia à "invenção de levantar dinheiro" ou a de "arrecadador das rendas reais"[20]. De uma forma ou de outra, se *conselheiro* ou *alvitre*, o funcionário esteve inserido em muitos dos ramos da impressão revelando suas imbricações pela intensa justaposição dos trabalhos no interior do campo da impressão. Em meio a tarefas tão distintas e de tamanha especificidade talvez possamos afirmar que o funcionário as desempenhasse coetaneamente. Em outras palavras, cuidando dos instrumentos e controlando as faltas dos colegas, talvez lhe sobrasse tempo para conferir os erros ortográficos dispostos nos impressos, e mesmo, auxiliar na administração das contas da Coroa. Vale notar que no alvorecer do século XIX, na porção tropical do império luso-americano, face a tantas acomodações forjadas no exercício da *elite* letrada[21], não era difícil encontrar a sobreposição de funções[22]. Inúmeras conformações passavam a integrar o período inicial da constituição de uma camada média urbana, grupo que, naquele contexto, necessitava da proteção do soberano para manter suas carreiras e que acabou por deixar inúmeros rastros na posteridade[23]. Pelos documentos analisados e pelo que apontou a pesquisa de Lúcia Neves, Vitor de Meireles era funcionário público ligado ao campo da administração e das *Letras* tornando-se posteriormente

16
Compunham a diretoria administrativa nomeada por D. Rodrigo, os letrados: José da Silva Lisboa (também censor das obras); José Bernardes de Castro (revisor das provas a caminho dos prelos); e o diretor Mariano José Pereira da Fonseca. A este respeito, ver: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Censura. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da História da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994. p.157-159. A *Tipografia da Impressão Régia* foi fundada em 13 de maio de 1808. Inicialmente, foi instalada na Rua do Passeio, sendo mais tarde transferida para a Rua dos Barbonos (atual Evaristo da Veiga), onde permaneceu até 1822. Segundo o historiador Carlos Rizzini, após inúmeras mudanças de nome, em 1822, passou a se chamar *Tipografia Nacional*, título que manteve até 1885. Moraes & Camargo apontam que a nova tipografia oficial era ligada à Secretaria de Negócios e da Guerra que, na ocasião, administrada por Rodrigo de Souza Coutinho, recebeu essa nova função. MORAES, Rubens Borba de; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Bibliografia da impressão Régia*. São Paulo: EDUSP / Livraria Kosmos Editora, 1993. p.XIX.

17
BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Biográfico Brazileiro*. Vol.7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. p.413. Zefferino Vitor de Meireles. BN-DMss. Coleção Documentos Biográficos. Rio de Janeiro. Doc. 01 a 16. Cf. SILVA, Antônio de Moraes. Alçador. In: _____.*Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813, vol.1. p.84.

18
SILVA, Antônio de Moraes. Apontador. In: ____. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Op.Cit. vol 1. p.178.

19
Zefferino Vitor de Meireles. BN-DMss. Coleção Documentos Biográficos. Rio de Janeiro. Doc. 16, 24 de dezembro de 1817.

20
SILVA, Antônio de Moraes. Almoxarife. In: ____. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Op.Cit. vol.1. p.109.

21
Na concepção de José Murilo de Carvalho, a idéia de elite repousa na noção de grupos específicos, marcados por características próprias capazes de os distinguir face às massas e a outros de elite. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem:* a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p.20.

22
Para o perfil dos tipógrafos nos anos de 1820 e 1822, ver: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais* – a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan / Faperj, 2003. Prosopografia dos tipógrafos e redatores de jornais disposta no capítulo 1.

23
Sobre o crescimento dos intelectuais à sombra da Coroa. Ver: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Intelectuais Brasileiros nos Oitocentos: A constituição de uma 'família' sob a proteção do poder imperial (1821-1838). In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação*. Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: ACCES, 1999. p.9-32.

dono de tipografia[24]. Além das funções de Zefferino, eram de notório realce as funções de escrivão, secretário e guarda-livros. Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, o grupo dos guarda-livros era respeitado por seus conhecimentos em línguas estrangeiras, escrituração mercantil e operações cambiais. Ressaltou a autora que, em 1817, um guarda-livros que se oferecia para "casas de comércio" além de salientar confiança, pois viera de Portugal com passaporte e referências dos trabalhos anteriores, recebeu a formação exigida pela profissão[25]. Sabe-se que na régia oficina as funções de secretário e guarda-livros eram desempenhadas pela mesma pessoa, cujo nome era Francisco Izidoro da Silva, talvez a principal testemunha dos caminhos trilhados bem como da "dedicação" conferida pelo empregado Meireles[26]. Dos trabalhos diretamente ligados à impressão, muitas atividades ainda constituem terreno desconhecido dos historiadores da imprensa ou mesmo dos comunicólogos que dialogam com a história. Um grande exemplo dessas lacunas são aquelas das áreas relacionadas às "oficinas de composição", fundição de letras, "abrição de punções"[27], matrizes e gravuras. Ao completar um ano como *apontador*, por impedimento do diretor José Bernardes de Castro, Zefferino ocupou o lugar de *corretor* - também identificado na época como *revisor*[28].

Embora alguns termos nos pareçam estranhos, os mesmos tornavam-se referência em alguns pontos da Europa onde, a partir da segunda metade do século XVIII, crescia o paradigma das *Luzes* difundindo noções matizadas pelo olhar dos filósofos enciclopedistas, debruçados na busca de novas definições para o campo das chamadas "Artes Mecânicas". O estudo dos termos ligados à composição dos impressos apontou para a influência dos postulados forjados pela *Encyclopédie* sobre um dos principais dicionaristas lusos da época, um dos autores mais utilizados nos estudos de história: Antonio de Moraes Silva. A questão torna-se mais simples se tomarmos como exemplo uma comparação a partir do conceito de *corretor*. Para o letrado português Antonio de Moraes Silva, o vocábulo *corretor* diz respeito "àquele que corrige; que revê ou emenda as provas das obras que se imprimem"[29]. Para os enciclopedistas franceses, *le correcteur de imprimière* (corretor de impressão), constitui "celui que lit les épreuves, por marquer à la marge, avec differéns signes ni fités dans l'imprimerie, les fautes que le compositeur a faites dans l'arrangement des caracteres"[30].

Conforme podemos verificar, nos dois termos, a figura do *corretor* é aquela que lê e revisa as provas destinadas à impressão cobrindo os possíveis erros dos compositores, buscando, portanto, o perfeito arranjo dos caracteres, na montagem das frases. Na *Encyclopédie*, encontramos ainda:

> (...) il faut qu' il connoisse très bien la langue du moins dans laquelle l' ouvrage est composé; ce que le bom sens sugere dans uma matière, quelle que elle foit; qu' il fache se métier de ses lumières; qu'il entende très bien l' orthographe & la ponctuation (...)[31].

Aprofundando a questão, o excerto revela a condição de *corretor* enquanto uma tarefa dada aos indivíduos mais qualificados por exigir conhecimentos anteriores que pudessem permitir o envolvimento do "técnico" com a obra, tanto na boa compreensão de seu texto e de sua língua, quanto em sua pontuação e ortografia. Como referido, eram condições apresentadas somente por aqueles que possuíam exímia experiência no campo das *Letras*. Na tentativa de melhor esclarecer e organizar o trabalho interno na oficina tipográfica, o historiador Nelson

24
NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais* – a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan / Faperj, 2003.

25
SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822):* cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. p.124-125.

26
Segundo informou Lúcia Neves, compunham a diretoria administrativa nomeada por D. Rodrigo, os letrados: José da Silva Lisboa (também censor das obras); José Bernardes de Castro (revisor das provas a caminho dos prelos); e o diretor Mariano José Pereira da Fonseca. A este respeito, ver: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Censura. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da História da colonização portuguesa no Brasil.* Lisboa: Verbo, 1994. p.157-159.

27
De acordo com Antonio de Morais Silva, *punção* ou *ponção* era um instrumento de ferreiros e espingardeiros usados para furar ou marcar peças de cobre, prata ou ouro. No campo da impressão servia para fundir letras. SILVA, Antonio de Morais. *Dicionário da Língua Portuguesa.* Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813, vol.2. p.86.

28
Como já ressaltado, José Bernardes de Castro era um dos diretores da régia oficina, acumulando as funções de *corretor* e *revisor* das provas a serem impressas.

29
Tratamos da concepção de letrado como sinônima de erudito. Cf. SILVA, Antônio de Moraes. Corretor. In: _____. *Dicionário da Língua Portuguesa.* Op.Cit. p.557.

30
Tradução livre: o corretor de impressão constitui aquele que lê as provas para marcar a margem por meio de distintos sinais, cobrindo as faltas deixadas pelo impressor na organização dos caracteres. Cf. Correteur. In: DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean Lerond. *Enciclopedia ou Diccionaire Raisonné dês Sciences, dês Arts et dês Métiers (1751-1772).* Ed.integral. Marsanne: Édition Redom, s.d. CD-Room.

31
Tradução livre: (...) é necessário que conheça muito bem a língua na qual o texto é composto, conforme sugere o bom senso; qualquer que seja a matéria, que se faça com suas *luzes*; que entenda muito bem da ortografia e pontuação (...). Cf. Correteur. In: DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean Lerond. Ibidem.

Schapochnick[32] revelou como o livreiro e tipógrafo francês residente na Corte René Ogier entendia em fins do Primeiro Reinado a maneira de funcionar o trabalho do *corretor*:

> os corretores devem estar separados, longe de bulha, e de toda a distração, num lugar bem claro, e enfim numa biblioteca, a ser possível; deve-se ao menos fornecer-lhes os livros de que possam necessitar nas suas indagações, e para verificarem as citações[33].

Ou seja, no complexo processo de composição eram realizados trabalhos como os de montagem das palavras, linhas, páginas e folhas. Situações que impunham condições técnicas e materiais peculiares, e ainda, tal qual acima escrito, um profundo silêncio[34]. É importante chamar a atenção para o fato de que não havia naquele contexto a divisão de tarefas adotada nas fábricas européias. Desse modo, tratava-se de uma técnica artesanal, passada daqueles mais experientes aos mais novos na profissão, fosse por laço familiar, fosse através do trabalho dos aprendizes. Em paralelo, tratando-se de condições tão específicas de trabalho, a construção semântica dos conceitos no âmbito do século XVIII e XIX pode indicar ainda uma prática norteada por uma espécie de missão a ser efetivada pela difusão do conhecimento, entendida como importante passo no caminho para se atingir as almejadas *Luzes*. Ainda pelo excerto acima verificam-se pormenores capazes de compor um caminho sugestivo no auxílio aos estudos que tratam das relações intrínsecas à cultura impressa nascida na *Ilustração* francesa e, mais tarde, espraiada no Reino português[35]. Vale destacar que a própria implantação da *Tipografia da Impressão Régia* na antiga colônia americana atendeu a uma tradição original lusa montada nos moldes da Casa Literária do Arco do Cego, posteriormente chamada de Impressão Régia de Lisboa[36]. Nesse sentido, sua estrutura na metrópole forneceu o modelo para a posterior implantação de sua versão na Corte do Rio de Janeiro, dada a partir de 13 de maio de 1808.

Na Metrópole, a imprensa oficial era comandada por um diretor geral, que recebia anualmente no exercício da função, a quantia de 600$000 (seiscentos mil réis). Segundo encontrado nos documentos, à frente da Junta Administrativa estava um deputado, cujo ordenado era metade do valor pago ao diretor, ou seja, a quantia de 300$000 (trezentos mil réis). Na administração, constavam dois mestres-impressores, daqueles "de melhor nota" da Corte. Para cumprir seus trabalhos, recebiam, por sua vez, um, 500$000 (quinhentos mil réis), e o outro, 250$000 (duzentos e cinqüenta mil réis), também anuais. Conforme é possível verificar já na metrópole os mestres-impressores também desempenhavam funções relativas ao campo da administração.

Ao tratar da criação da Tipografia Nacional da Bahia, Renato Berbert de Castro[37] afirmou que cabia ao mestre cuidar da "orientação, distribuição e supervisão de todos os trabalhos da oficina". Da mesma maneira, era ele quem entregava ao compositor o manuscrito a ser impresso. O trecho abaixo fornece uma dimensão de como funcionava uma tipografia, nas primeiras décadas do século XIX:

> Este colocado em frente da *caixa*, tabuleiro dividido em pequenos compartimentos, os *caixotins* onde os tipos se encontravam distribuídos, dela retirava, um a um os caracteres, e os colocava no *componedor*, recipiente de forma alongada, até formar uma linha, que era arrumada na *galé*, lâmina retangular com rebordos em três de seus lados. Após composto um certo número de linhas, eram devidamente atadas para a formação da chapa, com a qual se tira a prova[38].

32
SCHAPOCHNICK, Nelson. Malditos Tipógrafos. *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial.* Rio de Janeiro: FCRB, 2004. http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br. Página acessada em dezembro de 2007.

33
Apud. SCHAPOCHNICK, Nelson. "Malditos Tipógrafos". Op.Cit. p.6. No romance, *Ilusões perdidas,* Honoré de Balzac apresenta algumas das condições do funcionamento do maquinário tipográfico na França do final do século XVIII. A respeito do trabalho do compositor, destaca a rudeza de seu cotidiano. Devido ao contínuo exercício que faziam para apanhar as letras dos 152 caixotins, receberam o apelido de *macacos*. Cf. BALZAC, Honoré de. *Ilusões Perdidas*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960.

34
Uma evolução da imprensa, tida no bojo da divisão internacional do trabalho e da organização da classe operária, pode ser encontrada em: VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e operários* – mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume / Fapesp, 2000.

35
Nireu Cavalcanti destaca que a troca intensa de livros e entre América Portuguesa e sua metrópole era constante desde fins do século XVIII. CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista:* a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p.146.

36
Arquivo Nacional do Brasil (doravante ANRJ). Impressão Régia. Caixa 762. Pacote de Diversos. 27 de dezembro de 1768. Doc.1, fl.1.

37
CASTRO, Renato Berbert de. *A Tipografia Imperial e Nacional da Bahia (Cachoeira /1823; Salvador /1831).* São Paulo: Ática, 1984.

38
Ibidem. p.13.

Segundo Berbert de Castro, por esta chapa o *revisor* (ou *corretor*) indicava os enganos da composição, fazendo-a voltar ao compositor para as devidas correções. No momento da impressão, a fôrma era posta sobre o mármore (chapa de ferro ou de pedra) embutida no cofre do prelo. Sobre os caracteres entintados era colocada a folha de papel. Após esse trajeto as folhas de papel eram postas a secar, presas pelas extremidades em cordões estendidos. Depois de secas eram dobradas e somente então seguiam para o encadernador. Embora os detalhes do funcionamento da construção do impresso façam parte de uma relação mecânica, tratar do assunto, na opinião de Philippe Minard, constitui debruçar-se no cruzamento de três tipos de historia: a história da tecnologia; a história das estruturas econômicas (da moldura material); das práticas e padrões de trabalho, característicos de tais habilidades técnicas[39]. Tendo como fio condutor as técnicas de impressão nossa pesquisa centra-se na análise das relações culturais intrínsecas à cultura impressa do período e que trazem em seu bojo uma sociedade fortemente hierarquizada dotadas de regras que regulam a ascensão social. No que concerne ao conceito de imprensa, optamos, desde logo, em considerá-la não apenas em sua perspectiva jornalística – contabilizada no curso de catalogação quantitativa de seus impressos[40] – , mas, de outro modo, em sua perspectiva *ilustrada*, tal qual definida pelos enciclopedistas em duas instâncias: a primeira, por seu perfil mecânico, enquanto técnica, aperfeiçoada ao longo do tempo, capaz de aprimorar-se nas produções gráficas. A segunda, por sua dimensão cultural, que abriga seu papel em uma espécie de devir *esclarecedor*, (conforme encontrado nos anúncios da época) e capaz de propagar as *Luzes* da *razão*. Tal definição de imprensa apresenta dupla característica, ao conjugar duas faces: sendo um maquinário de impressão e, ao mesmo tempo, "uma conquista política". Esta última seria, no dizer do historiador Marco Morel, espaço em que se desenvolveria a liberdade de expressão[41].

Retornando aos trabalhos realizados por Zefferino Vitor de Meireles na Impressão Régia, no ano de 1816 ele foi chamado pelo deputado Silvestre Pinheiro Ferreira para ocupar por dois meses o cargo que o colocaria no ápice de sua carreira profissional. Sendo assim, ao lado de Ângelo Bissum, assumiu o lugar do administrador Lourenço José Alves Pires, anteriormente afastado por motivo de doença. De uma forma ou de outra, Zefferino Meireles chegaria, assim, ao comando da Tipografia do governo posto que administrar para a época era o mesmo que "governar, dirigir"[42]. Como funcionário público teve especial destaque na medida em que direcionou sua carreira enveredando-se pelo campo das *Letras*. Desse modo estimamos que a *Tipografia da Impressão Régia* teria sido o ponto de partida de sua trajetória na América Portuguesa, especialmente pela atividade na redação de seu próprio periódico, em uma nova empreitada que alcançaria cinco anos depois, representando uma demonstração clara de quão restrito era o universo tipográfico no período, seja no que toca ao aspecto humano – com poucos funcionários capacitados para realizar as respectivas tarefas; seja no aspecto ideológico, a fidelidade e identificação pessoal pelos censores e diretores régios, demonstrada por Meireles, que acabou recebendo chamados de grande importância. Conforme destacou Morel, relações de poder como estas revelam dimensões culturais capazes de permitir novos conhecimentos acerca da imprensa periódica da época, bem como dos embates sociais e políticos que esta última ajudou a construir. Nesse sentido a personagem Zefferino Meireles pode ser vista como um ponto importante ganhando aos poucos relevância e credibilidade naquele incipiente mundo letrado[43].

39
MINARD, Philippe. A agitação na força de trabalho. In: DARNTON, R.; ROCHE, D. (orgs.). *Revolução Impressa*. A Imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: Edusp, 1996. p.155-175.

40
O conceito de imprensa em sua dimensão jornalística aparece explícito em IPANEMA, Marcelo de; IPANEMA, Cybelle de. *Imprensa Fluminense:* ensaios e trajetos. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1984. p.33.

41
MOREL, Marco. *Da Gazeta tradicional aos jornais de opinião*. Texto gentilmente cedido pelo autor.

42
SILVA, Antônio de Moraes. "Administrar". In:_____. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813, vol.1. p.43.

43
MOREL, Marco. Op.Cit.

Os caminhos possíveis na busca de reconhecimento e prestígio

Embora os documentos que tratam da vida de Zefferino Meireles não apresentem muitos dos dados referentes à dinâmica de seu cotidiano e de sua formação enquanto letrado, verifica-se pelas fontes manuscritas que o empregado trazia em sua experiência profissional qualidades específicas essenciais para o desenvolvimento das tarefas de tipógrafo da época[44], demonstrando "(...) um perfeito conhecimento de Arte Tipográfica, inteira aprovação na Língua latina e (ilegível) em algumas das línguas vivas"[45]. Conhecimentos estes, na opinião de Francisco Izidoro da Silva, "preciosos em uma tipografia" e possivelmente adquiridos no Reino de Portugal ao lado de muitos tipógrafos que de lá vieram com a Corte Real[46] especialmente a partir de 1808. Pela análise dos documentos biográficos de Meireles, encontramos confirmações de cargos e elogios do mesmo secretário, em nome dos censores reais ao empregado:

> Atento, outrossim, que em todo o tempo que o suplicante serve nesta Régia Oficina (...) tem sempre mostrado um incansável zelo pelo bem do real serviço, preenchendo cabalmente, e com toda a honra, e desinteresse, as incumbências de que tem sido encarregado (...)[47]

Tanta dedicação, contudo, realizou-se pelo descompasso entre promoções e aumento de salários. No exercício efetivo de tantos cargos o funcionário esteve sem receber aumentos – os pagamentos "extraordinários" –, o que acabou por gerar posteriormente requerimentos do funcionário ao monarca D. João[48]. Como resposta, em agosto de 1818, Vitor de Meireles era nomeado oficialmente à condição de vice-administrador da *Impressão Régia.* Do mesmo modo, era reconhecido como substituto de Lourenço José Alves Reis, na administração, função que ocupou repetidas vezes, como referido, desde 1816. Em paralelo os documento biográficos atestam ainda súplicas do empregado imbuídas do desejo de adquirir a condecoração de oficial "com a mercê do Hábito da Ordem de Cristo". Tal qual afirmou o suplicante a condecoração foi dada pelo monarca a todos os seus súditos como forma de reconhecimento dos trabalhos "extras", em torno dos prelos, na ocasião da chegada da Princesa Dona Leopoldina, em 1816[49]. Como se sabe, o episódio constituiu um grande acontecimento na vida dos moradores da Corte pela especial simbologia que agregava na relação de admiração bem como de obediência à monarquia. O trabalho da imprensa era crucial, portanto, para estabelecer as bases de recepção da princesa e de consolidação dos laços com seus novos súditos fortalecendo a relação destes com os representantes da nobreza. A ascensão profissional seria, por outro lado, a solução para problemas financeiros e de prestígio. Na sociedade da época, "aceitava-se a nobreza como distinção social e detentora de alguns privilégios"[50]. Segundo Maria Beatriz Nizza, no início do século XIX (e, especialmente, após 1818), D. João VI produziu uma "boa safra de titulares". As formas mais visíveis de distribuição, segundo a autora, ligavam-se à concessão do foro de fidalgo da Casa Real, à atribuição de hábitos e, mais raramente, de comendas das três ordens militares (Cristo, Santiago e Avis). Nesse sentido, "a liberalidade do soberano" incidiu também sobre os habitantes do *Brasil*, concedendo "a uns hábitos e comendas, a outros, postos e ofícios; a estes, dignidades e empregos, àqueles, honras e mercês"[51].

44
A condição de tipógrafo aqui tratada consiste no entendimento dos vários processos de impressão e não meramente na condição de proprietário de tipografia.

45
Zefferino Vitor de Meireles. BN-DMss. Coleção Documentos Biográficos. Rio de Janeiro. s.d. Doc.8.

46
Pela leitura de muitos dos anúncios do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, outros nomes podem ser identificados como funcionários da tipografia: Luiz Manuel Pereira e Francisco Rodrigues de Almeida, identificados como *mestre-de-prensas* e *mestre-livreiro*, respectivamente, através da seção "achados e perdidos". *Diário do Rio de Janeiro*, 05 de junho de 1821.

47
Zefferino Vitor de Meireles. BN-DMss. Coleção Documentos Biográficos. Rio de Janeiro. Doc. 16, 24 de dezembro de 1817.

48
Renato Berbert de Castro destacou que, em 1822, o "mestre de imprensa" José Francisco Lopes, para assumir a direção da Tipografia oficial baiana da cidade de Cachoeira, requereu o salário anual de 400 mil réis mais o valor de 100 mil réis de gratificações por trabalhos extras. Apesar de ter a gratificação negada, recebeu dez anos de salário adiantados. Ver: CASTRO, Renato Berbert de. *A Tipografia Imperial e Nacional da Bahia (Cachoeira /1823; Salvador /1831)*. São Paulo: Ática, 1984. p.8-10.

49
Zefferino Vitor de Meireles. BN-DMss. Coleção Documentos Biográficos. Rio de Janeiro, doc.1-16.

50
SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

51
Ibidem p.262.

Manuscritos, muito representativos na carreira do empregado, deixam transparecer a complexa teia de relações sociais em que esteve inserido. Nesse sentido, enunciam o caminho delicado e sinuoso dos mecanismos de ação dos órgãos da Coroa: um empregado fiel e habilitado que indicado para diversas funções importantes conquistou o devido reconhecimento, mesmo que tempos depois. Contudo, cabe indagar: o que teria levado Zefferino a receber tal reconhecimento? A reunião das qualidades acima apresentadas poderia falar por si só ou o caminho traçado na convivência com políticos, diretores e censores contribuiu para dar destaque ao funcionário? Talvez a junção das duas hipóteses nos leve a alguma resposta acerca de sua trajetória. Respostas difíceis de atingir mas que podem, no entanto, auxiliar os estudos centrados no aprofundamento das relações entre cultura e poder, no microcosmo da *Tipografia da Impressão Régia* e na própria Corte do Rio de Janeiro[52]. No ano de 1818, em busca de reunir documentos que atestassem suas qualidades pessoais, o funcionário arrebanhou testemunhas de peso que acabaram sendo de suma importância para o êxito de sua causa. A primeira delas foi por intermédio do tabelião José Pires Garcia, que lhe confirmou o ordenado anual de 292$000 (duzentos e noventa e dois mil réis)[53]. Ao que tudo indica tal quantia assinalada pelas autoridades aparecia em consonância com o costume. A título de comparação – o que muitas vezes serve como instrumento de análise para a compreensão de valores em contextos passados –, vale lembrar que no início da década de 1820 os oficiais responsáveis pela contabilidade da *Gazeta do Rio de Janeiro,* recebiam a quantia de 126$968 (cento e vinte e seis mil, seiscentos e noventa e oito réis)[54] como parte por cada sócio proprietário. Embora esta quantia não seja o total do valor recebido na função, está a menos da metade do que Zefferino passou a receber. Em outras palavras, no lugar de vice-administrador o funcionário Meireles passou a receber mais do que o dobro da cota dos sócios diretores que trabalhavam na contabilidade[55]. Embora os documentos não apontem para todas as respostas às suas solicitações é possível avaliar que o empregado adquiriu prestígio capaz de ser retribuído senão com condecorações com o devido pagamento de seus trabalhos. Por outro lado, verificamos que o salário conquistado pelo empregado era de alto valor quando cotejado com os recebidos pelos funcionários da imprensa oficial no Reino de Portugal ou mesmo com aqueles apresentados por trabalhadores de ramo similar.

Ao estudar o assunto, Alfredo de Carvalho[56] sinalizou que apesar de restrito o universo humano que compunha o ofício de impressão da régia oficina apresentava outros níveis no interior de suas atividades mecânicas cujos pagamentos variavam conforme as ocupações[57]. Sendo assim, o aprimoramento técnico proporcionado por esse sistema era direcionado principalmente aos aprendizes os quais, uma vez envolvidos no processo, iniciavam recebendo a quantia de $160 (cento e sessenta réis) diários. Após um ano na função seriam aumentados para o valor de $400 (quatrocentos réis) também diários[58]. De acordo com os valores da época a soma de $160 equivalia a dois números avulsos de alguns dos principais jornais da Corte. Ao contrário do que ocorreu com Zefferino, como incentivo para que não faltassem ao trabalho, os aprendizes recebiam gratificações extras.

De acordo com Nelson Schapochnick, os aprendizes deveriam conhecer bem a língua, pois muitas vezes eram incumbidos de produzir a cópia no lugar dos *corretores* quando os últimos precisavam de auxílio[59].

52
Para Sirinelli, a história cultural pode ser um marco para a história política revigorada. Esta última, no entendimento do autor, deve "analisar não somente os comportamentos individuais e coletivos e seus efeitos, mas também aquilo que se relaciona com a percepção e as sensibilidades". SIRINELLI, Jean François. De la demeure à l'agora. Por une historie culturelle du politique. In: BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre Milza (dir.). *Axes et méthodes de l'historie politique*. Paris: PUF, 1998. p.381-398.

53
Zefferino Vitor de Meireles. BN-DMss. Coleção Documentos Biográficos. Rio de Janeiro, doc.16, fl.1, 24 de dezembro 1817.

54
SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822):* cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. p.12.

55
Como *revisor*, Zefferino recebeu "o valor de costume para o cargo", não especificado nas fontes. Como vice-administrador, o funcionário havia solicitado o ordenado de 350$000 (trezentos e cinqüenta mil réis). Zefferino Vitor de Meireles. BN-DMss. Coleção Documentos Biográficos. Rio de Janeiro, doc.16, fl.1, 24 de dezembro 1817.

56
CARVALHO, Alfredo de. Gêneses e Progressos da Imprensa Periódica no Brasil. In: Centenário da imprensa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo Consagrado à Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa periódica no Brasil, Rio de Janeiro, vol.2, Imprensa Nacional, 1908.

57
Ibidem. p.26.

58
Seguindo seu raciocínio, trabalhando de segunda a sábado, os aprendizes ganhariam mensalmente 3$200 (três mil e duzentos réis), o que daria 38$400 (trinta e oito mil e quatrocentos réis) por ano, valor perfeitamente possível, quando comparados ao salário recebido por Zefferino Meireles.

59
SCHAPOCHNICK, Nelson. Malditos Tipógrafos. *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro: FCRB, 2004.

Apesar dos indícios iniciais como *alçador* e *almoxarife*, a grande experiência demonstrada por Meireles no efetivo exercício das inúmeras funções nas quais estava envolvido revelou traços característicos do perfil cultural da impressão no alvorecer do século XIX. Dito de outro modo, o olhar treinado nos detalhes do campo da impressão; o convívio direto com outros letrados e a formação em diversas línguas e a sua ligação com atividades relativas à administração fizeram de sua figura mais do que um simples funcionário da oficina da *Impressão Régia*. Sob essa ótica entende-se que, por seu percurso profissional, tendo sido ainda redator de seu próprio jornal, a personagem Meireles constitui-se não apenas como intermediário na relação entre sua cultura e sociedade, mas também enquanto um ativo produtor dela. Na condição de latinista e como entendedor de outras línguas, possivelmente realizava ainda traduções, ou mesmo leituras de obras estrangeiras, quando na falta de outros funcionários da real casa tipográfica. Como técnico, dedicado ao condicionamento e organização dos caracteres, conjugava funções, no entanto, bastante complementares. Dessa forma, Vitor de Meireles pode ser entendido enquanto um *homem de letras,* que, em seu sentido amplo, viveu envolvido em muitas das etapas da escrita e da impressão, no labor diário da lida com um corpo de maquinários e da experiência em todo o universo erudito[60]. Nesse sentido, estando presente por treze anos nos trabalhos em torno da imprensa do governo contribuiu para a produção e a difusão de uma incipiente cultura impressa carioca quando o jogo de forças colocava em cheque o futuro do Império luso-americano. Meireles reforça ainda a noção de que nos primórdios do século XIX, na sede da Corte, reflexão e labor não são pontos separados nos trabalhos que envolvem a rotina da impressão. Ao contrário do que defendiam os enciclopedistas, as práticas braçais e reflexivas coexistiam como partes de um mesmo todo. Na opinião de Antônio Cândido, no contexto que antecedeu a independência, a raridade e a dificuldade da instrução, a escassez de livros, a necessidade de recrutar entre os letrados homens como os pregadores, professores, administradores, deram aqueles homens de saber, "um relevo inesperado" [61].

Enquanto redator do periódico *Diário do Rio de Janeiro*, a partir de 1821, Zefferino consolidou sua postura ativa desta vez preocupada com a melhoria da cidade e na moldagem de novas formas de viver em consonância com os novos rumos tomados pela cultura européia. Apresentando as habilidades exigidas pelo ofício da época – entre engenheiros, professores, advogados, médicos, redatores e tipógrafos – atuou, unindo o trabalho burocrático de administração às atividades relativas à "República das Letras"[62]. No tocante ao seu universo de trabalho, Zefferino esteve dedicado a corresponder aos anseios dos principais nomes de peso político do período, ou seja, na defesa pela manutenção da monarquia. Sua vivência entre políticos e letrados fez com que seu cotidiano na *Impressão Régia* integrasse uma teia de relações de poder[63].

Na Impressão Régia: alianças entre saber e poder

No que respeita a sua formação nas *Artes* e nas *Letras* não nos foi possível encontrar vestígios de uma educação formal, seja em Coimbra, seja nos trópicos. Sua identificação, enquanto membro de um setor dominante letrado tornou-se possível devido aos longos anos que passou dedicado aos trabalhos na *Impressão Régia* (de 1808 a 1821)[64]. Este espaço de formação técnica e ideológica ganhou ainda mais relevância como o

60
A este respeito, ver: CHARTIER, Roger. O Homem de Letras. In: VOUVELLE, Michel (dir.). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997. p.121-122.

61
CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos)*. 5ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. p.218-225.

62
Lúcia Neves destacou que Zefferino Meireles compunha o grupo dos indivíduos da *elite brasiliense*, os quais, em 1822, pensavam em idéias separatistas e cuja idade oscilava entre 20 e 50 anos.

63
Os constantes requerimentos ao monarca, além de contato com tal esfera de poder, revelavam além de tudo um intenso anseio de crescimento por parte do empregado.

64
Apesar de não encontrarmos documentos que confirmem a saída da *Impressão Régia,* suas declarações por meio do *Diário do Rio de Janeiro*, demonstram um desejo do tipógrafo em dedicar-se apenas à redação do seu jornal, emitido a partir de 1821. *Diário do Rio de Janeiro*, n.4, 05 de julho de 1821.

âmbito que promoveu sua socialização entre os demais membros de uma elite letrada (e política), pela ocupação que exerceu e pela carreira desenvolvida no seio da burocracia administrativa e nas áreas relativas à cultura monárquica. Pela análise de seu Invetário *Post Mortem*[65] foi possível verificar que a família do marido e pai, Sr. Meireles, vivia sem grandes luxos tirando seu sustento do próprio trabalho. Ressalte-se que as informações aqui expostas foram possíveis na medida em que encontramos este documento, que apesar de não apresentar detalhes como bairro de moradia e/ou ano de nascimento e chegada na América, forneceu dados importantes os quais nos ajudaram a compor o que Pierre Bourdieu chamou de *superfície social*[66].

Ainda que desconheçamos sua aparência física, pudemos perceber alguns de seus costumes e gostos pela análise do perfil de suas roupas e objetos pessoais[67]. Entre seus objetos tipográficos, característicos de uma rara habilidade, chamamos atenção para dois prelos de pás usados e 108 tipos de *long-primer*[68]. Um dos escolhidos pela justiça para avaliar seus bens foi o livreiro Manoel Joaquim da Silva Porto[69]. Estabelecido na cidade desde 1811, Silva Porto montou sua própria tipografia em 1822, um mês antes de seu colega, Meireles. Ao mesmo tempo em que criava seu próprio negócio, a *Oficina de Silva Porto e Companhia*, feita em sociedade com Felizardo Joaquim Moraes, o livreiro exercia paralelamente o cargo de administrador da Impressão Régia, em 1822[70], sendo ainda, a partir desse mesmo ano, distribuidor da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Acredita-se que a aproximação entre os dois proveio da atividade que lhes era comum, além da convivência nos anos de 1821 e 1822 no interior da *Impressão Régia*. Em 1821, a loja de Silva Porto, situada na Rua da Quitanda, foi também chamada de "Loja do Diário", sendo o primeiro estabelecimento a receber assinaturas para o novo jornal de Zefferino[71]. Em contrapartida, Silva Porto assinava a autoria de muitos dos Sonetos Patrióticos publicados pela tipografia de Meireles. Nas palavras de Marco Morel, tais personagens podem ser compreendidos enquanto herdeiros de um "absolutismo ilustrado" e fundadores do "liberalismo político"[72]. Como homens que articulavam um saber em nome do poder; juntos, compunham o que Kenneth Maxwell[73] chamou de *geração de 1790*, grupo que, segundo o autor, "emprestou racionalidade à análise dos problemas coloniais e projetou um grandioso conceito de império luso-brasileiro"[74]. As relações pessoais do tipógrafo podem ser vistas do mesmo modo pela avaliação dos colaboradores do jornal. Anunciantes e/ou financiadores que por meio de assinaturas periódicas passavam a fazer parte de seu cotidiano.

Em 1º de março de 1822, o redator escreveu ao público:

> Aproveito a ocasião para agradecer ao iluminado público desta Corte, e com especialidade aos senhores assinantes a constante proteção que tem prestado a este *Diário*, sem o que eu não poderia ter vencido os muitos obstáculos que desde seu princípio tenho encontrado (...).[75]

Se seus nomes não vêm à tona pode-se ter uma avaliação de sua importância se pensarmos na grande duração em que o periódico circulou na cidade e em todos os seus distritos. Mesmo, e em boa parte do tempo, sem a presença de Zefferino, foram 57 anos (quase ininterruptos), acompanhando o crescimento da cidade; contribuindo na promoção da palavra pública e difundindo idéias de monarquia, *liberalismo* e *constitucionalismo*[76].

65
ANRJ. "Inventário *Post Mortem* de Zefferino Vitor de Meireles". ID. 34570. Notação: 8371, maço 433.

66
Para a noção de superfície social, ver: BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p.183-191.

67
ANRJ. Inventário *Post Mortem* de Zefferino Vitor de Meireles. ID. 34570. not. 8371, maço 433.

68
Ibidem.

69
NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; FERREIRA, Tânia M. Bessone da Cruz. Livreiros no Rio de Janeiro: intermediários culturais entre Brasil e Portugal ao longo do oitocentos. *Atas eletrônicas do 3º Colóquio do PPRLB*. Rio de Janeiro: Real Gabinete de Leitura, 2006. http//.www.realgabinete.com.br. Página acessada em novembro de 2007.

70
Nesse ano, conforme foi destacado, ainda na Imprensa Régia, Zefferino concentrava suas atenções como redator do *Diário do Rio de Janeiro*, até o mês de abril, quando montou sua *Tipografia do Diário* situada, inicialmente, na Rua dos Barbonos (atual Evaristo da Veiga).

71
Diário do Rio de Janeiro, n.1, 1º de junho de 1821.

72
MOREL, Marco. Pátrias polissêmicas: República das Letras e imprensa na crise do Império português na América. In: KURY, Lorelai (org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. p. 15-40

73
Sobre a influência da geração de 1790 e da figura de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, ver: MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790. In: _____. *Chocolates, piratas e outros malandros:* ensaios tropicais. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.157-208.

74
Ibidem. p.191.

75
Diário do Rio de Janeiro, n.1, 1º de março de 1822.

76
Segundo registrou René Rémond, o movimento liberal europeu foi a primeira onda de movimentos que se desencadeou sobre o Antigo Regime, caracterizando o que considerou como sendo a "mola-mestra da arquitetura intelectual" de muitos movimentos posteriores. Nessa perspectiva, o autor defende o liberalismo não apenas como um conjunto de fatos que "explodiram" em determinada época e determinados diretamente por uma classe, mas, ao contrário, como um fenômeno histórico de grande importância que deu ao século XIX "parte de sua cor", contribuindo para "sua grandeza". Para Rémond, o liberalismo consiste numa filosofia global, não estando restrita no aspecto econômico. RÉMOND, René. A Idade do Liberalismo. In: _____. *Introdução à história do nosso tempo.* O Século XIX (1815-1914). São Paulo: Cultrix, 1976. p.25-48.

Na América, pode-se afirmar que tal ideário foi introduzido pouco a pouco no curso de chegada da Corte Real, e ainda sob a influência de referências intelectuais francesas e inglesas. Com a independência política em 1822, *nosso liberalismo* foi se mostrando peculiar atendendo aos anseios de um príncipe e depois de um imperador (Pedro I) resistente em abandonar suas concepções consideradas por muitos enquanto autoritárias e conservadoras. Na opinião de Magali Engel, mesmo na Europa, tal movimento foi dotado de várias facetas sendo ainda reinterpretadas quando em seu uso nos trópicos. Segunda a autora, enquanto alguns intelectuais e políticos baseavam-se nas idéias de liberdade moderna, assentadas em parte nos postulados trazidos à tona por Montesquieu; outros, mais conservadores, defendiam a premissa da existência de desigualdades naturais entre os seres humanos, por sua vez pautadas nas idéias desenvolvidas por Jeremy Benthan e por Thomas Hobbes[77].

No caso do impressor Meireles, *seu liberalismo* aparecia inserido no contexto de transformações relativas às questões de representação. Desse modo o *liberalismo* no mundo luso-americano tomava a força pela "imagem de futuro a alcançar"[78]. Embora sua opinião esteja na maioria das vezes contida nas "entrelinhas" dos documentos analisados, o *constitucionalismo* seria uma forma de poder que balizaria sua postura liberal, ou seja, a defesa do soberano mediante o juramento e a obediência à Constituição lusa. Como salientou desde o início, ao receber as matérias para seu jornal exigia que estas atendessem aos limites da *razão* [79]. Postura esta capaz de deflagrar a sua diretriz política.

A opinião acerca dos rumos da *nação* portuguesa aparecia em seu periódico e era conduzida de forma a ressaltar a fraternidade dos povos do Império, tendo sido, nos primeiros meses do veículo, sua principal notícia. Assim como outros periódicos situados no mesmo período, o *Diário* apresentava um público leitor integrante de "uma inédita preocupação coletiva em relação ao político"[80]. Apesar de reservar um grande espaço destinado a anúncios locais, de uma forma ou de outra, em suas publicações iniciais não deixava escapar questões políticas mais urgentes[81]. Naquele contexto, foram publicadas inúmeras declarações defensoras da união dos habitantes dos "dois hemisférios". Isto se registra, em parte, pelo que lembram os historiadores István Jancsó e João Paulo G. Pimenta, ou seja: "a força coesiva do conjunto luso-americano era indiscutivelmente a M*etrópole* e o continente *Brasil* representava para os coloniais pouco mais que uma abstração"[82].

Para o redator do *Diário do Rio de Janeiro*, Zefferino Meireles, o "Brasil" parecia constituir uma parte (das mais importantes) de um Império venturoso, capaz de subsistir mesmo diante da força da natureza. Sua opinião pode ser vista em diversos trechos dispostos no periódico. Na seção TERREMOTOS[83], Meireles ressaltava a passividade do português a partir de uma comparação com as características físicas, ou seja, a boa localização do território que, a despeito de inúmeros outros reinos como, por exemplo, o do Canadá; o de São Domingos e o da Suíça, "não nos consta ter havido terremoto, pelo menos notável, neste vastíssimo *reino do Brasil*"[84]. Observemos que em face de um *terremoto* político, urgia por parte das elites intelectuais fornecerem ao público uma leitura dos eventos, seja diretamente ou por meio de metáforas.

No início de 1822, preocupado com as repercussões da Revolução Constitucionalista de 1820, o redator publicou um texto em que expunha

77
ENGEL, Magali. Liberalismo. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p.476-478.

78
NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Liberalismo político no Brasil: idéias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (orgs.). *Liberalismo no Brasil imperial:* origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan, 2001. p.79.

79
MEIRELES, Zefferino Vitor de. Plano de trabalho para o estabelecimento de um útil e curioso Diário. *Diário do Rio de Janeiro*, n.1, 01 de junho de 1821.

80
NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Leitura e leitores no Brasil (1820-1822): o esboço frustrado de uma esfera pública de poder. *Acervo,* vol.8, n.01/ 02, p.129, jan-dez de 1995.

81
É válido ressaltar que o universo político do período é encontrado de maneira mais direta durante os anos em que o jornal esteve redigido e editado por Zefferino Meireles. Após o seu falecimento, em novembro de 1822, o novo administrador e a "viúva Meireles", publicaram um jornal mais dedicado a anúncios em geral. Os fatos políticos não recebiam, desse modo, comentários por parte de leitores, apenas vinham retratados por aviso do governo e nas entrelinhas dos anúncios.

82
JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta* – a experiência brasileira (1500-12000). Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000. p.140.

83
Diário do Rio de Janeiro, n.6, 06 de junho de 1821.

84
Ibidem.

mais claramente sua visão acerca dos últimos acontecimentos cujo título era: *Memória Liberal, Política e Constitucional, na qual se provam os motivos porque se deve estabelecer a Corte Lusitana no Centro dos Domínios da América Meridional* [85]. No texto, o editor Meireles deixava claro a sua insatisfação quanto ao desejo das Cortes portuguesas de retorno do monarca d. João VI, para Portugal:

> Não he sem a maior mágoa do nosso coração, e de muito honrados portugueses que se ouvem, e lêem opiniões contrárias a Boa Ordem. O espírito Público acha-se na maior espectação; todos desejam o bem; porém nem todos têm coragem de reclamar os seus direitos com prudência e moderação [...] Esta obra é oferecida à Generosa nação Lusitana e dedicada a SAR., o príncipe regente Constitucional. Nesta obra se prova evidentemente que a Corte do Império Lusitano deve ser no Brasil (...)[88].

Mais à frente, atingia seu objetivo:

> (...) procuram manter-se os laços da mais estreita união entre os lusitanos de ambos os Hemisférios; mostra-se que os habitantes do Brasil são tão dignos e beneméritos com os habitantes de Portugal (...)[87].

Os laços que muitos dos colaboradores do *Diário* buscavam manter firmes, apareciam ainda nos sonetos da época. Nos escritos de leitores-colaboradores, estampados no *Diário do Rio de Janeiro*, virtudes lusas compunham os sentimentos entre portugueses dos dois hemisférios. Durante os meses de junho a agosto de 1821, apareciam, especialmente, sob a forma de Odes e Sonetos. Apresentadas em letras maiores do que o costume, em destaque frente às outras notícias (no que respeita tamanho e preenchimento), estas manifestações constituíram-se como um forte mecanismo de moldagem das *leituras* da Corte. A dimensão da idéia de *nação* aparecia especialmente revestida, antes de tudo, pelo significado de ser português. Manifestações de amor à *nação* e à *pátria* lusas, apareciam constantemente, colaborando para a idéia de um cenário de fraternidade entre os indivíduos dos dois lados do Atlântico.

Na concepção de alguns dos leitores do *Diário*, era importante ressaltar antigos valores de seu imaginário enquanto dispositivos possíveis de luta para selar o bom entendimento entre os habitantes do Império luso-americano. Ressaltando os laços de união que atavam os portugueses, em agosto de 1821, o *Diário* anunciava a seguinte dedicatória:

> Ao Nome Português
>
> Nome excelso, que imenso espaço abrange;
> Do Pólo Ocidental ao disco ardente;
> Tocha acesa na luz do rico Oriente;
> Senhor das palmas, que produz o Ganges:
> Tu que fizeste os públicos alfanges;
> Largar com susto ao Malabar ingente;
> Espantar as horríficas falanges:
> Tu que vives no Céu, no Mar, na Terra;
> Impresso nos padrões da heroicidade,
> A tenaz opressão de nós desterra:
> Este canto, que inspira a liberdade,
> Excelso Nome Português encerra
> Contigo no salão da Eternidade.
>
> Por F.F.Z. [88]

85
Diário do Rio de Janeiro, n.10, 12 de janeiro de 1822.

86
Ibidem.

87
Diário do Rio de Janeiro, n.10, 12 de janeiro de 1822. A respeito do vocábulo *reino*, tomamos emprestada a noção de Guerra: constituía-se como "uma unidade política completa, englobando múltiplas comunidades locais, que uma vez localizadas nos trópicos, uniam-se por um território composto pelas mesmas instituições e por um mesmo governo". GUERRA, François-Xavier. A nação na América espanhola: questão das origens. *Revista Maracanan*. Ano 1, n.1, 1999 / 2000. p.9-30.

88
Diário do Rio de Janeiro, n.5, 06 de agosto de 1821. (grifo meu).

Na expectativa de atingir seus iguais, habitantes de um mesmo Império (português), o texto destaca a grandiosidade de suas dimensões geográficas; a elevada posição do Reino no coração dos súditos; o caráter heróico e eterno de sua história. Características moldadas em um passado distante mas que perpassavam ao longo de sua história recebendo novas dimensões. A idéia de glória como um valor ao Reino de Portugal está presente em inúmeros documentos ao longo da expansão lusa, usadas intensamente desde o final do século XVIII no discurso de intelectuais e políticos.

Pensando na força de seu periódico enquanto espaço de construção de modos de viver e pensar, Zefferino Vitor de Meireles fazia crescer seu principal empreendimento[89]. Em suas declarações, dispostas nos primeiros números do jornal, o redator parecia comparar aquela publicação a um grande compromisso, uma "árdua empresa"[90], um sacrifício necessário para se atingir o progresso. Nesse sentido, com redação e edição diárias, seu ofício seria uma "penosa tarefa"[91], a ser observada abaixo:

> logo que, em razão do bom acolhimento que felizmente vai tendo esta árdua empresa, possa prudentemente dedicar-se unicamente a este ramo de serviço Público esmerar-se em levar, quanto lhe for possível, ao maior grau de perfeição tão útil estabelecimento, cujas grandes vantagens, talvez em breve tempo, a experiência comprovará de uma maneira infragável [...][92]

Por suas palavras verifica-se que o periódico apresentou uma feição bem mais rica daquela difundida pela historiografia. Nota-se, assim, uma postura norteada pelo objetivo de instruir o público leitor acerca das inovações científicas do mundo europeu contribuindo para fazer da cidade sede do Império português um local "digno" de abrigar costumes mais modernos tão em voga na Europa. A partir desses escritos e declarações oficiais nota-se que o *Diário* deixava de ser uma simples vitrine de notícias para se apresentar enquanto um veículo capaz de conter os mais distintos valores e práticas de sua sociedade. A amplitude de sua área de atuação demonstra uma identificação com a evolução da cidade expressa na tabela abaixo:

TABELA 1

Área distrital	Estabelecimento	Localidade	Responsável	Quantidade de subscrições
1º distrito	Botica	Rua da Quitanda, nº 41.	João Ferreira de Sampaio	398
2º distrito	Botica	Rua da Quitanda, nº 109.	Fortunato Justino Rangel e Maia	295
3º distrito	Botica	Rua dos Ferradores.	Antonio Lucas da Cunha Castello Branco	152
4º distrito	Botica	Rua dos Barbonos	José Caetano de Barros	122
5º distrito	Botica	Largo das Laranjeiras	Sebastião Vieira do Nascimento	13
6ºdistrito	Botica	Cidade Nova	João Maria da Luz	40
7º distrito	Botica	Mataporcos	Salvador da Silva Fidalgo	4

FONTE: *Diário do Rio de Janeiro*, nº 6, 07 de julho de 1821.

Conforme mostrado na Tabela 1, havia uma estreita aliança entre o editor Meireles e os comerciantes, especialmente os donos de Boticas. No período contemplado pela análise foram constantes os anúncios de boticas como locais de assinatura de novas obras. Sendo assim, entendemos que

89
Para o tratamento da esfera pública na América ibérica, nos valemos das assertivas do professor François-Xavier Guerra. De acordo com Guerra, a esfera pública é fruto da participação de variados estratos sociais, resultado de experiências culturais comuns, não podendo ser demarcada apenas pela atuação de uma única classe. GUERRA, François-Xavier. *Modernidad y Independencias*: ensayos sobre las revoluciones hispanicas. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. p. 302.

90
Diário do Rio de Janeiro, n.5, 05 de junho de 1821.

91
Diário do Rio de Janeiro, n.1 a 30, 01 a 30 de junho de 1821.

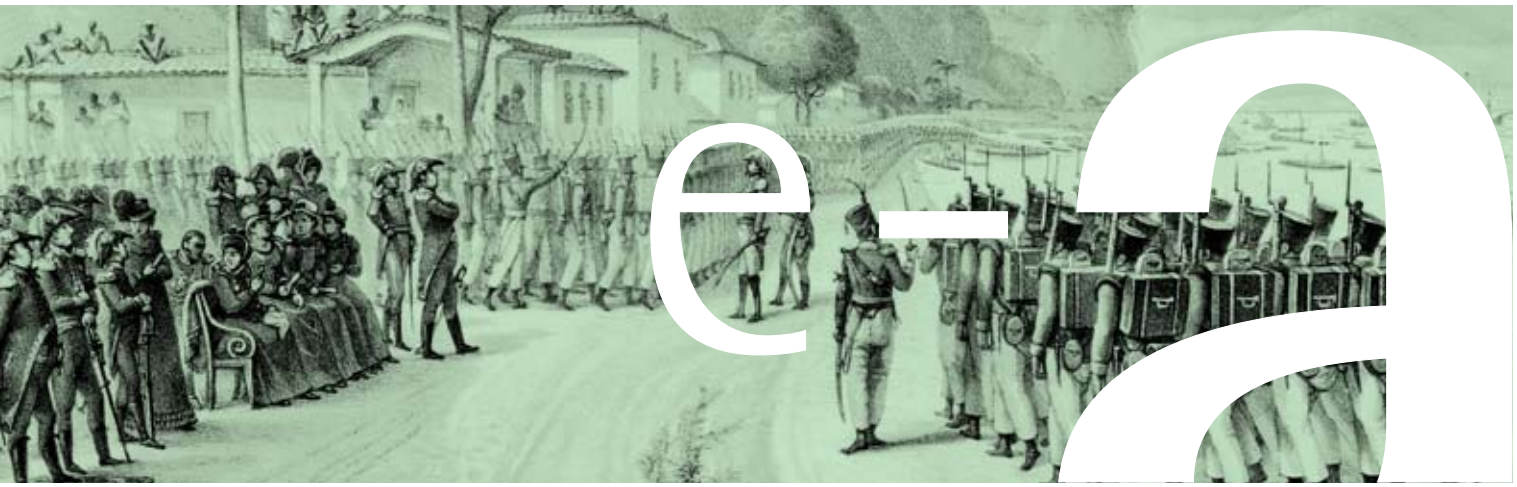
92
Diário do Rio de Janeiro, n.6, 6 de junho de 1821.

a quantia de cerca de mil exemplares como tiragem do *Diário do Rio de Janeiro* (tidas em julho de 1821), em face de uma população de maioria analfabeta, pode ser considerada um sucesso em termos empresarias por estampar ainda atitudes convergentes de parte dessa elite residente na Corte na perspectiva de dirigir de maneira *correta* a veiculação dos eventos.

Para tanto, a concepção dos indivíduos acerca de sua identificação com a *pátria* e com sua *nação* constava nas prioridades de suas ações, aparecendo de forma constante no periódico notadamente em 1822. Nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro* a leitura se fazia a partir da articulação de um grupo de referenciais culturais (e simbólicos); manifestados não apenas pelo ato de ler, mas também pelo ato de fidelidade ao comprometer-se com ela fazendo-a repercutir dentro e fora de seu espaço de origem[93]. Diante de tão distintas realizações no campo das *Letras* entendemos que a figura de Zefferino Vitor de Meireles conjugou múltiplas formas que acabaram por alimentar nossa perspectiva de compreendê-lo como um significativo agente cultural e político do início do oitocentos, e cuja trajetória confunde-se com a própria história de consolidação da atividade impressora na cidade em que a expansão de um espaço público de informação e de crítica forjou-se como meta na construção e divulgação do saber informativo e utilitário, instrumento da razão e construtor de um almejado progresso futuro.

93
Como afirmou Roger Chartier, a leitura é uma prática cultural e, antes de tudo, "uma ação criadora, inventiva e produtora", não podendo ser anulada no texto lido. Cf. CHARTIER, Roger. *Práticas de leitura*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1996. p.78.

Recebido para publicação em julho de 2009
Aprovado em fevereiro de 2010



Alphonse de Beauchamp e a história do Brasil: escrita da história, querelas historiográficas e leituras do passado no oitocentos

Bruno Franco Medeiros

Alphonse de Beauchamp e a história do Brasil: escrita da história, querelas historiográficas e leituras do passado no oitocentos[1]

Alphonse de Beauchamp and the History of Brazil: Writing of History, Historiographic Quarrels and Readings of the Past in the nineteenth century

Bruno Franco Medeiros
Mestrando em História pela Universidade de São Paulo (FFLCH / USP – São Paulo / Brasil)
e-mail: bfrancomedeiros@gmail.com

Resumo
Este informe de pesquisa apresenta alguns apontamentos sobre a recepção de Alphonse de Beauchamp e sua *Histoire du Brésil*, publicada em Paris, em 1815, no contexto de elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves. Acusado por Robert Southey de ter plagiado o primeiro volume da sua *History of Brazil* (1810), Beauchamp teve sua recepção na historiografia oitocentista brasileira marcada pela acusação de plágio, o que não foi de todo incomum em seu percurso intelectual também em França, onde ele foi alvo de polêmicas semelhantes. Nossa pesquisa procura elucidar quais eram as concepções de plágio correntes à época e como, à luz das transformações operadas no conceito de história, os diferentes interlocutores luso-brasileiros reagiram à obra deste autor. A permanência de referências pré-modernas do conceito de história paralela à emergência do conceito moderno contribuiu para uma série de querelas historiográficas, dentre elas, aquelas relacionadas ao plágio.

Abstract
This research presents some notes about Alphonse de Beauchamp's work reception and, specifically, his *Histoire du Brésil*, published in Paris in 1815, in the time of Brazil's elevation to United Kingdom of Portugal and Algarves. Accused by Robert Southey of plagiarism concerning his *History of Brazil*'s first volume (1810), Beauchamp had his reception in the Brazilian historiography of nineteenth century marked by accusations of plagiarism. These accusations were also not rare in his intellectual career in France, where he was frequently named "plagiarist". Our research seeks to elucidate which were the conceptions of plagiarism in that time and how, from the transformations of the history concept, the different Luso-brazilians audiences reacted to Beauchamp's book. The permanency of pre-moderns references of the history concept parallel to the rise of the modern concept, contributed to a series of historiography debates, among other things, those related to the plagiarism.

Palavras-chave
modernidade, historiografia, Império do Brasil

Keywords
modernity, historiography, Brazilian Empire

1
Pesquisa de Mestrado financiada pela CAPES, sob orientação da Profa. Dra. Iris Kantor.

1. Introdução

Esta pesquisa tem como temática geral a investigação das transformações operadas no conceito de história entre fins do século XVIII e início do próximo. Seu ponto de partida e foco central é o estudo de um autor estrangeiro, Alphonse de Beauchamp (1767-1832), situado na tradição historiográfica francesa, mas que se preocupou com a escrita da história do Brasil. Propomos investigar o conjunto da obra de Beauchamp, dando especial atenção aos problemas relacionados à escrita da história nas obras dedicadas à história do Brasil – a *Histoire du Brésil* (1815) e *L'Indépendance de l'Empire du Brésil, presentée aux monarques européenes* (1824). Estas obras ocupam um importante lugar na formação das narrativas nacionais sobre o Brasil na primeira metade do século XIX, o que nos leva a uma análise das estruturas que ordenaram a composição desse tipo de narrativa. Além disso, o conceito de plágio assumiu um lugar central nesta pesquisa, devido às diversas acusações de plágio sofridas por Beauchamp durante seu percurso intelectual. A partir da leitura de algumas obras dedicadas à sistematização do plágio no início do século XIX, tentamos mostrar de que forma este conceito foi parte integrante da crise do caráter exemplar/modelar da escrita da história face ao surgimento do moderno conceito de história.

2. Recepção e polêmica: Alphonse de Beauchamp e o mundo luso-brasileiro

Com a vinda da Corte para o Brasil em 1808, não foram poucos os estrangeiros, além de portugueses e "brasileiros", que produziram narrativas históricas sobre o passado colonial motivados por esse novo campo de experiência histórica. Como muitos de sua época, Alphonse de Beauchamp (1767-1832) dedicou-se a escrever sobre a história do Brasil, apesar de nunca ter pisado em solo americano. Sua *Histoire du Brésil* vinha à luz em 1815, no mesmo ano em que na Europa discutia-se as redefinições geopolíticas do continente europeu no Congresso de Viena.[2]

Imediatamente, sua história começara a ser traduzida no ano de 1817 em Lisboa, com algumas interrupções até 1834. Traduzida por Desidério Marques Leão, essa tradução contou com o apoio do Príncipe do Brasil D. Pedro de Alcântara, sendo-lhe dedicada. No prólogo, o tradutor chamou a atenção para alguns erros cometidos pelo historiador francês em sua história, principalmente por não ter sido uma testemunha ocular no teatro dos acontecimentos que ele narrava, sendo necessário, durante o trabalho de tradução, realizar alguns apontamentos de modo a chamar a atenção às passagens ambíguas e desenganadas da obra. Apesar disso, Marques Leão concluiu que não tinha que "acreditar a Obra, ela por si se recomenda; basta ser Historia de Portugal para ser lida com gosto" [3]. Certamente, o fato de Alphonse de Beauchamp iniciar o capítulo da sua *Histoire du Brésil* com uma breve história de Portugal a partir do ano de 1139 – ano da batalha no Campo de Ourique, lugar comum na historiografia portuguesa considerado as origens nacionais de Portugal[4] – e terminar com a notícia do descobrimento do Brasil abriu caminhos para a compreensão da história do Brasil como regeneração de Portugal [5].

Em 1826, José da Silva Lisboa (1756-1835), o Visconde de Cairu, fazia menção à *Histoire du Brésil* numa espécie de balanço historiográfico que abria a sua *História dos principais sucessos políticos do Brasil*. Comparando a obra de Alphonse de Beauchamp com a de Robert Southey (1774-1843), Cairu elogiou a obra de Beauchamp por ser mais concisa que a de Southey.

2
Sobre as questões coloniais de Portugal e o Congresso de Viena, Cf. : ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império*. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Edições Afrontamento, 1993. Em especial o capítulo intitulado "Na encruzilhada: o congresso de Viena", p.287-328.

3
BEAUCHAMP, Affonso de. *Historia do Brazil desde o seu descobrimento em 1500 até 1810*, vertida de Francez, e acrescentada de muitas notas do tradutor. Lisboa: Oficina de J. F. M. de Campos, 1817. p.12. Houve também uma tradução feita no Brasil em 1819 pelo Pe. Ignácio Felizardo Fortes.

4
BUESCU, Ana Isabel. Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs.). *A memória da nação*. Lisboa: Sá da Costa, 1991.

5
Para uma maior compreensão da experiência do tempo como regeneração nesse período, Cf.: ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo*: conceitos e narrativas na formação nacional do Brasil (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

Em seguida, classificou Beauchamp como "estrênuo e eloqüente advogado do Brasil" devido à apologia feita pelo francês a respeito da permanência de D. Pedro I no Brasil durante o processo de Independência. Recuperando uma passagem da obra de Beauchamp sobre a Independência do Brasil, Cairu citava Beauchamp: "Monarcas Europeus! Dizei o que devia fazer D. Pedro! Devia regressar a Portugal, e render-se à discrição dos Conselheiros de seu Pai? Se tal se resolvesse, teríeis dezenove Republicas, e dezenove Bolivars de mais no Hemisfério d'América". Para Cairu, estas linhas equivaliam a volumes[6].

Na década de 1840, o nome de Beauchamp foi recuperado em meio a uma polêmica protagonizada pelo general José Ignácio de Abreu e Lima (1794-1869) e Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), acerca de um juízo desfavorável feito por Varnhagen sobre o *Compêndio da História do Brasil* (1843) de Abreu e Lima, juízo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1844 [7]. Varnhagen desqualificou a obra de Abreu e Lima devido ao fato de este último ter-se apoiado em grande parte na tradução da *Histoire du Brésil* de Beauchamp para compor o seu *Compêndio*. O que se vê no Juízo de Varnhagen, na verdade, é um severo ataque a Alphonse de Beauchamp. Varnhagen julgava que Abreu e Lima copiou Beauchamp, que por sua vez teria copiado Southey, além de dizer que Beauchamp "procura disfarçar o plágio, dá a algumas idéias novas formas, suprime outras, sacrifica muitas vezes a verdade histórica ao estilo fascinador, e por tanto, mais perigoso (...)" [8]. Devido à boa reputação da qual gozou na historiografia brasileira desde o século XIX, Varnhagen contribuiu em grande medida para o descrédito e ausência de Alphonse de Beauchamp na história da historiografia brasileira, na qual sempre fora lembrado como plagiário. A partir de uma análise mais detida sobre o conceito de plágio no início do século XIX pretendemos mostrar que, para além da acusação de furto de obras alheias, o conceito de plágio comportou outros significados.

3. O plágio e sua compreensão a partir das transformações operadas no conceito de história na passagem do século XVIII para o XIX

Quando publicou a *Histoire du Brésil* em 1815, Alphonse de Beauchamp disse que durante sete anos juntou material, ordenou e redigiu a sua história do Brasil, em meio à criação e publicação de outras obras de sua autoria. Segundo ele, estando dois volumes já prontos, poderia publicá-los, mas preferiu ser fiel ao seu plano primitivo de publicar uma *histoire générale du Brésil*, o que só veio a ser concretizado com o término do terceiro volume. A definição de *história geral* que encontramos em Beauchamp tem uma característica singular na história da historiografia: ela tem como meta a reunião, a somatória das várias histórias particulares escritas sobre o Brasil até então, diferente da *história geral* produzida por Varnhagen, a qual comportava outros significados [9].

Beauchamp disse que, entre a escrita de um volume e outro, apareceu em Londres uma "compilação" sobre a *História de Buenos Aires e do Brasil até 1640*, cujo autor era Robert Southey. Segundo Beauchamp, sem oferecer nada de novo, Southey prometia para 1810 a publicação de um segundo volume que completaria os anais do Brasil. "Vã esperança", escreveu Beauchamp sobre a expectativa do volume prometido[10]. O segundo volume da *History of Brazil* só apareceria em 1817.

Com a publicação deste volume, Southey acusou Beauchamp de ter produzido sua obra a partir do primeiro volume de sua história, excetuando

6
LISBOA, José da Silva. *Historia dos principaes successos politicos do Imperio do Brasil*. Parte 1. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1826. p.19.

7
Sobre a polêmica entre Varnhagen e Abreu e Lima, Cf.: MATTOS, Selma Rinaldi. *Para formar os brasileiros*. O Compêndio da História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

8
VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo. Submetido ao IHGB pelo seu sócio Francisco Adolfo de Varnhagen acerca do 'Compêndio de História do Brasil' pelo Sr. José Inácio de Abreu e Lima. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. VI, p.63-64, 1844.

9
PIMENTA, João Paulo G.; ARAUJO, Valdei Lopes de. História (Brasil). In: FERES JR., João. (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte : Ed. UFMG, 2009. p.124.

10
BEAUCHAMP, Alphonse de. *Histoire du Brésil*, depuis sa découverte en 1500 jusqu'à 1810. Paris: Alexis Eymery, 1815. p.VIII-X.

o capítulo introdutório sobre a história de Portugal e outro contendo a descrição geral do Brasil. Para o autor inglês,

> a lista de autoridades as quais ele cita é copiada das minhas referências de margem; os manuscritos os quais ele alega citar estão sob minha posse, e somente aqueles que eu usei no meu primeiro volume. Toda a matéria de sua história é tomada a partir daquele volume [...]. M. Beauchamp não é novato na arte do plágio, como M. de Puissaye, e outros conterrâneos seus podem testemunhar [...].[11]

Ao explicar a forma como escreveu a sua história, Beauchamp já antecipava uma defesa sobre qualquer acusação que lhe fosse dirigida:

> Os eruditos me reprovarão sem dúvida de não ter enchido as páginas desta história de notas, de citações e de comentários. Tenho apenas uma objeção a lhes fazer, e esta é sem réplica; é que eu não sou um erudito. Poderia facilmente, como qualquer outro, me expor ao mérito de erudição e citações; mas esse pequeno charlatanismo me faria parecer ridículo e indigno de um escritor que faz profissão de franqueza e lealdade. Poderíamos opor ao sistema de citações minuciosas a autoridade dos historiadores da antiguidade, únicos modelos que confessam uma crítica sã, e o exemplo de muitos historiadores modernos que seguem os seus rastros. [...] As memórias são à história o que as cores são para o pintor. É somente pela sua combinação e fusão que o quadro da história que daí resulta forma uma composição completa e regular. [12]

A acusação de plágio por Southey se baseia na possível apropriação dos fundos documentais de sua obra por Beauchamp: dos seus manuscritos e das suas referências de margem. Ao definir o plágio, num artigo publicado na *Revue de Paris* em 1830, Antoine-Vincent Arnault (1766-1834) disse que "o plágio não consiste no empréstimo das idéias de outro, mas no silêncio conservado neste empréstimo. Tomar emprestado não é roubar"[13]. Ao fim do prefácio da *Histoire du Brésil*, Beauchamp listou uma relação de 64 livros que ele utilizou na escrita de sua história, dentre os quais Southey foi citado. Portanto, não houve omissão sobre a utilização da obra do historiador inglês. É certo que existem passagens nas duas obras cujo paralelismo pode ter servido para nutrir ainda mais as acusações de plágio. De certa forma, ao menos desde a historiografia antiga e até mesmo em alguns casos no século XIX, encontramos diversos autores fazendo largo uso de textos sem usarem notas de rodapé, incluindo na construção do texto pequenas alterações para mostrar que o haviam feito daquele modo[14]. Uma história se constituía mais em termos de uma combinatória de elementos coletivizados – neste caso a junção de várias obras formando uma *histoire générale du Brésil* [15].

A questão relativa aos manuscritos traz consigo o problema da produção original dos documentos. Comparado ao texto impresso, que possui formas de produção e circulação rigorosamente reguladas durante o Antigo Regime, o texto manuscrito e sua circulação possuíram características que escaparam a determinados tipos de controle. Atualmente, seria ingênuo afirmar que um manuscrito é passível de uma originalidade intocável, constituída de uma autoria indiscutível, ao invés de perceber que na cópia manuscrita é possível reconhecer várias mãos e, por tanto, mais de um autor[16]. Quanto às referências de margem (ou notas de rodapé), elas estão ligadas, na época moderna, aos instrumentos de *prova* que se tornaram indispensáveis na constituição de uma história erudita [17]. Quando

11
SOUTHEY, Robert. Preface. In: *History of Brazil*. Part the Second. London: Longman, 1817. p.VII-VIII. Segue a passagem no original: "The list of authorities which he has given is copied from my marginal references; the manuscripts which he pretends to quote are those in my possession, and only those which I had used in my first volume. The whole matter of his history is taken from that volume, as far as it would carry him, and from no other source; and in many places it is close translation. Care has been taken to disguise this plagiarism by transposing the matter as much as possible, and omitting all that relates to Paraguay, ..for M. Beauchamp is no novice in the art of plagiarism, as M. de Puissaye, and other of his countrymen, may bear witness." (Grifos meus).

12
BEAUCHAMP, Alphonse de. *Histoire du Brésil*, depuis sa découverte en 1500 jusqu'à 1810. Paris: Alexis Eymery, 1815. No original: Les érudits me reprocheront sans doute de n'avoir point hérissé les pages de cette histoire de notes, de citations et de comentaires. Je n'ai qu'une seule objection à leur opposer, et elle est sans réplique; c'est que malheureusement je ne suis point un érudit. J'aurais pu faciliment, et tout comme un autre, me donner le mérite d'un certain étalage d'érudition et de citations; mais ce petit charlatanisme m'aurait semblé ridicule et tout à fait indigne d'un écrivain qui fait profession de franchise et de loyauté. On peut d'ailleurs opposer au système des citations minutieuses l'autorité des historiens de l'antiquité, seuls modeles qu'avoue la saine critique, et l'exemple de plusieurs historiens modernes qui ont marche sur leurs traces. A quoi bon, par exemple, citer dans les mêmes pages des auteurs qu'il faut souvent concilier ou contredire, et dont la version a besoin d'être corrigée ou complétée par d'autres témoignages? Les mémoires sont à l'historien ce que leus couleurs sont au peintre [...].

13
ARNAULT, Antoine-Vincent. Du plagiat et des plagiaires. *Revue de Paris*. Paris: Le Vavasseur, 1830. p.193.

14
GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição moderna*: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papirus, 1998.

15
HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho.* Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria de Estado da Cultura, 1989. Em especial o primeiro capítulo, intitulado "Um nome por fazer". Cf. p.5 acima.

16
BOUZA, Fernando. *Corre Manuscrito*: uma historia cultural del siglo de oro. Madri: Marcial Pons, 2001. p.21-22.

17
GRAFTON, Anthony. Op.Cit. p.16.

Gaëtan de Raxis Flasan (1760-1845) polemizou com Beauchamp em 1812[18], aquele dizia que o tipo mais comum da história escrita pelos antigos baseava-se na produção de um grande efeito, sem segui-la de provas (*preuves*, no original). Segundo Flasan, os antigos conheciam pouco aquilo que ele denominou de *pièces officieles*, que os historiadores modernos utilizavam a fim de produzir uma história mais confiável. Enquanto os historiadores antigos foram mestres em conceder exemplos, os historiadores modernos foram mestres no levantamento de provas e *pièces officieles* na construção de sua narrativa histórica[19]. Portanto, quando o historiador se profissionalizou no século XIX, ao citar documentos ele não fazia referência a modelos de história, mas às fontes [20].

As notas de rodapé fazem parte das técnicas engendradas na formação da crítica e erudição histórica na época moderna. Na França, os nomes de Mabillon e Montfaucon são indiscutivelmente associados ao surgimento de um método crítico para a história[21]. No interior de uma historiografia oficial, a erudição não alcançou grandes proporções na França durante o século XVIII e início do XIX, apesar de nutrir uma importante tradição, mesmo que subterrânea [22]. Um dos fatores que ocasionaram a "derrota" da erudição [23] na França foi a grande importância atribuída à história política forjada no *grand siècle*, assentada no discurso elogioso e panegírico do rei. Também a história filosófica, desenvolvida pelos iluministas franceses, descartava qualquer tipo de minúcias. Voltaire fora um grande inimigo da erudição ao desprezar "a estéril ciência dos fatos e das datas" [24]: mais preocupado em estudar os motivos e as paixões que guiavam as ações humanas, Voltaire escrevia história brevemente e sem encobrir sua narrativa de detalhes inúteis[25].

As passagens que Alphonse de Beauchamp retirou da obra de Southey não foram citadas em inglês, mas vertidas para o francês, o que nos leva ao centro das discussões sobre tradução nesse período. No mesmo texto publicado na *Revue de Paris*, Arnault disse que

> quanto ao tradutor que fez passar em nossa língua as idéias e especialmente obras emprestadas de uma língua estrangeira, existe entre ele e o plagiário a diferença do conquistador ao ladrão. Que fez ele senão importar na literatura nacional os tesouros que de outro modo não existiriam para ela? Aliás, os esforços pelos quais se fez passar numa língua as belezas de outra língua não dão eles ao tradutor um direito de propriedade sobre a obra traduzida? [26]

Benedict Anderson apontou como uma das possíveis chaves para compreender as origens da consciência nacional a crescente importância das línguas vulgares durante a época moderna e sua disseminação a partir dos livros impressos, o que originou aquilo que Anthony Smith, considerando a obra de Anderson, chamou de *print-comunities* [27]. Quando definiu o conceito de plágio em 1812, em seu *Questions de littérature légale*, Charles Nodier (1780-1844) dizia: "Definimos, portanto o plágio propriamente dito, a ação de tirar de um autor (**particularmente moderno e nacional**, o que agrava o delito) o fundo de uma obra de invenção"[28]. Ao depararmo-nos com as opiniões de Arnault e Nodier, percebemos que o conceito de plágio também veio reforçar as fronteiras e limites das literaturas nacionais.

Alphonse de Beauchamp teria seu percurso intelectual marcado por freqüentes acusações de plágio. Um desses ataques veio novamente em 1822, quando publicou a biografia de Ali Pacha, logo após sua morte. Às

18
Gaëtan de Raxis de Flasan publicou uma *Histoire de la Diplomatie Française* entre 1808 e 1811. Beauchamp resenhou essa obra para a *Gazette de France* em dois artigos em 1812. No mesmo ano Flasan publicou um opúsculo intitulado *Apologie de l'histoire de la diplomatie française*, na qual refutava o que ele considerava as falsidades e erros cometidos por Beauchamp em sua resenha.

19
FLASAN, Gaëtan de Raxis de. *Apologie de l'histoire de la diplomatie française*. Paris: Debray, 1812.

20
GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição moderna*: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papirus, 1998. p.36-38.

21
BLOCH, Marc. *Apologia da história*, ou ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001. Em especial o capítulo 3. BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *Les écoles historiques*. Paris: Seuil, 1997. Em especial o capítulo 6.

22
BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. Op.Cit. p.128-130.

23
Retiro o termo "derrota" da erudição do livro clássico de Blandine Kriegel. *La défaite de l'érudition*. Paris: Quadrige/PUF, 1989.

24
GRAFTON, Anthony. Op.Cit. p.86.

25
BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. Op.Cit. p.140-141.

26
ARNAULT, Antoine-Vincent. Du plagiat et des plagiaires. *Revue de Paris*. Paris : Le Vavasseur, 1830. No original: « Quant au traducteur qui fait passer dans notre langue des idées, et à plus fort raison des ouvrages empruntés à une langue étranger, il y a entre lui et le plagiaire la différence du conquérant au voleur. Que fait-il ? qu'importer dans la littérature nationale des trésors qui autrement n'existeraient pas pour elle ? D'ailleurs les efforts par lesquels on fait passer dans une langue les beautés d'une autre langue ne donnent-ils pas au traducteur un droit de propriété sur l'ouvrage traduit ? »

27
ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989. p.46-56. SMITH, Anthony D. Invention and Imagination. *Nationalism and Modernism*. A critical survey of recent theories of nation and nationalism. New York: Routledge, 1998. p.135.

28
NODIER, Charles. *Questions de littérature légale*. No original : « Définissons donc le plagiat proprement dit, l'action de tirer d'um auteur (particulièrement moderne et national, ce qui aggrave le délit) le fonds d'un ouvrage d'invention. » p. 17. (Grifo meu).

vésperas da publicação, Beauchamp tomou conhecimento que François Pouqueville (1770-1838) reuniria os estudos esparsos de sua viagem à Grécia para escrever uma vida de Ali Pacha. Para Beauchamp, "(...) um tipo habitual de pressentir as intrigas literárias, como as intrigas políticas, me fizeram suspeitar que meu livro seria atacado em um certo jornal" [29]. Suas suspeitas foram confirmadas no dia 23 de junho de 1822, quando o periódico *Courrier Français* o denunciou como um plagiador, um copista, que formou todo o corpo de sua obra a partir da obra de Pouqueville, *Viagem à Grécia*, publicada em Paris entre 1820 e 1822. Dois dias depois, o periódico *Drapeau Blanc* repetia a mesma acusação. Beauchamp tentou replicar as acusações numa resposta que seria publicada nos dois periódicos, porém sem sucesso. Todavia, em 4 de julho, o periódico *La Quotidienne* fez apologia da obra de Alphonse de Beauchamp nesses termos:

> (...) Ter já escrito sobre um assunto de história não constitui privilégio de exploração exclusiva. Os eventos públicos pertencem a todos os escritores (...). Havia uma Vie d'Ali Pacha antes daquela de M. de Beauchamp? Não, existiam somente fragmentos esparsos, memórias isoladas, relações incompletas. Se tomar esses materiais, para lhes elaborar e arranjar, é roubar, M. de Beauchamp, que fez uma Vie d'Ali Pacha escrita com calor, rapidez e clareza, é um plagiário à maneira de todos os historiadores.[30]

Beauchamp pergunta se poderia ser considerado um plagiário por ter utilizado algumas passagens relativas às relações políticas entre Ali Pacha e François Pouqueville, já que todas as citações referentes à obra de Pouqueville na sua *Vie de Ali Pacha* estavam entre aspas e traziam a indicação da obra de onde foram tiradas. "Isto é uma fraude? Citar é roubar?", questionou Beauchamp. A acusação seria infundada, pois, segundo Beauchamp, não haveria uma só página na sua obra, excetuando as citações, que não mostrava seu estilo e seu método, que consistia em "incorporar, conciliar ou esclarecer, seja de versões diferentes, seja de relações apaixonadas ou contraditórias".[31]

O direito de propriedade autoral vinha se regularizando tanto em Inglaterra quanto em França desde o início da época moderna. Na França, da Revolução à Restauração, as leis que regulavam os direitos de impressão e propriedade sofreram diversas alterações durante esse período [32]. Envolvendo livreiros, impressores e autores, a discussão sobre o direito de propriedade foi ganhando cada vez mais força. Em meados do século XVIII Diderot já havia evocado uma nova imagem do homem de letras: aquele que vivia de sua pena [33]. Muitos autores tentaram defender seu direito de propriedade autoral baseando-se nesse pressuposto, dentre eles o livreiro parisiense Louis-Marie Proudhomme (1752-1830). Quando publicou o *Dictionnaire universel historique* em 1811, obra que ele tinha adquirido o direito de impressão, Proudhomme polemizou com os irmãos Louis-Gabriel Michaud (1773-1858) e Joseph-François Michaud (1767-1839), os quais publicaram sua *Biographie Universel* concomitante ao *Dictionnaire*. Para Proudhomme, a *Biographie* não passava de uma cópia do *Dictionnaire*. Para defender sua publicação, Proudhomme recuperou o papel do homem de letras descrito por Diderot:

> Quando imitamos as produções de um autor, cometemos contra ele o crime de roubo, porque lhe roubamos o fruto de suas noites sem dormir e de seus trabalhos. (Répertoire du Jurisprudence).

29
BEAUCHAMP, Alphonse de. *Vie d'Ali Pacha*, Visir de Janina. Paris: Villet, 1822. p.7-8.

30
BEAUCHAMP, Alphonse de. Op.Cit. p.18-20. No original : « M. de Beauchamp, connu par sa prédilection pour l'histoire contemporaine, doit voir maintenant, par les attaques que lui ont attirées sa Vie d'*Ali Pacha*, combien il est épineux d'écrire la vie d'un tyran, et même d'un tyran étranger. (...) Avoir déjà écrit sur un sujet d'histoire, ne constitue pas le privilége de l'exploiter exclusivement. Les événemens publics appartiennent à tous les écrivains (...). Y avait-il une Vie d'*Ali Pacha* avant celle de M. de Beauchamp ? Non, il n'existait que des fragmens épars, des mémoires isolés, des relations incomplètes. Si puiser dans ces matériaux, pour les façonner et les arranger, c'est piller, M. de Beauchamp, qui a fait une Vie d'Ali Pacha, écrite avec chaleur, rapidité et clarté, est un plagiaire, à la manière de tous les historiens. » (Grifos meus)

31
BEAUCHAMP, Alphonse de. Op.Cit. p.20-22.

32
VOUILLOT, Bernard. La Révolution et l'Empire : une nouvelle réglementation. In : CHARTIER, Roger ; MARTIN, H.-J. (orgs.). *Histoire de l'édition française*. Tome II. Le livre triomphant (1660-1830). Paris : Promodis, 1984.

33
CHARTIER, Roger. Property & Privilege in the Republic of Letters. *Daedalus*, vol.131, n.2, p.62, On Intellectual Property (Spring, 2002).

> Desmascarar os copiadores e plagiários é render à sociedade um serviço importante. (...) Não é somente minha propriedade que defendo hoje, e sim também aquela de qualquer pai de família e honestos capitalistas, que, conhecendo minha honestidade, meu zelo, minha economia, minha responsabilidade, não opõem êxito a me confiar somas consideráveis para realizar uma empresa bibliográfica de uma utilidade evidente.[34]

34
PROUDHOMME, Louis. *De la propriété littéraire ou les contrefacteurs et les plagiaires démasqués*. Paris: Prudhomme Fils, 1811. p.1.

Coincidência ou não, Alphonse de Beauchamp fora um dos autores que contribuíram para a *Biographie Universel* dos irmãos Michaud. Joseph François Michaud era editor-chefe do periódico *La Quotidienne*, quando Beauchamp foi defendido da acusação de plágio da obra de François Pouqueville em 1822. A resposta dos irmãos Michaud a Prudhomme em 1811 assemelha-se à defesa feita a Beauchamp anos depois: "uma obra de história não pode ser vista como uma cópia; ela relata fatos, eventos conhecidos, que pertencem a todos" [35].

35
Ibidem. p.42.

4. Apontamentos finais

Ao concluir o verbete imitação do seu *Dictionnaire des Beaux*-Arts (1806), Aubin Louis Millin (1759-1818) disse que somente ao imitar os "grandes autores" um autor alcançaria sua própria identidade e que a arte só alcançou seu progresso devido à imitação de um autor por outro: sem imitação ela permaneceria sempre na sua infância e barbárie [36]. Na *Encyclopédie*, o verbete imitação foi definido da seguinte forma:

36
MILLIN, Aubin Louis. *Dictionnaire des Beaux-Arts*. Tome II. Paris : Desray, 1806. p.166-7.

> Imitação.s.f. Poésie; Reth. Pode-se defini-la como o empréstimo de imagens, de pensamentos, de sentimentos, que se busca nos escritos de algum autor, e sobre os quais se faz uso, seja diferente, seja aproximando, seja enriquecendo sobre o original. *Nada é mais permitido do que usar as obras que estão entre as mãos de todo mundo.* [37]

37
Encyclopédie, ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers. Par une société de gens de lettres. Tome Dix-Huitième. Berne et Lausanne: Sociétés Typographiques. MDCCLXXXII. p.372. (Grifos meus).

Até meados do século XVIII, a fórmula ciceroniana da *Historia Magistra Vitae* havia guiado não somente como os historiadores compreendiam o seu objeto – o passado – mas também como o representavam. A história era considerada um cadinho repleto de modelos e exemplos a serem seguidos e imitados. Isso era também uma função da escrita da história – recorrer a exemplos de historiadores antigos para imitar o seu modo de escrita da história. O caráter de originalidade de um evento ou mesmo de uma obra não era possível, pois a compreensão do tempo engendrada pela *Historia Magistra Vitae* encerrava-se em si mesma. Essa proposição só se tornaria insustentável quando a história destituiu-se do cargo de mestra da vida para tornar-se mestra de si. A partir de então, o horizonte de expectativa não se nutria mais a partir de um passado imutável, mas sim em direção a um futuro aberto [38]. A sensação de aceleração do tempo, maximizada pela Revolução Francesa, contribuiu para a crise da exemplaridade em história: os paralelismos históricos a partir de então se esgotaram[39]. Desde então, grande parte do significado do conceito de imitação, antes considerado edificante e recomendável, migrou para o conceito de plágio, então considerado negativo e reprovável. Neste contexto, os autores que ainda se baseavam exclusivamente na imitação dos cânones historiográficos para escrever sua história acabaram sofrendo um veto crítico, considerados plagiadores, como foi o caso de Alphonse de Beauchamp.

38
KOSELLECK, Reinhart. Historia Magistra Vitae: sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: _____. *Futuro Passado.* Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed.UERJ, 2005.

39
As implicações e conseqüências da Revolução Francesa para a compreensão de uma nova experiência do tempo e de um novo regime de historicidade foi descrita por François Hartog em sua análise sobre o *Essai historique* (1797) e o *Voyage em Amérique* (1827), ambos de Chateaubriand. Cf. HARTOG, François. Régimes d' Historicité. *Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

Encher as páginas de sua história de citações, comentários e notas, significou para Beauchamp ser um erudito. Procedendo de forma diferente, ele recusou a erudição. Um dos maiores entraves encontrados pela

história erudita na constituição da historiografia francesa no século XVIII e início do século XIX foi a importância conferida à história filosófica. Na França, quando os historiadores filósofos começaram a atacar a erudição, o prestígio dos antiquários e dos historiadores eruditos começou a ser diminuído. Apesar de reconhecerem o trabalho crítico dos eruditos, os historiadores filósofos não sentiam necessidade de incluir detalhes minuciosos em suas pesquisas [40]. Segundo Arnaldo Momigliano, o tema da civilização se tornou o tema central da história filosófica, e a história política lhe foi subordinada [41]. Alphonse de Beauchamp, ao recusar a erudição, seguia o caminho traçado pelos historiadores filósofos do século XVIII. Um destes historiadores defendeu o uso da imitação, e Beauchamp, que certamente o leu, levou a cabo o que este historiador havia dito:

> Portanto, quase tudo é imitação. A idéia das *Cartas Persas* é tirada da idéia do *Espião turco*. Boiardo imitou Pulci, Ariosto imitou Boiardo. Os espíritos mais originais tomam empréstimos uns dos outros. (...) Acontece com os livros a mesma coisa que com o fogo em nossos lares; vamos buscar fogo no vizinho, acendemos o nosso, passamo-lo a outros, e ele pertence a todos[42].

Seu autor: Voltaire.

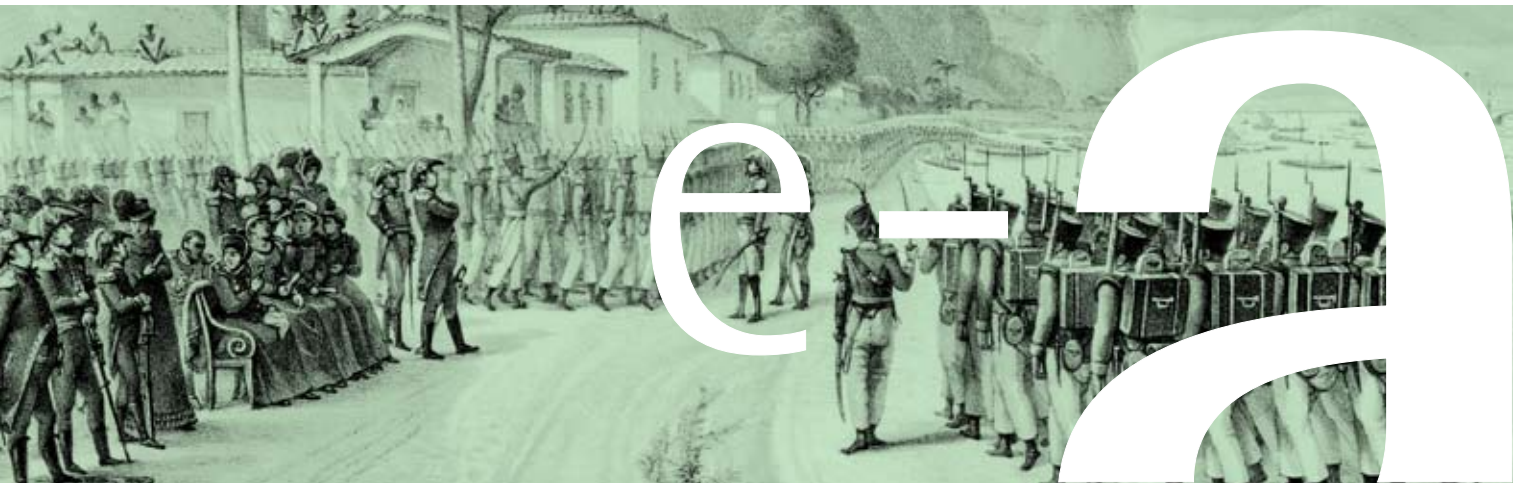
40
KRIEGEL, Blandine. *La défaite de l'érudition*. Paris: Quadrige/PUF, 1989. POCOCK, J. G. A. The politics of scholarship in French and English Enlightenment. In: _____. *Barbarism and Religion*. The Enlightenment of Edward Gibbon, 1737-1764. Cambridge: CUP, 1999. p.137-151.

41
MOMIGLIANO, Arnaldo. L'Histoire Ancienne et l'Antiquaire. In_____. *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris: Gallimard, 1983. p.277.

42
VOLTAIRE. Cartas Filosóficas. 1756. O contexto dessa citação é dado por Ginzburg, quando este mostrou as referências de Swift em Voltaire. Cf. GINZBURG, Carlo. Tolerância e Comércio – Auerbach lê Voltaire. In: _____. *O fio e os rastros*. Verdade, mentira, ficção. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Recebido para publicação em julho de 2009
Aprovado em setembro de 2009

resenhas



BARATA, Cipriano
Sentinela da liberdade e outros escritos (1821-1835).
Organização e edição de Marco Morel. São Paulo:
Editora da Universidade de São Paulo, 2008
Por Luiz Geraldo Santos Silva

CHIARAMONTE, José Carlos
***Cidades, Províncias, Estados*. Origens da Nação Argentina (1800-1846).** São Paulo: Hucitec, 2009
Por Ana Rosa Cloclet da Silva

COSER, Ivo
***Visconde do Uruguai* – centralização e federalismo no Brasil, 1823-1866**. Belo Horizonte: Editora UFMG;
Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008
Por Pedro Gustavo Aubert

FRANCO, Stella Maris Scatena
***Peregrinas de outrora*. Viajantes latino-americanas no século XIX**. Florianópolis: Ed. Mulheres/Santa Cruz
Del Sul: Edunisc, 2008
Por Maria Verónica Secreto

Luiz Geraldo Santos Silva
Professor no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná (UFPR – Curitiba / Brasil) e bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
e-mail: lgeraldo@ufpr.br

BARATA, Cipriano.
Sentinela da liberdade e outros escritos (1821-1835). Organização e edição de Marco Morel.
São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 933p.

Cipriano José Barata de Almeida (1762-1838), baiano de nascimento, é uma das mais notáveis figuras da vida social e política luso-brasileira de fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX. Seu nome aparece em diferentes fontes vinculadas à contestação da ordem do antigo regime desde que, em 1788, fora acusado de heresia em processo do Santo Ofício enquanto estudava Medicina em Coimbra. Mais tarde é acusado de inconfidente quando da abertura de devassa atinente ao movimento baiano de 1798. Anos depois, já na era do liberalismo político, foi eleito Deputado pela província da Bahia para a constituinte de Lisboa. Eleito para o mesmo cargo à Assembléia do Rio de Janeiro, em 1823, declina de tão honrosa função em favor de sua independência política. Neste mesmo ano fora encarcerado, permanecendo nesta condição ao longo de todo primeiro reinado. Paradoxalmente, retorna às masmorras já nos primeiros anos do período regencial, na fase de predominância liberal. A despeito de seu longo encarceramento, publicou periódicos e escreveu documentos e análises que influenciaram o nascente espaço público dos primeiros anos do império – aspecto que desafia nossa imaginação histórica. Assim, pois, Cipriano Barata viveu e atuou politicamente em eventos ocorridos desde fins da era colonial até o período das regências, passando pelos turbulentos anos da independência e do primeiro reinado. Embora tivesse sido "lavrador arrendatário", fosse médico formado em Coimbra e exercesse tal ofício conjuntamente ao de boticário, notabilizou-se principalmente como jornalista. Tal como Hipólito José da Costa, editor do *Correio Braziliense*, Frei Caneca, redator do *Typhis Pernambucano*, ou Evaristo da Veiga, responsável pela *Aurora Fluminense*, entre muitos outros "gazeteiros" de sua geração, Cipriano Barata foi único redator de sua folha periódica. Esta, intitulada *Sentinela da Liberdade*, foi publicada, com largas intermitências em sua circulação, principalmente na Cidade do Recife, província de Pernambuco, entre os anos de 1823 e 1835.

Por sua extensa trajetória política das inconfidências às regências, por suas idéias e propostas para uma vasta comunidade política sem rumos claramente definidos, por sua admirável coerência ideológica, Cipriano Barata merecia, como outros fomentadores do espaço público nascente na era das revoluções, publicação sistemática e erudita do conjunto de seus textos, particularmente de números de seu *Sentinela da Liberdade*. Frei Caneca, por exemplo, teve suas *Obras políticas e literárias* publicadas pela primeira vez em 1875. Estas, organizadas por Antonio Joaquim de Mello em dois volumes, aparecem graças à lei provincial de Pernambuco de 25 de junho de 1869. Recentemente, textos de Caneca reapareceram em obra organizada por Evaldo Cabral de Mello, graças a coleção Fundadores do Brasil, da Editora 34. Como se justifica, pois, que documentos elaborados por Barata, sobretudo seu *Sentinela da Liberdade*, não tenham, até agora, merecido igual tratamento?

É com grande satisfação que vejo ser publicado, no âmbito da Coleção *Documenta Uspiana*, organizada por István Jancsó e Pedro Puntoni, o

livro *Sentinela da liberdade e outros escritos (1821-1835)*, reunindo textos produzidos por Barata nos anos fulcrais do liberalismo luso-brasileiro. O volume, único, contém desde seus pronunciamentos nas Cortes de Lisboa, incluindo cartas e manifestos redigidos ao longo das tensões que marcaram o trabalho da constituinte lisboeta, até seus últimos escritos, publicados no jornal *Sentinela da Liberdade na sua Primeira Guarita, a de Pernambuco*, como ele mesmo intitulou sua folha então já decenária. Esta, aliás, ocupa maior parte da obra. Observe-se que dos 66 números do *Sentinela* publicados em sua primeira fase, que vai de abril a novembro de 1823, o presente volume disponibiliza 56, isto é, a larga maioria das publicações daqueles anos. No seu conjunto, há 88 números de jornais publicados por Barata no livro aqui em questão, sendo 86 do *Sentinela* – que voltam a lume entre 1831 e 1835 – e dois da *Gazeta Pernambucana*, publicados entre agosto e setembro de 1823. O livro contém, ademais, dois textos apócrifos atribuídos à Barata (*Análise do decreto de 1º de dezembro de 1822 sobre a criação da nova Ordem do Cruzeiro* e *Dissertação abreviada sobre a horrível masmorra chamada "Presiganga" existente no Rio de Janeiro*), bem como alguns impressos de sua autoria. Dentre estes, pode-se ler, por exemplo, *Desengano ao público ou exposição dos motivos da minha arbitrária prisão na Província da Bahia,* de 1831. O esmero e dedicação investidos na elaboração da obra podem ser avaliados, entre outros aspectos, pela transcrição de alguns manuscritos de Barata, os quais puderam ser dados a público graças ao projeto editorial que norteou a presente publicação. Dentre estes, destaque-se a *Relação abreviada dos meus sofrimentos e sucessos, desde o embarque a 4 de maio até a chegada a 26 do mesmo mês a esta Capital do Rio de Janeiro*, também de 1831.

Tal esmero e dedicação só poderiam ser decorrência de outra trajetória, neste caso intelectual. Marco Morel, organizador e editor do volume aqui em questão, é velho conhecido de Barata. Autor de pelo menos dois livros sobre ele e de uma dissertação de mestrado defendida na UFRJ em 1990 sobre sua trajetória política, não por acaso revela indisfarçável intimidade, e se refere amiúde ao tribuno baiano apenas como Cipriano. Ninguém melhor, pois, que Morel para empreender tão importante tarefa. Além de organizar a obra em seis partes distintas e baseadas na cronologia dos escritos, este participou ativamente da coleta de fontes em diferentes instituições de guarda de documentos, a exemplo da Biblioteca Nacional e do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ademais escreveu textos de impressionante erudição acerca da trajetória política, social e afetiva de Barata, bem como a respeito de suas idéias. Nestes textos introdutórios, tratou com maestria do espaço público – que ele conhece tão bem – que se gestava nos primeiros anos da vida política luso-brasileira a partir do segundo decênio do século XIX, e no qual Barata se inseria como um dos mais influentes e respeitados gazeteiros.

Na introdução, Morel nos apresenta aquilo que chama de uma "trajetória desviante", a qual explica, em parte, o amor, o ódio e o esquecimento que foram dedicados à Barata, bem como o olvido de seus escritos – reunidos e sistematizados apenas agora. Posteriormente, pode-se ler um breve, porém denso, resumo biográfico, e algumas notas sobre a memória e a historiografia dedicada ao personagem aqui em foco. Após discutir métodos e critérios da edição dos documentos, Morel optou por inserir uma curiosa iconografia de Cipriano Barata – algo que dificilmente se faria no caso de frei Caneca e outros periodistas distantes dos círculos

diletos da corte fluminense – a qual inclui paisagens e personagens com os quais o tribuno baiano se digladiava na arena política dos gazeteiros.

Para cada uma das seis partes do livro Morel elabora pequenos ensaios, que ele chama de "Comentários", mediante os quais conhecemos mais sobre o homem por trás dos escritos e sobre as circunstâncias de elaboração de cada documento. Aí também se discute a respeito dos assuntos enfrentados por Barata em cada período, em cada texto e em cada polêmica sustentada contra seus antagonistas, aspectos que freqüentemente são cotejados com literatura produzida acerca desse admirável personagem. Por outro lado, encontramos igualmente discussões eruditas e, ao mesmo tempo, apaixonadas acerca da autoria dos documentos apócrifos antes referidos, e explicações em torno das formas pelas quais, mesmo do cárcere, textos impressos e manuscritos saídos da pena de Barata vinham a público. Aspecto que merece ser sublinhado é o conhecimento de pormenor revelado por Morel sobre as tipografias baianas, pernambucanas e fluminenses nas quais os textos foram impressos. Conhecemos um pouco da trajetória de seus proprietários e herdeiros, e acerca de seus rumos e desvios nos serviços políticos prestados a grupos e indivíduos específicos. Ademais, merece destaque a maneira pela qual, nos "Comentários", muitos documentos ganham vida relativamente autônoma, trajetória própria, à medida que se recompõe o modo pelo qual vão de mão em mão, até contornar os muitos e profundos desvãos da memória e do olvido. O trabalho de Morel, contudo, não se esgota no estudo introdutório e nos comentários inseridos antes de cada uma das seis partes do volume. Ao longo da leitura dos documentos, ele irrompe aqui e ali, pertinentemente, nos ajudando a compreender o uso de alguns vocábulos utilizados por Barata, informando aspectos não explícitos de seus usos e de seu conteúdo particular, de acordo com a época e contexto do escrito. Igualmente importante, e árduo, é o trabalho empreendido nas notas de identificar e apresentar breves traços biográficos de sujeitos vinculados à vida política luso-brasileira daqueles anos, os quais são referidos por Barata em seus escritos.

Finalmente, parece inevitável destacar alguns poucos aspectos de ponto de vista crítico. Foi absolutamente meritório inserir-se na presente obra – coisa, aliás, rara nesse tipo de publicação – índices onomástico e toponímico. É verdade que estes se apresentam à parte do volume, e não encartados nele, o que denuncia certo descaso injustificável com trabalho de tanto mérito e importância editorial. Todavia, creio que, mesmo se apresentando como folhas à parte do volume, os índices onomástico e toponímico funcionem à perfeição para os que conhecem o tema, o personagem ou os assuntos tratados, isto é, para os iniciados, que têm intimidade com espaços e indivíduos com os quais Barata lidou ou se referiu. Aqueles, porém, que se deparam pela primeira vez com seus escritos e com o tema do espaço público da época das cortes lisboetas até as regências, dificilmente farão um uso ótimo deste maravilhoso recurso que são os índices atualmente disponíveis na obra. Isso poderia ser contornado inserindo-se um terceiro índice, de assuntos. Este é, sem dúvida, mais complexo, mais difícil de elaborar, mas absolutamente necessário. Morel se esforça por explicar em notas de rodapé ao longo dos escritos de Barata o que este quer dizer com conceitos como "escravidão" ou "pátria", por exemplo. Mas se o leitor tivesse acesso a todas as passagens dos vários escritos aqui dados à público nos quais estes vocábulos aparecem,

para além dos comentários de Morel, ele poderia fazer suas próprias interpretações e tirar suas próprias conclusões acerca deles. Ao mesmo tempo, seria útil, na primeira parte da obra, dedicada às cortes lisboetas, que se informasse o principal assunto ou tema de cada sessão das cortes na qual Barata discursou. Compreender-se-ia melhor o contexto no qual aquela fala fora proferida, e permitir-se-ia buscar vínculos entre elas e as sessões mais amplas das quais fazem parte. Por último, observo que, embora Morel se esforce para nos convencer de que *Análise do decreto de 1º de dezembro de 1822 sobre a criação da nova Ordem do Cruzeiro* e *Dissertação abreviada sobre a horrível masmorra chamada "Presiganga" existente no Rio de Janeiro* constituem escritos saídos da pena de Barata, queda uma pulga atrás da orelha. Por mais eruditos que sejam seus argumentos, e por mais baseados que estejam num conhecimento fascinante, profundo e apaixonado da trajetória do tribuno baiano, não fico absolutamente convencido de sua autoria, notadamente no caso da *Análise do decreto de 1º de dezembro*. Preciso, enfim, de mais argumentos.

Contudo, o generoso volume de *Sentinela da liberdade e outros escritos (1821-1835)* é, pelas circunstâncias que expus inicialmente, não apenas muitíssimo bem vindo e urgente mas, sobretudo, uma lição fabulosa de como editar e organizar um livro voltado para a divulgação de documentos.

Recebido para publicação em dezembro de 2009
Aprovado em março de 2010

Ana Rosa Cloclet da Silva
Mestre e Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pós-doutora pela Universidade de São Paulo (USP) e professora da Faculdade de História da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC – Campinas / Brasil)
e-mail: cloclet@ig.com.br

CHIARAMONTE, José Carlos.
***Cidades, Províncias, Estados*. Origens da Nação Argentina (1800-1846)**.
São Paulo: Hucitec, 2009. 267p.

Sob influência da chamada "crise dos Estados-Nacionais contemporâneos", historiadores de diversos países têm, há pelo menos duas décadas, retomado o interesse pela *questão nacional,* buscada não mais em lugares rígidos - relacionados ao que se acreditava ser possível classificar como estritamente econômico e/ou institucional -, mas na análise de ideias, projetos, práticas políticas e culturais, fluxos, dinâmicas e estruturas de natureza jurídica, econômica, social, administrativa, incluindo suas relações reversivas. Pautados em acervos documentais em boa medida inéditos, ou insuficientemente trabalhados, articuladamente ao diálogo com as respectivas produções historiográficas das quais são tributários, estudiosos do tema deslocaram a ênfase tradicionalmente conferida ao estudo dos mecanismos formais que moldaram os novos Estados emergidos da crise do Antigo Regime na América, interessando-se antes pela historicidade essencialmente moderna da articulação entre o Estado e a Nação em cujo nome ele foi instituído, bem como pelo substrato identitário das novas coesões de tipo nacional, capaz de integrar as identidades preexistentes, articulando o universo dos valores, crenças, projetos, padrões de sociabilidade, experiências coletivas, com o das variáveis nitidamente objetivadas da vida política.

Historiador reconhecido por seus estudos sobre o surgimento da política moderna na América Latina, José Carlos Chiaramonte, da Universidade de Buenos Aires, tem sido um dos principais responsáveis por esta renovação substantiva da historiografia do período de formação dos Estados nacionais no contexto ibero-americano, revelando-se uma das mais profícuas inspirações para a recente geração de historiadores brasileiros, o que empresta todo o mérito à iniciativa da Editora Hucitec em trazer a lume a primeira tradução em português de uma obra do referido autor.

Com versão original em espanhol datada de 1997, reeditada dez anos depois, o livro *Cidades, Província, Estados: origens da Nação Argentina (1800-1846)* notabiliza-se, sobretudo, pela consistência e relevância da crítica historiográfica proposta, apoiada numa monumental documentação - a qual mereceria ter sido incorporada à obra como apêndice ou digitalizada, seguindo, respectivamente, o padrão da primeira e segunda edições – e reunindo argumentos e textos concebidos em momentos distintos de sua produção. Com base neste material, Chiaramonte desconstrói alguns pressupostos da historiografia romântica argentina - cunhados na segunda metade do XIX e incorporados como herança pelas gerações posteriores -, extraindo deste movimento pendular entre o conhecimento histórico consolidado e as evidências empíricas de sua incompletude, equívocos e incongruências, uma interpretação profundamente contextualista do início da formação do Estado nacional na Argentina, cujo propósito principal é desvendar as concepções políticas correspondentes ao processo de emergência das "primeiras entidades soberanas surgidas desde o início do processo da independência" no rio da Prata, ao mesmo tempo que sua confrontação com os termos em que foram habitualmente formuladas as origens da nação, da nacionalidade e do Estado argentinos.

Para tanto, o autor enfrenta os vieses clássicos do *anacronismo* e do *teleologismo*, ambos responsáveis, adverte, "por deformar a compreensão de tudo o que aconteceu antes da emergência da nação, por supô-la somente como seu antecedente, quando certo é que, considerado a partir de outra perspectiva, o período apresenta linhas de desenvolvimento que não necessariamente tendiam para este resultado". É sob tal enfoque que o livro alinhava a crítica historiográfica ao "mito das origens", emprestando cuidadosa importância ao vocabulário político da época, fundamental para a compreensão da natureza dos problemas tratados no decorrer dos onze capítulos que, distribuídos em três partes, estruturam a obra.

Na primeira parte, o mergulho na *Cultura política do fim do período colonial* permite revelar dimensões de uma crise que, sendo geral, manifestava-se a partir de situações concretas e segundo uma dinâmica que comportava, simultaneamente, decisivas *rupturas* e inevitáveis *continuidades* com o Antigo Regime, as quais tornaram-se cruciais na constituição e legitimação das formas políticas modernas, estruturantes do Estado nacional argentino. Como contribuição decisiva, os capítulos aqui englobados demonstram que a etapa final da cultura colonial rio-platense não configura mera gestação da independência, inserindo-se no bojo de um processo iniciado pelo reformismo bourbônico e reconfigurado a partir da situação específica do Vice-Reino.

Apoiado neste propósito, o capítulo 1, "Reformismo e Ilustração", aproxima enfoques aparentemente antitéticos, a partir do qual *modernidade* – as idéias contratualistas - e *tradicionalismo* – o "prolongamento das tendências internas ao mundo católico" - convivem na elaboração de um "Saber hispano-americano", justificando a pertinência e revelando as singularidades de uma ilustração no seio da sociedade colonial rio-platense. Dinâmica esta que atravessa a obra cultural dos próprios jesuítas e outras ordens, as linhas gerais da modernização do ensino fomentada pelo reformismo bourbônico e que, ao abrir-se o novo século, adentra uma "nova etapa no pensamento rio-platense", caracterizada pelo surgimento de um *periodismo* como fenômeno estável, por várias *iniciativas educacionais* com fins utilitários e pela elaboração de *documentos político-econômicos* importantes, além da abundância de *expressões literárias* em conformidade com os critérios prevalecentes durante o período da Ilustração, denunciando indícios claros de um "cenáculo intelectual renovador". Esta a inflexão analisada no capítulo 2 - "A última década do Vice-Reino" – e que justifica o próprio marco cronológico inicial da obra, por constituir, segundo o autor, antecedente crucial da expansão da *liberdade de consciência* depois da Independência.

Uma dinâmica que, longe de significar a possibilidade de se conceber aquele mundo como antecipação do futuro, reveste de imprevisibilidade o processo político que culminou na independência e construção do novo Estado nacional. Perspectiva reafirmada no capítulo 3 – "As formas de identidade política no final do Vice-Reino" – quando a ênfase é deslocada para as *variáveis de natureza identitária*, menos tangíveis, mas não menos relevantes na explicação do fenômeno em causa. Sob este aspecto, o fato que chama a atenção é não ter havido referentes de uma nacionalidade alternativa – rio-platense – até o surgimento tardio do Estado nacional, na primeira metade do XIX. Contrariamente, o que se nota é a flagrante convivência de referenciais identitários de tipos distintos – "identidades que se definiam em função do plano das relações que as solicitasse" - com o sentimento de pertencimento a uma mesma nação espanhola. Um "mosaico de pertenças grupais", que não guarda qualquer relação direta e linear com

o fenômeno da identidade nacional, construída no pós-Independência, da mesma forma que não se pode tomar o *território* como "hipotético antecedente das futuras nações", dada a inexistência de qualquer correspondência entre a antiga delimitação administrativa colonial", com os espaços ocupados pelas novas nações hispano-americanas, bem como entre os novos organismos políticos soberanos (as cidades e depois as províncias) e as grandes divisões administrativas da fase do vice-reinado. O que o leva a concluir que, do ponto de vista do potencial coesivo dos referenciais disponíveis anteriormente a 1810, o único que comportava um sentido politizado era a distinção entre o *espanhol europeu* e o *americano* ou *criollo,* e o único com potencial coesivo com abrangência capaz de extrapolar o âmbito da *pátria* específica era o uso entusiasta de "América" e "nossa América", tal qual aparecia nas páginas do periódico *El Telégrafo.*

Descartada, portanto, qualquer possibilidade de se apoiar a Independência numa nação argentina preexistente, a ênfase concentra-se em outra polaridade, crucial à fase do reformismo bourbônico e ao posterior processo de construção do novo Estado nacional: a tensão entre *tendências centralizadoras* da monarquia e as *tendências autonomistas* de seus súditos. É assim que o capítulo 4 – "Reformismo bourbônico e antecedentes dos novos Estados" – remete a natureza das primeiras entidades soberanas no Rio da Prata às antigas tradições herdadas do absolutismo do XVII, atribuindo tanto o fortalecimento do papel político das cidades, como a consciência do direito dos povos ao autogoverno, à ampla independência de gestão no período inicial de ocupação do território e à sistemática da venalidade dos cargos, deixando nas mãos das oligarquias locais os principais cargos da municipalidade. Tendência esta que o reformismo bourbônico não reverteu e que constitui fundamento histórico do fenômeno das autonomias locais subsequentes às independências - a base "municipal" dos novos Estados -, elucidativa de outras questões caras ao debate historiográfico: as *lutas civis* suscitadas após a Independência, fomentadas pelo poder jurisdicional dos cabildos; as desconsideradas distinções entre *federação* e *confederação*, em termos dos projetos políticos conflitantes*;* o *regalismo*, dimensão capaz de resumir a peculiar versão hispânica da ilustração do XVIII.

A ruptura do vínculo colonial com a Revolução de maio de 1810 abriu novas condições de possibilidades para as transformações em curso no universo rio-platense, processo que desembocaria na emergência das "*Primeiras soberanias*", conforme analisado na segunda parte do livro. Retratando a marca essencial do período inaugurado pelas abdicações de Bayona - a inédita aceleração histórica da crise observada no mundo luso-americano - os capítulos aí reunidos analisam os impactos de suas manifestações específicas no caso rio-platense - a verdadeira "explosão do periodismo", favorecendo-se da liberdade de imprensa - no plano político e na renovação cultural em curso.

É neste sentido que o capítulo 5 - "Acerca do vocabulário político da Independência"-, empenhando-se numa interpretação do vocabulário político veiculado pela imprensa periódica da época, demonstra que conceitos como *povo, nação, Estado, pátria, cidade, federalismo,* comportavam sentidos polissêmicos e completamente distintos daqueles que a historiografia romântica emprestou-lhes. À esta pluralidade de referenciais, por sua vez, corresponderam projetos políticos alternativos e conflitantes, externados nas principais cidades que protagonizariam a Independência, polarizados não só pela convivência entre noções de soberania que

remetiam a distintas concepções contratualistas, como pela defesa de uma condição de *Estado* que, além de comportar a unidade política maior da *monarquia castelhana,* correspondia ao conceito de *nação*, ambos formulados em termos contratualistas e não em função do princípio das nacionalidades. Esta a contribuição do capítulo 6 - "Continuidade e transformação na cultura política rio-platense" – o qual recoloca as tensões entre centralismo e autonomismo como constitutivas da "história de partes políticas autônomas" e não de "partes enfrentadas de um todo nacional". Perspectiva adensada quando se leva em conta as tensões polarizadas pelas pretensões autonômicas das cidades do interior e daquelas que eram antigas sedes das Intendências, analisadas no capítulo 7- "A emergência das primeiras "soberanias".

Em suma, como contribuição central, estes capítulos demonstram que, do ponto de vista da organização dos novos governos, o período entre 1810 e 1816 revela múltiplas tentativas de organizar constitucionalmente um Estado rio-platense, protagonizadas pelas principais cidades e fracassadas, não havendo exatamente um organismo estatal, mas uma situação de "provisoriedade permanente" caracterizada pela coexistência da soberania das cidades, com governos rio-platenses nem sempre bem acabados, sem estabilizar-se nenhuma das relações entre as partes soberanas, quer confederal, federal ou centralizada. Do ponto de vista das normas então dominantes observa-se a vigência da coevamente designada "antiga constituição", tributária de uma matriz política de natureza ainda corporativa e assentada numa noção estamental de representação, conflitando com a noção de "representação livre", defendida pelos deputados centralistas reunidos no Congresso de 1824, o qual deveria decidir sobre a forma de organizar a nação preexistente.

Na terceira e última parte do livro - *Rumo aos Estados Argentinos Confederados* -, Chiaramonte analisa o processo de institucionalização do novo Estado argentino na conjuntura de 1820 a 1837, marcado por um duplo deslocamento das tendências políticas em voga: do ponto de vista internacional, o impacto da Santa Aliança na política portenha, definindo a ascensão de projetos conservadores, o desmoronamento da facção morenista e a queda da produção intelectual de destaque; internamente, a percepção pelas elites rio-platenses do quão oneroso seria a pretensão de encabeçar um Estado independente, levando, a partir de 1827, ao desmoronamento da etapa centralista e a um conjunto de reformas mentoradas por Bernardino Rivadavia, cujas principais diretrizes são analisadas no capítulo 8 – "O reformismo liberal depois de 1820". Tendo por propósito central usar Buenos Aires como cabeça indiscutível do novo Estado nacional – desde então em função dos interesses da organização deste Estado e não mais dos meramente portenhos – tais iniciativas voltaram-se, sobretudo, para o florescimento espiritual e cultural de Buenos Aires, ênfase que não ofusca a falta de uniformidade entre os projetos políticos das elites rio-platenses, suscitando polêmicas que contaminaram com teor passional a própria historiografia, a qual diminuiu o teor do que as reformas rivadavianas buscavam transformar: as concepções organicistas e corporativas da sociedade, perpetuadas pela igreja e que deveria ser substituída pela concepção liberal, inserindo-se como parte substancial do mesmo problema geral da *soberania*. Do ponto de vista da representação política, o período é marcado pela progressiva incompatibilidade dos *cabildos* - com funções limitadas ao núcleo urbano - com um regime representativo "que tentava

definir um universo eleitoral baseado na figura do cidadão moderno, construindo um só povo, com igualdade de direitos entre campo e cidade".

Movidas por estes propósitos gerais, as reformas não deixaram de esgarçar flagrantes continuísmos com um processo que, na concepção do autor, permite-nos afirmar uma "unidade na história" eclesiástica e intelectual da América Hispânica como um todo, para o período de 1760-1840: o fato de a lei permanecer distinguindo, tanto nos procedimentos eleitorais, quanto na quantidade de representantes, campo e cidade; a consolidação de práticas políticas arcaicas; o "faccionalismo", seriam alguns dos elementos a contar na derrocada do sistema eleitoral, definitivamente enterrado com a ascensão da facção rosista.

Tendência igualmente desconsiderada pela historiografia, cuja crítica ganha consistência no capítulo 9 – "Outras questões conflitivas do período" –, o qual avança na interpretação da complexidade da cultura política pós-independência, denunciando os anacronismos de uma história que tendeu a inventar uma tradição liberal, desprezando as soluções e práticas políticas improvisadas diante de uma situação melhor definida como de "vazio de poder". Neste sentido, chama a atenção para algumas dicotomias clássicas do debate, como aquela que tendeu a opor *liberais* e *conservadores*, nas disputas e conflitos em torno da questão da soberania, além da associação equivocada entre unitários e portenhos, rivalizando com federais provincianos. Analisando as falas dos deputados reunidos no Congresso entre 1824 e 1827, o autor conclui que, tanto entre centralistas quanto confederacionistas, havia diferenças de posições no que concerne às concepções de sociedade e poder, tributárias da mesma cultura espanhola ibero-americana do XVIII e que seguiam influenciando os critérios e elementos gerais da formação do novo Estado argentino. Em meio ao debate mobilizado em torno da questão central da soberania dos povos, o fracasso e dissolução do Congresso, em agosto de 1827, produziu uma mudança substancial no que respeita ao caráter da representação: o deslocamento do centralismo ao confederacionismo, levando as províncias a assumirem explicitamente sua condição de Estados soberanos e independentes e tendo nos representantes portenhos, desde então, seus mais firmes defensores. Uma postura alinhavada através de diversas reuniões interprovinciais e oficializada na assinatura do Pacto Federal, em 1831, que inaugurara a frágil Confederação Argentina, vigente até 1853, a qual, contudo, não eliminara as tensões e divergências entre os novos Estados soberanos, cada vez mais dispostos a participarem de uma "organização nacional constitucional", por meio de um novo Congresso constituinte, de modo a regulamentarem suas relações recíprocas sobre uma base confederal, que preservasse seus interesses específicos, conforme analisado no capítulo 10 – "O programa correntino de organização nacional". Momento, segundo o autor, em que se tornam cada vez mais enfáticas as invocações à existência de uma nação designada como argentina, expressão que passava a ser reivindicada pelos homens do litoral e do interior, mas repudiada pelos habitantes de Buenos Aires, não dispostos a negociarem os fundamentos da sua hegemonia.

Esta, portanto, a postura que fundamentou o período do governo rosista e que, até finais da década de 30, entendia "por fundar constitucionalmente uma nação" a "organização de um Estado". Uma construção política – "e não natural" - formulada em termos contratualistas e que não existia sem a constituição. Esta concepção começará a ser substituída, a partir da geração de 1837, por uma outra assentada na valorização

do passado e na peculiar cunhagem de significados para *povo* e *nação*, impondo-se o princípio da nacionalidade, difundido pelo Romantismo, conforme tratado no capítulo 11 – "A recepção do romantismo. Identidade hispano-americana e demanda de uma nacionalidade na geração de 1837" -, o qual encerra a obra remetendo à questão crucial da elaboração de uma identidade nacional, capaz de se sobrepor a todas as outras que então conviviam.

Este o movimento incorporado pela historiografia do XIX que, segundo Chiaramonte, endossando as pretensões niveladoras que pautaram o projeto político iniciado pela geração de 1837, tendeu a ignorar a existência anterior de vários estados livres, autônomos e soberanos, negociando a construção de uma nação rio-platense, e a traçar as origens da nação nos termos que, só a partir do romantismo, se entenderia por tal: "a inserção politicamente organizada na arena internacional de uma nacionalidade preexistente". Ignoraram, neste sentido, o próprio dilema da geração de 1837: o fato de que, para se fundar uma nação argentina, era antes preciso fundar uma nacionalidade com esse caráter, muito embora a única coisa que preexistisse a essa nacionalidade fosse sua natureza americana. Dilema que, representando "os mais significativos indícios espontâneos do real estado de conformação dos sentimentos de identidade política no Rio da Prata", em 1837, era ofuscado na obra de um de seus mais expressivos representantes: o *Dogma Socialista*, de Escheverría, publicado em Montevidéu em 1846. Nesta, manifestava-se a precedência do que os grandes historiadores da segunda metade do XIX fariam: "a tarefa de fortalecer o sentimento nacional argentino pressupondo-o já existente desde 1810", justificando o próprio marco cronológico final da análise de Chiaramonte, a partir do qual, segundo ele, inicia-se a "história da formação da nação argentina".

Em suma, ao inovar no tratamento de questões clássicas sobre a formação do Estado nacional argentino, o livro em foco traz como contribuição original a inversão da tese tradicional: a formação de uma *nacionalidade argentina* como *efeito* e não *causa* da história da organização da Nação argentina atual. Movimento histórico tardio e de grande complexidade, o surgimento das nacionalidades apresenta-se assim como vetor não só temático, mas de problemas, que, desprovido de qualquer pretenso caráter de pressuposto investigativo, ilumina dimensões pertinentes aos demais processos de formação dos Estados nacionais do continente, legitimando um enfoque inspirador para a nova geração de historiadores.

Recebido para publicação em março de 2010
Aprovado em março de 2010

Maria Verónica Secreto
Professora no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (ICHF / UFF - Rio de Janeiro / Brasil)
e-mail: veronica.secreto@ig.com.br

FRANCO, Stella Maris Scatena.
***Peregrinas de outrora*. Viajantes latino-americanas no século XIX.**
Florianópolis: Ed. Mulheres/Santa Cruz Del Sul: Edunisc, 2008. 281p.

Stella Maris Scatela Franco nos convida nas páginas de seu livro *Peregrinas de outrora. Viajantes latino-americanas no século XIX* a internar-nos nas vidas de três mulheres viajantes latino-americanas do século XIX através de suas autobiografias, biografias, memórias, maneiras de narrar e de ver América e Europa.

O livro se insere num cruzamento, ou conjunto de interseções raras: o das mulheres viajantes que narram a partir de uma perspectiva particular, a de latino-americanas na Europa e nos Estados Unidos. Mary Louise Pratt define às narrativas de americanos sobre Europa como fruto de um fenômeno/período que chama de "auto-afirmação crioula". Parece-lhe inevitável que o sujeito pós-colonial fizesse isto. O novo não era que os crioulos viajassem pois isto sempre o tinham feito, mas que escrevessem sobre essas viagens com autoridade discursiva. Uma autoridade que lhes permitiram representar a Europa. A esta "originalidade", a autora de *Peregrinas de outrora* soma a do gênero.

As três viajantes em questão são: a cubana Gertrudis Gómes de Avellaneda, a brasileira Nisia Floresta e Argentina Eduarda Mansilla de Garcia. As três pertencem à elite de seus respectivos países e todas moraram muitos anos na Europa. Talvez nestas experiências tenham construído sua autoridade discursiva embora, como observa a autora, o "eu" pessoal, individual, está mais presente que nos relatos masculinos. O universo representado é, nelas, o universo cultural feminino, sem cair no essencialismo, Stella Maris problematiza a relação delas com a representação dominante do "feminino", definindo sua perspectiva de análise "na tensão entre consentimentos às representações dominantes e deslocamentos ou tentativas de subversão das relações de dominação." (p. 27)

O livro se estrutura em quatro capítulos. No primeiro, as viajantes são apresentadas a partir de narrativas sobre elas e de suas auto-representações. A estratégia adotada é escapar das armadilhas da "biografia", como caminho de certezas nas trajetórias individuais e apresentar-nos as ambigüidades das representações. Nos textos escritos por Avellaneda destaca sua representação de mulher "diferente" de talentos, distinta da mulher padrão; mas esta auto-imagem é nuançada pelas contradições que a envolvem, já que para Gertrudis, a felicidade da mulher completava-se com o casamento. As narrativas sobre ela de alguma forma vão ao encontro dessa construção, destacando de modos diversos sua originalidade quase "masculina", capaz de produzir uma obra com espírito varonil e sem a languidez dos trópicos.

No segundo capítulo, são abordadas as narrativas delas mesmas, seus relatos de viagem e as intertextualidades. Destaca-se que não se trata de viajantes stricto sensu, isto é, que as três escreveram muito mais que relatos de viagens e que viajaram muito mais do que escreveram. As formas que as escritas de viagem adquirem também são assinaladas pela autora. Muitas vezes são cartas, em outras, memórias mas, quase sempre, fruto da reelaboração de apontamentos de notas de viagem que, tem por sua vez, o traço comum de retratar a experiência da viagem. Objetivo que se evidencia

uma e outra vez na preocupação destas narradoras em não perder o fio de seus discursos: a viagem, ainda quando possam incorrer em desvios.

Stella Maris localiza estas experiências destas três mulheres entre dois tipos de viagens: o *Grand Tour* - próprio do final do século XVIII e final do XIX, em que se percorria um roteiro europeu - e o turismo de massas próprio do século XIX e que de alguma forma "desvaloriza" o status de viajante, ao substituí-lo pelo de turista. Elas usufruem da infra-estrutura desenvolvida com o turismo como guias, mapas, folhetos, trens, vapores, etc. A aceleração do tempo é uma marca distintiva dessa nova forma de viajar. As viajantes sentem esta aceleração em diferentes instâncias: na passagem de uma cidade a outra, de um lugar a outro, na rapidez com que têm que ser observados os lugares em relação a tudo o que tem que ser observado e no registro da observação, isto é, os momentos da escrita.

No terceiro capítulo, nos aproximamos acerca de como as narradoras lidaram com o discurso dominante do século XIX em relação às diferenças entre os sexos.

Nísia Floresta, considerada como primeira feminista brasileira, nos surpreende com um discurso que atribui à mulher um papel "muito tradicional", como a sacralidade da maternidade. No seu ensaio "A mulher", critica as mulheres parisienses que abandonam essa sagrada tarefa em prol da vida mundana, do luxo e do ócio.

O feminismo de Nísia Floresta resgatava as "qualidades intrínsecas" da mulher e projetava esta para além da esfera doméstica através da influência benéfica que devia exercer sobre os membros da família. Assim, os homens, através de suas mães, poderiam ser regenerados.

Tão moderado como o feminismo de Nísia talvez fosse o de Gertrudes Gómez de Avellaneda. Quando em 1842 publicou o romance intitulado "Dos mujeres", este foi censurado em Cuba por conter doutrinas imorais por tocar em temas como o divórcio e o adultério. Em sua própria defesa, ela diria não ser e nem poder ser doutrinária. Como já mencionamos, viveu a contradição entre a escritora e a mulher de papéis socialmente atribuídos. Como resposta a essa tensão, construiu uma auto-imagem de mulher viril.

A subordinação e dependência foram narradas por Avellaneda em seu romance *Sab*, de 1841. Sab é, igualmente às mulheres na sociedade senhorial, despossuído de direitos. A personagem feminina, sua senhora e amada, também privada de autonomia e de liberdade. Stela Maris afirma que Avellaneda questiona e transgride neste romance. Desestabiliza as representações metropolitanas e masculinas: "Apesar de todas as diferenças entre Sab e Avellaneda, é possível pensar numa associação entre ambos no que diz respeito a suas ambivalências identitárias." (p. 176) Estes sujeitos subordinados também estiveram presentes nas obras literárias de Nísia Floresta e de Eduarda Mansilla.

Eduarda Mansilla, como mulher de diplomata que viajava com criados e filhos, narrou fatos da vida social e hábitos dos norte-americanos. Seu relato *Recuerdo de viaje* se detém nos comportamentos femininos dessa sociedade, das mulheres em diferentes situações e lugares. Como diz um de seus estudiosos, Eduarda, ao viajar com seus filhos, condiciona os itinerários e as temáticas abordadas ao papel de mãe; mas, como indica a autora, é o pertencimento de classe o que mais pesa na narrativa da viajante. Apesar de insistir nas tarefas femininas circunscritas ao âmbito do privado, Mansilla valoriza as norte-americanas que se dedicavam ao jornalismo, vislumbrando nisso a possibilidade de independência financeira.

No último capítulo, são apresentadas as análises relacionais entre Europa e América. Relação baseada na tradição dos viajantes europeus. As três escritoras/viajantes, chegando neste ponto, lidam de formas diferentes com as ambivalências e contradições de serem ibero-americanas na Europa e nos Estados Unidos. Se por um lado, mais de uma vez caem no estereótipo da América/natureza, em outros conseguem criticar essa imagem européia das Américas, como no caso de Nísia Floresta, que indica a ignorância européia como origem do desconhecimento dos "avanços da civilização" no Novo Mundo. Estas mulheres, apesar das ambigüidades, são auto-confiantes, tem aquilo que Pratt define como autoconfiança discursiva, ao ponto de poderem criticar os costumes ditos "civilizados" a partir da afetividade e da moralidade. Exemplo da primeira perspectiva é a crítica de Nísia Floresta sobre as parisienses e, da segunda, a de Eduarda Mansilla sobre a sobre-exposição da esfera privada pelas americanas.

O livro *Peregrinas de outrora* nos permite penetrar na subjetividade do olhar feminino de um mundo que foi em grande parte midiatizado pelo olhar e pena masculinos. Quais as observações de uma mulher ibero-americana sobre os lares europeus do século XIX? Quais suas apreciações sobre os costumes urbanos? Estas mulheres escreveram sobre temas tão diversos como a pobreza, a escravidão, a mendicância, o aborto, as paisagens, a civilização, a cultura, os bons costumes, o papel da mulher na sociedade e sobre elas mesmas. Stella Maris problematiza neste livro o ponto de vista a partir do qual estas três mulheres refletiram sobre o mundo em que viviam.

Recebido para publicação em agosto de 2009
Aprovado em janeiro de 2010

Pedro Gustavo Aubert
Mestrando em História pela Universidade de São Paulo (FFLCH / USP – São Paulo / Brasil)
e-mail: pedroaubert@yahoo.com.br

COSER, Ivo.
***Visconde do Uruguai* – centralização e federalismo no Brasil, 1823-1866.**
Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008. 432p.

O livro de Ivo Coser *Visconde do Uruguai, Centralização e Federalismo no Brasil, 1823-1866*, vem lançar luz sobre pontos importantes da trajetória do político imperial. Neste trabalho, o autor faz um apanhado das discussões envolvendo o tema desde a Assembléia Constituinte de 1823 no capítulo 1 até a Lei de 3 de dezembro de 1841 no capitulo 6. No capítulo 2 trata do Código de Processo Criminal de 1832 e no terceiro, do Ato Adicional de 1834. Sua respectiva Lei de Interpretação é tema do capítulo 6. Além disto, a obra conta com uma discussão sobre o tema da civilização e do sertão no capítulo 4, trazendo importantes reflexões no último capítulo nascidas da articulação dos livros do Visconde do Uruguai: *Bases Para Melhor Organização das Administrações Provinciais* (1858), *Ensaio Sobre o Direito Administrativo* (1862) e *Estudos Práticos Sobre a Administração das Províncias no Brasil* (1865).

Paulino José Soares de Souza foi figura de peso na aprovação das reformas do chamado Regresso Conservador. Ocupou o ministério da Justiça em 1840, retornando em 1841, onde permaneceu até 1844. Depois, foi ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1849 e 1853. Com a ascensão do chamado gabinete da Conciliação, chefiado pelo Marquês de Paraná, seu amigo e colega de partido, se afasta da política ministerial, não mais respondendo por nenhuma pasta até o fim de sua vida em 1866. Em 1855 viajou a Paris com a missão de negociar um tratado de limites com a Guiana Francesa, retornando ao Brasil em 1856. Existe na historiografia uma idéia atávica de que nos últimos anos de vida ele teria se afastado da política. Ao escrever seu necrológio na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1866, Joaquim Manoel de Macedo afirma: "A missão não teve resultado; a questão do Oiapoque, que era o seu assunto, ficou ainda adiada, e o conselheiro de Estado Visconde do Uruguai, recolhendo-se à pátria, esqueceu a política e dedicou-se a profundos estudos, que deram ao país frutos de subido valor." Em 1944, foi publicada uma vasta biografia do Visconde do Uruguai por seu bisneto José Antonio Soares de Souza, denominada *A Vida do Visconde do Uruguai.* Neste estudo é reafirmada a idéia, pouco contestada até o presente, de que seu bisavô havia se retirado da política

Refutando-a, Ivo Coser afirma que a partir de 1856 Uruguai teria deslocado seus esforços de intervenção na política para uma forma distinta da que havia predominado em sua vida até aquele momento (p.322).
Em suas conclusões, destaca o caráter propositivo dos livros de Uruguai, distanciando-se assim da visão de Gabriela Nunes Ferreira (*Centralização e Federalismo no Brasil:* o Debate entre Tavares Bastos e Visconde do Uruguai. São Paulo: Editora 34 e Departamento de Ciência Política da USP, 1999), para quem ele não possuía nenhuma agenda de reformas, interessado simplesmente em ampliar o raio de ação do Estado. O autor considera como idéia geral para compreender a reflexão de Uruguai a perspectiva de que o poder central civiliza. Em sua visão, ele civiliza ao introduzir o funcionário da justiça nomeado, que recebe emolumentos, que possui treinamento e é passível de ser deslocado, conforme exposto no projeto das *Bases,*

escrito sob encomenda do Marquês de Olinda. Segundo Coser, também cumpre essa função ao deslocar os interesses provinciais e particulares da sua dinâmica natural, forçando-os a pensar em uma dimensão marcada pela precedência do interesse geral e da construção do Estado Nação (p.376). Estamos de acordo com estas idéias, mas ressalvamos que ao falar disto, é preciso inevitavelmente passar pela instrução pública, tema caro aos saquaremas, pois também por meio dela os potentados locais seriam educados na órbita do Estado Nacional, habituando-se com sua tutela. Manter a ordem e difundir a civilização, tal qual afirma Ilmar Rohloff de Mattos (*O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987), também passava pelos bancos escolares.

Contudo, ao tratar desta nova forma de intervenção na política, Coser afirma que Uruguai foi progressivamente se afastando do Senado, do Conselho de Estado e das articulações partidárias (p.322). Essa afirmação merece ser vista com cautela. Os pareceres da Seção de Justiça e Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado mostram como permaneceu ativo nessa instituição. Na coletânea organizada por José Próspero Jeová da Silva Caroatá, publicada em 1884 sob o título *Imperiais Resoluções tomadas Sobre Consultas da Seção de Justiça do Conselho de Estado,* na coletânea organizada pela fundação Alexandre de Gusmão com pareceres da Seção dos Negócios Estrangeiros, e nos livros de protocolo constantes no Arquivo Nacional, vemos que, neste período, Uruguai foi relator em consultas importantes sobre diversos temas como conflitos de jurisdição entre autoridades judiciárias, autoridades eclesiásticas, questões internacionais, ações de liberdade, e petições de escravos que apelavam de sentenças condenatórias por crimes praticados contra seus senhores. Há aqui que se fazer um esclarecimento. O Regulamento do Conselho de Estado de 5 de fevereiro de 1842 estabeleceu que ele seria composto por quatro seções, correspondentes às pastas ministeriais, sendo uma delas a Seção de Justiça e Negócios Estrangeiros (Art.1). As Seções se manifestavam quando eram provocadas pelo Imperador ou por um Aviso Ministerial (Art.10). Quando o Aviso provinha do Ministério da Justiça, ela denominava-se Seção dos Negócios da Justiça, quando provocada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, chamava-se Seção dos Negócios Estrangeiros. Tratava-se de uma única Seção composta por três conselheiros, que mudava de nome de acordo com a origem dos Avisos.

Quanto à atuação de Uruguai no Senado, não é incorreto dizer que se afastou da tribuna. Entretanto, nunca se afastou completamente. Em 1858, foi um dos mais vorazes opositores ao gabinete chefiado por Olinda, e foi na Comissão de Assembléias Provinciais da casa que foi gestado o projeto das *Bases.*

Mesmo dizendo-se cansado de política, Uruguai continuou escrevendo cartas a amigos pedindo apoio a candidatos conservadores, como foi o caso da eleição de seu filho para deputado geral em 1856. Ademais, após a missão diplomática na França, foi nomeado ministro plenipotenciário por mais duas vezes, uma em 1857 e outra em 1858, para negociações com a República Oriental do Uruguai e com a Confederação Argentina, em questões envolvendo os tratados de outubro de 1851, por ele elaborados quando fora ministro. Os documentos na Coleção Tobias Monteiro na Biblioteca Nacional mostram a intensa correspondência de Uruguai com os plenipotenciários estrangeiros e com os ministros brasileiros, Visconde de Maranguape e José Maria da Silva Paranhos aos quais relatava o andamento

das negociações. Ou seja, Uruguai era chamado a intervir diretamente em questões importantes da política imperial.

No capítulo 4, Ivo Coser destaca um silêncio de Uruguai em relação à grande propriedade escravocrata. Ao analisar os relatórios ministeriais de Paulino de Souza e seu discurso na Câmara dos Deputados de 15 de julho de 1850, afirma que Uruguai defendia explicitamente a extinção do trabalho escravo, deplorando os efeitos da escravidão, sem contestar o latifúndio escravista (p.211-221). Em linha semelhante, José Murilo de Carvalho afirma que para Uruguai deveria pesar certo constrangimento ao tratar do assunto, dadas as suas ligações familiares com os cafeicultores fluminenses (*Entre a Autoridade e a Liberdade*. In: José Murilo de Carvalho (org.) Visconde do Uruguai. São Paulo: Editora 34, 2002. p.42). Este discurso parlamentar possui em nossa visão uma valorização superlativa. A parte citada por Coser na qual Uruguai usa como argumento o fato de que o Brasil necessitava encontrar uma saída ao uso da mão-de-obra escrava é uma parte pequena do discurso. Seu foco é a soberania nacional. Paulino de Souza afirma que era melhor o Brasil acabar com o tráfico por seus próprios meios do que esta condição lhe ser arrancada pela força militar inglesa, contra a qual nada podia.

Contudo, não acreditamos de antemão que um dos maiores líderes do Regresso Conservador tenha passado ao largo de tema tão importante. Se os livros não dizem nada a respeito, a resposta deve ser procurada em outros lugares. Uruguai foi o relator de diversos pareceres da Seção de Justiça a respeito dessas questões. Além dos recursos de graça, que compunham a maioria dos casos referentes à escravidão que apreciou, a Seção também arbitrou questões de liberdade, embora isso fosse mais raro, uma vez que eram tratadas nos tribunais ordinários. Diante de uma questão de liberdade em 1854, a despeito de censurar a avidez dos proprietários, Paulino de Souza votou pela não liberdade do escravo. O escravo merecedor da alforria é, em sua visão, o portador de uma fidelidade canina ao seu senhor, que é o único que poderia obrar este ato de generosidade. Este parecer, sem dúvida, mostra jurisprudencialmente, pela posição da mais alta corte de justiça do Império, até onde a invasão do governo da casa era possível, e quiçá desejável. Disto vemos que quem poderia decidir algo sobre a sorte do escravo era justamente o governo da casa. Não temos aqui como tratar mais detidamente do tema, mas as posições de Uruguai sobre o tema devem ser procuradas onde ele precisava lidar mais diretamente com ele, no Conselho de Estado.

Coser analisa o conceito de opinião pública em Uruguai. Segundo o autor, o termo designava uma opinião refletida, baseada em um estudo da questão. Mostra com isto que Uruguai não o utilizava para caracterizar o pensamento pró-tráfico, optando pelo termo *convicção*. Tâmis Parron em sua Dissertação de Mestrado afirma que, diante da Inglaterra, até 1850, políticos brasileiros pró-escravistas confundem governo com povo em suas palavras, livrando-se da responsabilidade pelo contrabando, passando-a ao "povo" com o intuito de livrar o Estado desta responsabilidade (embora o estimulasse), repassando-a à sociedade (*A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP. 2009. p.99).

Ao tratar da montagem do aparelho do judiciário, Coser faz uma acurada análise dos debates que o permearam. Abordando a Assembléia de 1823, estabelece as diferenças entre os conceitos de federação e de confederação. Segundo o autor, o federalismo é um meio-termo entre

um governo unitário e a confederação, caracterizada por uma aliança entre Estados independentes. Seria, portanto, uma divisão de poderes entre a União e governos regionais (p.31). Coser denomina os regressistas, especialmente Uruguai, de centralizadores, e seus contendores de federalistas. Segundo Mirian Dohlnikoff, mesmo Bernardo Pereira de Vasconcelos, grande inspirador de Uruguai, era favorável ao arranjo institucional que consagrava a autonomia provincial, mas se recusava a chamá-lo de federação (*O Pacto Imperial*: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Editora Globo, 2005. p.66). Dohlnikoff mostra como Uruguai também não era totalmente opositor ao Ato Adicional. Segundo ela, para Uruguai, o problema principal estava em garantir um centro capaz de articular a unidade e garantir os interesses comuns. Entretanto, a centralização política não necessitava ser acompanhada da administrativa O que estava colocado era a garantia da divisão de atribuições para que os governos provinciais não invadissem a esfera da União. Coser também sustenta que o pensamento centralizador reconhecia a compatibilidade entre o governo monárquico e o federalismo (p.26). Segundo o autor, o pensamento centralizador estabelecia que o pacto federativo não deveria implicar uma competição entre os interesses provinciais, mas deveria ser o ponto para se impor a prosperidade geral (p.27).

Nos capítulos 2 e 3, Ivo Coser examina respectivamente o Código de Processo Criminal de 1832 e o Ato Adicional de 1834. O Código deu grande poder às localidades, estabelecendo uma série de autoridades ali eleitas. Tanto o governo central quanto o provincial não poderiam impor sua vontade sem a cooperação das autoridades eleitas no local. Segundo Coser, a aprovação do Ato Adicional significou uma reação ao modelo estabelecido em 1832 pelo Código, baseado no governo local, pois as Assembléias Provinciais concentraram diversas atribuições dos municípios criando em algumas Províncias funcionários por nomeação nos municípios chamados prefeitos (p.99). O Ato Adicional foi possível devido ao acordo entre a Câmara dos Deputados e o Senado sobre os pontos reformáveis da Constituição, que culminou na lei de 12 de outubro de 1832, onde estão estabelecidos os pontos principais do Ato Adicional, entre eles a criação das Assembléias. O Código de Processo data de 29 de novembro do mesmo ano, ou seja, posterior à lei que autorizava a reforma da Constituição. A criação das Assembléias não realizou alterações no Código. O que aconteceu foi que algumas Assembléias como a paulista e a pernambucana criaram as Leis de Prefeitos, modificando a natureza de cargos criados por leis gerais. Entretanto, outras Assembléias não aprovaram medidas semelhantes. Daí que a Lei de Interpretação e a Reforma do Código vieram entre outras coisas a disciplinar a atuação das Assembléias, ou seja, não permitir que elas alterassem a natureza de cargos de nomeação geral. Após a aprovação das reformas do Regresso, as Assembléias mantiveram a atribuição de anexar e desmembrar ofícios de justiça (apesar de as nomeações serem feitas pelo Rio de Janeiro). O que não lhes cabia, e Uruguai dedica boa parte dos *Estudos Práticos* a isto, era alterar a natureza e as atribuições destes cargos.

Em seus livros, Uruguai defende uma maior autonomia aos municípios e uma paulatina introdução do *self-government*. Opositor em 1854 do projeto de Reforma da Lei de 3 de dezembro de 1841, afirma no Ensaio: "Isto não tira que seja possível e muito conveniente, no desenvolvimento e reforma das nossas instituições administrativas, ir dando àquela parte de self-government que elas encerram mais alguma expansão temperada

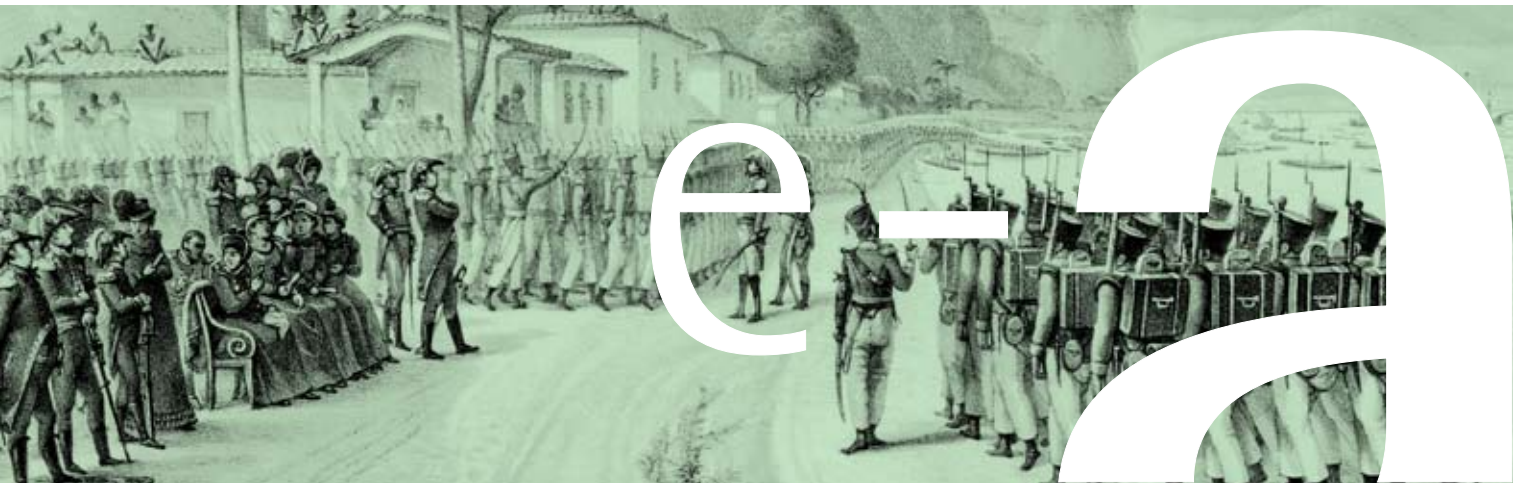
com ajustados corretivos, habituando assim o nosso povo ao uso de uma liberdade prática, séria e tranqüila." Ivo Coser considera que o pensamento do Visconde do Uruguai aponta na seguinte direção: "as reformas podem vir, mas não devem cancelar a centralização" (p.362). Isso suscita a necessidade de se verificar quais eram as reformas que Uruguai pretendia. As *Bases*, sem dúvida, elucidam uma série de questões, pois ali Uruguai propõe concretamente a criação dos Conselhos de Presidência de Província e diz como deveria ser organizado o contencioso administrativo em primeira e segunda instância.

Assim sendo, o livro de Ivo Coser problematiza a questão da centralização política no pensamento do Visconde do Uruguai. A leitura de seus livros mostra que é preciso um olhar cuidadoso para analisar suas idéias a respeito da questão, não podendo simplesmente ser rotulado como centralizador. Isso torna a obra de Coser referência para qualquer estudioso que pretenda se dedicar não apenas ao pensamento de Uruguai, mas também à complexidade do debate sobre centralização política no Império.

Recebido para publicação em fevereiro de 2010
Aprovado em março de 2010.

almanack braziliense

periódicos em revista



Análise Social

Boletim de História Demográfica

Novos Estudos Cebrap

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros

Revista Electrónica de Historia Constitucional

Revista Eletrônica de História do Brasil

Revista Histórica

Topoi

Varia História

Análise Social
N.192, set./2009

Responsável
Indara Mayer
Periódico
Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
Referência
Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
ISSN
0003-2573
Disponibilidade em meio eletrônico
http://www.ics.ul.pt/publicacoes/analisesocial/index.htm
(acesso aos sumários)

SILVA, Cristina Nogueira da. **Conceitos oitocentistas de cidadania: liberalismo e igualdade**, p.533-563.

O princípio da igualdade teve, no liberalismo clássico, um significado que podia estar para além da "igualdade perante a lei", contendo também a ideia de uma igualização socioeconómica, educacional e até "civilizacional". Não obstante, o ordenamento jurídico liberal oitocentista, além de ter deixado quase intactas diversas situações de desigualdade herdadas do Antigo Regime (nomeadamente a escravatura), inventou formas novas de exclusão política. Este artigo pretende mostrar como a idéia de progresso, ao permitir antever um sociedade igualitária, ajudou a resolver as tensões geradas pelo binômio igualdade/desigualdade, e analisa a forma como essa promessa de inclusão futura se refletiu na invenção de categorias jurídicas relacionadas com o estatuto civil e político das pessoas "em transição" para a plena cidadania.

Palavras-chave
cidadania, liberalismo, escravidão

Keywords
citizenship, liberalism, slavery

LIMA, Nuno Miguel. **Henry Burnay no contexto das fortunas da Lisboa oitocentista**, p.565-588.

O estudo da fortuna e do património de Henry Burnay, a partir do seu inventário post mortem, pretende debater a definição de tipologias nas grandes fortunas de Lisboa da segunda metade de Oitocentos, com especial ênfase para a relação entre negócios do Estado e iniciativa privada e para a diferenciação patrimonial face às distintas estratégias de investimento. A análise do trajeto empresarial deste capitalista e da sua assinalável fortuna, na qual a firma Henry Burnay & C.ª é fundamental, conduzirá à comparação com perfis marcados pela participação nas oportunidades garantidas pelo Estado liberal e pela atividade comercial.

Palavras-chave
comércio, liberalismo, história econômica

Keywords
trade, liberalism, economic history

Boletim de História Demográfica
Ano XVII, N.59, set./2010

Responsável
Ana Priscilla Barbosa de Lucena
Periódico
Boletim de História Demográfica
Referência
São Paulo, Núcleo de Estudos em História Demográfica - FEA/ USP.
ISSN

Disponibilidade em meio eletrônico
http://historia_demografica.tripod.com/bhd.htm
(acesso livre)

LOPES, Gustavo Acioli. **O saco de batatas colonial: considerações sobre o uso do conceito campesinato na historiografia do Brasil Colônia**.

Tornou-se comum na historiografia do Brasil colonial denominar de camponesa as unidades domésticas de produção, mesmo com a presença de escravos em seu seio, desde que em pequenos plantéis. Nos trabalhos mais recentes e/ou influentes, o uso do termo campesinato tem sido definido pelo predomínio do trabalho familiar na produção de gêneros agrícolas, muitas vezes comercializados. Pretende-se neste artigo discutir brevemente a conceituação de campesinato, apontando autores e debates significativos sobre o tema, de forma a chamar a atenção para que, como um conceito, implica algumas características que lhes são subjacentes e, portanto, não se reduz a uma única, sendo necessário maior cuidado para avaliar se tal conceito é pertinente para caracterizar um segmento importante da sociedade colonial. Como forma de subsidiar a discussão, acrescento algumas informações oriundas de minhas próprias pesquisas sobre a produção de tabaco na capitania de Pernambuco e anexas no século XVIII.

Palavras-chave
historiografia, Colônia, grupos sociais

Keywords
historiography, Colony, social groups

Novos Estudos Cebrap
V.85, dez.2009

Responsável
Marina Garcia de Oliveira
Periódico
Novos Estudos Cebrap
Referência
São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.
ISSN
0101-3300
Disponibilidade em meio eletrônico
http://novosestudos.uol.com.br
(acesso aos sumários)

ALONSO, Angela. **Arrivistas e decadentes - o debate político intelectual brasileiro na primeira década republicana**, p.131-148.

Este artigo toma a luta política da passagem do Império para a República como chave de leitura da produção intelectual da primeira década republicana. Argumento que a clivagem do debate intelectual do período é eminentemente política, originando duas identidades relacionais: "monarquistas de pena", isto é, ex-aristocratas de corte, convertidos em defensores do regime deposto, e jacobinos, membros de grupos sociais ascendentes com a República, que trabalharam na demolição dos símbolos da velha ordem e na legitimação da nova.

Palavras-chave
história intelectual, monarquia, república / republicanismo

Keywords
intellectual history, monarchy, republic / republicanism

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros
N. 49, 2009

Responsável
Marina Garcia de Oliveira
Periódico
Revista do Instituto de Estudos Brasileiros
Referência
São Paulo, Universidade de São Paulo - Instituto de Estudos Brasileiros
ISSN
0020-3874
Disponibilidade em meio eletrônico
http://www.ieb.usp.br
(disponível até N. 42)

GOLDFEDER, André e WAIZBORL Leopoldo. **Sobre os "tipos" em Raízes do Brasil**, p.13-36.

O artigo discute a utilização de tipos sociais ou tipos humanos por Sérgio Buarque de Holanda em seu livro Raízes do Brasil, publicado em 1936, com o intuito de clarificar qual o seu estatuto no âmbito da construção do argumento. Procura sugerir aproximações na formação e no uso dos tipos com Georg Simmel e Werner Sombart.

Palavras-chave
historiografia, sociedade, metodologia

Keywords
historiography, society, methodology

TEIXEIRA, Dante Martins. **Os quadros de aves tropicais do Castelo de Hoflössnitz na Saxônia e Albert Eckhout (ca.1610-1666), artista do Brasil Holandês**, p.69-96.

Pouco se conhece sobre Albert Eckhout, um dos integrantes da comitiva de Johan Maurits van Nassau-Siegen no Brasil. Entre 1653 e 1663, Eckhout permaneceria a serviço dos príncipes eleitores da Saxônia produzindo obras decorativas e quadros diversos, vários dos quais destruídos em 1945, durante o bombardeio de Dresden. Dos trabalhos que lograram subsistir, o conjunto mais significativo compreende oitenta óleos de aves tropicais que adornam o teto da sala principal do Castelo de Hoflössnitz, palacete erguido entre 1648 e 1650 na localidade de Radebeul. Esses quadros mostram íntima relação com as iconografias elaboradas por Eckhout no Brasil e parecem constituir uma inesperada adição ao projeto inicial do edifício.

Palavras-chave
historiografia, Colônia, ciências naturais

Keywords
historiography, Colony, natural sciences

FRIDMAN, Fania. **Freguesias fluminenses ao final do Setecentos**, p.97-112.

O trabalho apresenta resultados de uma pesquisa em andamento que trata da formação das freguesias no Rio de Janeiro. Estas aglomerações, que contavam com atividades agrícolas e citadinas, constituíam-se em núcleos de povoamento e mercados locais. Até o final do século XVIII, dezenas de freguesias haviam sido estabelecidas, partindo do litoral em direção ao sertão. Tais pólos cristãos, fundados pela Igreja em parceria com a "nobreza da terra", apontam para a existência de uma rede urbana e de estratégias territoriais no projeto ultramarino português.

Palavras-chave
Rio de Janeiro, Colônia, religião

Keywords
Rio de Janeiro, Colony, religion

Revista Electrónica de Historia Constitucional
N.10, set. / 2009

Responsável
Indara Mayer
Periódico
Revista Electrónica de Historia Constitucional
Referência
Espanha, Universidad de Oviedo.
ISSN
1576-4729
Disponibilidade em meio eletrônico
http://hc.rediris.es
(acesso livre)

SÁNCHEZ I CARCELÉN, Antoni. **O movimento juntista em Lerida no início da Guerra de Independência (1808)**, p.41-61.

Nesse estudo se pretende analisar o movimento juntista na cidade de Lerida no início da Guerra de Independência. Em maio de 1808 Lleida foi a primeira cidade catalunha a se rebelar contra a invasão napoleônica. Em 2 de junho, diante do vazio gerado pelo poder central organizou-se uma junta de defesa local primeiro, e corrigimental depois. Também em Lleida, em 18 de junho se estabeleceu a junta Superior da Catalunha, presidida pelo bispo Torres.

Palavras-chave
guerra, Independência, resistência

Keywords
war, Independence, resistance

Revista Eletrônica de História do Brasil
V. 10, N.1 e 2, jan./dez. 2008

Responsável
Ana Priscilla Barbosa de Lucena
Periódico
Revista Eletrônica de História do Brasil
Referência
Universidade Federal de Juiz de Fora.
ISSN
1519-5759
Disponibilidade em meio eletrônico
http://www.rehb.ufjf.br
(acesso livre)

BERUTE, Gabriel Santos. **"Vive do seu negócio": o comércio de cabotagem da província do Rio Grande de São Pedro do Sul e seus agentes (1803-1851)**.

A presente comunicação tem por objetivo analisar o comércio da província rio-grandense na primeira metade do século XIX. Busca-se identificar quais eram seus parceiros mercantis, os principais produtos comercializados e a concentração destas transações. A partir destas definições iniciais procuro observar possíveis modificações nas características da atividade mercantil e as vinculações mercantis com as demais praças mercantis. Procuro também destacar alguns aspectos da atuação de parte dos agentes atuantes neste mercado. As principais fontes utilizadas foram os registros de entrada e saída de embarcações no porto da Vila do Rio Grande e os testamentos e inventários post-mortem dos agentes mercantis identificados. Observou-se que com a abertura dos portos e o posterior processo de independência, ampliam-se os parceiros comerciais da província, embora o Rio de Janeiro permanecesse como o principal destino e origem das mercadorias negociadas através de Rio Grande. Do mesmo modo, era com os agentes mercantis "cariocas" que os negociantes estabelecidos no Rio Grande do Sul possuíam os vínculos mercantis mais estreitos.

Palavras-chave
Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, comércio

Keywords
Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, trade

GIL, Tiago Luís e SIRTORI, Bruna. **Bom dia, padrinho: espaço e parentesco na formação de redes entre cativos nos campos de Vacaria, 1778-1810**.

O objetivo deste trabalho é analisar a estrutura de posse escrava na localidade de Vacaria, nos chamados Campos de Cima da Serra entre 1770 e 1810, especialmente as relações de compadrio estabelecidas pelos cativos na pia batismal. Procuramos entender os elementos que interferiam na escolha dos compadres, tais como as relações pretéritas entre os cativos, as expectativas futuras, a relação senhor - escravo e, o que destacamos neste texto, a geografia. Nossa hipótese aponta que a limitação espacial dos agentes contribuía para a intensificação dos relacionamentos cotidianos, e que esta situação se manifestava na escolha dos padrinhos. Sem querer entrar em determinismos geográficos, procuramos compreender o peso particular desta limitação nas escolhas dos agentes sociais, ressaltando temas como vizinhança e amizade, além de aspectos demográficos.

Palavras-chave
escravos, espaços, grupos sociais, demografia

Keywords
slaves, spaces, social groups, demography

GUEDES, Roberto e GODOY, Silvana. **Do império português ao império de Brasil: notas sobre legitimidade social de famílias de elite (Itu e Porto Feliz, São Paulo, séculos XVII-XIX)**.

Em abordagem inicial, o trabalho analisa estratégias de construção da legitimidade social empreendidas por segmentos das elites em São Paulo entre os séculos XVII e XIX, em especial nas vilas de Itu e de Porto Feliz. Ressalta-se que, não obstante a mudança da base social, que passou de majoritariamente indígena à africana no período em foco, famílias de elite mantiveram-se no cume da hierarquia social, o que implica na aceitação de sua posição cimeira por parte dos grupos subalternos, sobretudo entre escravos. Sendo assim, a posição da elite foi negociada com grupos subalternos.

Palavras-chave
São Paulo, elites, grupos sociais, escravos

Keywords
São Paulo, elites, social groups, slaves

VIEIRA, Daiana Lucas. **A formação das "áreas proibidas": a Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e Peixe dos índios Croatos e Cropós (1767-1800)**.

Um relevante número de trabalhos demográficos já foi publicado, porém poucos deles se referem a comunidades indígenas, principalmente em Minas Gerais. Instigados por esta lacuna pretendemos explorar um pouco mais a história da Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio Pomba e Peixe dos índios Croatos e Cropós. A partir dos registros de batismos e das obras que dizem respeito à região analisaremos a formação da freguesia. Com tal finalidade serão analisados 1124 registros de batismo, em um recorte temporal de 33 anos, 1767 a 1800.

Palavras-chave
Minas Gerais, demografia, indígenas

Keywords
Minas Gerais, demography, Indigenous groups

Revista Histórica
N.37, ago. / 2009

Responsável
Marina Garcia de Oliveira
Periódico
Revista Histórica
Referência
São Paulo, Revista Eletrônica do Arquivo do Estado.
ISSN
1808-6284
Disponibilidade em meio eletrônico
http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/
(acesso livre)

ASSUNÇÃO, Paulo de. **As condições urbanas da cidade de São Paulo no século XIX**.

Este artigo tem como objetivo apresentar alguns aspectos das condições urbanas da cidade de São Paulo no século XIX. Desta forma, procura-se destacar os problemas que a cidade enfrentou no processo de crescimento que ocorreu naquele momento.

Palavras-chave
São Paulo, cidades, Império do Brasil

Keywords
São Paulo, cities, Brazilian Empire

PAULA, Juliano Tiago Viana de. **Parentesco e legitimidade entre cativos e pessoas livres e libertas da comarca do Rio das Mortes (1841-1859)**.

Nos limites de uma pesquisa em andamento, este artigo procura estabelecer uma análise sobre os aspectos de compadrio e da legitimidade entre a população livre e escrava da Freguesia de São Tomé das Letras. Para procedermos a um exame inicial, foram utilizados os registros paroquiais de batismo da referida região. Nisso se pretende observar as estratégias forjadas pelos cativos para ampliarem as suas redes de socialização e solidariedade por meio da ampliação dos laços de parentesco, instituídos por meio do batismo cristão, com indivíduos da mesma condição ou de posições sociais diferentes.

Palavras-chave
escravos, Segundo Reinado, história social

Keywords
slaves, Second Reign, social history

Revista Histórica
N.38, nov. / 2009

NETO, Humberto Perinelli e FRANÇA, Jorge Luiz de. **Sedução, disciplina e marginalização: a prostituição na Ribeirão Preto da Belle Époque Caipira (1883-1919)**.

Este artigo pretende compreender a condição da sexualidade feminina na sociedade e nos cabarés da cidade de Ribeirão Preto entre os anos de 1883 e 1919, ou seja, no momento em que ocorreu a instalação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Fluviais e o falecimento de François Cassoulet, empresário das casas de entretenimentos, teatros e cabarés.

Palavras-chave
modernização, mulheres, história social

Keywords
modernization, women, social history

NETO, José Maia Bezerra e MACÊDO, Sidiana da C. Ferreira de. **A quitanda de Joana e Outras histórias: os escravos e as práticas alimentares na Amazônia (séc. XIX)**.

Neste artigo, a partir das histórias de fugas escravas e outras informações, publicadas nos jornais ou fornecidas por viajantes estrangeiros, investigamos as práticas alimentares dos escravos, sem deixar de lado libertos e pobres livres, seja nos sertões, seja na cidade de Belém, capital da província do Pará, durante o século XIX. As práticas alimentares estavam misturadas com outras tradições ou culturas alimentares, europeias e indígenas; menos aquela, mais esta. Enfim, observamos a presença de mulheres negras escravas e forras como vendedeiras de comida e bebidas no cenário urbano de Belém, procurando conhecer um pouco de seu universo social e de sua importância no cotidiano citadino.

Palavras-chave
escravos, Império do Brasil, Amazônia

Keywords
slaves, Brazilian Empire, Amazônia

SCREMIN, João Valério. **O asilo de Nossa Mãe: as regras para recolhimento de meninas desvalidas em fins do século XIX**.

Esta pesquisa analisou a proposta de assistência e educação da criança desvalida num asilo de recolhimento católico da cidade de Piracicaba, interior de São Paulo, em fins do século XIX e início do século XX. Existente até os dias atuais com o nome de Lar Escola do Coração de Maria, o Asilo de Nossa Mãe foi fundado em 1896 como uma instituição voltada para o recolhimento de meninas órfãs e desvalidas, tendo como objetivo assistir, educar, civilizar, moralizar e higienizar essas meninas, transformando-as, segundo seu regimento, em mães de famílias pobres.

Palavras-chave
educação, crianças, moralidade

Keywords
education, children, morality

Topoi
V.09, N.17

Responsável
Indara Mayer
Periódico
Topoi
Referência
Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, Rio de Janeiro: 7 Letras/CNPq.
ISSN
1518-3319
Disponibilidade em meio eletrônico
http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/topoi.htm
(acesso aos sumários)

MACHADO, Cacilda. **Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX**, p.45-66.

Em geral os historiadores concordam que, sob a escravidão, a designação da cor das pessoas no Brasil tinha mais relação com a sua inserção social do que propriamente com a ascendência étnica. Nesse sentido, nesse artigo exponho alguns aspectos acerca do processo de diferenciação social, por meio da designação da cor, no interior do grupo de escravos e pobres livres que viviam no Paraná na passagem do XVIII para o XIX, uma região com poucos escravos e com predomínio de pequenas escravarias e de domicílios não escravistas de brancos e pardos pobres.

Palavras-chave
escravidão, história social, Paraná

Keywords
slavery, social history, Paraná

PEDROZA, Manoela da Silva. **Capitães de bibocas: casamentos e compadrios construindo redes sociais originais nos sertões cariocas (Capela de Sapopemba, freguesia de Irajá, Rio de Janeiro, Brasil, século XVIII)**, p.67-92.

Este artigo tenta compreender as relações dinâmicas entre estratégias familiares e produção agrícola no século XVIII. Nosso objetivo é ver como algumas famílias mobilizaram estrategicamente os recursos mais ou menos limitados de que dispunham para consolidarem redes sociais muito particulares em torno dos engenhos de cana-de-açúcar. Trabalhamos com os conceitos de redes de parentela, famílias e estratégias em nível local, segundo metodologia da microanálise. Nosso objeto são alguns casais que se casaram na capela do Engenho de Sapopemba, na freguesia de Irajá, no Rio de Janeiro, e nossa fonte principal são registros de batismo, casamento e óbito. Tentaremos comprovar que existiam trocas socialmente interessadas entre parentes consanguíneos, por casamento e por compadrio, e que alguns 'casamentos desiguais' foram o ponto de partida de um vínculo estratégico em termos de terra e trabalho entre lavradores e senhores, criando pontes entre o mundo do trabalho, da terra e da parentela.

Palavras-chave
agricultura, Rio de Janeiro, famílias

Keywords
agriculture, Rio de Janeiro, families

Topoi
V.10, N.19

PRIORE, Mary Del. **Biografia: quando o indivíduo encontra a história**, p.7-16.

A biografia, uma das primeiras formas de história – depois das dos deuses e de homens célebres –, retém cada vez mais a atenção dos historiadores. Todavia, a moda da biografia histórica é recente. Com efeito, até a metade do século XX, sem ser de todo abandonada, ela era vista como um gênero avelhantado, convencional e ultrapassado por uma geração devotada a abordagens quantitativas e economicistas.

Palavras-chave
historiografia, história social, metodologia

Keywords
historiography, social history, methodology

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Considerações sobre o perfil do alforriado em Rio de Contas, Bahia (século XIX)**, p.31-54.

O artigo aborda o perfil do alforriado em Rio de Contas, Bahia, no decorrer do século XIX. Para isso, examinaremos a origem (África ou Brasil), nação (no caso dos nascidos na África), cor, sexo e idade, quando possível, e sua influência nos termos das manumissões. Ademais, cotejaremos a origem e o sexo do alforriado com os tipos de alforria. Antes disso, é importante conhecermos a composição da escravaria, identificando as mesmas variáveis acima nos escravos que habitavam o município de Rio de Contas, de modo a compará-las com as dos cativos que conquistaram a liberdade. Analisamos as variáveis presentes nas cartas de alforria considerando os períodos entre 1800-1850; 1850-1871 e 1871-1888, e comparamos, sempre que possível, com outras regiões da Bahia e do Brasil.

Palavras-chave
escravos, Bahia, estatística

Keywords
slaves, Bahia, statistics

SILVA, Daniel Afonso da. **A duras e pesadas penas: imprensa, identidade e nacionalidade no Brasil imperial**, p.55-69.

O texto apresenta estudo sobre a construção da imprensa brasileira durante o primeiro reinado. Reflete sobre a certificação da imprensa como espaço privilegiado da luta política. Analisa a relação centrípeta e centrífuga entre Bahia e Rio de Janeiro na efetivação da opinião pública. Interpreta discussões parlamentares sobre liberdade e censura de expressão. Afirma a importância da imprensa na consolidação da identidade nacional brasileira.

Palavras-chave
imprensa, identidade nacional, Primeiro Reinado

Keywords
press, national identity, First Reign

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **Regiões-províncias na Guerra da Tríplice Aliança**, p.70-89.

O texto destaca as principais incidências políticas dos países envolvidos na Guerra do Paraguai e os principais efeitos pela mesma. Serão tratados os problemas apresentados pelos componentes da Tríplice Aliança: da Confederação Argentina, tanto no litoral quanto no noroeste; do Uruguai, muito dependente das questões argentinas; do Brasil serão examinadas as questões relativas ao Rio Grande do Sul, aquela província mais diretamente envolvida pela guerra. A hipótese de que a Guerra do Paraguai não foi um fator de consolidação daquelas nações que compuseram a Tríplice Aliança obriga a formulação de outra questão: quais seriam as entidades políticas de fato na América platina, e em que medida a guerra a um inimigo externo mantinha ou mesmo reforçava as identidades regionais em contrapartida a uma unidade política nacional. O presente texto apresenta a hipótese de que eram as "regiões-províncias" as reais unidades políticas do espaço platino.

Palavras-chave
identidade regional, guerra, territorialidade

Keywords
regional identity, war, territoriality

SOUZA, Adriana Barreto de. **Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório**, p.90-111.

O objetivo desse artigo é realizar uma análise comparada das trajetórias do General Osório e do Duque de Caxias para, através dela, investigar diferentes experiências institucionais, ou, se preferirmos, outras formas de ser militar no Brasil do século XIX.

Palavras-chave
práticas políticas, historiografia, poder militar, história intelectul

Keywords
political practices, historiography, military power, intellectual history

SOARES, Geraldo Antonio. **Os limites da ordem: respostas à ação da polícia em Vitória ao final do século XIX**, p.112-132.

A partir da análise de inquéritos policiais procuramos perceber como os indivíduos que viviam em Vitória (Espírito Santo, Brasil), no final do século XIX, se relacionavam com a polícia. O que nos interessa são as respostas que essas pessoas davam à ação da polícia a partir da perspectiva de que os policiais, ou os representantes da ordem pública, eram muito próximos daqueles que, em princípio, eles deviam manter em ordem. As funções e limites da polícia deviam ser redefinidos a cada momento pelas relações interpessoais na cidade já que a autoridade tinha de ser afirmada e reconhecida em cada situação.

Palavras-chave
Espírito Santo, arquivo, poder militar

Keywords
Espirito Santo, archive, military power

Varia História
V.25, N.42, jun/dez 2009

Responsável
Indara Mayer
Periódico
Varia História
Referência
Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História.
ISSN
0104-8775
Disponibilidade em meio eletrônico
http://www.fafich.ufmg.br/his/revista.htm
(acesso aos sumários)

COOPER-RICHET, Diana. **Paris, capital editorial do mundo lusófono na primeira metade do século XIX?**, p.539-555.

Este artigo analisa a produção e circulação de livros, revistas e periódicos em português a partir de Paris, na França, onde eram produzidos e de onde eram exportados. Analisa sua tipologia, a extensão dessa produção, os livreiros responsáveis e o impacto desses impressos, tanto na França quanto no mundo lusófono.

Palavras-chave
imprensa, França, literatura

Keywords
press, France, literature

MEIRA, Roberta Barros. **Um sopro de mudanças: a Companhia Engenho Central de Aracaty e a produção açucareira mineira no final do Império**, p.597-609.

Este artigo tem como objetivo analisar as conseqüências da política imperial voltada para o desenvolvimento dos engenhos centrais na Província de Minas Gerais. Pretendemos demonstrar através dos dados sobre o Engenho Central de Aracaty, que mesmo pertencendo a uma área secundaria da produção açucareira, essa produção teve um certo dinamismo, principalmente por estar voltada para o consumo regional. A Companhia Engenho Central de Aracaty estabeleceu-se no município de Leopoldina e funcionou como um engenho central até 1888.

Palavras-chave
agricultura, império, Minas Gerais

Keywords
agriculture, empire, Minas Gerais

almanack braziliense

envie seu texto

e-a

- Os textos devem ser encaminhados por e-mail à Assistente Editorial da Revista (revea@usp.br) no formato "Word for Windows", digitados em letra Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5, com as notas ao final de cada página.
- As citações e referências devem obedecer as normas descritas no site da revista, no item **"Normas de citação".**
- As imagens, bem como as respectivas legendas (com referência completa de autoria e instituição detentora), devem ser numeradas em alfabeto grego, indicando sua posição no corpo do texto e enviadas em arquivos separados. Aos editores fica resguardado o direito de disponibilizar as imagens a cores ou em branco e preto, conforme conveniência da revista.
- Logo abaixo do título do texto, os autores devem indicar sua filiação e titulação acadêmica, com endereço completo para correspondência e endereço de e-mail.
- Todos os textos devem ser inéditos, escritos em português, francês, inglês ou espanhol e, no caso de artigos e informes de pesquisa, devem apresentar sempre título em português e inglês, acompanhados de resumos (de até 1.000 toques com espaço) e 3 a 6 palavras-chave também em português e inglês (além de uma terceira língua caso os textos sejam escritos em espanhol ou francês). As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas da lista de palavras-chave listadas no item "busca" da revista; caso o autor considere recomendável colocar uma palavra-chave que não está contida na lista referida acima, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca (pedido que será avaliado pelos editores).
- Os "Artigos" devem conter entre 30 mil e 60 mil toques com espaço; os informes de pesquisa entre 15 mil e 35 mil toques (também com espaço); e as resenhas de 10 mil a 15 mil toques com espaço (as

resenhas não devem apresentar notas de rodapé, quando necessário a referência às páginas do livro resenhado devem estar entre parênteses no corpo do texto). Para a submissão de artigos os autores devem ser graduados, pré-requisito que não se aplica às resenhas e informes de pesquisa.

- Só serão aceitas resenhas de livros publicados há no máximo 4 anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente.
- O "Fórum" é composto de textos previamente encomendados, pelos Editores e Conselho Editorial, a especialistas de renome.
- "Artigos, "Informes de Pesquisa" e "Resenhas" encaminhados ao *Almanack Braziliense* passarão por uma pré-seleção em que se avaliará a pertinência dos textos em relação à proposta temática da revista.
- Uma vez aceitos na pré-seleção, os "Artigos" e "Informes " de pesquisa serão encaminhados a pelo menos dois pareceristas (sejam eles os próprios Editores, membros do Conselho Editorial ou assessores *ad hoc*) que, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, podem recomendar a publicação (com ou sem sugestões, sendo que cabe ao autor acatá-las ou não), aprovar mediante reformulação (o que implica, após reformulação, reenvio do texto ao parecerista) e recusar a publicação. No caso de dois pareceres discordantes, o texto será enviado a um terceiro parecerista. Os pareceres têm caráter sigiloso e imparcial, uma vez que os nomes dos autores dos textos (e sua filiação institucional) não são divulgados aos pareceristas.
- As resenhas e textos do fórum passarão por uma avaliação, realizada pelos Editores ou membros do Conselho Editorial, quanto ao tratamento da temática abordada, clareza da redação e concordância com as propostas da revista.
- Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.
- Aos Editores é resguardado o direito de diagramar os textos conforme o padrão gráfico da revista.

e-a

submission

e-a

- All manuscripts and other contributions should be forwarded by email to the Journal's Editorial Assistant at revea@usp.br in "Word for Windows", font Times New Roman, size 12, spacing 1,5, references at the end of each page.
- Quotations and references should follow the rules described in the Journal's *"Referencing system"*, available at this section of the website ("**Editorial Guidelines**").
- Tables, graphics and images, as well as their respective descriptions (with complete reference to the authorship and copyright holder when concerning the use of images) should be indicated in the text in roman numbers and sent in a separate file. Tables, graphics and images will be made available in color or black and white, according to the discretion of the Editors and to the journal's convenience.
- The authors must indicate their institutional affiliation and academic title and add e-mail and a complete mailing address.
- All texts must be original and not previously published, written in Portuguese, French, English or Spanish. *"Articles"* and *"Research Reports"* must always present, both in English and Portuguese, its title, abstract (up to 1.000 characters with spaces) and a set of keywords (minimum 3; maximum 6) – if the text is written in Spanish or French, a third abstract must also follow. The keywords should preferably be taken from the Journal's standard list, which can be found at the *"Search"* section of this website; in case the author considers it necessary to use a keyword that is not on the list, he/she should request, through e-mail, its inclusion in the journal's search system. The request will be assessed by the Editors.
- *"Articles"* should contain from 30,000 to 60,000 characters with spaces; *"Research Reports"* must have between 15,000 and 35,000 characters,

also with spaces; *"Book Reviews"* should contain between 10,000 and 15,000 characters with spaces (reviews must not contain footnotes; if necessary, the pages of the book in review must be referenced in brackets in the text). Authors must hold an undergraduate degree in order to submit an *"Article"*. The same requirement does not apply for the submission of *"Book Reviews"* and *"Research Reports"*.

- The Journal accepts reviews of books published in the last 4 years at most, or books that have only recently been republished after being out of print for an extensive period of time.
- The *"Forum"* section compiles manuscripts by renowned specialists requested by the Editors and the Editorial Board.
- All texts sent to be published in the sections *"Articles"*, *"Research Reports"* and *"Book Reviews"* undergo a pre-selection in order to establish their accordance to the Journal's editorial guidelines.
- Those articles and research reports that were pre-selected are then reviewed by at least two members of the Editorial Board, Advisory Board or *ad hoc* referees who, according to the subject matter, as well as clarity of writing and agreement to Journal rules, can deny its publication, indicate that it should only be published after a mandatory reformulation or approve it (suggesting or not some modifications, which the author may or may not undertake). The authorship and content of the referees are confidential. Manuscripts submitted will be published at the discretion of the Editorial Board.
- The Editors or members of the Editorial Board evaluate book reviews and texts sent to the "Forum" section in order to guarantee their accordance to the Journal's proposals, clarity of writing and the texts' subjects matter.
- The graphic patterns and layout of the manuscripts will also be defined at the discretion of the Editors.

almanack braziliense

normas de citação

e-a

Pede-se que todas as referências a (títulos e páginas de) livros, artigos, teses e afins não sejam feitas no corpo do texto, mas sempre completas como notas à parte indicadas no texto (ver "**Envie seu texto**"). Considerando que os textos do "**Fórum**", "**Artigos**" e "**Informes de pesquisa**" não apresentam bibliografia ao final, o Conselho Editorial, para facilitar a visualização e o acesso à informação, optou por não utilizar o chamado sistema Harvard de citação. Pede-se seguir, então, o padrão das próximas páginas.

Artigo em periódico
PALACIOS, Guillermo. Messianismo e expropriação camponesa. Uma nova expedição ao Reino da Pedra Encantada do Rodeador, Pernambuco, 1820. *Revista de História*, São Paulo, n. 147, p. 71-108, 2. semestre 2002.

Livro completo
CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial.* Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

Capítulo de livro
JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta*. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias, 2. ed. São Paulo: SENAC, 2000. p. 127-175.

Capítulo de livro (organizador é também o autor)
HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: _____ (org). *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo II: o Brasil monárquico. Vol. 1: O processo de emancipação**.** São Paulo: DIFEL, 1962. p. 9-39.

Tese (doutorado) ou dissertação (mestrado)
GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial. O IHGB (1838-1889).* 1995. 339f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

almanack braziliense

referencing system

e-a

All quotations of pages and partial or complete references of books, articles, thesis, dissertations and such should not be written in the body of the text (see "Submission Guidelines"). Since the texts of the "Forum", the "Articles" and the "Research Reports" do not have a bibliography listed at the end, the Editorial Board has chosen not to use the Harvard System of references in order to ensure a better access to the information quoted by the authors. Thus, it is required that all references follow the system bellow.

Article in a Journal
PALACIOS, Guillermo. Messianismo e expropriação camponesa. Uma nova expedição ao Reino da Pedra Encantada do Rodeador, Pernambuco, 1820. *Revista de História*, São Paulo, n. 147, p. 71-108, 2. semestre 2002

Book entirely written by one or more authors
CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial.* Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

Chapter in a book organized by someone other than the author
JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta*. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias, 2. ed. São Paulo: SENAC, 2000. p. 127-175.

Chapter in a book (the organizer is also the author)
HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: _____ (org). *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo II: o Brasil monárquico. Vol. 1: O processo de emancipação**.** São Paulo: DIFEL, 1962. p. 9-39.

Thesis (PhD) or Disseratition (Master)
GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial. O IHGB (1838-1889).* 1995. 339f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

Direitos de Publicação

Almanack Braziliense é uma revista eletrônica de acesso aberto e gratuito que mantém on-line todos os números publicados.
Ao fornecerem textos para a presente revista os autores concordam em transferir os direitos exclusivos de reprodução dos textos, o que tacitamente implica a aceitação de todos os itens constantes do item "Envie seu texto".
Os autores se responsabilizam integralmente pelos direitos das imagens fornecidas.

Copyright Agreement

Almanack Braziliense is an electronic journal of open and free access that maintains all published issues on-line.
Authors transfer to Almanack Braziliense the exclusive rights of reproduction of submitted manuscripts, implying acceptance of all items listed in the "Submission" section.
The authors are fully responsible for the reproduction rights of the images they provide.

expediente

editors, boards and staff

Editores / *Editors*
István Jancsó (in memoriam)
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Andréa Slemian
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
André Roberto de Arruda Machado
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) - Brasil

Assistente Editorial / *Assistant to the Editors*
Ágatha Francesconi Gatti
Mestre em História pela Universidade de São Paulo (USP)-Brasil

Conselho Editorial / *Editorial Board*
Lucília Santos Siqueira
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) - Brasil
Márcia Berbel
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Maria Luiza Ferreira de Oliveira
Universidadea Federal de São Paulo (UNIFESP) - Brasil
Rafael de Bivar Marquese
Universidade de São Paulo (USP) - Brasil
Wilma Peres Costa
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)-Brasil

Conselho Consultivo / *Advisory Board*
Ana Lucia Duarte Lanna
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Antonio Manuel Hespanha
Universidade Nova de Lisboa (UNL)-Portugal
Bert Barickman
University of Arizona - Estados Unidos
Carlos Marichal
Universidad Nacional Autonoma-México
Cecília Helena de Salles Oliveira
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
David Reher
Universidad Complutense - Espanha
Denis Bernardes
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)-Brasil
Eduardo Kugelmas (in memoriam)
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Eliana Dutra
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)-Brasil
Fernando Antonio Novais
Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)-Brasil
Flávio Saes
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Francisco José Calazans Falcon
Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)-Brazil
Geraldo Mártires Coelho
Universidade Federal do Pará (UFPA)-Brasil
Gildo Marçal Brandão (in memoriam)
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Helga Piccolo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)-Brasil
Hendrik Kraay
University of Calgary-Canadá
Herbert Klein
Stanford University-Estados Unidos
Ida Lewakowicz
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca -Brasil
Ilmar Rohloff de Mattos
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)-Brasil
Izabel Andrade Marson
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)-Brasil
João Luís Fragoso
Univesidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)-Brasil
João José Reis
Universidade Federal da Bahia (UFBA)-Brasil
Jorge Myers
Universidade Nacional de Quilmes-Argentina
Jorge Pedreira
Universidade Nova de Lisboa (UNL)-Portugal
José Carlos Chiaramonte
Universidad de Buenos Aires-Argentina
José Reinaldo de Lima Lopes
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Juan Carlos Garavaglia
École des Hautes Études en Sciences Sociales-França

Junia Ferreira Furtado
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)-Brasil
Leila Mezan Algranti
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)-Brasil
Leslie Bethell
Oxford University-Inglaterra
Luiz Geraldo da Silva
Universidade Federal do Paraná (UFPR)-Brasil
Marco Morel
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)-Brasil
Marcus Joaquim Carvalho
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)-Brasil
Maria Arminda N. Arruda
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Maria de Fátima Silva Gouvêa (in memoriam)
Universidade Federal Fluminense (UFF)-Brasil
Maria de Lourdes Viana Lyra
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)-Brasil
Maria Hilda Baqueiro Paraíso
Universidade Federal da Bahia (UFBA)-Brasil
Maria Odila Leite da Silva Dias
Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)-Brasil
Matthias Röhrig Assunção
University of Essex-Inglaterra
Miriam Dolhnikoff
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Monica Duarte Dantas
Universidade de São Paulo (USP)-Brasil
Nuno Gonçalo Freitas Monteiro
Instituto de Ciências Sociais (ICS), Universidade de Lisboa-Portugal
Richard Graham
Universidade of Texas, Austin-Estados Unidos
Silvia Hunold Lara
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)-Brasil
Stuart B. Schwartz
Yale University-Estados Unidos

Equipe de apoio / *Staff*
Cláudio Cezar Corrieri

Design / *design*
Seção de Processamento de Imagens e Reprografia IEB-USP / Section of Image design and Reproduction services IEB-USP

Design gráfico / *Graphic design*
Dárkon V. Roque